
**RELATÓRIO DAS LINHAS DE
ACÇÃO GOVERNATIVA
PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011**

Índice

**Governo da Região Administrativa Especial de Macau da
República Popular da China
Relatório das Linhas de Acção Governativa
para o Ano Financeiro de 2011**

INTRODUÇÃO.....	7
------------------------	----------

PRIMEIRA PARTE BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO 2010.....	9
--	----------

SEGUNDA PARTE IMPLEMENTAR A GOVERNAÇÃO CIENTÍFICA E PROJECTAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO – PRIORIDADES DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU PARA O ANO 2011	15
--	-----------

I. Empenhamento na optimização da qualidade de vida e construção conjunta de um belo lar.....	16
II. Promoção do desenvolvimento da cooperação regional e concretização da diversificação adequada da economia	26
III. Implementação gradual da tomada de decisão política baseada em critérios científicos e empenhamento na edificação de um governo transparente	32

TERCEIRA PARTE PLANEAR O FUTURO ALICERÇADOS NO PRESENTE – CONCLUSÃO	37
--	-----------

APÊNDICE: CALENDÁRIO DAS PRINCIPAIS ACÇÕES GOVERNATIVAS DAS DIVERSAS ÁREAS PARA O ANO DE 2011	41
--	-----------

Índice

Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2011 do Governo da Região Administrativa Especial de Macau

—— Síntese ——

Área da Administração e Justiça.....	133
Área da Economia e Finanças.....	153
Área da Segurança.....	171
Área dos Assuntos Sociais e Cultura	187
Área de Transportes e Obras Públicas.....	203
Comissariado contra a Corrupção	219
Comissariado da Auditoria.....	223

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2011

—— Síntese ——

Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2011 (Síntese).....	231
---	------------

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Linhas de Acção Governativa
Ano Financeiro de 2011**

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011

**Chefe do Executivo CHUI SAI ON
16 de Novembro de 2010**

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2011.

O ano que passou marcou o início do mandato do terceiro Governo da RAEM. Desde o retorno de Macau à Pátria, ao longo destes dez anos, com o forte apoio do Governo Popular Central, em comunhão de esforços com a população e alicerçado no desenvolvimento já alcançado, o Governo da RAEM tem desempenhado a sua missão na estrita observância da Lei Básica e em escrupuloso cumprimento dos princípios orientadores “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia. Ao longo deste ano, contando com o esforço de todos os trabalhadores da Administração Pública, a sociedade de Macau manteve-se estável e a economia registou um crescimento sustentável, tendo o Governo, assente na tradição, mas também na inovação, desenvolvido de forma programada um conjunto de trabalhos para promover a tomada de decisão baseada em critérios científicos, o aperfeiçoamento do sistema jurídico, a cooperação regional e a elevação da qualidade de vida dos cidadãos.

No próximo ano, e na prossecução do lema “ter por base a população”, será dada prioridade à concepção de um plano de desenvolvimento para uma Macau projectada para o futuro, privilegiando-se a elevação constante da qualidade de vida da população. À semelhança do passado, a nossa actuação será norteadada pela satisfação das necessidades da

população. Empenhar-nos-emos em aperfeiçoar as nossas políticas e medidas, defendendo em todas as circunstâncias os interesses dos cidadãos, no sentido de proporcionar óptimas condições de vida e criar uma sociedade harmoniosa. Promoveremos o valor universal do nosso património histórico-cultural e mundial, potenciando a afirmação de Macau como “cidade de turismo e de lazer a nível mundial”. A cooperação regional Guangdong – Hong Kong – Macau será reforçada e a complementaridade com ganhos mútuos será incentivada, com vista à criação de melhores condições para a diversificação adequada da economia e para a concretização do desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia de Macau, o que constitui a nossa principal meta. Continuaremos a exigir dos dirigentes de todos os níveis um desempenho pautado por valores científicos, racionalismo, pragmatismo, empreendedorismo e inovação, elevando, assim, o nível da governação, contribuindo para a consolidação das bases do desenvolvimento futuro da RAEM.

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2010

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Apresento, de seguida, uma breve retrospectiva dos trabalhos realizados no ano 2010.

Ao longo deste ano e sob o lema “Governo Transparente, Medidas e Estratégias Científicas”, temos vindo a investir na elevação da transparência da acção governativa, submetendo-a à fiscalização da população. Temos procurado dar resposta às preocupações sociais, materializando políticas e medidas dirigidas à população e ao desenvolvimento da RAEM a longo prazo, promovendo o desenvolvimento sócio-económico e desenvolvendo acções no âmbito dos assuntos cívicos e do quotidiano da população.

O intercâmbio com o exterior foi intensificado, participámos activamente na cooperação regional e aprofundámos as relações com Taiwan. Procurámos, constantemente, otimizar as condições de exploração de negócios e reforçámos o apoio ao crescimento das pequenas e médias empresas. Com vista à promoção da diversificação adequada da economia, criámos o Conselho para as Indústrias Culturais, a Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições e o Gabinete Preparatório do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa. Empenhámo-nos na promoção do emprego para os trabalhadores locais. Foram mantidas as medidas de redução e de isenção fiscais. Intensificámos a regulamentação e o controlo do sector do jogo, promovendo o seu desenvolvimento regulamentado e ordenado. No domínio do turismo, continuámos a envidar esforços para expandir os espaços de desenvolvimento deste sector, diversificar os respectivos serviços, estender a sua influência a outras actividades, criar novos tipos de turismo, consolidar as principais fontes de turistas e para promover a abertura a maiores mercados a nível internacional. No domínio da administração financeira, aprofundámos o princípio de “manutenção das despesas dentro dos limites das receitas”, regulamentámos e emitimos instruções respeitantes às regras de elaboração do Orçamento Geral da Região Administrativa Especial de Macau, respectiva estrutura e elementos, e demos início aos trabalhos preparatórios da implementação de um regime de reserva financeira ajustado à realidade de Macau.

É no sentido de garantir que o futuro desenvolvimento do planeamento urbanístico assegura a correspondência entre a distribuição e a utilização racional dos recursos de solos, a elevação da transparência da concessão de terrenos e o reforço da fiscalização do respectivo aproveitamento que se tem dado continuidade aos trabalhos de revisão da Lei de Terras.

Temos continuado a apoiar as famílias mais carenciadas na resolução do problema da habitação, pelo que foi determinada a prorrogação do prazo da aplicação do plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social e dado novo impulso à programação da construção de habitações sociais. No que respeita às habitações económicas, e considerada a situação dos candidatos em lista de espera há largos anos, foram adoptadas medidas transitórias destinadas a dar um

tratamento distinto a estes candidatos, garantindo assim uma justa e racional utilização dos recursos públicos.

Para promover o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário de Macau, o Governo lançou um conjunto de medidas. Assim, foram criados o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública e o Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário e elaboradas as “Estratégias de Desenvolvimento de Habitação Pública (2010 a 2020)”, que visam a definição do desenvolvimento e a localização futura das habitações públicas, a recolha de dados relativos à habitação em Macau e a auscultação de opiniões, consolidando-se, desta forma, bases para o estudo das estratégias de desenvolvimento da habitação a longo prazo.

Intensificámos iniciativas dirigidas à tomada de consciência para a protecção do ambiente, reforçámos os trabalhos relacionados com o planeamento urbanístico e com a construção da rede viária de comunicações, rentabilizando recursos públicos que são, assim, alocados em função das exigências decorrentes do desenvolvimento social no futuro, com vista à construção de uma cidade moderna e ao desenvolvimento da RAEM em todas as suas vertentes.

Demos continuidade ao estudo sobre as políticas demográficas e à análise da estrutura demográfica e suas características, o que contribuirá para a elaboração de políticas de assistência social, para a elevação do bem-estar, para a optimização da qualidade de vida da população local e para a resolução de problemas de recursos relacionados com a mão-de-obra.

O Governo mantém-se firme na prossecução da linha orientadora de “Construção da prosperidade de Macau através da educação”, pelo que tem colocado o maior empenho na elaboração de legislação; temos vindo a reforçar o investimento na educação no sentido de elevar a qualidade dos valores humanistas e a capacidade competitiva de Macau, e com vista a elevar a qualidade de ensino e de investigação tecnológica, temos vindo a promover a aprendizagem permanente, a reforçar a formação profissional, a optimizar o regime de trabalho dos jovens, a valorizar a educação cívica e ética e a apoiar o desenvolvimento e crescimento integral dos jovens.

Orientado por padrões internacionais e consciente da evolução da sociedade, o Governo tem investido no melhoramento do sistema de saúde, através do “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde”. Este ano ficou determinado o local de construção do complexo de prestação de cuidados de saúde nas Ilhas e manteve-se o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde.

Foi dada continuidade à implementação de medidas vocacionadas para a optimização dos diversos serviços sociais. Reforçaram-se os meios destinados a aliviar a pressão social decorrente da inflação, em especial os que são dirigidos às camadas mais vulneráveis, estando em estudo a possibilidade de conversão gradual das medidas de curta duração em longa duração, como forma de melhorar o Regime de Segurança Social de Macau.

Não posso deixar de agradecer a Sua Excelência o Presidente Hu Jintao a oferta de um par de pandas a Macau, anunciada por ocasião das celebrações do 10.º aniversário do estabelecimento da RAEM. Encontramo-nos, neste momento, a otimizar as instalações complementares do parque temático instalado em Seak Pai Wan, e esperamos concluir até ao final do ano todos os trabalhos de construção do pavilhão dos pandas.

Relativamente à nossa participação nos trabalhos de reconstrução das zonas afectadas pós terramoto em Sichuan, foram celebrados até à data 105 acordos de apoio à reconstrução, que envolvem um valor que atinge aproximadamente o montante de 5 500 milhões. No próximo ano, os trabalhos de reconstrução de Sichuan entrarão na última fase. Iremos manter contactos estreitos com esta Província por forma a garantir que todos os trabalhos sejam concluídos de acordo com os padrões definidos pelo País.

A Exposição Mundial de Shanghai constitui um grande evento a nível internacional. O Pavilhão de Macau, a Casa de Penhores “Tak Seng On” e todas as actividades desenvolvidas permitiram testemunhar, uma vez mais, a multiculturalidade, a história e o processo de desenvolvimento de Macau. Do mesmo modo, colaborámos e participamos activamente nos Jogos Asiáticos, realizados em Cantão, incrementámos as actividades recreativas e desportivas e a formação de atletas.

O Governo da RAEM tem vindo a honrar firmemente o princípio de governação “Governo Transparente, Medidas e Estratégias Científicas” e na defesa da boa comunicação entre o Governo e o público, foi criado o Sistema de Porta-Voz do Governo, para a coordenação dos serviços públicos e reforço da sua capacidade de resposta pronta. Foi também criado o Gabinete Preparatório do Gabinete de Estudo das Políticas do Governo, encontrando-se em curso os trabalhos para a implementação do Gabinete de Estudo das Políticas, que preve-mos entre em funcionamento no mês de Janeiro do próximo ano.

Foram, igualmente, lançados trabalhos de institucionalização e regulamentação dos mecanismos de consulta e de elaboração de políticas e medidas, promoveram-se estudos sobre matérias do plano da Administração Pública e a eficácia da execução das políticas foi incrementada, criando-se, assim, oportunidades para a participação da população no respectivo processo de elaboração, de modo a resolver de forma pragmática as mais diversas questões sociais. Reforçámos a fiscalização da integridade da conduta dos trabalhadores da Administração Pública, efectuámos a revisão da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção e do Regime Jurídico da Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais, demos início ao processo legislativo do mecanismo de publicitação adequada dos dados patrimoniais dos titulares de cargos públicos, reforçámos a fiscalização do público sobre as acções dos serviços públicos e a conduta dos trabalhadores da Administração Pública, com vista a promover uma modernização do sistema administrativo assente em bases científicas. Empenhámo-nos no aperfeiçoamento dos procedimentos de auditoria, na divulgação da cultura de auditoria junto dos serviços públicos, das associações da sociedade civil e das escolas e no reforço do intercâmbio a nível internacional e regional, no sentido de impulsionar a troca de experiências e a formação profissional na área de auditoria.

Passados que estão alguns anos desde o estabelecimento da RAEM, verificamos que determinadas leis e regulamentos carecem de revisão, em particular aqueles que se relacionam com o quotidiano dos cidadãos, sendo que neste último ano foram publicadas 11 leis e 20 regulamentos administrativos. Nesta sequência, e no prazo de três anos, planeamos desenvolver, faseadamente, uma adaptação e sistematização da legislação em vigor, como pretendemos instituir um mecanismo de coordenação centralizada de revisão e elaboração de diplomas legais.

Assente nas bases estabelecidas ao longo destes dez anos, o terceiro Governo da RAEM continuará, de forma pragmática e determinada, a fomentar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, a construir uma sociedade tolerante e harmoniosa e a conduzir Macau em direcção a uma nova fase de desenvolvimento, aplicando e distribuindo recursos, adoptando medidas com bases científicas, servindo e auscultando a população e prosseguindo os valores da integridade e do cumprimento da lei.

Segunda Parte

Implementar a governação científica e projectar o plano de desenvolvimento —
Prioridades das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2011

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Passo agora à apresentação da acção governativa para o ano 2011.

No tempo presente, nas mais modernas cidades do mundo onde o desenvolvimento sustentável é prosseguido, a aposta deixou de se centrar exclusivamente no desenvolvimento da economia, e passou a ser o investimento no desenvolvimento concertado entre vários domínios, como sejam a economia, a sociedade, a cultura e o ambiente. Nestas cidades, os cidadãos sentem um maior grau de satisfação, em termos de qualidade de vida, trabalho e habitação. Por esta razão, o Governo da RAEM, sob o lema de governação “desenvolvimento concertado e progresso harmonioso” pretende que o futuro de Macau seja projectado de forma científica e pragmática, com base nas aspirações da população e na solidariedade e cooperação sociais.

I. Empenhamento na optimização da qualidade de vida e construção conjunta de um belo lar

O Governo da RAEM tem-se empenhado na justa aplicação e distribuição dos recursos públicos e desenvolvido os estudos necessários ao encontro gradual dos diversos objectivos delineados neste âmbito. Neste sentido, as nossas prioridades são: o aperfeiçoamento dos diplomas que favorecem o desenvolvimento urbanístico, a melhoria das várias infra-estruturas e a construção de uma cidade verde com baixas emissões de carbono; pretendemos reforçar o investimento na educação, elaborar políticas e medidas de assistência social e reforçar a reserva de quadros qualificados; pretendemos otimizar as condições do ambiente habitacional e elevar a qualidade social e humana da população, no sentido de, em comunhão de esforços, construirmos um futuro melhor.

(1) Aperfeiçoamento do ambiente de vida urbana

O Governo da RAEM tem honrado firmemente o princípio de governação “ter por base a população” e não só aposta no desenvolvimento da economia, como irá empenhar-se na elaboração, de forma científica, do planeamento geral dos novos bairros urbanos e no melhoramento do sistema jurídico em matéria de gestão de terrenos, no sentido de otimizar os equipamentos, infra-estruturas e os espaços públicos, em prol do bem-estar quotidiano da população.

Na sequência do tratamento das opiniões dos diversos sectores, recolhidas durante a primeira fase de consulta pública, o Governo decidiu não utilizar os terrenos das zonas de aterros para o desenvolvimento da indústria do jogo. Pretendemos destinar terrenos para a construção de habitações públicas e de outras infra-estruturas públicas, desenvolver indústrias que favorecem a diversificação económica e dar início ao processo de planeamento urbano das cinco zonas de aterros, com estrita observância dos princípios de elevação da

qualidade de vida da população e de promoção do desenvolvimento sustentável. Pretendemos finalizar, no próximo ano, o projecto do Estudo do Planeamento Geral das Novas Zonas Urbanas de Macau.

No próximo ano, o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos entrará em fase do processo legislativo. Atendendo à realidade local, e tendo por referência a experiência do exterior, iremos definir um sistema de planeamento urbano moderno e científico e dar início aos trabalhos de elaboração da Lei do Planeamento Urbano e demais diplomas complementares. Dedicaremos a máxima atenção ao processo de planeamento urbano em curso e à dinamização dos bairros antigos, procurando reunir consenso social relativamente ao equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação do património cultural, incentivando a participação activa da população no planeamento dos bairros comunitários e equipamentos e espaços de apoio à vida quotidiana. Ao mesmo tempo, e em conformidade com as características próprias das Ilhas e o respectivo plano de desenvolvimento, serão desenvolvidos estudos sobre o seu ordenamento e plano de enquadramento. Ainda, no próximo ano, com vista a gerir com eficácia os recursos de solos da RAEM, o Governo irá prosseguir empenhadamente os trabalhos de revisão da Lei de Terras e fiscalizar o aproveitamento dos terrenos segundo princípios de transparência e equidade.

Estamos empenhados na elaboração do “Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, pelo que será lançada em breve uma consulta pública. A “primazia dos transportes públicos”, continua a ser uma das nossas prioridades, no sentido da articulação do desenvolvimento geral de Macau e a optimização das condições viárias. Iremos reforçar a construção de infra-estruturas rodoviárias e de instalações complementares que facilitem a acessibilidade, a instalação de um número adequado de parques de estacionamento públicos e de sistemas de orientação inteligente do estacionamento e a promoção dos trabalhos de construção do sistema de metro ligeiro.

Iremos implementar projectos de obras e medidas de gestão nas zonas de frequente congestionamento do trânsito de modo a resolver as situações de conflito entre peões e veículos.

O novo modelo de serviço de autocarros entrará em funcionamento em Agosto do próximo ano. Será exigida uma melhor qualidade da frota de autocarros, com aumento da frequência e reforço do serviço nocturno, ajustamento dos percursos e instalação de um mecanismo de informações, proporcionando, deste modo, um serviço de transporte público mais conveniente.

Face às alterações climáticas registadas mundialmente, muitos países e regiões começaram já a desenvolver e a implementar medidas de poupança energética e de redução das emissões de dióxido de carbono. No final do ano transacto, Sua Excelência o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciou na conferência de Copenhaga sobre Alterações Climáticas que o nosso País definiu como meta reduzir, até 2020, a intensidade das emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB em 40 a 45 por cento relativamente aos níveis de 2005. Assim, e em conformidade com a política de redução definida pelo País e no Protocolo de Quioto,

aplicável a Macau desde 2008, o Governo da RAEM, pretendendo colocar-se na vanguarda e servir de exemplo, irá lançar uma série de trabalhos de pesquisa e de investigação sobre esta matéria, designadamente a instalação gradual de equipamentos de corte de emissões de dióxido de carbono nos serviços e espaços públicos, o estudo e exploração de energias renováveis, a promoção do consumo verde e a optimização das infra-estruturas de protecção ambiental. A legislação no âmbito da protecção ambiental será revista e em conformidade com o processo legislativo do “regime de prevenção e controlo do tabagismo”, reforçaremos o controlo das fontes de poluição, no sentido de construir, ordenada e gradualmente, um ambiente livre do tabagismo.

Com vista a melhorar a qualidade ambiental de Macau e a contribuir, em conjunto, para a resolução de problemas decorrentes das alterações climáticas, iremos proceder à implementação de benefícios fiscais aos automóveis ecológicos, propondo uma redução do imposto aplicado a este tipo de automóveis até ao limite máximo de 60 mil patacas, por automóvel. Será criado o Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, com um capital inicial de 100 milhões de patacas, para apoiar as pequenas e médias empresas e as organizações cívicas em acções de melhoramento da qualidade do ar e em projectos que visem a poupança de energia e de água.

Acompanhando o processo de desenvolvimento e procurando dar resposta a exigências sociais de longa data, o Governo irá apostar em empreendimentos que visam melhorar o planeamento urbano e elevar a qualidade de vida da população. Pretendemos aperfeiçoar as infra-estruturas comunitárias e rodoviárias e elevar a segurança dos peões e veículos. Será dada continuidade às obras de reordenamento das redes de esgotos, o mecanismo de alerta e aviso para situações de alterações climáticas e de calamidades será reforçado e o sistema de drenagem aperfeiçoado, procurando, assim, aliviar as situações de inundações nas zonas afectadas. Pretendemos lançar obras de reconstrução e de aperfeiçoamento de alguns mercados e estudar as necessidades de criação de novos mercados e de infra-estruturas comunitárias nas zonas que apresentem maiores necessidades, bem como instalar no terreno sito do lado Este da Avenida do Aeroporto, a sul do Aeroporto Internacional de Macau, o novo campo permanente para exames de condução, dotado de melhores equipamentos e com uma área maior, estando prevista a primeira fase da respectiva transferência para meados do próximo ano.

A garantia da segurança alimentar é fundamental para a protecção da saúde dos cidadãos. O recém-criado Centro de Segurança Alimentar, a dotar de técnicos qualificados, irá intensificar os trabalhos de avaliação de riscos, bem como adoptar medidas que permitam a cooperação entre o sector, cidadãos e Governo e reforçar o mecanismo de troca de informações entre Macau e outros países e regiões vizinhas. Pretendemos reforçar a fiscalização no âmbito da importação de produtos frescos e animais vivos e a capacidade de inspecção sanitária, de modo a aperfeiçoar os trabalhos de prevenção de epidemias.

Atento o desenvolvimento acelerado da sociedade, temos vindo a intensificar o intercâmbio entre Macau e várias regiões, e considerando o crescimento da indústria do jogo,

pretendemos reforçar os recursos humanos na área da segurança, visando o combate ao aumento, à diversificação e à complexidade das actividades criminais, e iremos introduzir novos sistemas científicos e tecnológicos vocacionados para actividades policiais, procurando assim reforçar a nossa capacidade de resposta a contingências. Dedicaremos todos os esforços no sentido de assegurar um ambiente seguro e amigável, protegendo a vida e os bens dos cidadãos e dos turistas.

(2) Continuidade na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos

Estamos determinados no desenvolvimento harmonioso e civilizado da sociedade e pretendemos elevar e assegurar a qualidade de vida, o bem estar e o nível de cultura da população, pelo que temos investido o maior esforço no aperfeiçoamento das medidas de promoção de emprego, habitação, educação, assistência médica, apoio aos idosos e aposentação. Iremos adoptar medidas adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável de Macau, que permitam à população usufruir do progresso económico.

No próximo ano, serão realizados o recenseamento decenal da população, inquéritos e estudos aprofundados sobre as novas tendências demográficas, cujos resultados servirão de base científica e objectiva para a elaboração de políticas públicas relativas ao desenvolvimento económico, recursos humanos, emprego e sistema de segurança social para os idosos, nomeadamente. A evolução demográfica tem acompanhado o desenvolvimento social, pelo que o Governo pretende aprofundar estrategicamente o estudo já em curso sobre políticas demográficas, adoptar medidas baseadas em previsões científicas que venham a permitir ajustar a dimensão, qualidade e estrutura da população, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável de Macau.

O Governo já dispõe de uma base de dados sobre recursos humanos qualificados detentores de grau de ensino superior à qual serão adicionados dados relativos aos estudantes locais que prosseguem estudos no Interior da China e noutros países e regiões. Com a informação contida nesta base de dados estamos habilitados a proceder a análises e previsões eficazes relativas à distribuição de quadros qualificados em Macau. Pretendemos, ainda, recolher dados sobre os recursos humanos de outros sectores, para construir, de forma progressiva, uma base geral de recursos humanos de Macau. Sem prejuízo da rentabilização dos recursos humanos locais, pretendemos adequar a importação de trabalhadores e quadros especializados não residentes às exigências do desenvolvimento económico e ao suprimento da carência de trabalhadores locais, em determinados domínios.

No próximo ano daremos continuidade às iniciativas que visam a promoção de oportunidades de emprego, a elevação da capacidade de acesso ao emprego dos cidadãos e a competitividade profissional. Serão intensificados os cursos de formação técnico-profissional destinados a trabalhadores de vários grupos etários e será promovida a regulamentação da qualificação e certificação profissional. Determinados que estamos na implementação da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes e legislação complementar, iremos intensificar as acções de combate ao trabalho ilegal, com vista a proteger os direitos e interesses dos trabalhadores locais.

Pretendemos rever a Lei das Relações de Trabalho, implementada há cerca de dois anos. Para além da protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores, iremos investir na melhoria das condições de exploração dos sectores industrial e comercial, especialmente das pequenas e médias empresas. Na construção de uma sociedade harmoniosa, a mediação de conflitos laborais continua a ser uma das nossas prioridades. A Lei de Bases da Política do Emprego e dos Direitos Laborais estipula expressamente que deve ser estabelecido um salário mínimo, susceptível de actualização regular, pelo que o debate entre as partes laboral e patronal sobre a fixação do salário mínimo será promovido pelo Governo, e em conjugação de esforços de todas as partes, esperamos dar início aos respectivos trabalhos em 2011.

Perante a actualidade sócio-económica de Macau e para fazer face às exigências do desenvolvimento a longo prazo, completada que está a concepção do Regime de Segurança Social de Dois Níveis, passamos agora à fase de implementação progressiva, criando-se, assim, melhores condições para assegurar a qualidade de vida dos cidadãos na sua aposentação. No futuro, atenta a situação concreta de Macau e com vista a garantir a qualidade de vida dos residentes aposentados, será implementado um sistema de segurança social e de apoio aos idosos, a aperfeiçoar constantemente, e que se alicerça num mecanismo assegurado pelo Fundo de Segurança Social, pelo Fundo de Previdência Central e pela poupança individual.

A acção do Governo na área da habitação continua norteada pelo princípio “habitação para todos, bem-estar para todos”. Atendendo à situação de procura de habitação pública, iremos adoptar medidas destinadas a planear uma oferta adequada de terrenos. Atentos os factores de instabilidade do mercado, o planeamento de obras de construção e oferta de fracções terá por base análises científicas e estratégicas, visando reservar um número de terrenos para a construção de habitação pública e conceder recursos financeiros. Pretendemos adoptar medidas eficazes de apoio quer ao arrendamento de fracções de habitação social para as famílias incapazes de suportar os custos das rendas no mercado imobiliário, quer à aquisição de casa própria por famílias que não obstante disporem de uma certa capacidade económica, têm dificuldades em adquirir a sua primeira habitação no mercado. Relativamente à habitação económica, serão introduzidos ajustamentos significativos nas condições de aquisição, designadamente através da fixação dos limites mínimo e máximo de rendimentos, no mecanismo de fixação de preço de fracções, nos requisitos de candidatura e na prorrogação do prazo de inalienabilidade.

Pretendemos reforçar a coordenação entre os diversos serviços, concentrando esforços na implementação, até 2012, do projecto de construção faseada de 19 000 fracções de habitação pública. Concretizaremos o planeamento e o reaproveitamento das habitações sociais existentes, concedendo incentivos à administração e conservação de edifícios. Pretendemos elaborar políticas habitacionais orientadas para o longo prazo e que visem o equilíbrio entre a oferta de habitação pública e o mercado imobiliário, proporcionando a todos um ambiente harmonioso, saudável e sustentável.

O desenvolvimento actual é resultado dos esforços das gerações que nos antecederam. Envelhecer é uma das fases da vida, estando previsto que a proporção da população idosa,

que em 2009 representava 7,7%, passe para 12% em 2021, face ao total da população. Perante esta situação, o Governo irá desenvolver políticas de apoio à terceira idade, a longo prazo, vocacionadas para a prestação domiciliária de cuidados, cruciais ao bem-estar dos idosos na sua velhice e adoptar medidas adequadas ao planeamento e reservar recursos vocacionados para a resolução das necessidades de habitação dos idosos. Actualmente, além da instalação dos sistemas de tele-assistência e alarme nas habitações públicas para idosos, existem já medidas de prestação de serviços de apoio aos idosos, implementadas em cooperação com organizações sem fins lucrativos. No âmbito dos cuidados aos idosos, o Governo pretende investir nos seguintes projectos: construção de lares de cuidados para idosos, ampliação de equipamentos, infra-estruturas e serviços prestados nos centros de dia para idosos, criação de equipas de trabalho interdepartamental em medicina geriátrica, prestação de serviços de internamento hospitalar na especialidade de psiquiatria para idosos e criação de uma enfermaria exclusiva para idosos, com serviços médicos diferenciados e, ainda, instalação de serviços de consulta externa de geriatria, estabelecimento de equipas de apoio domiciliário e criação de uma enfermaria com serviços de reabilitação na Taipa. Por outro lado, os centros de saúde projectados já contam com um espaço reservado à prestação de serviços de cuidados e reabilitação para idosos, reforçando-se, assim, o apoio comunitário aos doentes crónicos com idade avançada. O respeito pelos idosos é um dos valores intrínsecos da cultura chinesa. Junto das famílias, sociedade e escolas serão desenvolvidas acções de sensibilização sobre este valor, integrado com os princípios do apoio social e carinho familiar.

O aumento da população, o envelhecimento da sociedade e os desafios decorrentes das novas doenças transmissíveis e de doenças crónicas exigem de nós um maior investimento em recursos de saúde e a ampliação das infra-estruturas dos cuidados de saúde. Assim, atendendo à situação concreta de Macau e conjugando diversos factores, incluindo, designadamente a evolução demográfica, os projectos de construção de habitação pública e a situação de funcionamento dos centros de saúde existentes, o Governo elaborou o Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde. Iremos, assim, concretizar os planos de ampliação já existentes, os projectos de optimização da rede de cuidados médicos primários e a construção do complexo destinado à prestação dos cuidados de saúde nas Ilhas, no sentido de impulsionar o aperfeiçoamento dos serviços de cuidados de saúde de Macau, proporcionando aos cidadãos uma assistência médica de qualidade. Relativamente aos cuidados médicos primários, até 2020 entrarão em funcionamento, de forma faseada, mais cinco centros de saúde. Quanto às obras de ampliação do edifício de urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário, já iniciadas, continuamos a envidar esforços para que estejam concluídas no prazo de dois anos. Concluídas estas obras, o Serviço de Urgência será dotado de uma área três vezes superior à actual e estará apto a responder às exigências do desenvolvimento a dez anos de Macau. Em paralelo com a instalação, nas Ilhas, do complexo destinado à prestação de cuidados de saúde, o Governo, em cooperação com o Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, irá adoptar medidas transitórias que visem assegurar as necessidades dos residentes nas Ilhas em termos de prestação de serviços de urgência e de reabilitação, estabelecendo-se, assim, alicerces para o futuro

hospital de urgência das Ilhas. Daremos continuidade ao Programa de Participação nos Cuidados de Saúde de modo a proporcionar serviços de melhor qualidade a toda a população, em cooperação com as instituições médicas não governamentais e a aperfeiçoar a rede comunitária de prestação de serviços médicos. Para além disso, daremos início ao planeamento de recursos humanos, intensificando as acções de formação nas diversas especialidades médicas e aumentando as quotas de ingresso nas duas escolas de enfermagem.

Para garantir a estabilidade social no processo de concretização do desenvolvimento concertado, continuaremos a adoptar medidas destinadas a atenuar a pressão sentida pela população em resultado do aumento da inflação, bem como medidas específicas de apoio aos mais carenciados na superação das suas dificuldades. Na sequência de uma ampla consulta pública, o Governo decidiu dar continuidade ao conjunto de medidas de redução e de isenção fiscais e aplicar medidas de subvenção ou subsídio. Assim, para o próximo ano, pretendemos manter a redução em 25% do imposto profissional de toda a população activa, com o limite de isenção em 144 000 patacas (que anteriormente era de 95 000 patacas), bem como a política de isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, do imposto do selo sobre as apólices de seguros, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre operações bancárias e, ainda, da política de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais (à excepção da publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; dar continuidade à política de isenção da contribuição predial até 3500 patacas; manter o valor de 200 000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (que anteriormente era de 32 000 patacas) e à isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel até 3 milhões de patacas do valor da propriedade (aplicável apenas a unidades habitacionais). Com a manutenção destas medidas de redução e de isenção fiscais, o Governo deixará de receber receitas fiscais no valor aproximado de 1 400 milhões de patacas.

Pretendemos dar continuidade ao plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que preenchem os requisitos, sendo atribuído o montante mensal de 1 050 patacas aos agregados familiares compostos por uma ou duas pessoas, e de 1 600 patacas aos agregados familiares compostos por três ou mais pessoas. Prevê-se que a aplicação desta medida implique despesas no valor de quase 200 milhões de patacas. Iremos, também, dar continuidade ao regime de subvenção para a aquisição de livros. Todos os estudantes titulares de bilhete de identidade de residente de Macau válido, inscritos na Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, e que estejam a frequentar estabelecimentos de ensino integrados na educação regular, podem obter, em cada ano lectivo, um subsídio de 1 500 patacas para a aquisição de material didáctico. Prevê-se que a aplicação desta medida represente encargos para o Governo na ordem dos 100 milhões de patacas. O Governo pretende, ainda, através do Instituto de Ac-

ção Social, continuar a conceder uma pensão pecuniária às famílias necessitadas, atribuindo apoios financeiros e subsídios às três categorias de famílias em situação vulnerável. Será mantida a concessão do Subsídio para Idosos, no montante de 5 000 patacas. A aplicação destas medidas representará despesas para o Governo na ordem dos 260 milhões de patacas.

No processo de desenvolvimento da RAEM, um dos princípios que defendemos é “trabalhar em conjunto e partilhar juntos”. Sintetizadas as opiniões dos diversos sectores sobre a implementação do Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, e em prol dos interesses a longo prazo dos cidadãos, estamos a ponderar a integração faseada desta medida de curta duração no Regime de Poupança Central e nas políticas reguladoras de regalias, de longo prazo, maximizando-se, assim, a eficácia desta medida de participação. Desta forma, no próximo ano, pretendemos atribuir o montante de 4 000 patacas a cada residente permanente e o montante de 2 400 patacas a cada residente não permanente e, considerando a situação do saldo financeiro do ano 2010, injectar 6 000 patacas em cada conta do Regime de Poupança Central cujo titular reúna os requisitos, no sentido de reforçar a implementação do Regime de Segurança Social de Dois Níveis. Com vista à sensibilização dos cidadãos para a importância da saúde, pretendemos manter o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, no valor de 500 patacas para cada residente de Macau. Paralelamente, o Governo dará continuidade à política de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais até Março de 2012 – a cada unidade habitacional equivale uma subvenção mensal de 150 patacas no pagamento das tarifas de electricidade. As unidades que gastem menos de 150 patacas por mês estão isentas do pagamento de tarifas e podem transferir o valor remanescente para período a definir. Com a aplicação desta medida de subvenção, o Governo prevê gastos na ordem dos 320 milhões de patacas. O Governo também irá dar continuidade à política de subvenção aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixos rendimentos. Os trabalhadores a tempo inteiro, de idade igual ou superior a 40 anos, residentes permanentes de Macau, que tenham contribuído, a título de trabalhador, para o Fundo de Segurança Social e que reúnam as condições respeitantes à carga mensal de trabalho em relação a cada trimestre, podem continuar a requerer a subvenção de rendimentos. Os candidatos a esta subvenção não podem auferir um rendimento médio mensal superior a 4 000 patacas no trimestre a que diz respeito o pedido (incluindo o rendimento resultante do pagamento de salários por diferentes empregadores). Prevê-se que a aplicação destas medidas de subvenção e participação represente encargos para o Governo na ordem dos 4 700 milhões de patacas. Por outro lado, por forma a atenuar a carga fiscal relativa à contribuição predial e com vista a promover o mercado de arrendamento, o Governo pretende alterar o Regulamento da Contribuição Predial Urbana, reduzindo as taxas relativas aos prédios arrendados e não arrendados de 16% para 10% e de 10% para 6%, respectivamente.

(3) Empenhamento na consolidação dos valores humanistas

A construção de cidades modernas exige acções permanentes de consolidação de valores humanistas e de formação de quadros qualificados. A prosperidade de Macau depende

da implementação contínua, plena e aprofundada da Lei Básica. Para esse efeito, serão intensificadas acções de formação sobre a Lei Básica para dirigentes de todos os níveis, reforçada a sua divulgação generalizada e promovida a participação da população em actividades de divulgação desta Lei. Macau, sendo uma terra em que as culturas chinesa e ocidental se cruzam há mais de quatro séculos, possui um rico legado histórico, do qual faz parte o seu Centro Histórico que, integrado no património histórico mundial, é demonstrativo dos preciosos valores universais da civilização humana. Estamos empenhados em que a Lei de Salvaguarda do Património Cultural entre em processo legislativo no próximo ano, uma das medidas de sensibilização dos cidadãos para a protecção do património cultural. As comunidades macaense e portuguesa aqui residentes são importantes elementos constituintes da sociedade de Macau. Empenhar-nos-emos na preservação desta excelente tradição de harmonia entre diferentes comunidades, congregando os contributos de todas as partes em prol do desenvolvimento de Macau.

Pretendemos continuar a investir na melhoria das diversas infra-estruturas recreativas e desportivas, aumentando os espaços destinados a actuações artísticas e culturais, com vista a proporcionar aos cidadãos melhores instalações para fins recreativos, desportivos e de lazer. Pretendemos dinamizar os tempos livres dos cidadãos através da realização de diferentes tipos de eventos, festivais, representações culturais e desportivas, bem como de exposições. Para assinalar o centenário da Revolução Xinhai no próximo ano, levaremos a cabo uma série de actividades comemorativas destinadas a dar a conhecer ao público as actividades relevantes do Dr. Sun Yat-Sen em Macau. No que respeita à educação cívica, o Governo irá desencadear acções concebidas e dirigidas aos bairros sociais, por forma a que todos unidos construamos um melhor e mais harmonioso ambiente comunitário.

Iremos lançar o programa de leitura na rede, a que todos poderão aceder, por forma a estimular o interesse pela leitura e o gosto pela leitura nas escolas. Para o efeito, iremos concretizar um plano de apetrechamento e configuração dos sistemas das bibliotecas públicas de Macau. Reforçaremos os apoios à investigação académica e às actividades editoriais; preconizaremos políticas para reforçar equipas de estudiosos e investigadores locais, assim como para incentivar e apoiar os talentos locais no campo da criação literária, no sentido de promover, também, a imagem cultural de Macau.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia reveste-se de importância particularmente significativa para o crescimento económico, bem como para a dinamização da produtividade e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Macau. Serão promovidos estudos relativos às políticas do desenvolvimento tecnológico e será fomentada a generalização do ensino das ciências e tecnologias, além do que pretendemos estreitar a cooperação regional neste âmbito, procurando assim formar profissionais locais nestas áreas.

O ensino desempenha um papel primordial na formação de pessoas qualificadas e é essencial à prosperidade da sociedade e à promoção de valores humanistas. No futuro, Macau deve apostar num desenvolvimento a longo prazo sustentado pela formação de quadros de alta qualidade. É nesta linha que estaremos habilitados a aperfeiçoar, de forma

global, a qualidade de todos os cidadãos e é tomando este rumo que construiremos uma “Sociedade da Aprendizagem”. O “planeamento dos próximos dez anos do desenvolvimento do ensino não superior”, que se encontra em fase de concepção, permitirá definir o plano do desenvolvimento do ensino em Macau. Com base no sistema de quinze anos de escolaridade gratuita, o Governo irá progressiva e anualmente aumentar os recursos na educação, investindo na optimização dos softwares e hardwares necessários. Pretendemos, também, desenvolver estudos respeitantes à criação de um fundo para o ensino superior, no sentido de incentivar todos aqueles que pretendam obter níveis académicos mais elevados. No que se refere aos professores, serão adoptadas medidas vocacionadas para a dignificação do estatuto destes profissionais. Quanto à comunidade discente e porque o desenvolvimento integral dos alunos sempre constituiu uma preocupação do Governo, pretendemos maximizar o papel das escolas, das famílias e da sociedade, a fim de proporcionar aos jovens um ambiente de crescimento saudável. Empenhar-nos-emos, de forma solidária e pragmática, em disponibilizar serviços de ensino especial aos alunos que deles necessitam, concedendo, ainda, aos encarregados de educação os auxílios adequados.

O Governo continuará a valorizar as três grandes funções das instituições do ensino superior nos domínios educacional, de investigação científica e de serviços sociais. Com vista a elevar a qualidade de ensino destas instituições, o Governo realizará estudos sobre a introdução em Macau de um regime de avaliação e, para o efeito, serão convidados organismos do exterior para proceder às respectivas avaliações. No próximo ano, será dada continuidade às obras de construção do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha.

A nossa estratégia para o desenvolvimento da juventude irá basear-se no “aumento de apoio, reforço de comunicação”; assim, o Governo irá estabelecer um canal de comunicação bilateral com os jovens, proporcionando à nova geração de Macau três elementos essenciais, o conhecimento, a oportunidade e o apoio. Pretendemos cultivar nos jovens e adolescentes o sentido de pertença e de responsabilidade, estimular a adopção de valores correctos de vida e aprofundar a sua sensibilidade patriótica e afectiva em relação à Pátria e a Macau. No próximo ano, continuaremos a promover encontros entre os titulares de cargos executivos desta área e os jovens, com o propósito de ouvir as suas opiniões e sugestões. A par disso, queremos estimular o envolvimento dos jovens em causas públicas e a sua participação, em regime de voluntariado, em projectos sociais. Pretendemos com estas acções proporcionar aos jovens mais oportunidades de participação e de contribuição sociais.

O Governo continuará a reforçar os trabalhos de prevenção da delinquência juvenil, assim como mobilizar as sinergias da sociedade no combate ao consumo da droga. Serão desenvolvidas acções de combate à violência doméstica, instituindo medidas de prevenção, e dedicar-nos-emos à protecção dos membros familiares mais vulneráveis, nomeadamente as crianças e as mulheres. Intensificaremos os serviços destinados à problemática do jogo compulsivo, procurando reduzir cada vez mais o seu impacto nos cidadãos. Pretendemos organizar diversos serviços de apoio domiciliário no âmbito das habitações públicas recen-

temente construídas, bem como promover actividades comunitárias para os residentes, famílias e respectiva comunidade.

Para dinamizar a adopção de formas de vida saudável, o Governo continuará a generalizar a política do Desporto para Todos, procurando incentivar a ampla adesão da população. Daremos especial atenção à formação de atletas locais e à elevação do seu nível de competição. Iremos aperfeiçoar a gestão das instalações desportivas e proporcionar maiores oportunidades de prática desportiva a todos aqueles que trabalham por turnos.

O acelerado desenvolvimento social dinamizou o crescimento económico de Macau, fazendo, contudo, com que a classe média se sinta sobrecarregada com a subida, em flecha, dos preços dos imóveis e dos produtos de consumo corrente. Enquanto solidário para com os grupos mais desfavorecidos, o Governo também está atento aos problemas sentidos pela classe média. Assim, e para se inteirar das necessidades dos diferentes estratos sociais, o Governo promoverá activamente estudos para precisar a definição do conceito “classe média”, bem como da situação da mobilidade social, com vista a delinear políticas sociais apropriadas. Empenhado na formação de um ambiente social mais justo e pretendendo ajudar os cidadãos a superarem as dificuldades, o Governo irá concertar as diversas políticas, de entre as quais a actualização dos limites máximo e mínimo para a candidatura à habitação económica. A construção de uma “Sociedade da Aprendizagem” promove a competitividade da população, pelo que envidaremos mais esforços na realização de cursos profissionais adequados às exigências actuais. Paralelamente, e com o objectivo de dinamizar o auto-aperfeiçoamento contínuo, iremos lançar o “programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo”, atribuindo, no prazo de três anos, a cada residente de Macau com quinze anos completados, um subsídio máximo de cinco mil patacas. Estima-se que as despesas governamentais com este programa atinjam cerca de 500 milhões de patacas.

II. Promoção do desenvolvimento da cooperação regional e concretização da diversificação adequada da economia

O Plano de Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, publicado em finais de 2008, define pela primeira vez o posicionamento de Macau como centro de turismo e de lazer a nível mundial, em coordenação com as estratégias nacionais para o desenvolvimento do País. Para o efeito, o Governo da RAEM procederá aos estudos necessários e a uma auscultação abrangente da população em geral e associações profissionais, com vista à definição progressiva de políticas públicas e planos de desenvolvimento. Iremos centrar-nos na manutenção da tendência favorável de recuperação económica, na exploração dos recursos turísticos, na melhoria das condições da exploração comercial, na promoção da diversificação adequada da economia e no reforço da cooperação regional, com o objectivo de construir Macau como uma cidade de convergência das culturas oriental e ocidental, capaz de atrair diferentes turistas internacionais, transmitindo-lhes a sensação de harmonia e amizade.

(1) Exploração dos recursos turísticos locais

Sendo a única cidade chinesa dotada de uma cultura de lazer do Sul da Europa, Macau dispõe de características históricas próprias e a sua imagem turística destaca-se de entre as regiões vizinhas. Assim, aproveitaremos a mais valia da cooperação regional, e através da participação activa em conferências e actividades promocionais a realizar por organizações internacionais e regionais, promoveremos itinerários turísticos multi-destinos com vista à complementaridade e vantagens mútuas.

Porque pretendemos promover Macau como cidade de turismo de qualidade, iremos aperfeiçoar a legislação e regulamentação do sector do turismo, com vista à elevação da qualidade da prestação destes serviços. Além da concretização progressiva da diversidade turística e da consolidação das actuais fontes de turistas, pretendemos explorar mercados potenciais, desenvolver o turismo sofisticado, aumentar os projectos de turismo integrado e promover os pacotes turísticos para a família, com vista ao prolongamento da estadia e aumento do consumo dos turistas. Na sequência de auscultação pública e feitas a análise e avaliação dos resultados relativamente aos produtos turísticos, o Governo propõe-se, após optimização das respectivas instalações, adoptar como local de experiência e mediante concurso público o nível inferior da Praça do Lago Sai Van para desenvolver projectos integrados com a singularidade gastronómica local, incluindo a venda de artigos tradicionais locais e feiras nocturnas. Paralelamente, será dado um maior apoio ao sector do turismo de Macau, estimulando a diversificação das actividades turísticas e culturais. Recorrendo a elementos de divulgação inovadores e diversificados, atrair-se-ão mais turistas de diferentes mercados. Iremos reforçar a imagem das “Lojas Certificadas”, defender os direitos e interesses dos consumidores e reforçar a aplicação da respectiva legislação, para elevar a imagem de Macau como cidade de turismo e de lazer.

Para que Macau se posicione como cidade de turismo, o Governo optimizará os equipamentos em todos os postos fronteiriços, com vista a facilitar o acesso transfronteiriço de residentes e turistas e elevar a capacidade de interligação entre as redes de transportes regionais. No que respeita aos postos fronteiriços marítimos, os equipamentos em todos os postos de migração e terminais marítimos de passageiros serão oportunamente optimizados, e serão instalados mais sistemas de controlo automático de passageiros. Por outro lado, na periferia dos terminais marítimos serão ajustadas e melhoradas as infra-estruturas rodoviárias. No âmbito dos postos fronteiriços terrestres, e para além das obras para a Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau, serão ainda desenvolvidos trabalhos relativos à interligação dos transportes transfronteiriços terrestres entre Macau e as regiões vizinhas.

Face ao desenvolvimento da indústria da aviação, o Aeroporto Internacional de Macau deve necessariamente estabelecer um novo plano a longo prazo correspondente à realidade, redefinindo os seus objectivos de desenvolvimento. Para este efeito, o Governo procederá ao estudo de um programa de investimento adequado e viável.

A generalização da tecnologia Wi-Fi em todo o mundo é um facto. Assim, para que Macau possa desenvolver eficazmente o seu papel de plataforma de comércio e de negócios e

dar resposta às exigências de padrões internacionais, serão instalados mais pontos gratuitos de cobertura da rede sem fios e colocadas plataformas amigáveis e convenientes de informações turísticas à disposição dos cidadãos e turistas, com vista à divulgação e promoção do turismo de Macau. Intensificaremos a cooperação e a comunicação com as organizações postais internacionais, de modo a proporcionar serviços postais mais rápidos, facilitados e diversificados.

(2) Consolidação das singularidades da economia local

Ao manter e reforçar o desenvolvimento da indústria do turismo, o Governo irá controlar devidamente a dimensão e a rapidez do crescimento do sector do jogo, promover o seu desenvolvimento adequado, ordenado e regulado, bem como acelerar o aperfeiçoamento da legislação neste âmbito, para que o sector possa desempenhar eficazmente um papel de protagonismo na dinamização de outras indústrias. Com o objectivo de criar novos pólos de crescimento económico, daremos apoio às indústrias emergentes, centrando-nos, contudo, na promoção das indústrias de convenções e exposições, culturais e criativas, da medicina tradicional chinesa e de serviços comerciais. No que se refere ao apoio à reconversão e valorização das indústrias tradicionais, as empresas serão encorajadas a dedicarem-se a indústrias que impliquem técnicas e valor acrescentado mais elevados.

Para reforçar o apoio ao desenvolvimento sustentável das pequenas e médias empresas de Macau, o Governo irá adoptar medidas de ajustamento, nomeadamente nos âmbitos do auxílio financeiro, da optimização das condições da exploração comercial e da autorização de importação de recursos humanos qualificados. Tendo em conta a alteração do ambiente económico, foram aperfeiçoados os planos de apoio e de garantia de créditos a pequenas e médias empresas. Para apoiar as empresas em dificuldade financeira e para promover a sua competitividade, têm vindo a ser implementados o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas, o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projectos Específicos, a Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial e o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização. A criação do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética permitirá a concessão de apoio financeiro destinado a atenuar a emissão de fumos gordurosos de pequenos e médios estabelecimentos de comidas e bebidas. A par da aceleração dos procedimentos relativos aos pedidos de importação de mão-de-obra não residente apresentados por pequenas e médias empresas, continuaremos a colaborar com estabelecimentos e instituições de ensino superior, serviços públicos e respectivas associações, na realização de acções de formação adequadas aos recursos humanos dessas empresas, tendo em conta as necessidades de desenvolvimento de cada sector.

Os médios, pequenos e micro estabelecimentos de comidas e bebidas tradicionais têm contribuído para o desenvolvimento económico local. Com o objectivo de preservar a cultura de comidas e bebidas tradicionais, o Governo continuará a apoiar e a acompanhar o Projecto de Apoio à Preservação das Características dos Estabelecimentos de Comida de Macau, preparando a implementação da segunda fase do projecto. Para além do apoio a conceder aos estabelecimentos tradicionais que devam ser objecto de preservação, reforçaremos o

apoio à resolução das questões de recursos humanos e de divulgação que estes estabelecimentos enfrentam.

Através do apoio à realização de actividades diversificadas, nomeadamente o Carnaval de Consumo na Zona Norte e a Praça de Alegria de Macau, pretendemos estimular o consumo dos cidadãos e turistas nos bairros antigos, bem como proporcionar mais oportunidades de negócios às pequenas e médias empresas. No que se refere à divulgação de Macau no exterior, intensificaremos o apoio à organização das actividades relacionadas com a Semana Dinâmica de Macau. Potenciando as medidas e políticas no quadro do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau, e no sentido de explorar os mercados do Interior da China, pretendemos apoiar as pequenas e médias empresas na exposição e comercialização dos seus serviços e produtos.

A indústria de convenções e exposições de Macau tem registado um crescimento gradual, e com a criação da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições contamos promover o crescimento deste sector. As convenções e exposições internacionais de grande dimensão a realizar ou a introduzir em Macau contribuirão para o intercâmbio regional, elevando o nível internacional do sector local e fomentando a realização de convenções e exposições de referência. Através do futuro departamento para os assuntos das convenções e exposições, a criar no seio da Direcção dos Serviços de Economia, o Governo da RAEM pretende dar todo o apoio ao desenvolvimento desta indústria, concretizando políticas relativas aos recursos financeiros, logística, armazenamento e formação de recursos humanos qualificados.

No âmbito da promoção da diversificação adequada da economia será reforçado o investimento no desenvolvimento da cultura e da criatividade, no sentido de apoiar as criações culturais. Iremos ponderar o reforço da preservação das obras culturais com características locais de relevante valor artístico, enriquecendo, assim, o património cultural da RAEM. No seio do Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas, do Instituto Cultural e do recém criado Conselho para as Indústrias Culturais, está em estudo a criação de um fundo para as indústrias culturais e criativas, o qual associado à adopção de medidas e concessão de apoios, irá contribuir para a promoção pragmática do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Macau.

Considerando as nossas vantagens técnicas no âmbito da medicina tradicional chinesa, combinadas com as que a Província de Guangdong tem no mesmo sector, foi acordada pelas duas regiões a criação conjunta do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa na Ilha da Montanha. O Governo pretende avançar com este projecto, no sentido de construir uma base para o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, de acordo com padrões internacionalmente reconhecidos.

(3) Impulsionamento na promoção conjunta da cooperação regional

O desenvolvimento do País traz cada vez mais oportunidades para a RAEM. O 12.º Plano Quinquenal, cuja elaboração está em curso, é de extrema importância não só para o futuro

desenvolvimento do País, como está estrategicamente relacionado com o posicionamento da RAEM em matéria de desenvolvimento e com o aprofundamento da promoção e complementaridade mútuas regionais. Assim sendo, o desenvolvimento futuro da RAEM deverá estar em estreita articulação com o 12.º Plano Quinquenal do País.

Com o objectivo de criar mais espaços para o desenvolvimento de Macau, e em articulação com a estratégia nacional de um desenvolvimento regional coordenado, a RAEM continuará a aprofundar a estratégia denominada “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos”, elevando o nível e o âmbito da cooperação regional. Como a prática demonstra, a concretização da política de diversificação adequada da economia depende não só de um maior reforço da acção governativa na Região, mas também de uma participação activa na cooperação regional, promovendo a complementaridade mútua das vantagens e o desenvolvimento concertado do sector industrial de toda a região, por forma a impulsionar o desenvolvimento diversificado da indústria de Macau.

A cooperação entre a RAEM e a Região do Delta do Rio das Pérolas foi elevada ao nível de estratégia nacional, o que nos proporciona novas oportunidades de desenvolvimento. Com a publicação e a implementação sistemática das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas e do Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha definiu-se o desenvolvimento da RAEM como “centro de turismo e de lazer a nível mundial”, o que acarreta mais exigências na próxima fase de desenvolvimento da RAEM e introduz uma nova dinâmica para uma participação mais eficiente da RAEM na cooperação regional. No próximo ano, o Governo da RAEM irá intensificar a cooperação com a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, em particular com a Província de Guangdong e Hong Kong, com vista a alargar o âmbito de cooperação, definir as respectivas prioridades, pôr em execução medidas de implementação pioneira e promover a complementaridade mútua em benefício de todas as partes.

Com o impulso conjunto dado à implementação das referidas Linhas Gerais, a cooperação entre a Província de Guangdong e Macau entrou numa nova fase histórica. Na sequência dos consensos alcançados nas reuniões conjuntas, realizadas no âmbito da cooperação entre a Província de Guangdong e Macau, iremos apostar na promoção da cooperação com a Província de Guangdong nas áreas da indústria e do comércio, na coordenação de planeamento de projectos prioritários, na interconexão das grandes infra-estruturas e na promoção de benefícios mútuos para o bem-estar social das duas partes. Pretendemos que Macau assuma um papel de relevo no desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, destacando-se como um “importante destino turístico de referência internacional na Região da Ásia Pacífico”, pelo que iremos promover itinerários com múltiplos destinos, ligados a vários locais desta região, e implementar faseadamente a promoção conjunta do turismo regional no resto do mundo. Pretendemos potenciar a política definida no Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau, que prevê o acesso de Macau a determinados sectores de actividade da Província de Guangdong, enquanto local pioneiro de implementação, no sentido de impulsionar a cooperação nos

sectores de serviços, e, de entre eles, o sector de exposições e convenções. Iremos aperfeiçoar e concretizar progressivamente projectos específicos, tais como a construção conjunta de uma zona habitacional de alta qualidade, promover a interconexão das infra-estruturas de trânsito a nível regional, nomeadamente a ponte Hong Kong–Zhuhai–Macau, transportes de carril e aeroportos, bem como aprofundar a cooperação nas áreas relacionadas com a vida das populações, designadamente, nas da educação, da cultura, da medicina e da saúde.

O desenvolvimento concertado de Macau e de Zhuhai constitui um importante elemento na cooperação entre as mesmas. A RAEM, não obstante continuar empenhada na cooperação Macau – Zhuhai a todos os níveis, terá como prioridades a construção do novo *Campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, que se prevê esteja concluído no prazo de três anos tal como planeado, a concretização da sua participação em moldes inovadores na exploração da Ilha da Montanha, como também pretende impulsionar activamente a conversão do “parque industrial transfronteiriço” num “parque de cooperação transfronteiriça”.

Estamos empenhados em desenvolver um estudo conjunto com a Província de Guangdong, no sentido de procurar definir sistemas e modelos inovadores que proporcionem condições favoráveis a uma diversificação adequada da economia de Macau. A nível interno, está a ser dada prioridade a trabalhos preparatórios, colaborando activamente com a Província de Guangdong na construção de um parque de cooperação industrial com características próprias, na Ilha de Montanha. Continuaremos a impulsionar a cooperação entre Zhuhai, Hong Kong e Macau, por forma a elevar a competitividade global das três regiões, tornando-as no conjunto de cidades mais dinâmico e competitivo a nível internacional na Região da Ásia Pacífico. Iremos aprofundar a cooperação entre a Província de Fujian e Macau, no sentido de promover o intercâmbio e a cooperação entre Macau e o Interior da China, nomeadamente no âmbito da melhoria da qualidade de vida das populações, da cultura e do desenvolvimento empresarial.

Continuaremos a dar ênfase ao papel de Macau como plataforma de serviços comerciais entre a China e os países de língua portuguesa, incentivando a cooperação económica e comercial do Interior da China e de Macau com os países lusófonos e assegurando serviços de intermediário de alta qualidade às pequenas e médias empresas que pretendam a expansão para outros mercados, investimentos mútuos e cooperação em termos de comercialização conjunta. Com a realização em Macau, no próximo ano, da Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, o intercâmbio e a cooperação cultural entre estes territórios serão reforçados. Daremos seguimento à promoção da cooperação económica e comercial com os países da União Europeia, apoiando as empresas da União Europeia e de Macau no estabelecimento de relações de cooperação comercial, em âmbitos mais alargados. Aproveitando a plataforma de cooperação da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, iremos intensificar a cooperação de Macau com os países da ASEAN nas áreas da economia, comércio e turismo. Como membro de várias organizações económicas internacionais, a RAEM dará ainda mais atenção ao evoluir das negociações comerciais multilaterais, por forma a promover o desenvolvimento económico e comercial da RAEM no exterior.

Com base no desenvolvimento saudável das relações entre Macau e Taiwan e aproveitando a mais valia da sua posição privilegiada, iremos promover uma cooperação de sucesso entre as duas partes nas áreas da economia e comércio, turismo e cultura, perspectivada para servir as pequenas e médias empresas de Taiwan, a sua população e os cidadãos de Macau que se encontram em Taiwan. O Governo continuará a apoiar as instituições de ensino superior de Macau para que as habilitações académicas por estas conferidas sejam reconhecidas em Taiwan, assim como dará o maior apoio ao desenvolvimento de iniciativas da sociedade civil, incentivando a realização de acções de intercâmbio e visitas mútuas entre empresas, associações e residentes dos dois territórios, de modo a aprofundar a comunicação e o conhecimento mútuo e a criar novas oportunidades de cooperação.

III. Implementação gradual da tomada de decisão política baseada em critérios científicos e empenhamento na edificação de um governo transparente

Nos últimos dez anos, a RAEM tem registado um desenvolvimento económico e vivido uma evolução social a um ritmo acelerado. Face às oportunidades e desafios futuros, o Governo, para além de consolidar o sistema de administração pública existente e aprofundar as medidas da sua reforma, irá também estabelecer, faseadamente, modelos de tomada de decisão política assentes em critérios mais científicos, democráticos e de maior transparência, pondo em prática a linha orientadora de um governo transparente que privilegie, acima de tudo, o interesse público.

O Governo considera os funcionários públicos como bens valiosos, pois têm contribuído com a sua dedicação e sabedoria para o desenvolvimento económico e social de Macau. O Governo pretende promover junto dos funcionários públicos valores de ética profissional consistente e de integridade, submetendo-se a si próprio à fiscalização pública. Com o intuito de aprofundar e consolidar o regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos e de modo a evidenciar o espírito de responsabilização, implementaremos vários diplomas e medidas importantes, nomeadamente o Estatuto dos Titulares dos Cargos Principais do Governo da RAEM e respectivas normas de conduta e os Padrões de Conduta do Pessoal de Direcção e de Chefia – Deveres e Responsabilidades na Violação dos Mesmos, a publicar no final do corrente ano, para além das leis em vigor, designadamente a Lei de Bases da Orgânica do Governo, a Lei dos Juramentos por Ocasão do Acto de Posse, o Regime Jurídico de Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais, o Regime Jurídico de Enquadramento das Fontes Normativas Internas, as Limitações Impostas aos Titulares do Cargo de Chefe do Executivo e dos Principais Cargos do Governo Após Cessação de Funções, as Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia e o regulamento administrativo sobre as Disposições Complementares do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia. Os titulares de cargos públicos dos diversos níveis devem ainda cumprir e aplicar,

com todo o rigor, a Lei Básica, dando o exemplo no cumprimento de convenções internacionais aplicáveis na RAEM e da legislação local em vigor.

A par de exigir dos titulares de cargos públicos de diversos níveis o cumprimento rigoroso dos seus deveres, o Governo tem-se, também, empenhado em criar um ambiente de trabalho justo e harmonioso para os funcionários públicos. No próximo ano, pretendemos promover activamente um modelo de coordenação e gestão centralizada de recursos humanos no sentido de implementar um sistema centralizado de recrutamento e de acesso. É com o objectivo de oferecer garantias aos funcionários públicos que lhes permita exercer melhor as suas funções que pretendemos aperfeiçoar o regime de apoio judiciário em processos judiciais em virtude do exercício de funções públicas, pelo que já procedemos à revisão da respectiva proposta de lei. No que respeita ao regime relativo aos subsídios e apoios dos trabalhadores dos serviços públicos, em vigor desde há longos anos, este será objecto de ajustamentos mediante a revisão do regime do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família. Além disso, está também previsto na proposta do Governo o aumento do valor do índice de vencimento para 62 patacas.

Pretendemos instituir novos regimes, encontrando-se já em estudo a definição de um regime de certificação da qualificação profissional que garanta a detenção de conhecimentos adequados em cada área profissional, consagre o estatuto profissional e regule os mecanismos de formação e avaliação para a qualificação profissional. Iremos intensificar a comunicação com a Assembleia Legislativa, criar um mecanismo de coordenação centralizada no âmbito dos trabalhos de revisão e elaboração de diplomas legais, definir o planeamento da produção legislativa e promover, conforme o grau de premência, projectos de diplomas relacionados com os assuntos cívicos e a qualidade de vida dos cidadãos, no sentido de garantir a execução das prioridades e das políticas da acção governativa da RAEM.

Decorridos dez anos, o Governo depara-se com a necessidade de integrar e reajustar oportunamente alguns serviços públicos. Em Janeiro do próximo ano, procederemos à fusão numa única entidade do Gabinete para a Reforma Jurídica e do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, a qual será responsável pela coordenação da produção legislativa. O Fundo de Segurança Social será integrado na tutela da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura e o Fundo de Pensões na tutela da Secretaria para a Administração e Justiça.

Com vista à regulamentação e à modernização contínua do Regime de Administração Financeira Pública e do seu modelo de funcionamento, a Lei de Enquadramento Orçamental encontra-se em revisão e o Regime de Administração Financeira Pública está a ser objecto de aperfeiçoamento, com vista a garantir a aplicação racional e eficaz dos recursos financeiros. A par disso, pretendemos criar um regime de reserva financeira adaptado à realidade de Macau e orientado fundamentalmente para ser uma reserva financeira composta por duas partes, a reserva básica e a reserva extraordinária, sendo o valor da primeira correspondente a 1,5 vezes do total das despesas dos serviços integrados e dos dotados de autonomia ad-

ministrativa constante da última Proposta do Orçamento sujeita à apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa, sendo a reserva extraordinária constituída pelo valor remanescente do capital. A movimentação da reserva financeira deve ser precedida da apreciação e aprovação da proposta anual do Orçamento ou da Proposta de Revisão Orçamental pela Assembleia Legislativa. A capitalização da reserva financeira provirá da injeção do Fundo de Reserva da RAEM, dos saldos financeiros de anos anteriores, dos saldos que se venham a verificar posteriormente em cada ano financeiro e dos ganhos em investimentos a realizar. O investimento e a gestão do capital da reserva financeira, segundo princípios que visem a sua protecção contra a inflação e valorização, serão da competência da Autoridade Monetária de Macau, que procederá periodicamente à publicação dos respectivos dados.

O Comissariado Contra a Corrupção reforçará a fiscalização sobre os sectores público e privado, no sentido do combate a actos ilícitos de corrupção. Com a intensificação das acções de sensibilização e de intercâmbio junto dos diversos sectores sociais, proceder-se-á à divulgação da imperatividade do cumprimento da lei, por forma a consciencializar funcionários públicos e cidadãos da importância da actuação íntegra e do respeito pela lei. Paralelamente, estão em curso os trabalhos de revisão do Regime de Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais, aplicável aos trabalhadores da Administração Pública.

O Comissariado da Auditoria pretende realizar acções de sensibilização quer junto dos serviços públicos, em matéria de poupança de recursos, quer junto da população, com vista à divulgação dos trabalhos de auditoria, promovendo-se, nos sentidos horizontal e vertical, o conceito sobre o aproveitamento adequado dos recursos financeiros e dos demais recursos da Administração, com vista a melhorar a sua função de apoio ao Governo na racionalização dos recursos públicos, e bem assim elevar a qualidade e eficiência das auditorias.

Com a criação do mecanismo de Porta-Voz do Governo no início do corrente ano, reforçou-se a transparência da governação, a resposta sobre a actuação da Administração e estabeleceu-se um mecanismo de comunicação com os meios de comunicação social. Nessa sequência, o Governo pretende otimizar o regime de Porta-Voz, intensificar a formação do pessoal, reagir em tempo oportuno face a todas ocorrências sociais e diversificar as iniciativas de divulgação de informações relativas à Administração ou informações actualizadas relativas a contingências verificadas junto do público, através dos meios de comunicação social.

Está em curso a revisão, de forma sistemática, da Lei de Imprensa e da Lei de Radiodifusão. Na sequência do estudo do documento orientador de revisão destas duas leis, será lançado junto da população um inquérito sobre a revisão destes diplomas e elaborados posteriormente os respectivos projectos iniciais de revisão, que serão igualmente objecto de consulta.

No sentido de otimizar o mecanismo de consulta e a comunicação entre o Governo e a população, serão no próximo ano implementadas as Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas. Aperfeiçoaremos o desempenho dos actuais órgãos consultivos do Governo, no que respeita à recolha dos contributos dos vários sectores profissionais e

das opiniões da população, com vista à definição ou revisão de medidas e políticas consentâneas com a realidade social.

Pretende-se que com a criação do Gabinete de Estudo das Políticas, o Chefe do Executivo disponha de dados referenciais e analíticos sobre problemas estruturais da sociedade e respectiva evolução que o habilitem a uma tomada de decisão científica. A investigação e estudos a desenvolver por este gabinete serão gradualmente alargados a outros âmbitos, por forma a fundamentar teórica e cientificamente as acções governativas.

O salutar desenvolvimento da RAEM nestes últimos 11 anos é demonstrativo da adequação do sistema político consagrado na Lei Básica à realidade social de Macau. Cumprindo-lhe a execução rigorosa das disposições da Lei Básica e a audição da população e dos diferentes sectores, o Governo, de acordo com os interesses globais, o desenvolvimento de longo prazo da RAEM e com base no consenso social, irá lidar empenhada e escrupulosamente com a questão do futuro desenvolvimento do sistema político da RAEM.

Terceira Parte

Planear o futuro alicerçados no presente – Conclusão

Planear o futuro alicerçados no presente – Conclusão

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Desde o retorno de Macau à Pátria, quer o Governo da RAEM, quer a população de Macau, têm-se empenhado com sucesso no desenvolvimento económico e na melhoria da qualidade de vida da comunidade, demonstrativos do futuro brilhante e grandioso da aplicação do princípio “um País, dois sistemas”. Contudo, face às constantes alterações das circunstâncias sociais internacionais e do processo de desenvolvimento interno e externo, torna-se necessário ajustar adequadamente o posicionamento de Macau e melhorar constantemente os regimes existentes, com os objectivos de construir um centro de turismo e de lazer a nível mundial, garantir o desenvolvimento sustentável da RAEM e elevar continuamente a qualidade de vida da população.

O nosso plano de desenvolvimento para a construção de um centro de turismo e de lazer a nível mundial impõe a optimização constante do ambiente, que permita a existência de espaços com baixas emissões de carbono, convenientes, confortáveis e agradáveis. Estamos conscientes dos factores restritivos com que nos deparamos, dos quais destacamos a limitação de recursos de solos, a carência de recursos turísticos naturais, as condições de desenvolvimento urbano limitadas e as necessidades de recursos humanos. No entanto, confiamos que, através da cooperação regional, complementar e concertada, as limitações geográficas podem ser superadas.

Assim, o Governo está empenhado, em comunhão de esforços e com espírito de solidariedade, na construção de um ambiente administrativo regulamentado, transparente e justo, auscultando amplamente opiniões dos vários sectores sociais e profissionais e a população em geral, melhorando e optimizando continuamente os regimes existentes. Desde o início do terceiro mandato, o Governo tem tido constantemente presente a missão sagrada que lhe é confiada e orienta-se pelo lema “progresso na tradição, mas também na inovação”, por isso cumprimos as metas que havíamos prometido. Continuaremos, com o apoio de todos os trabalhadores da Administração Pública e dos cidadãos, proactivamente e de modo inovador a fazer face aos desafios desta nova época, agregando saberes e experiências e trabalhando em conjunto para concretizar os objectivos das acções governativas.

Rejubilamos pelo sucesso alcançado a nível mundial pela Pátria Mãe. O acelerado desenvolvimento do nosso País é premissa do progresso socio-económico da RAEM. A História demonstra que no passado e no presente, como o será no futuro, o desenvolvimento e os destinos de Macau e do País estão intimamente ligados, evoluindo no mesmo sentido. O sucesso por nós alcançado desde o Regresso depende na sua essencialidade do apoio do Governo Popular Central. Consolidando as actuais vantagens, iremos fomentar o crescimento económico em novas áreas, construiremos cidades ideais para viver e apostaremos na intensificação da cooperação regional e no estabelecimento de um relacionamento favorável a todas as partes.

Chegados a consenso, na sequência de diálogo, a Província de Guangdong, Hong Kong e Macau estabeleceram como missão regional a construção de um espaço de vida de qualidade, e tomando como referência as experiências da China e de outros países definiram medidas para um desenvolvimento de longo prazo.

Com as bases já alicerçadas e com o apoio de todos os cidadãos, construiremos uma cidade de Macau com características culturais, orientais e ocidentais, fascinante e deslumbrável. Confiamos que, na sequência da definição adequada do seu posicionamento e através de um auto-aperfeiçoamento contínuo, e enquanto cidade de coexistência cultural e de desenvolvimento sustentável, Macau garanta a transmissão às gerações vindouras das virtudes tradicionais dos cidadãos de Macau herdadas dos antigos – honestidade, bondade, diligência, dedicação à sabedoria, respeito pelos idosos, solidariedade e convivência harmoniosa entre comunidades. Mais confiamos na construção de uma sociedade estável e de uma cidade segura; no crescente, ordenado e diversificado desenvolvimento económico-social, com regimes de segurança social e de acção social cada vez mais assegurados; na garantia do acesso ao Conhecimento; na garantia da qualidade de vida dos nossos idosos; na garantia do direito à habitação; na garantia de oportunidades de escolha no desenvolvimento individual; na garantia do acesso a serviços e assistência médica; na garantia do direito à saúde de acordo com os padrões da Organização Mundial de Saúde; na garantia da elevação gradual da qualidade do ensino; na garantia de um crescimento saudável dos mais jovens; na garantia de espaços de maior liberdade para os jovens; na garantia de um planeamento urbano humanista e científico e da coexistência harmoniosa do histórico e do moderno; na garantia de uma cidade higiénica e panorâmica, dotada de uma rede de transportes convenientes e de adequados equipamentos e infra-estruturas de lazer, culturais e desportivas, e na garantia da qualidade de vida dos cidadãos, nas suas dimensões psicossociais e materiais.

Para a concretização destas metas de desenvolvimento, e para além da satisfação das necessidades concretas e reais, impõe-se-nos a todos que congreguemos as nossas forças no sentido da edificação de Macau como sociedade de valores humanistas, alicerçada em cidadãos dotados de valores estruturantes, cidade saudável e ideal onde todos podem ser felizes e queiram viver e trabalhar, apostados em torná-la um centro de turismo e de lazer a nível mundial que atrai visitantes de todos os lados do Mundo.

No ano de 2011, devemos aproveitar as raras oportunidades que nos são oferecidas para entrarmos numa nova época de progresso. O Governo da RAEM irá agir pragmaticamente na adopção de medidas e estratégias científicas, no combate à corrupção, na promoção da transparência da actuação governativa e na construção de um Governo transparente. Iremos promover empenhadamente um desenvolvimento socio-económico concertado, acelerar a diversificação adequada da economia, dar soluções concretas aos problemas mais prementes do quotidiano da população, promover a protecção ambiental, reforçar a formação cívica, assegurar o bem-estar social e acumular riqueza para as novas gerações.

Apesar do progresso económico contínuo e da melhoria constante da qualidade de vida da população, os novos desafios emergentes do processo de desenvolvimento social exigem

do Governo da RAEM uma intervenção activa e responsável; resposta oportuna às preocupações sociais; cumprimento rigoroso da Lei Básica; pragmatismo no desenvolvimento e na optimização do serviço público, na tradição mas também na inovação; tomada de decisões científicas com base nas opiniões e aspirações dos cidadãos; promoção do desenvolvimento sustentável em esforço comungado com a população e um trabalho conjunto em prol da qualidade da vida em Macau.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa, à equipa de trabalhadores da Administração Pública e a todos os cidadãos pelo tanto que contribuíram, no ano que passou, para a execução da acção governativa, e ao Governo Popular Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande apoio que têm vindo a proporcionar ao desenvolvimento da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os meus agradecimentos.

Apêndice:

Calendário das principais acções governativas das diversas áreas para o ano de 2011

Propostas de lei do Governo da RAEM para o ano de 2011

N.º	Designação de diploma	Data prevista de envio à AL
1.	Alteração ao Regulamento do Imposto do Selo	1.º trimestre de 2011
2.	Lei da Actividade de Mediação Imobiliária	1.º trimestre de 2011
3.	Alteração à Lei sobre Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais	1.º trimestre de 2011
4.	Regime de Construção e Venda de Habitação Económica	2.º trimestre de 2011
5.	Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos	2.º trimestre de 2011
6.	Regime de Previdência Central	2.º trimestre de 2011
7.	Código Tributário	2.º trimestre de 2011
8.	Regime jurídico da videovigilância	2.º trimestre de 2011
9.	Regime Geral de Apoio Judiciário	3.º trimestre de 2011
10.	Quadro geral do regime do pessoal docente das escolas particulares	3.º trimestre de 2011
11.	Regime de compra e venda de habitação em construção	4.º trimestre de 2011
12.	Lei de salvaguarda do património cultural	2.º trimestre de 2011
13.	Regime jurídico da acreditação, registo, inscrição e qualificação profissional de técnicos no âmbito da edificação e do urbanismo	4.º trimestre de 2011
14.	Revisão do Código de Processo Penal	4.º trimestre de 2011
15.	Regime Jurídico da Construção Urbana	4.º trimestre de 2011

Calendário das principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2011 (Domínio da Administração Pública)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
I Regulamentação das consultas sobre políticas e aumento da eficácia das consultas				
1.	Implementação das "Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas"	Implementação de forma plena dessas "Orientações" nos diversos organismos públicos, procedimento de recolha de opiniões e, bem assim, prestação de esclarecimentos e apoio aos organismos públicos.	2011	Durante todo o ano
2.	Definição do plano de estudo relativo ao regime geral da Função Pública	Desenvolvimento das acções de estudo de forma ordenada e multidireccional.	2011	Tarefa contínua
II Coordenação e gestão centralizada dos funcionários públicos				
3.	Implementação do recrutamento e promoção centralizados	Uniformização do tratamento e da regulamentação do recrutamento e, bem assim, definição e procedimento da preparação da regulamentação sobre acesso e formação e realização das respectivas acções de formação.	2010	Tarefa contínua
4.	Regime de conciliação e disciplinar central	As acções de consulta serão concluídas em 2011, iniciando-se, deste modo, a elaboração dos respectivos projectos de lei.	2008	Tarefa contínua
5.	Tratamento independente das queixas apresentadas pelos trabalhadores da Administração Pública	Realização de estudos sobre a criação de um mecanismo independente para assegurar um tratamento justo e imparcial das queixas apresentadas pelos trabalhadores da Administração Pública.	2011	Tarefa contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6.	Revisão do regime de contratos dos trabalhadores da Administração Pública	Apresentação da proposta de revisão em 2011, propondo a sua entrada em processo legislativo.	2010	Durante todo o ano
7.	Instituição do sistema de gestão integrada de recursos humanos e tomada de decisões	Conjugação da "base de dados central de recursos humanos" com o "sistema de gestão dos cursos de formação e o sistema de gestão de pessoal".	2010	2011
III Melhoramento das funções das estruturas e da coordenação inter-serviços				
8.	Melhoramento das funções estruturais	Realização de forma contínua e faseada da revisão e coordenação das estruturas orgânicas do Governo.	Tarefa contínua	Tarefa contínua
9.	Reestruturação dos organismos concernentes da área da Administração e Justiça	<p>1. Reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, de forma a constituir, por um lado, um organismo com as funções de coordenação central dos funcionários públicos, e por outro lado, dotá-lo das funções de estudo, coordenação e reforma nos assuntos da Administração Pública, nomeadamente o aperfeiçoamento do atendimento ao público, os estudos sobre a Administração Pública, a avaliação dos resultados e a divulgação das funções do Governo;</p> <p>2. Fusão e reestruturação do Gabinete para a Reforma Jurídica e do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, visando o fortalecimento da coordenação central da reforma jurídica, de modo a enviair esforços para impulsionar o planeamento da produção legislativa</p>	2010	2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		no Governo da Região Administrativa Especial de Macau, dando prioridade aos projectos de diplomas legais relacionados com os assuntos cívicos e a qualidade de vida dos cidadãos, para além de supervisionar e apoiar os organismos das diversas áreas na produção legislativa de acordo com os prazos fixados, correspondendo, deste modo, às solicitações sociais e da Assembleia Legislativa.		
IV Reforço da responsabilização dos titulares de cargos públicos				
10.	Regulamentação da responsabilização dos titulares de cargos públicos	Em articulação com a implementação da Lei n.º 22/2009 (Limitações impostas aos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos do Governo após cessação de funções), vamos criar uma comissão e estabelecer os critérios de apreciação dos pedidos de autorização dos ex-titulares dos referidos cargos para o exercício de actividade privada, efectuando a respectiva análise e emitindo parecer.	2011	Durante todo o ano
V Intensificação da promoção da integridade e utilização correcta dos recursos				
11.	Articulação com as acções do Comissariado Contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria	<ol style="list-style-type: none"> 1. Impulso da sistematização na edificação e da transparência dos assuntos públicos; 2. Regulamentação e sistematização das orientações, sugestões e recomendações do Comissariado Contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria; 3. Intensificação da divulgação das acções educativas no âmbito da incorruptibilidade e promoção da utilização correcta dos recursos públicos através dos cursos de formação. 	Tarefa contínua	Tarefa contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
VI Aumento da eficiência e transparência no tratamento das opiniões				
12.	Serviço de consulta <i>online</i> sobre o andamento dos processos, a efectuar pelo Centro de Informações ao Público	Desenvolvimento de sistemas, implementando os respectivos serviços.	2011	Durante todo o ano
13.	Nova versão do Sistema Electrónico de Tratamento de Queixas Inter-serviços	Apresentação do referido sistema aos diversos organismos públicos e respectiva implementação.	2011	Durante todo o ano
VII Aperfeiçoamento da rede de prestação de serviços públicos				
14.	Incremento da eficiência do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau	Em finais de 2011, proceder-se-á à conclusão da segunda fase das obras de instalação e à preparação da terceira fase, permitindo aos organismos públicos que prestem serviços ao público fornecer os respectivos serviços naquele centro.	2008	Tarefa contínua
15.	Aprofundamento do Programa de Carta de Qualidade e do inquérito do grau de satisfação dos cidadãos	1. Será efectuada a análise e a revisão das acções de reavaliação da qualidade, assim como será definida a orientação do desenvolvimento numa fase posterior, sendo estabelecidos os novos objectivos no âmbito do Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade; 2. Prosseguimento da realização do inquérito do grau de satisfação dos cidadãos.	2011	Tarefa contínua
16.	Implementação do Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade	Serão encorajados os organismos públicos que reúnam as condições necessárias a candidatar-se ao referido prémio, cabendo à Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos efectuar a respectiva apreciação.	2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
VIII Promoção dos padrões de certificação internacional para sistemas de gestão (ISO)				
17.	Alargamento das acções de certificação internacional para sistemas de gestão pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	No âmbito de certificação está incluída a análise laboratorial da qualidade de água, a gestão de qualidade, a gestão ambiental e a gestão da segurança e higiene ocupacional.	2011	Durante todo o ano
18.	Edificação do sistema de gestão da Direcção dos Serviços de Identificação	1. Apresentação de propostas para a prestação de serviços com maior qualidade e para a melhoria dos procedimentos de trabalho, à medida que for realizada a conclusão e revisão dos resultados alcançados na primeira fase do processo de melhoramento no ano de 2011; 2. Conclusão da certificação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação (ISO 27001) para todas as áreas de serviço daquele organismo em 2012.	2011	Tarefa contínua
IX Reforço da formação e assistência aos funcionários públicos				
19.	Criação do Centro de Formação dos Trabalhadores da Função Pública	Entrada em funcionamento pleno, procedendo-se à intensificação das funções de coordenação e de planeamento.	2007	Durante todo o ano
20.	Implementação do serviço de apoio psicológico aos funcionários públicos	Implementação do serviço de apoio psicológico aos funcionários públicos no ano de 2011, em colaboração com os organismos da área da Saúde e de Acção Social e as associações profissionais da sociedade civil.	2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
21.	Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, em colaboração com a União Europeia	O primeiro curso será concluído em 2011, iniciar-se-á enquanto o segundo curso, prevendo-se o preenchimento de 40 vagas de tradutores profissionais até 2012.	2010	2013
X Desenvolvimento dos serviços electrónicos e gestão da segurança da informação				
22.	ePass	Em 2011, será alargado o seu âmbito de aplicação, efectuada a coordenação dos organismos públicos com vista ao lançamento de mais serviços electrónicos, assim como edificada uma estrutura de reconhecimento inter-serviços.	2009	Tarefa contínua
23.	Estudo e adopção de uma nova geração de quiosques informáticos	Efectuar-se-á um estudo sobre as necessidades dos utilizadores, assim como se procederá à aquisição e desenvolvimento dos sistemas necessários, lançando, deste modo, uma nova geração de quiosques informáticos.	2011	Durante todo o ano
24.	Aperfeiçoamento do Centro de Dados do Governo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação do serviço de recuperação de danos dos sistemas informáticos, bem como do serviço informático cloud computing; 2. Obtenção da certificação internacional ISO 27001 para a segurança da informação; 3. Prestação do serviço de fiscalização da segurança das redes informáticas que estará disponível 24 horas. 	2011	Durante todo o ano

Calendário das principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2011 (Domínio da Justiça)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
I Reforço da coordenação central da reforma jurídica e maior empenho no impulso do plano legislativo				
1.	Reforço da coordenação central das acções de reforma jurídica	<p>1. Entrada em funcionamento do organismo de coordenação central da reforma jurídica após a sua reestruturação, reforçando assim a coordenação das acções de reforma jurídica;</p> <p>2. Articulação activa com as várias áreas de acção governativa, de forma a definir os diplomas legais mais ligados aos assuntos cívicos e à vida da população;</p> <p>3. Criação de um sistema de rede específico para acompanhamento, exigindo aos diversos organismos públicos o cumprimento rigoroso das Orientações sobre o Circuito de Produção de Projectos de Diplomas Legais;</p> <p>4. Procedimento de forma regulada e ordenada às consultas junto da população consoante as exigências das "Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas".</p>	01/2011	Tarefa contínua
II Impulso das acções de recensão e adaptação legislativa				
2.	Recensão e adaptação das leis previamente vigentes em Macau	<p>1. Divulgar-se-á o inventário das leis com vista à auscultação das opiniões dos diversos sectores sociais, nomeadamente dos profissionais da área do Direito;</p> <p>2. Apresentar-se-á a proposta de viabilidade sobre a legislação da adaptação legislativa;</p>	03/2010	Durante todo o ano (projecto completo a concluir em 2013)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
3.	Estudo, tradução e edição	3. Desenvolvimento pleno das acções de verificação da versão chinesa e portuguesa dos grandes Códigos e das leis mais importantes. Conclusão das "Anotações relativas à Revisão do Código Comercial" e impulso do estudo sobre a Lei Penal, a Lei Civil, a Lei Processual Civil e a Lei Comercial, entre outros. Edição da tradução em língua chinesa de estudos académicos e monografias no âmbito da administração judicial e da administração pública.	01/2011	Durante todo o ano
III Impulso contínuo das acções referentes à produção e revisão de diversos diplomas legais				
4.	Código Comercial (Contrato de Seguros)	Será remetido ao Conselho Executivo, propondo a entrada em processo legislativo. Serão desenvolvidas as acções de produção do texto do respectivo projecto de lei, após a solicitação de parecer sobre a definição da forma legislativa a optar e o conteúdo e critérios da produção legislativa junto dos organismos públicos competentes.	03/2010	Durante todo o ano
5.	Revisão do Código de Processo Penal		12/2009	Durante todo o ano
6.	Legislação complementar sobre a Guarnição em Macau		2010	Durante todo o ano
7.	"Regime de contratos de trabalho dos trabalhadores dos serviços públicos"		2010	Durante todo o ano
8.	Lei de Cooperação Judiciária Regional em Matéria Penal		2010	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
9.	Revisão do Código de Processo Civil	Desenvolvimento da consulta concernente, aperfeiçoando cada vez mais o texto do respectivo projecto de lei.	12/2009	Durante todo o ano
10.	Código Civil	Revisão do "regime de propriedade horizontal" e realização de consulta pública, bem como apresentação da respectiva proposta de alteração.	3.º trimestre de 2010	Durante todo o ano
11.	Lei de Bases da Organização Judiciária	Desenvolvimento das acções de revisão, aperfeiçoando cada vez mais o funcionamento dos órgãos judiciais e aumentando a eficiência judicial e sua qualidade.	01/2011	Durante todo o ano
12.	Regime geral de apoio judiciário	Será apresentada proposta de alteração conforme os resultados do estudo e consulta realizados, após a auscultação das opiniões dos órgãos judiciais e dos diversos sectores sociais.	10/2010	Durante todo o ano
13.	"Regimes disciplinar e de conciliação dos trabalhadores dos serviços públicos"	Serão concluídas, em 2011, as consultas concernentes, assim como serão elaboradas as respectivas propostas de lei.	2010	Durante todo o ano
14.	Código do Registo Comercial	Aguarda-se actualmente a submissão da proposta de lei ao Conselho Executivo para a entrada em processo legislativo.	2009	Durante todo o ano
15.	Código do Registo Civil	Concluíram-se as acções fundamentais de revisão, pelo que será organizada a entrada em processo legislativo do respectivo projecto de lei após a auscultação final das opiniões do Conselho dos Registos e Notariado.	2009	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
16.	Código do Notariado e Código do Registo Predial	Concluiu-se de forma preliminar a revisão dos projectos de lei, motivo pelo qual será efectuada a introdução dos devidos ajustamentos, em articulação com as necessidades de regulação do funcionamento do mercado imobiliário.	2009	Durante todo o ano
17.	Regime de Compensação dos Titulares do Cargo de Chefe do Executivo e dos Principais Carregos na Aposentação/Desligação do Cargo	Concluiu-se a versão preliminar, a qual está em fase de aperfeiçoamento mais profundo.	2010	Durante todo o ano
18.	Regulamentação de Material Pornográfico e Regulamento de Controlo de Material Pornográfico	Está em curso a recolha e o estudo das informações concernentes obtidas em outras regiões, visando um maior aperfeiçoamento dos respectivos projectos.	2009	Durante todo o ano
19.	Regime de Compensação da Região Administrativa Especial de Macau	Concluiu-se o estudo de direito comparado, bem como o texto do respectivo projecto, pelo que se procede actualmente à recolha das opiniões dos organismos públicos competentes, em função das quais se introduzirão os ajustamentos no referido texto.	2009	Durante todo o ano
IV Divulgação jurídica				
20.	1) Divulgação da Lei Básica	1. Dar-se-á continuidade ao aprofundamento da divulgação da Lei Básica, assim como serão organizadas actividades de divulgação neste âmbito;	01/2011 01/2011	Durante todo o ano Tarefa contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>2. Iniciar-se-á o estudo de viabilidade da instalação de um pavilhão de exposições relativas à Lei Básica, através do qual se permitirá, por um lado, alargar os efeitos de divulgação, e por outro lado, proceder à sistematização da organização e exposição das informações concernentes.</p>		
	2) Acções de generalização do Direito junto da camada juvenil	<p>1. Será efectuada a sistematização e interligação de um conjunto de cursos de generalização do Direito nos estabelecimentos de ensino;</p> <p>2. Aprofundamento da formação de jovens voluntários das "Forças de Divulgação Jurídica", de modo a formar essencialmente um grupo de jovens conhecedores das leis de Macau e conferir-lhes influência de pares nos seus comportamentos;</p> <p>3. Realização de uma série de actividades destinadas aos jovens, com vista a divulgar, através de formas mais dinâmicas como jogos e actividades de grupo, os direitos da criança e a legislação sobre os jovens.</p>	01/2011	Durante todo o ano
	3) Desenvolvimento de diversas actividades de divulgação jurídica sobre temas específicos	<p>1. Divulgação de forma activa das novas leis publicadas e dos diplomas legais estreitamente relacionados com a vida da população;</p> <p>2. Continuação do recurso a artigos e colunas nos jornais, aos órgãos de comunicação social e à organização de bazares, exposições, concursos temáticos, colóquios e workshops para transmitir e fazer chegar aos cidadãos as informações jurídicas;</p>	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>3. Desenvolvimento de formas de divulgação jurídica através da internet;</p> <p>4. Participação nas actividades de promoção jurídica realizadas pelos organismos do Interior da China, de modo a dar a conhecer aos nossos compatriotas as leis de Macau.</p>		
V Reforço do diálogo com a Assembleia Legislativa e articulação com as acções a desenvolver pelo órgão legislativo				
21.	Articulação com as acções do órgão legislativo	<p>1. Maior intensificação do diálogo com a Assembleia Legislativa, procedimento de ampla auscultação de opiniões sobre a organização do plano legislativo e a adaptação das leis pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau e, bem assim, efectuar de forma ordenada a apresentação das propostas de lei, para além de divulgar oportunamente o andamento das acções do plano legislativo;</p> <p>2. Aperfeiçoamento das propostas de lei, estabelecendo um diálogo estreito com a Assembleia Legislativa;</p> <p>3. Revisão e aperfeiçoamento de forma oportuna das "orientações sobre o envio de respostas às interpelações escritas".</p>	01/2011	Durante todo o ano
VI Articulação com a administração judicial nos órgãos judiciais				
22.	Introdução das aplicações da tecnologia informática	Efectuar-se-á, após uma ampla auscultação das opiniões dos tribunais sobre o "Relatório de Estudo relativo à Informatização do Processo Civil", a introdução faseada das aplicações das tecnologias de informática, visando aumentar a eficiência judicial e sua transparência e reduzir os custos processuais envolvidos.	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
23.	Simplificação dos processos judiciais	Em articulação com a nomeação de dois magistrados como membros do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica pelo Chefe do Executivo, criar-se-á um grupo especializado para auxiliar e acelerar a conclusão da revisão do estudo sobre as leis processuais e a Lei de Bases da Organização Judiciária, com vista à apresentação das respectivas propostas e simplificação dos processos judiciais.	01/2011	Durante todo o ano
24.	Reforço do mecanismo de arbitragem	O Conselho Consultivo da Reforma Jurídica concluirá o "Relatório de Estudo sobre as Questões relativas ao Impulso do Mecanismo Não-Processual de Resolução de Conflitos na Região Administrativa Especial de Macau", a partir do qual será efectuado o estudo e a análise da actual situação e das perspectivas de aplicação do mecanismo de arbitragem e conciliação de Macau, para além de ser apresentada a proposta de legislação.	01/2011	Durante todo o ano
25.	Terceiro Curso de Formação de Magistrados	Conclusão do Terceiro Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público.	05/2009	2.º trimestre de 2011
26.	Quarto Curso de Formação de Magistrados	Prevê-se que a 1ª fase decorra de Julho de 2011 a Julho de 2012, e a segunda fase desde Julho de 2012 a Julho de 2013.	07/2011	2.º trimestre de 2013
27.	Cursos de formação de oficiais de justiça	1. Conclusão do Curso de Formação para Acesso à Categoria de Escrivão Judicial Adjunto e de Escrivão do Ministério Público Adjunto;	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>2. Segundo Concurso de Admissão ao Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça Judicial e de Oficial de Justiça do Ministério Público;</p> <p>3. Terceiro Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça Judicial e de Oficial de Justiça do Ministério Público.</p>		
28.	Actividades de formação contínua e de reciclagem dos magistrados	Prosseguimento oportuno da formação contínua e de reciclagem destinada aos magistrados.	01/2011	Durante todo o ano
VII Prossecução do desenvolvimento da formação jurídica				
29.	Formação jurídica	Aprofundamento contínuo das actividades de formação jurídica desenvolvidas no âmbito da Lei Básica, produção legislativa, linguagem jurídica, Direito Internacional, arbitragem e conciliação, entre outros; e organização de formação permanente e contínua de demais actividades de formação jurídica.	01/2011	Durante todo o ano
30.	2.ª Fase do Programa de Cooperação na Área Jurídica entre a União Europeia e Macau	Organização de seminários e <i>workshops</i> sobre "Criminalidade de Informática", "Direito dos Consumidores", "Cooperação Judiciária", "Produção Legislativa", "Protecção dos Recursos Hídricos", "Direitos Fundamentais e Liberdades", entre outros.	01/2011	Durante todo o ano
31.	Organização de actividades de formação a pedido da Associação dos Advogados de Macau	Desenvolvimento de acções de formação no âmbito do Processo Civil, Processo Penal, Processo Contencioso Administrativo, entre outros.	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
VIII Aperfeiçoamento dos Assuntos do Direito Internacional				
32.	Acompanhamento das acções relativas ao "Acordo de cooperação judiciária em matéria penal" com o Interior da China	O projecto da proposta está em fase de apreciação pelo Grupo de Trabalho para a Cooperação Judiciária, após a qual prosseguirão as negociações com o Interior da China.	2002	Tarefa contínua
33.	Cooperação com Hong Kong	Acompanhamento das acções relativas ao "Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação e Notificação de Actos Judiciais em Matéria Civil e Comercial" e ao "Acordo de Auxílio Mútuo em Processos Penais".	2004	Tarefa contínua
34.	Cooperação com outros países	<ol style="list-style-type: none"> 1. Continuação do acompanhamento do "Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal" e "Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas" com a República da Mongólia; 2. Acompanhamento do "Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a Região Administrativa Especial de Macau e Cabo Verde"; 3. Acompanhamento da execução do "Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a Região Administrativa Especial de Macau e a República Democrática de Timor-Leste"; 4. Acompanhamento do "Acordo sobre a Confirmação e Execução Recíprocas de Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial entre a Região Administrativa Especial de Macau e a União Europeia"; 	2009	Tarefa contínua

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
35.	Outros assuntos do Direito Internacional	<p>5. Conclusão das negociações relativas à assinatura do "acordo de transferência de pessoas condenadas" com a República das Filipinas;</p> <p>6. Conclusão das negociações relativas à assinatura do "acordo de transferência de pessoas condenadas" com a Tailândia;</p> <p>7. Acompanhamento do "Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal" e do "Acordo de transferência de infractores em fuga" entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o Governo Coreano";</p> <p>8. Acompanhamento do projecto do "Acordo de Cooperação Jurídica entre a Região Administrativa Especial de Macau e a República Federativa do Brasil".</p>	2000	Tarefa contínua
		<p>1. Participação como membro da delegação chinesa em actividades desenvolvidas na área jurídica, no âmbito dos novos tratados internacionais e no âmbito da análise da aplicação dos tratados existentes; promover ou assegurar a adesão da Região Administrativa Especial de Macau às organizações internacionais e regionais;</p> <p>2. Continuidade da emissão dos pareceres solicitados ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau, nos termos do disposto no artigo 138.º da Lei Básica;</p> <p>3. Promoção ou coordenação dos preparativos de elaboração de relatórios, designadamente os relatórios sobre a execução dos tratados no âmbito das Nações Unidas;</p>		

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>preparação da documentação para responder às questões levantadas pelos organismos internacionais, nomeadamente a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado; procedimento de elaboração de relatórios sobre a resolução de questões práticas respeitantes à forma de aplicação de determinados acordos internacionais;</p> <p>4. Prestação de apoio aos organismos competentes no fornecimento das informações solicitadas pelas instâncias internacionais em matérias da justiça; e prestação de consultoria jurídica em matéria de direito internacional aos organismos e entidades da Administração Pública;</p> <p>5. Promoção e acompanhamento da publicação dos instrumentos jurídicos internacionais e regionais aplicáveis à Região Administrativa Especial de Macau; recolha e estudo de normas, recomendações ou directivas emanadas das instâncias internacionais que se apliquem na Região Administrativa Especial de Macau e acompanhar a sua integração no ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, colaborando com os restantes serviços competentes na elaboração de projectos de propostas legislativas necessárias.</p>		

Calendário das principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2011 (Domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
I Resolução com todos os esforços do problema de inundações				
1.	Resolução do problema de inundações	<p>Com vista à resolução plena do problema de inundações que há já muito tempo perturba os cidadãos e as empresas, ao tratamento eficaz de águas residuais, ao escoamento atempado das chuvas e ao alívio da pressão de inundações sentida nas zonas baixas, serão desenvolvidas as seguintes acções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Substituição das válvulas de maré instaladas no Porto Interior e na Ribeira do Patane; 2. Aperfeiçoamento dos esgotos da Zona de San Kio e ligação à nova estação elevatória; 3. Construção da estação elevatória de águas residuais de Fai Chi Kei; 4. Início das obras de aperfeiçoamento dos esgotos e construção da estação elevatória de águas pluviais na Taipa; 5. Construção das estações elevatórias de águas pluviais no Porto Interior e em Fai Chi Kei. 	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
II Preparação da criação do "Centro de Segurança Alimentar" por fases				
2.	Preparação da criação do "Centro de Segurança Alimentar"	<ol style="list-style-type: none"> 1. Intensificar o respectivo mecanismo de operação conjunta, coordenar as acções relativas à segurança alimentar dos diversos serviços, bem como definir as funções legais assumidas pelo "Centro de Segurança Alimentar"; 2. Promover a avaliação de riscos, nomeadamente relativamente à recolha de informações, propagação de riscos, recolha de amostras no mercado, coordenação do tratamento de incidentes sobre a segurança alimentar, seguimento de incidentes, alertas e divulgação de informações; 3. Elaborar a página electrónica do "Centro de Segurança Alimentar"; 4. Instituir um mecanismo de troca de informações inter-serviços e definir as suas formas de ligação informática; 5. Proceder ao estudo sobre o mecanismo inter-serviços para resposta aos "grandes incidentes de segurança alimentar"; 6. Criar uma linha aberta para informações de incidentes, visando receber consultas e reclamações do público; 7. Reforçar a divulgação e educação, assim como encetar acções de consulta da Lei relativa aos estabelecimentos de géneros alimentícios perecíveis; 	01/2011	2014

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		8. A 3.ª fase de acções compreende o período de 2012 a 2014, a qual consiste principalmente no arranque da elaboração ou revisão de uma série de diplomas e na integração sucessiva do aperfeiçoamento de diplomas na agenda legislativa.		
III Concretização das instalações complementares do parque temático de pandas				
3.	Projecto de instalações	<p>No intuito de aumentar o valor apreciativo, informativo e de interesse do parque de pandas, iremos focar as atenções na optimização das suas instalações complementares, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Manter o funcionamento normal do parque e os cuidados prestados aos pandas e elevar através da formação profissional o nível de prestação de cuidados do pessoal; 2. Construir um auto-silo no lado oeste, fora do parque. O rés-do-chão do auto-silo servirá para o estacionamento de autocarros de turismo, enquanto os 1.º a 3.º pisos para os automóveis ligeiros e motociclos; 3. Reforçar as informações educativas relativas à conservação da Natureza e organizar acções educativas sobre pandas, permitindo aos visitantes a percepção, de diferentes pontos de vista, das informações sobre o ambiente ecológico e a sua conservação; 4. Ajustar a disposição das plantas à volta do parque, criar bosques de bambus e cultivar mais flores, para que o parque fique repleto de cores ainda mais diversificadas; 	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		5. Em articulação com as políticas e os objectivos da Região Administrativa Especial de Macau no âmbito da conservação dos pandas, cria-se o Fundo dos Pandas para promover o desenvolvimento nas áreas de criação, estudo e educação dos pandas em Macau.		
IV Limpeza dos bairros comunitários e aperfeiçoamento das instalações municipais				
4.	Embelezamento das vias públicas e dos bairros comunitários	<p>1. Embelezar as vias públicas e os bairros comunitários da Zona de Aterros da Areia Preta, de Sai Van, da Zona Central e da Barra, entre outros;</p> <p>2. Proceder a obras de aperfeiçoamento e de optimização das zonas de lazer situadas na Avenida 1 de Maio, no Lago de Sai Van, na Barra, no Jardim Hoi Keng e no Parque de Hac Sá.</p>	01/2011	4.º trimestre de 2011
5.	Realização de obras de arborização tridimensional em toda a Macau	Proceder à arborização tridimensional em todas as praças, parques municipais, depósitos de lixo, auto-silos, passagens superiores para peões e viadutos existentes em Macau que reúnam condições para isso.	01/2011	3.º trimestre de 2012
6.	Aperfeiçoamento de instalações de recolha de lixos de Macau	Reforçar a comunicação com os cidadãos das zonas e a respectiva consulta, bem como aperfeiçoar as acções nomeadamente relativas à escolha da localização, concepção e construção de depósitos de lixo, no sentido de elevar a qualidade de vida dos cidadãos, melhorar a higiene ambiental e construir uma cidade adequada à habitação.	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
7.	Aperfeiçoamento e construção de mais sanitários públicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir sanitário público na zona de barbecue de Hac Sá; 2. Aperfeiçoar o Jardim da Vitória e o respectivo sanitário público; 3. Ampliar o sanitário público nas Ruínas de São Paulo. 	01/2011	3.º trimestre de 2011
8.	Prosseguimento da promoção do projecto de classificação, separação e recolha de lixo reciclável	Aumentar o número de postos de recolha.	01/2011	Durante todo o ano
9.	Instalações de mercados	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver estudo sobre a optimização do apetrechamento do Mercado de São Domingos; 2. Instalar elevadores no Centro de actividades do Mercado de lao Hon. 	01/2011	Durante todo o ano
10.	Gestão de cemitérios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proceder ao estudo aprofundado relativamente à regulamentação sobre o estabelecimento de columbários; 2. Construir ossários no Cemitério Municipal da Taipá, no Cemitério de São Miguel Arcanjo, no Cemitério de Mong Há e no Cemitério de Coloane. 	01/2011	Durante todo o ano
11.	Optimização das instalações de parques	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reordenar o Jardim Municipal de Sun Yat Sen, incluindo renovar as paredes exteriores e as instalações e reconstruir a biblioteca; 2. Criar o hospital veterinário de pequena dimensão no Parque de Seac Pai Van, em articulação com a necessidade de reprodução dos pandas no futuro; 	01/2011	4.º trimestre de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		3. Construir o auto-silo público no Parque de Seac Pai Van; 4. Renovar o Jardim da Montanha Russa.		
V Enriquecimento dos tempos livres e aumento da qualidade de vida				
12.	Classes recreativas	Organizar mais de 30 classes recreativas, em cada dois meses, com vista ao enriquecimento das actividades de tempo livre dos cidadãos e ao aumento da sua qualidade de vida.	01/2011	Durante todo o ano
13.	Ornamentação com flores nas festividades	Proceder à ornamentação com flores na Festa da Primavera, no Dia Nacional, na festa do Bolo Lunar, na festividade em comemoração do Retorno de Macau à Pátria, no Natal e no Ano Novo, entre outros.	11/2010	Durante todo o ano
14.	Organização de exposições de flores e da Semana Verde	Organizar a exposição de orquídeas da Primavera, a 11.ª Edição do Festival de flores de lótus, exposição de orquídeas de Outono, exposição de bonsai, exposição de flores de grande escala em Dezembro e 30.ª Edição da Semana Verde de Macau. Participar na Exposição Internacional de Horticultura de Xí'an 2011.	01/2011	4.º trimestre de 2011
15.	Espectáculos especiais para a Festa da Primavera	1. Conjunto de festividades do Ano Novo Lunar do Coelho; 2. Exposição de costumes da Festa da Primavera (Hebei e Anhui); 3. Feira de produtos alusivos ao Ano Novo Lunar 2011, queima e venda de panchões, tendas provisórias para venda de pivetes e de moinhos de vento.	01/2011	1.º trimestre de 2011
16.	Instalações museológicas	Remodelar o museu das profissões tradicionais de Coloane.	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
17.	Organização de eventos culturais e artísticos diversificados	Espectáculos de Canções de Ópera Cantonesa da Cidade; Feira de Arte do Tap Seac; 2.ª Edição do Festival Recreativo; Concerto ao Anoitecer; Festival das Lanternas Tradicionais Chinesas; Programa de Leitura para Crianças e Jovens da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau 2011; Espectáculo em comemoração do Dia Nacional; Festa da Lusofonia; Festival "Macau Fringe"; Festas de passagem de Ano.	03/2011	Durante todo o ano
18.	Organização de exposições	Exposição especial de gravuras da Universidade de Pequim; Exposição da arquitectura brasileira; Exposição de pinturas ocidentais; Exposição de poemas, caligrafias e pinturas dos antigos amigos de Macau; Exposição Internacional de Arte da Bienal de Veneza; Exposição de obras de caligrafia e pintura dos "Quatro Wangs do início da Dinastia Qing"; Exposição de património cultural do Palácio Imperial.	03/2011	Durante todo o ano
VI Aprofundamento da educação cívica e promoção das relações de boa vizinhança				
19.	Preparação do planeamento geral de educação cívica e reforço da sua eficácia	1. Adoptaremos o modelo de trabalho "do parcial para o conjuntural", promoveremos uma ligação estreita e harmoniosa entre os elementos constituintes da cadeia "Indivíduo – Família – Associação – Bairro Comunitário – Cidade" e o afecto e entreatjada entre pessoas, bem como criaremos um bom clima social.	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>2. Mediante a forma de cooperação inter-serviços, estabeleceremos uma rede de serviços funcionais e de educação, no sentido de exercer influências activas respectivamente nos âmbitos de auscultação das opiniões da população, conhecimento de exigências, resolução de condições, promoção de comunicação, estabelecimento de relações e impulso da participação, entre outros.</p> <p>3. Ouviremos amplamente as opiniões das diferentes camadas da sociedade mediante diversas formas, nomeadamente visitas aos bairros comunitários, encontros associativos e palestras.</p> <p>4. Desenvolveremos actividades específicas com vista à concentração das forças de educação cívica, à sua infiltração profunda em todas as camadas, à elevação da consciência cívica e à construção em conjunto de uma sociedade harmoniosa.</p> <p>5. Desenvolveremos acções de boa vizinhança e promoveremos a comunicação e amizade entre cidadãos. Através de diferentes canais, designadamente meios de comunicação social, materiais didácticos e workshops, divulgamos Regulamento Geral dos Espaços Públicos, os conceitos de civismo, ética, entretajuda entre vizinhos, saúde e higiene, protecção ambiental e conservação de animais e plantas.</p>		

Calendário das principais acções governativas da área da Administração e Justiça para o ano de 2011 (Outros domínios)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
I Assuntos eleitorais				
1.	Leis eleitorais	Prosseguir a auscultação de opiniões dos diversos sectores da sociedade, visando a melhor revisão e o aperfeiçoamento do regime jurídico das eleições.	Tarefa contínua	Tarefa contínua
2.	Carros ambulantes para o recenseamento eleitoral	Entrada em funcionamento no 2.º semestre de 2011.	01/2011	2.º trimestre de 2011
II Aplicação do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente e promoção dos documentos de viagem				
3.	Estudo sobre Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente com chip sem contacto	1. Realizar a 1.ª fase da instalação do sistema em 2011. 2. Proceder ao lançamento do Bilhete de Identidade de Residente do tipo inteligente com chip sem contacto durante o período de 2012 a 2013.	2005	2013
III Acções de reinserção social e do Instituto de Menores				
4.	Criação do "grupo de apoio aos reclusos libertados"	Prestar, de maneira completa, aos reclusos libertados apoios de vida, incluindo alojamento, emprego, assistência psicológica, reconciliação das relações familiares, assistência médica, assistência aos filhos, através da criação de linhas abertas, da colaboração com as associações civis e do prosseguimento do "Programa de Emprego dos Reabilitados".	01/2011	Durante todo o ano

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
5.	Reforço da execução das diversas medidas relativas ao Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores	Desenvolver o "Programa de promoção das medidas de reconciliação" e as actividades de conhecer a lei intituladas "Vamos aprender o Regime Tutelar Educativo", bem como divulgar o espírito do "Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores" e os pormenores das suas diversas medidas, contribuindo para a articulação dos jovens e dos encarregados de educação na execução das respectivas medidas.	01/2011	Durante todo o ano
6.	Elaboração do Mapa de avaliação do desenvolvimento de aconselhamento	Concluir o esboço do Mapa e os testes de confiabilidade e de validade, procedendo aos ajustamentos de acordo com os resultados dos testes.	03/2009	3.º trimestre de 2011
7.	Concepção de workshop de combate à droga para jovens	Concluir a filmagem de filmes curtos e o respectivo processamento posterior; concluir a concepção preliminar e os testes de efeitos de workshop e promover o projecto experimental nas escolas; avaliar os resultados do respectivo projecto.	04/2011	Durante todo o ano

Calendário das principais acções governativas da área da Economia e Finanças para o ano de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Promoção da diversificação adequada da economia: Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições				
1.	Valorização do papel da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições	Auscultar amplamente as opiniões dos diversos sectores sociais, realizando estudos de políticas e medidas destinadas à promoção do desenvolvimento desse sector industrial.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
2.	Criação de um departamento para os assuntos das convenções e exposições	Criar, junto da Direcção dos Serviços de Economia, um departamento para os assuntos das convenções e exposições, no sentido de reforçar os serviços de apoio e de encaminhamento prestados em prol do desenvolvimento do respectivo sector.	Já iniciado	1º semestre
3.	Criação de marcas de qualidade no sector de convenções e exposições de Macau	Esforçar-se pela realização, com sucesso, dos seguintes 3 eventos: a Feira Internacional de Macau (MIF); o Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF) e a Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau.	Já iniciado	16.ª MIF (em Outubro); MIECF 2011 (em Abril); Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau 2011 (entre finais de Julho e princípios de Agosto)

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
4.	Intensificação da cooperação com o exterior no âmbito do sector de convenções e exposições	Apoiar as diferentes regiões na realização, em Macau, de actividades de exibição e de venda de produtos de marca de qualidade, tais como, a Feira de Produtos de Marca de Taiwan e Macau, a Feira de Produtos das Vêlhas e Conhecidas Lojas Chinesas de Zhejiang, a Feira de Artigos de Iluminação e Pequenos Electrodomésticos de Zhongshan e a Feira de Motociclos e Ferragens de Jiangmen. Captar a vinda e a realização de feiras e exposições do Interior da China em Macau, atraindo, especialmente, as que tenham maior influência no mercado para se fixarem no território.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade (todas estas feiras e exposições serão realizadas em diferentes períodos do ano de 2011)
5.	Implementação do regime de livretes ATA	Facilitar o processo de desalfandegamento para a entrada e saída dos artigos para exposição, criando condições favoráveis para o desenvolvimento do sector de convenções e exposições.	Novembro de 2010	Trabalhos com continuidade
Promoção da diversificação adequada da economia: Promoção do desenvolvimento, reconversão e qualificação das indústrias locais				
6.	Empenho em incentivar o sector empresarial para o aproveitamento dos benefícios da isenção de direitos aduaneiros conferidos pelo CEPA	Encorajar o sector empresarial para o aproveitamento dos benefícios da isenção de direitos aduaneiros conferidos pelo CEPA, investindo nas actividades industriais adequadas à realidade de Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
7.	Promoção da transformação e actualização do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau	Implementar, com eficácia, o plano de desenvolvimento do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, dando continuidade à captação de projectos favoráveis à renovação e diversificação industriais do território.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
8.	Prestação de serviços de envio de produtos industriais para efeitos de inspecção e teste para inspecção e teste	Prestar, ao sector empresarial, serviços de envio de produtos industriais para efeitos de inspecção e teste no exterior, procedendo ainda ao estudo de viabilidade sobre a criação de um sistema local de inspecção, teste e qualificação.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
9.	Prestação de apoio para a organização de actividades da "Semana Dinâmica de Macau"	Prestar, através da organização de actividades da "Semana Dinâmica de Macau", assistência aos agentes económicos para a promoção e divulgação de produtos de qualidade de Marca de Macau, dos "M in M" (Made in Macau) e dos produtos agenciados pelas empresas de Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Promoção da diversificação adequada da economia: Política de suporte para a diversificação adequada da economia				
10.	Implementação efectiva das medidas financeiras destinadas à promoção da diversificação adequada da economia	Implementar, de forma eficiente, os planos de "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial" e de "Incentivos Fiscais no Âmbito da Política Industrial", com vista ao fomento do desenvolvimento das actividades sectoriais que favoreçam a diversificação adequada da economia local. Lançar "Carta de Qualidade" para esses planos, aperfeiçoando os procedimentos de apreciação e os serviços prestados.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
11.	Estabelecimento de um Centro de Exposição dos Produtos de Macau	Instalar o Centro de Exposição dos Produtos de Macau e valorizar o seu papel de promoção dos artigos produzidos em Macau e dos produtos e serviços de marca de qualidade de Macau.	Já iniciado	2º trimestre
Reforço das medidas de ajustamento da dimensão do desenvolvimento e de monitorização do sector do jogo				
12.	Ajustamento e controlo da dimensão do sector do jogo	Controlar, de forma rigorosa, o aumento do número de casinos, bancas e máquinas de jogo (slot machines), em cumprimento da política anunciada pelo Governo no que diz respeito ao número máximo de bancas nos próximos três anos que foi fixado nas 5 500 unidades.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
13.	Reforço da monitorização dos casinos	Promover a monitorização electrónica dos casinos, no sentido de aumentar a sua eficácia.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
14.	Criação de uma base de dados dos promotores de jogo e seus colaboradores	Criar uma base de dados dos promotores de jogo e seus colaboradores, para uma maior eficácia nos procedimentos de registo e de fiscalização dos respectivos profissionais e para um maior reforço dos trabalhos da sua inspecção.	1º trimestre	2º trimestre
15.	Intensificação dos trabalhos de auditoria às concessionárias do jogo	Dar continuidade aos trabalhos de auditoria às concessionárias do jogo prevista nos "Requisitos Mínimos de Controlo Interno"	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
16.	Promoção do jogo responsável	Estudar a emissão de uma instrução sobre o jogo responsável, mantendo os contactos e cooperação com organismos governamentais e não governamentais, reforçando conjuntamente os trabalhos de prevenção e combate ao jogo patológico e ao jogo problemático.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs)				
17.	Implementação dos diversos planos de apoio e de garantia de créditos a favor das PMEs	Implementar o "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas"; o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas" e o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico". Lançar a respectiva "Carta de Qualidade", procurando aperfeiçoar os serviços prestados e permitir o acesso aos benefícios providenciados por um maior número de empresas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
18.	Atenuação das dificuldades das PMEs no âmbito de falta de mão-de-obra	Acelerar os processos de apreciação dos pedidos de importação de TNRs apresentados pelas PMEs locais, através da simplificação dos respectivos procedimentos e formalidades administrativos.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
19.	Prestação de apoio às PMEs na reconversão e inovação das suas actividades, por meio de associação às actividades comerciais do tipo de franquias, exercício em cadeia de lojas e agenciamento de marcas	Incentivar as PMEs para investirem nas actividades comerciais do tipo de franquias, exercício em cadeia de lojas e agenciamento de marcas. Organizar a Exposição Internacional de Franquia em Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade Exposição Internacional de Franquia em Macau (em Julho)
20.	Prestação de apoio às empresas na obtenção de certificação de sistemas internacionais de gestão	Apoiar as empresas na obtenção da certificação de sistemas internacionais de gestão, realizando estudo de alargamento do seu âmbito, abrangendo não só a gestão de qualidade, gestão ambiental, responsabilidade social, gestão de segurança e saúde profissional, gestão da segurança alimentar, mas também outros sistemas de gestão, tais como a gestão de fornecimento em cadeia e gestão de serviços, etc.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
21.	Encorajamento das empresas para a realização da inovação e valorização tecnológica	Incentivar as PME's para utilizarem a tecnologia do comércio electrónico, estudando o alargamento do âmbito das medidas de incentivo pela aplicação dessa mesma tecnologia por parte das PME's. Continuar a facultar cursos de formação sobre "Gestão de negócios de empresas"; serviços de apoio para a aplicação do utilitário informático gratuito (freeware) "Contabilidade Fácil para Pequenas Empresas"; assistência logística quanto à aplicação de sistemas informáticos; serviços de apoio para a gestão de negócios empresariais; serviços de mediação para as PME's e actividades de intercâmbio técnico empresarial.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Conciliação da discrepância entre a oferta e a procura de recursos humanos				
22.	Reforço das acções de acompanhamento e de apoio prestados aos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade na integração laboral	Prestar apoio na integração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade e continuar a implementar o "Plano de formação no posto de trabalho e de contratação".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
23.	Garantia de emprego aos residentes locais	Implementar a "Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais", no que diz respeito à prioridade de contratação de TR's por parte das entidades empregadoras.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
24.	Melhoramento da plataforma de informações sobre o emprego	Alargar a "Base de dados de operadores do sector de convenções e exposições", com empenhamento no fornecimento de uma plataforma interactiva de informações sobre o emprego, que cubra diferentes níveis e tipos de trabalho, e incentivar as agências de emprego ou empresas a entrarem em parceria.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
25.	Ajustamento oportuno do número de TNRs	Apreciar e autorizar com rigor os pedidos de contratação de TNRs, garantindo sempre a prioridade no acesso ao emprego dos trabalhadores locais, procedendo atempadamente ao ajustamento da quantidade de TNRs consoante a relação entre a procura e oferta de recursos humanos.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
26.	Reforço dos serviços de apoio ao emprego destinados aos jovens que pretendem entrar, pela primeira vez, no mercado de trabalho	Continuar a implementar o "Plano de estágio no Interior da China para os graduados em instituições de ensino superior".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
27.	Implementação oportuna de cursos para atenuação de dificuldades	Dar continuidade ao "Plano de formação subsidiado para os pescadores durante o período de defeso da pesca" e aos cursos subsidiados como o "Curso de formação básica de conhecimentos gerais da construção, o "Curso de estudos para o sector da construção" e o "Curso de formação em cofragens metálicas da construção civil".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
28.	Reforço da formação de aptidão profissional	Dar continuidade às "Acções de Formação da 2.ª Aptidão Profissional" e aos cursos com certificação de técnicas profissionais. Criar a "Base de dados de técnicas profissionais" de toda a RAEM, proporcionando informações sobre recursos humanos favoráveis ao desenvolvimento sustentável da economia.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
29.	Intensificação de cooperação com o exterior na área de formação profissional	Intensificar a cooperação entre Macau e Guangdong na área de avaliação de técnicas profissionais, alargando o conteúdo sobre a cooperação segundo o modelo "1 teste 2 certificados".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
30.	Reforço das acções de formação destinadas aos indivíduos de meia-idade	Continuar a realizar o "Plano de formação de apoio ao emprego destinado a indivíduos de meia-idade" e "Séries de acções de formação para os indivíduos de meia-idade".	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
31.	Organização de cursos de aperfeiçoamento profissional e de testes profissionais	Continuar a realizar uma série de acções de formação para a progressão contínua dos trabalhadores em activo e para o desenvolvimento sustentável das diversas actividades económicas; uma série de acções de formação para os jovens, nas áreas ocupacional e/ou de aptidão profissional. Continuar a implementar e melhorar o mecanismo de incentivo ao aperfeiçoamento contínuo, como o "Programa de Formação para a Valorização de Recursos Humanos". Dar continuidade à promoção de testes profissionais (incluindo os testes de qualificações profissionais a nível internacional ou nacional), intensificando os serviços de prestação de informação e de apoio para a preparação dos respectivos testes.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
32.	Organização de cursos de formação em colaboração com as empresas	Continuar a organizar, em conjunto com as empresas locais, cursos de formação de técnicos estagiários. Dar continuidade à realização de cursos de formação encomendados por entidades locais, apoiando as empresas na elevação da qualidade dos seus trabalhadores.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Garantia da estabilidade e solidez do mercado financeiro e monetário				
33.	Criação do regime de reserva financeira	Elaborar a proposta de diploma legal sobre a criação do regime de reserva financeira. Criar formalmente o regime de reserva financeira	Já iniciado	No 4º trimestre de 2010

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
34.	Criação do regime de garantia de depósitos	Elaborar a proposta de diploma legal sobre a criação do regime de garantia de depósitos em Macau, assegurando a segurança dos depósitos dos cidadãos locais e a estabilidade e solidez do mercado financeiro	Já iniciado	Entrada em vigor a partir de 1 de Janeiro.
Aprofundamento da cooperação regional no domínio económico e comercial: Fortalecimento da cooperação económica e comercial com o Interior da China				
35.	Consolidação do CEPA	Implementar eficazmente o CEPA, reforçando a parceria económica com o Interior da China, dando início aos trabalhos de análise e discussão sobre a maior abertura e aprofundamento da 9.ª fase do CEPA, celebrando o Suplemento VIII. Proceder a uma análise retrospectiva e ao balanço dos trabalhos realizados no âmbito desse Acordo.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
36.	Implementação dos acordos de cooperação entre Guangdong e Macau	Implementar efectivamente os acordos de cooperação entre Guangdong e Macau para promoção do desenvolvimento bilateral nas vertentes económica e comercial, com foco na promoção da parceria entre as duas partes em matérias de convenções e exposições, de serviços financeiros, do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, da promoção do comércio e investimento, do desenvolvimento da Ilha da Montanha e da cooperação económica Zhuhai-Macau.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
37.	Reforço da cooperação económica e comercial entre Guangdong e Macau	Implementar o "Protocolo de Cooperação Estratégica Global" e o "Acordo de Cooperação Estratégica para o Apoio às Empresas de Macau na Exploração do Mercado do Interior da China", ambos celebrados com os Serviços do Comércio e Cooperação Económica com o Exterior da Província de Guangdong, impulsionando, com dinamismo, a cooperação bilateral nos diversos projectos na área do comércio e investimento.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>Promover a cooperação aprofundada no sector de convenções e exposições entre Guangdong e Macau, criando, em conjunto, marcas de qualidade de produtos de convenções e exposições da Região do Delta do Rio das Pérolas.</p> <p>Continuar a prestar apoio ao desenvolvimento das actividades de transporte de mercadorias transfronteiriço entre Guangdong e Macau, ajudando na concretização do transporte de mercadorias transfronteiriço, em horas e carreiras bem definidas.</p> <p>Desenvolver activamente as ligações económicas e comerciais com as cidades da Região Oeste de Guangdong, privilegiando-se o reforço do intercâmbio e cooperação económicos com as cidades de Zhuhai, Zhongshan e Jiangmen.</p> <p>Fortalecer, em conjunto, a cooperação económica e comercial com os Países de Língua Portuguesa e outras regiões do exterior. Foi planeada pelos Serviços do Comércio e Cooperação Económica com o Exterior de Guangdong e IPIM, a realização conjunta de actividades de promoção comercial nos Países de Língua Portuguesa, em 2011.</p> <p>Promover a transformação, reconversão e valorização do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, aproveitando, da melhor forma, os benefícios desse Parque.</p>		
38.	Intensificação da cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau	<p>Conjugar esforços com Guangdong e Hong Kong para a implementação das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, reforçando a cooperação e intercâmbio entre as três partes.</p>	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
39.	Participação, com empenho, nas actividades realizadas no âmbito da Cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas	Actuar como plataforma de cooperação e intercâmbio com o exterior para a Região do Grande Delta do Rio das Pérolas e continuar a realizar, de melhor forma, o MIECF.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
40.	Reforço da ligação e do intercâmbio com o Interior da China na vertente económica e comercial	Organizar delegações empresariais para visita de estudo e prospeção de oportunidades de negócio no Interior da China. Desempenhar efectivamente o papel dos Gabinetes de Ligação do IPIM em Jieyang, Hangzhou e Chengdu, pretendendo, após a instalação do Gabinete de Ligação no Município de Shenyang, no 1º semestre de 2011, estabelecer novos gabinetes de ligação noutras regiões adequadas, a fim de fortalecer as relações de intercâmbio e de cooperação estabelecidas com essas regiões.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
Aprofundamento da cooperação regional no domínio económico e comercial: Construção da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa				
41.	Realização de acções com vista a uma sintonização com os trabalhos desenvolvidos pelo Secretariado Permanente do Fórum de Macau	Concretizar os trabalhos de acompanhamento para a implementação dos Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial das 1ª, 2ª e 3ª Conferências Ministeriais, em articulação com os trabalhos desenvolvidos pelo Secretariado Permanente do Fórum de Macau. Continuar a empenhar-se na valorização do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
42.	Organização de visitas das empresas de Macau e do Interior da China aos Países de Língua Portuguesa para procurarem parceria empresarial	Empenhar na organização de visitas das empresas de Macau e do Interior da China aos Países de Língua Portuguesa e na realização de bolsas de contactos para a cooperação empresarial, nomeadamente, a organização de visitas das empresas de Macau e do Interior da China para participarem no Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa-2011 e na Feira Internacional de Luanda (FILDA), ambos terem lugar em Angola; na Feira Internacional de Maputo (FACIM), em Moçambique, e na Exposição de Produtos Agrícolas – OVIBEJA, em Portugal.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade Exposição de Produtos Agrícolas – OVIBEJA (em Abril); FILDA em Luanda (em Julho); FACIM em Maputo (em Agosto); Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (no 3.º trimestre).
Aprofundamento da cooperação regional no domínio económico e comercial: Promoção da cooperação económica e comercial entre Taiwan e Macau				
43.	Promoção do intercâmbio entre as empresas de Macau e de Taiwan	Promover visitas de cortesia e de estudo e o intercâmbio entre os sectores empresariais de Macau e de Taiwan.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
44.	Promoção da participação mútua ou da organização conjunta de feiras, junto das empresas de Macau e de Taiwan	Realizar a Feira dos Produtos de Marca de Taiwan e Macau, etc.	Já iniciado	2.º semestre
Melhoria efectiva da qualidade da vida dos cidadãos				
45.	Acompanhamento do fenómeno da inflação	Prestar maior atenção aos efeitos que a inflação poderá causar e afectar os cidadãos, com vista na adopção de medidas de contingência atempadas.	Já iniciado	Trabalhos com continuidade
46.	Implementação das diversas medidas que visam assegurar as condições da vida da população	Dar continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, bem como às medidas do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos.	Já iniciado	4.º trimestre
47.	Implementação das medidas de redução e de isenção de impostos e taxas.	Manter vigentes as diversas medidas de redução e de isenção de impostos e taxas, com vista a atenuar as pressões sentidas pela população na sua vida quotidiana.	1.º trimestre	4.º trimestre
Revisão e alteração de diplomas e regulamentos legais (a data de conclusão dos diplomas legais indicada no presente quadro refere-se à data de finalização dos respectivos projectos de diplomas legais e início dos processos legislativos correspondentes)				
48.	Revisão da Lei do Comércio Externo	Devido à evolução da conjuntura do comércio internacional, e tendo em conta as exigências de maior celeridade em matéria de desalfandegamento no âmbito da cooperação regional e as necessidades de assegurar o estatuto de Macau como um porto franco, proceder ao ajustamento atempado do conteúdo do respectivo diploma legal, simplificando nomeadamente as formalidades administrativas de importação e de exportação, incluindo as relativas às mercadorias comuns.	Já iniciado	4.º trimestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
49.	Revisão do Regime Jurídico do Licenciamento Industrial	Passaram mais de 10 anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 11/99/M (Regime Jurídico do Licenciamento Industrial) em 1999. Durante esse período de tempo, foram verificadas mudanças significativas e bruscas na economia de Macau, provocando uma reconversão rápida das actividades industriais. Assim, torna-se necessário introduzir alterações à respectiva legislação vigente, a fim de responder às exigências resultantes do desenvolvimento industrial local.	Já iniciado	4.º trimestre
50.	Revisão do Regime Jurídico do Sistema Financeiro	Procurar harmonizar a incompatibilidade existente entre as penas máximas consagradas nesse diploma e as previstas no Código Penal, passando a punir o exercício não autorizado de actividades próprias de instituições financeiras, com penas criminais em vez de multas administrativas.	Já iniciado	2.º trimestre
51.	Elaboração do Regime Jurídico de Intermediação Financeira	O objectivo é elaborar uma legislação para regular plenamente as actividades dos intermediários financeiros. O diploma legal a produzir deverá incluir normas relativas às disposições gerais, os procedimentos de pedidos de licença, registo especial, exercício de actividades, auditoria externa e supervisão.	Já iniciado	2.º trimestre
52.	Elaboração do Regime Jurídico das Actividades de Investimento Cambial com alavancagem	O objectivo é regular as actividades de investimento cambial com alavancagem, nas matérias relativas ao licenciamento dos seus operadores, registo especial, exercício de actividades, auditoria externa e supervisão, entre outras.	Já iniciado	2.º trimestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
53.	Revisão do Regime Jurídico para o Exercício da Actividade de Seguradora de Macau	O objectivo é compatibilizar o regime legal do exercício da actividade seguradora com as disposições legais imperativas da RAEM, elevando os requisitos de acesso à essa actividade e aperfeiçoando os regimes de autorização, supervisão e disciplina da respectiva actividade.	Já iniciado	2.º trimestre
54.	Revisão do Regime Jurídico de Mediação de Seguros	O objectivo é simplificar os procedimentos administrativos de licenciamento dos intermediários de seguros e relativos aos exames da sua qualificação.	Já iniciado	2.º trimestre
55.	Elaboração do Diploma Legal relativo à Utilização, Freqüência e Funcionamento dos Casinos	Regulamentar matérias relativas à localização, características, regras de permanência e funcionamento das zonas de jogos.	Já iniciado	2.º semestre
56.	Elaboração do Regime do Registo e Certificação dos <i>croupiers</i> e dos Principais Empregados dos Casinos	Definir o regime de avaliação das aptidões dos principais empregados ao serviço dos estabelecimentos onde exploram as actividades de jogos de fortuna ou azar, apostas mútuas ou lotarias, bem como o regime de certificação dos <i>croupiers</i> dos casinos.	Já iniciado	2.º semestre
57.	Elaboração do Regime Jurídico do Condicionamento de Acesso aos Casinos	Estabelecer a elevação, dos 18 anos para 21 anos, da idade mínima para o acesso aos casinos e para lá exercer funções.	Já iniciado	No 4.º trimestre de 2010
58.	Elaboração do Regime Jurídico das Máquinas de Jogo	Regulamentar a exploração das máquinas de jogos e os sistemas de jogo associados a essas máquinas.	Já iniciado	No 4.º trimestre de 2010

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
59.	Revisão do Regulamento da Contribuição Predial Urbana	A alteração principal incide sobre a redução das taxas fiscais aplicadas sobre as habitações arrendadas e não arrendadas.	Já iniciado	No 4.º trimestre de 2010
60.	Revisão do Regulamento do Imposto do Selo	A alteração principal incide sobre a abolição do imposto de selo relativo à transferência intercalar de imóveis.	Já iniciado	No 4.º trimestre de 2010
61.	Elaboração do Regime de Reserva Financeira	Regulamentar o regime de reserva financeira pública, nas matérias respeitantes à composição da reserva financeira, às fontes dos recursos financeiros, aos procedimentos de movimentação das respectivas verbas bem como à gestão dos capitais da dita reserva.	Já iniciado	No 4.º trimestre de 2010
62.	Elaboração do Regime Quadro de Previdência Central	Estabelecer um Regime Quadro de Previdência Central cujos recursos financeiros contam com os fundos resultantes das contribuições voluntárias dos empregadores e trabalhadores, bem como as dotações provenientes dos saldos financeiros da RAEM.	Já iniciado	No 4.º trimestre de 2010

Calendário das principais acções governativas da área da Segurança para o ano de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Serviços de Polícia Unitários				
1.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Continuar a acompanhar o projecto de construção do edifício de comando integrado dos SPU	Ano inteiro	Ano inteiro
2.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Continuar a acompanhar o plano de instalação e execução do sistema electrónico de controlo rodoviário	Ano inteiro	Ano inteiro
3.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Análise de Informações (Hong Kong)	2.º semestre	4.º semestre
4.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Informações I2 (Inglaterra)	3.º semestre	3.º semestre
5.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Liderança de operações no âmbito de visitas de Altas Entidades (Estados Unidos da América)	2.º semestre	2.º semestre
6.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso Anti-terrorismo (Hong Kong e China)	2.º semestre	2.º semestre
7.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Formação e treino operacional (Cantão/China)	4.º semestre	4.º semestre
8.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Exercício de luta contra terrorismo tripartida – Província Guangdong, Hong Kong e Macau	A confirmar	A confirmar
9.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Encontro regular de coordenação inter-regional	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
10.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Rever e actualizar os planos de protecção civil, segurança do aeroporto, segurança de instalações importantes, segurança do EPM	Ano inteiro	Ano inteiro
11.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Elaborar o projecto de segurança de actividades em grande envergadura	Ano inteiro	Ano inteiro
12.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Elaborar as directrizes das operações especiais	Ano inteiro	Ano inteiro
Corpo de Segurança Pública				
13.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Promoção para a categoria de guarda principal (fases profissional e estagiária)	1.º semestre	2.º semestre
14.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Exame físico anual	1.º e 4.º semestres	1.º e 4.º semestres
15.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Treino anual de Atiro	Ano inteiro	Ano inteiro
16.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Formação para o Pessoal de Logística	2.º semestre	3.º semestre
17.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Lançar o 14.º Grupo de Protecção de Altas Entidades e Instalações Importantes destinado a formar pessoal qualificado	3.º semestre	4.º semestre
18.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Acompanhante de Canídeo	3.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
19.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Formação para Oficiais	3.º semestre	4.º semestre
20.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Formação de Reciclagem sobre as técnicas de trabalho e a ética pessoal para novos agentes policiais admitidos	Ano inteiro	Ano inteiro
21.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	9.º e 10.º Cursos de Intervenção policial para choque	Ano inteiro	Ano inteiro
22.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	“Novo ambiente no bairro comunitário” (co-organizado pelas Associação Geral dos Moradores, IACM e CB)	1.º semestre	1.º semestre
23.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Dia de abertura ao público do CPSP	3.º semestre	4.º semestre
24.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Diversas Competições “Taça de Segurança”	2.º semestre	3.º semestre
25.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Coordenação de jogos desportivos tripartidos das polícias de Província Guangdong, de Hong Kong e de Macau	4.º semestre	4.º semestre
26.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Cerimónias comemorativas do 320.º aniversário do CPSP	3.º semestre	4.º semestre
27.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	“Apresentação da Banda da PSP nas escolas” e Palestra sobre a “Prevenção da Delinquência Juvenil” (promoção através da DSEJ)	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
28.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Produzir o material para as campanhas de sensibilização de prevenção e combate à criminalidade (cartazes e panfletos)	Ano inteiro	Ano inteiro
29.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Promover actividades sobre a "Segurança Rodoviária" (co-organizada pela DSOPT, IACM e Associação Geral de Motoradores)	3.º semestre	4.º semestre
30.	Reforçar a capacidade tático-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Aquisição do sistema de voz telefónica (IVR) pelos Serviços de Migração	1.º semestre	2.º semestre
31.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Acompanhamento das obras do edifício do CPSP em Coloane, da Escola de Polícias, bem como do projecto de reconstrução do edifício de pelotão de cinotecnia	Ano inteiro	Ano inteiro
32.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Instalar um posto policial na Taipa junto às futuras habitações económicas	Ano inteiro	Ano inteiro
33.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Planear um parque de estacionamento para as viaturas apreendidas no futuro complexo policial das Ilhas	Ano inteiro	Ano inteiro
34.	Prevenção, segurança e gestão rodoviária	Em coordenação com a DSAT serão transmitidas as situações reais rodoviárias dos cruzamentos de ruas ao CPSP a fim de controlar a situação rodoviária	Ano inteiro	Ano inteiro
35.	Prevenção, segurança e gestão rodoviária	Incrementar os sistemas fixos de mediação de velocidade em Macau e nas Ilhas para dissuadir, com eficácia, os excessos de velocidade e as corridas ilegais.	Ano inteiro	Ano inteiro
36.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Acompanhar as obras de remodelação do Departamento de Trânsito	3.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
37.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Re-utilizar o espaço do posto alfandegário do aeroporto com o Comissariado Policial do Aeroporto, após a mudança do posto alfandegario para as novas instalações	Ano inteiro	Ano inteiro
Polícia Judiciária				
38.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Combater a criminalidade sobretudo o tráfico de pessoas, bem como fiscalizar determinados espaços e locais, tais como de lazer e entretenimento	Ano inteiro	Ano inteiro
39.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Fiscalizar o terminal marítimo, os postos fronteiriços a fim de prevenir e combater actividades criminais, especialmente, a usura e acos que possam conduzir à privação da liberdade de outrem	Ano inteiro	Ano inteiro
40.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Nas áreas circundantes aos casinos e lugares frequentados por jovens, proceder à investigação e controlo dos locais e pessoas suspeitas. Investigar pessoas suspeitas de estarem envolvidos na delinquência juvenil	Ano inteiro	Ano inteiro
41.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Proceder as patrulhas nas áreas circundantes das escolas, e noutros lugares susceptíveis de ocorrer delinquência juvenil	1.º semestre	3.º semestre
42.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Nas férias escolares, patrulhar e controlar lugares frequentados por menores a fim de reduzir o fenómeno da delinquência de menores	3.º semestre	3.º semestre
43.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Depois do início das aulas, proceder ao patrulhamento das áreas circundantes às escolas como medida de prevenção criminal	4.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
44.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Sob a coordenação dos SPU, patrulhar e frequentar lugares onde se aglomeram os cidadãos e turistas visando a prevenção da criminalidade	Ano inteiro	Ano inteiro
45.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	No período de férias, vigiar e patrulhar o centro da cidade onde aglomeram-se turistas, os transportes públicos, as áreas circundantes ao casino, os sítios onde realizam eventos esportivos para prevenir e combater a criminalidade	Ano inteiro	Ano inteiro
46.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Proceder às necessárias acções tático-operacionais conjuntas, sob a coordenação dos SPU, para garantir a estabilidade social e a manutenção da segurança e ordem públicas no dia aniversário do retorno de Macau à Patria	4.º semestre	4.º semestre
47.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Fortalecer a troca de informações com o exterior em relação aos crimes de fraude	Ano inteiro	Ano inteiro
48.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Proceder à Formação de Investigadores Estagiários	2.º semestre	3.º semestre
49.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Estreitar a cooperação com os serviços congéneres das regiões vizinhas	Ano inteiro	Ano inteiro
50.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Em relação a crimes relacionados com cartões de crédito e promover as respectivos contramedidas junto dos bancos e lojas	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
51.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Estabelecer o mecanismo de contacto com as instituições financeiras	3.º semestre	3.º semestre
52.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Organizar palestras sobre o combate ao crime de branqueamento de capitais junto das instituições financeiras	4.º semestre	4.º semestre
53.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Curso de Investigação sobre a origem dos bens patrimoniais 2010 (Hong Kong /curso em chinês)	4.º semestre	4.º semestre
54.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Adquirir e instalar o equipamento de raio X no Aeroporto Internacional de Macau para facilitar a detecção de transporte de droga	1.º semestre	2.º semestre
55.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Criar a Secção de Estudo de Dados Criminais	1.º semestre	3.º semestre
56.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Adquirir um carro de comando ambulante como Centro de Comando Ambulante	1.º semestre	3.º semestre
57.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Introduzir o sistema de identificação de vestígios de bala e criar uma base de dados sobre vestígios de balas de uso policial	Ano inteiro	Ano inteiro
58.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Iniciar o estudo de escrita falsificada, elevando o nível de qualidade de autenticação	3.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
59.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Publicar a revista trimestral "Investigação Criminal e Sistema Jurídico"	Em cada semestre	Em cada semestre
60.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Publicar o Relatório Anual de 2010	1.º semestre	1.º semestre
61.	Consolidação da segurança interna da RAEM	Publicar a revista mensal "A Mensagem da PJ"	Ano inteiro	Ano inteiro
62.	Consolidação da segurança interna da RAEM	Lançar o prémio "Teen-Teen cumprir a lei" destinado aos jovens	3.º semestre	4.º semestre
63.	Reforçar a capacidade tático-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Entrada em funcionamento do sistema de informações criminais com o objectivo de actualizar e integrar de forma sistematizada os dados arquivados	2.º semestre	2.º semestre
64.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Obras de decorações do Edifício Xin Hua.	Ano inteiro	Ano inteiro
65.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Participar nas conferências anuais e de trabalho a realizar pela Interpol	Ano inteiro	Ano inteiro
66.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Alargar as redes de inteligência, continuará a criar um novo contacto ou mecanismo de coordenação, participar activamente nas operações conjuntas transfronteiriças, e des-tacar o pessoal para participar as reuniões de cooperação regional e internacional e cursos de formação para fortalecer o intercâmbio de informações com os países e regiões vizinhos.	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
67.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Actualizar a base de dado do sistema de informações criminais da PJ	3.º semestre	4.º semestre
68.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Criar o método de análise quantitativa de ketamina, cocaína e opiáceos no sangue, e realizar as aplicações da tecnologia da análise de secção transversal de fibra	3.º semestre	4.º semestre
69.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Realizar o trabalho "avaliação interna" para o aperfeiçoamento contínuo do sistema qualitativo	1.º semestre	4.º semestre
70.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Continuar a melhorar e estabelecer os procedimentos e métodos sobre a produção de provas, conservação, reprodução, teste e análise dos dados do computador, que correspondem aos padrões e normas internacionais.	4.º semestre	4.º semestre
71.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Ministrar as acções de formação de ingresso, promoção e as acções formativas em exercício	Ano inteiro	Ano inteiro
72.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Enviar o pessoal à China Continental, Hong Kong e outras regiões para receber formações profissionais de investigação criminal, de criminalística e de forense do computador	Ano inteiro	Ano inteiro
73.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Realizar encontros periódicos com as associações e organizações cívicas	Ano inteiro	Ano inteiro
74.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Sensibilização para a prevenção criminal na época de Inverno	4.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
75.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Sensibilização para a prevenção de roubo, assalto e fraude	1.º semestre	3.º semestre
76.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Sensibilização sobre a anti-droga	1.º semestre	4.º semestre
77.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Sensibilização para a prevenção criminal junto de estabelecimentos comerciais e passageiros	2.º semestre	4.º semestre
78.	Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime	Sensibilização sobre a anti-droga, prevenção de artimanha na procura de emprego e prevenção de fraude junto de população escolar	2.º semestre	2.º semestre
Os Serviços de Alfândega				
79.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Continuar a acompanhar o andamento do projecto de construção do novo edifício dos SA na Taipa	Ano inteiro	Ano inteiro
80.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Planear a reconstrução o edifício de posto de patrulha dos SA da Ilha da Taipa	Ano inteiro	Ano inteiro
81.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Reconstruir o quiosque de turno do posto de patrulha dos SA	Ano inteiro	Ano inteiro
82.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Estudar e analisar em conjunto com os Serviços de Alfândega da China Continental o registo de dados de licença dos veículos com as matrículas de Macau e de China Continental, através da avaliação dos riscos, combater o contrabando de veículos com as matrículas de Macau e de China Continental	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
83.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Continuar a estudar com os Serviços de Alfândega da China na a adopção de um documento aduaneiro unificado	Ano inteiro	Ano inteiro
84.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Fortalecer o intercâmbio de informações e a coordenação com os serviços policiais e alfandegários da região vizinha para combater o narcotráfico	Ano inteiro	Ano inteiro
85.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Celebrar com os Serviços Gerais de Alfândega da China o Acordo de Cooperação para facilitar o Processo Alfandegário e Fiscal de Exportações de Vinho para a China Continental.	1.º semestre	1.º semestre
86.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Actualizar e rever o uso de estratégias dos equipamentos de inspeção e aduaneira electrónica, por exemplo, os equipamentos de exame de raios-X e de detecção de drogas	1.º semestre	2.º semestre
87.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Em conjunto com os departamentos fronteiriços da China Continental, coordenar as acções de segurança marinha e costeira durante a construção da nova sede da Universidade de Macau em Hengqin.	Ano inteiro	Ano inteiro
88.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Iniciar com a Capitania dos Portos o procedimento de construção de terceira embarcação de patrulha da alfândega	1.º semestre	2.º semestre
89.	Promover o comércio, combater a criminalidade	Iniciar o procedimento de aquisição do quinto e o sexto pequenos barcos de patrulha	3.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
90.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Realizar o processo de concurso de ingresso da carreira geral de base à carreira superior	3.º semestre	4.º semestre
Corpo de Bombeiros				
91.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Avaliar o trabalho da construção de metro ligeiro e e elaborar os respectivos planos de contingência e de segurança	1.º semestre	2.º semestre
92.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Prestar a atenção do uso de gás natural, elaborando planos de contingência e apostando na formação	3.º semestre	3.º semestre
93.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Efectuar exercícios protecção civil com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, de protecção civil, de salvamento e evacuação de acidentes no túnel da Ponte Sai Van, no tanque de combustível Ka-O, no aeroport ou na Central Térmica de Coloane	1.º semestre	4.º semestre
94.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Fazer uma análise estratégica e avaliação de riscos em termos de operações de emergência e socorro face à retoma dos trabalhos relacionados com grandes projectos e obras de construção civil na zona de Cotai, tais como a construção de Hospital de Coloane,	1.º semestre	4.º semestre
95.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Preparar os planos de prevenção e de combate a incêndios para o campus universitário da UIM em Hengqin	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
96.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Executar estritamente o plano de segurança contra incêndios na construção do metro ligeiro e aprovar os materiais a utilizar em articulação com a política de transportes públicos do governo.	Ano inteiro	Ano inteiro
97.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Reforçar as acções de sensibilização e prevenção de incêndios, designadamente através da distribuição de folhetos e panfletos	Em cada semestre	Em cada semestre
98.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Organizar palestras de Prevenção contra incêndios	2.º semestre	2.º semestre
99.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Promover a participação do pessoal em acções de formação profissional e de intercâmbio de experiências e know-how no exterior	2.º semestre	3.º semestre
100.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Participar em seminários profissionais sobre o serviço dos bombeiros no exterior	4.º semestre	4.º semestre
101.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Aperfeiçoar o sistema de porta-voz com os media, melhorar a gestão da imagem e de relações públicas entre o co-ordenador e os media	Ano inteiro	Ano inteiro
102.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Enviar pessoal a Singapura para participar no curso de prevenção e repressão de objectos e substâncias químicas perigosas, organizar o curso de condução de inquéritos sobre incêndios, curso de prevenção e combate a incêndios em túneis; estudar a viabilidade de enviar o pessoal à China Continental para participar no curso de treino especial de serviços de bombeiros	1.º semestre	3.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
103.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Curso de fogo real/salvamento para a carreira superior, curso de fumo e fogo real/salvamento para a carreira de base	1.º semestre	4.º semestre
104.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Convidar o pessoal para ministrar o curso de certificação técnico-profissional de manutenção de equipamentos de respiração SABRE	1.º semestre	1.º semestre
105.	Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios	Organizar os 27-29.ºs cursos de certificação de prestação de socorros	Ano inteiro	Ano inteiro
106.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Acompanhar o projecto da construção de "Novo Posto Operacional de Coloane e Centro de Formação de Prestação de Socorros" no Cotai	1.º semestre	3.º semestre
107.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Acelerar a execução de construção do "Posto Operacional no campo universitário da UIM em Hengqin"	3.º semestre	4.º semestre
108.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Estudar e adquirir ferramentas de salvamento para desastres em grande escala	2.º semestre	3.º semestre
Escola Superior das Forças de Segurança de Macau				
109.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Lançar os 10.º a 13.º Cursos de Formação de Oficiais e de Oficiais do Corpo de Bombeiros	Ano inteiro	Ano inteiro
110.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	14 alunos de 9.º curso de formação de oficiais irão graduar-se	1.º semestre	1.º semestre
111.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	12 alunos de 10.º Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros irão entrar em fase estagiária	3.º semestre	1.º semestre do ano 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
112.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Promoção para a categoria de Chefe e de Chefe de Bombeiros	1.º semestre	2.º semestre
113.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Promoção para a categoria de Subchefe/Subchefe de Bombeiros	3.º semestre	3.º semestre
114.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Promoção para a categoria de guarda principal/bombeiro principal	4.º semestre	1.º semestre do ano 2012
115.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	13.º Curso de Formação de Instruendos (fases profissional e estagiária)	1.º semestre	2.º semestre
116.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	14.º Curso de Formação de Instruendos	1.º semestre	3.º semestre
117.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	15.º Curso de Formação de Instruendos	2.º semestre	4.º semestre
118.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	16.º Curso de Formação de Instruendos	4.º semestre	3.º semestre do ano 2012
119.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso de Conhecimentos e Técnicas	Ano inteiro	Ano inteiro
120.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Organizar em cooperação com o Instituto de Polícia Armada do Povo Chinês da China a cadeira de "conhecimentos profissionais dos serviços de bombeiros e a estrutura organizativa" do 10.º Curso de Formação de Oficiais de Bombeiros	1.º semestre	2.º semestre
121.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Organizar em cooperação com o Centro de Técnica Criminal dos Serviços de Investigação Criminal do Departamento de Segurança Pública da Província de Guangdong a cadeira "trajectória" do 12.º Curso de Formação de Oficiais	1.º e 3.º semestres	1.º e 3.º semestres

Área da Segurança

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
122.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Organizar em cooperação com o Instituto de Oficiais de Guangdong o Curso de Investigação Criminal	2.º semestre	3.º semestre
123.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	O Instituto de Oficiais de Guangdong colabora na organização do 7.º Curso de Formação de Agentes Policiais do CPSP	4.º semestre	4.º semestre
124.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Organizar em cooperação com o Instituto de Polícia de HK Police Force o Curso sobre Policiamento Comunitário	3.º semestre	3.º semestre
125.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Seminários/palestras	Ano inteiro	Ano inteiro
126.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Frequentar em Xangai o Curso de Formação dos Oficiais Superiores das FSM e dos serviços de segurança	2.º e 3.º semestres	2.º e 3.º semestres
127.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Promover o intercâmbio de experiências e o convívio entre os dirigentes dos Institutos do Ensino Superior através de uma visita à China Continental	2.º semestre	2.º semestre
128.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Participar no Fórum de Desenvolvimento de Educação de Guangdong, Hong Kong e Macau	2.º semestre	2.º semestre
129.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Curso Formação para formadores sobre táticas de intervenção com o recurso ao uso da força	2.º semestre	3.º semestre
130.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Visita dos melhores alunos do 11.º Curso de Formação de Oficiais à Escola Superior de Ciência Policial e Segurança Interna de Portugal.	2.º semestre	2.º semestre
131.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Estudar e visitar os Serviços de Migração da Província Fujian e o posto fronteiriço geral de Xiamen	2.º semestre	2.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
132.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Organizar em cooperação com o Instituto de Polícia Aermada do Povo Chinês da China o Curso de Formação de Protecção de Altas Entidades	3.º semestre	3.º semestre
133.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Visitar os Serviços de Migração do Serviço de Segurança Pública de Cantão, o aeroporto de Cantão, caminho de ferro e porto.	4.º semestre	4.º semestre
134.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Fortalecer os laços de amizade e cooperação entre a Província Guangdong, Hong Kong e Macau através da participação no programa de convívio destinado a oficiais do sexo feminino em Cantão	2.º semestre	2.º semestre
135.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Ir à Universidade de Segurança Pública de Beijing para receber formação e visitar os Serviços de Migração de Shenyang	3.º semestre	3.º semestre
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau				
136.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Aperfeiçoar o sistema de auto-passagem(Foram concluídos a instalação e aperfeiçoamento do sistema de auto-passagem no Terminal Marítimo da Taipa e no Aeroporto Internacional de Macau)	1.º semestre	1.º semestre
137.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	aplicar novos dispositivos com recurso às tecnologias mais avançadas(Recorrer ao registo electrónico das impressões digitais para substituir o actual registo das impressões digitais por tinta para melhorar a precisão da detecção da identidade dos suspeitos)	2.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
138.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Recorrer à tecnologia de modo a fornecer informações úteis aos operadores/agentes policiais(estudar o uso de mapas eletrónicos para análise dos dados por região no sentido de ajudar os serviços de segurança para tomar as decisões certas)	2.º semestre	3.º semestre
139.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Aperfeiçoar o registo de assiduidade dos trabalhadores com a introdução de um sistema electrónico	Ano inteiro	Ano inteiro
140.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Actualizar e aperfeiçoar a intranet(Melhorar a velocidade da conexão de rede em determinados sítios, aperfeiçoar a função da recuperação de informações, a fim de reforçar as estratégias de segurança da informação e melhorar a segurança da informação)	3.º semestre	3.º semestre
141.	Reforçar a capacidade tática-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias	Aperfeiçoar o sistema de aplicação de software, intranet e equipamento de utentes para a DSFSM(Na Internet, explorar mais serviços convenientes para os cidadãos, otimizar a divulgação de últimas notícias na internet, desenvolver e aprofundar os actuais sistemas de informação das FSM e aumentar equipamentos)	Ano inteiro	Ano inteiro
142.	Infra-estruturas em larga escala e equipamentos	Adquirir a base de rádio(Aumentar duas bases de rádio para melhorar a cobertura do sistema, fortalecer a estabilidade do sistema)	1.º semestre	3.º semestre
143.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Acompanhar e implementar o "Compromisso de Serviço"	Ano inteiro	Ano inteiro

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
144.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Recrutar instrutores (Prever abrir 2 ou 3 cursos de Formação de Instrutores)	Ano inteiro	Ano inteiro
145.	Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal	Alterar o Regulamento Administrativo n.º 13/2002 sobre o regime de admissão e frequência do Curso de Formação de Instrutores das Forças de Segurança de Macau	1.º semestre	4.º semestre
146.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Alterar o Regulamento de Uniformes das Forças e Serviços de Segurança de Macau (Para a articulação com a situação concreta, é necessário rever as legislações de uniformes das Forças e Serviços de Segurança de Macau no sentido de melhorar o respectivo regime vigente)	Foi iniciado	3.º semestre
Estabelecimento Prisional de Macau				
147.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Lançar os projetos "Agenda de Gestão", "gestão por objetivos", "conhecimento sobre gestão de mudança", ampliar o âmbito de aplicação da " Gestão da Qualidade 5 S"	2.º semestre	4.º semestre
148.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Melhorar o sistema de gestão do corpo de guardas prisionais	1.º semestre	4.º semestre
149.	Melhoria da gestão interna e optimização administrativa	Explorar o sistema de autenticação/verificação dos documentos do processo de concurso	1.º semestre	4.º semestre
150.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Organizar palestras, cursos e workshops para os reclusos, no total de 10	Ano inteiro	Ano inteiro
151.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Organizar para os reclusos cursos reconhecidos de Formação Profissional, no total de 9, e de qualificação profissional, no total de 2	2.º semestre	4.º semestre

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
152.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Organizar 15 actividades culturais e recreativas para os reclusos, concursos de escrita sobre o tema da reabilitação	Ano inteiro	Ano inteiro
153.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Organizar a Exposição de Artesanato dos reclusos de 2011	3.º semestre	3.º semestre
154.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Organizar a competição de design de T-shirt de apoio aos reclusos	2.º semestre	3.º semestre
155.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Incentivar os presos a escreverem artigos a publicar em jornais, no sentido de partilhar com os leitores as suas histórias.	Ano inteiro	Ano inteiro
156.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Supervisionar e coordenar a construção de nova prisão	Ano inteiro	Ano inteiro
157.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Proceder ao processo de recrutamento de pessoal para o corpo de guardas prisionais	1.º semestre	4.º semestre
158.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Proceder ao processo de Concurso de Promoção para a categoria de Comissário	4.º semestre	3.º semestre do ano 2012
159.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Organizar 19 cursos para o pessoal do EPM	Ano inteiro	Ano inteiro
160.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Aperfeiçoar o espaço e o serviço do centro de atendimento do EPM	2.º semestre	4.º semestre
161.	Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social	Prever a projecção de desenhos animados de "elite" de guarda e jogos online com prémios	Ano inteiro	Ano inteiro

Calendário das principais acções governativas da área da Assuntos Sociais e Cultura para o ano de 2011

1. No domínio da Saúde

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
1.	Preparativos para a construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas (as obras da 1a. fase incluem o Edifício de Urgência, o Centro de PET-CT, o Centro de Radioterapia, o Centro de Comando de Emergência e o Centro de Controlo de Medicamentos)	Projecto, concursos e obras.	Já iniciado	3.º trimestre de 2014
2.	Preparativos para a construção do Centro de Saúde de São Lourenço	Projecto, concursos e obras.	Já iniciado	4.º trimestre de 2012
3.	Reconstrução do Posto de Saúde de Coloane	Abrir concursos e executar obras.	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
4.	Construção do Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ	Obras.	4.º trimestre de 2010	4.º trimestre de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
5.	Construção do Edifício da Clínica da Especialidade do CHCSJ	Projecto, concursos e obras.	Já iniciado	1.º trimestre de 2014
6.	Desenvolvimento do serviço de urgência e do serviço hospitalar de reabilitação nas ilhas pelo CHCSI	Iniciar em primeiro lugar o serviço de urgência nas ilhas e, em seguida, alargar progressivamente a cooperação para abranger o serviço hospitalar de reabilitação, aperfeiçoando permanentemente os respectivos procedimentos de funcionamento e sistemas de informação.	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012
7.	Lançamento do serviço de psiquiatria forense	Preparar o hardware e programar a formação do pessoal. A data concreta de implementação depende da extensão das atribuições e competências do Estabelecimento Prisional de Macau para o Serviço de Psiquiatria Forense pelo Secretário para a Segurança através de regulamento administrativo.	1.º trimestre de 2011	4.º Trimestre de 2011 (conclusão da formação do pessoal)
8.	Lançamento do novo serviço de psiquiatria para idosos	Preparar o hardware e as instalações complementares, recrutar mais trabalhadores de enfermagem e prestar formação.	1.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2013
9.	Preparativos para a automatização do serviço de dispensa de medicamentos nos Centros de Saúde	Início do processo de aquisição do equipamento e procedimentos dessa aquisição.	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
10.	Desenvolvimento de estudos para a revisão do Decreto-Lei no. 53/94/M, de 14 de Novembro, relativo ao regime de licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos que se dedicam à preparação e comércio de produtos de medicina tradicional chinesa	Elaboração da proposta de lei para realização de consulta pública.	1.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2013
11.	Trabalhos legislativos do "Regime de prevenção e controlo do tabagismo" e respectivos trabalhos de controlo do tabaco	Actualmente, a proposta de lei já entrou na fase legislativa, estando a ser desenvolvidos os trabalhos de promoção da lei e de formação de inspectores de controlo do tabagismo. A data de início de execução da lei depende da aprovação da referida proposta.	Já iniciado	Realização sustentada (trabalhos de promoção e formação)
12.	Trabalhos legislativos relativos ao Conselho para os Assuntos Médicos e o seu funcionamento	Desenvolver trabalhos de consulta e revisão da proposta de lei, por forma a que a mesma entre em processo legislativo para a criação do Conselho para os Assuntos Médicos.	Já iniciado	1.º trimestre de 2012
13.	Funcionamento da Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas	Investigação epidemiológica local sobre os factores de risco principais e as doenças não transmissíveis, recolha e categorização de informações das doenças crónicas não transmissíveis, desenvolvimento de propaganda e promoções, bem como de um sistema de alimentação saudável, preparação de material didáctico para a promoção da saúde, bem como integração de todas as informações para a criação dum website de promoção da saúde.	Já iniciado	Realização sustentada

2. No domínio da Educação

2.1 Ensino Superior

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
1.	Trabalhos legislativos do "Regime do ensino superior" e do "Regulamento Administrativo do ensino superior"	Alteração do conteúdo dos projectos dos diplomas segundo os pareceres do Conselho Administrativo que, após a aprovação do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, serão entregues ao Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça para se dar seguimento.	1.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2011
* 2.	Trabalhos legislativos do regulamento administrativo sobre o "Regime de avaliação do ensino superior"	Definição da versão final do projecto e entregá-lo ao Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura.	3.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
* 3.	Trabalhos legislativos do regulamento administrativo do "Função do Ensino Superior"		3.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2012
* 4.	Trabalhos legislativos do regulamento administrativo sobre a "Organização e funcionamento do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior"		3.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2012
5.	Criação da "Base de dados para o ensino superior de Macau"	Acompanhamento da criação do sistema de dados relativos aos funcionários, professores e estudantes das instituições de ensino superior de Macau e dos demais sistemas e realização de testes do seu funcionamento.	Ano inteiro de 2011	Ano inteiro de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Realizar o teste e otimizar o sistema de inquérito na Internet e realizar inquéritos aos estudantes das diversas instituições de ensino superior.	Ano inteiro de 2011	Ano inteiro de 2012
		Acompanhamento e estudo da necessidade de renovação ou prorrogação do protocolo celebrado entre o Governo da RAEM e a Universidade de Macau.	3.º trimestre de 2012	4.º trimestre de 2012

* 1. Os regulamentos administrativos referidos nos números 2 a 4 constituem diplomas complementares da lei do "Regime do ensino superior".

2. Os planos de elaboração dos diplomas referidos nos números 2 a 4 foram definidos a partir da previsão de que a lei do "Regime do ensino superior" entrará em vigor no dia 1 de Julho de 2011, sendo as respectivas datas exactas adiadas de acordo com a data de início de vigência desta lei.

2.2 Ensino não Superior

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
1.	Principais trabalhos de alteração dos diplomas legais Alteração do diploma legal sobre "Escolaridade obrigatória"	Elaboração e definição do texto da proposta de lei para consulta. Consulta pública. Elaboração do anteprojecto do diploma legal. Entrada em processo legislativo.	Já iniciado	1.º semestre de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
2.	Principais trabalhos de alteração dos diplomas legais Legislar o "Quadro da organização curricular da educação regular"	Alteração e elaboração do anteprojecto do diploma legal e preparação dos respectivos dados. Entrada em processo legislativo.	Já iniciado	1.º semestre de 2012
3.	Principais trabalhos de alteração dos diplomas legais Elaborar o "Estatuto da Educação Contínua"	Definição do texto para consulta do diploma legal. Consulta pública. Elaboração do anteprojecto do diploma legal e dos respectivos documentos. Entrada em processo legislativo.	Já iniciado	2.º semestre de 2012
4.	Principais trabalhos de alteração dos diplomas legais Alterar o "Estatuto das escolas"	Estudo da legislação inicial e elaboração do texto para consulta. Consulta pública. Elaboração do anteprojecto do diploma legal e os respectivos documentos. Entrada em processo legislativo.	Já iniciado	1.º semestre de 2013
5.	Plano de promoção da saúde escolar Elaborar as informações de referência do conteúdo da aprendizagem para cada nível de ensino	Recolha de informações. Apresentação de sugestões e confirmação das informações. Propaganda e divulgação.	1.º semestre de 2011	3.º semestre de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6.	Plano de promoção da saúde escolar Plano do "Bar saudável"	Disponibilização de apoios técnicos às escolas. Auto-avaliação e avaliação profissional. Fazer balanço e entrega de prémio. Estudo da possibilidade da criação das medidas de execução permanentes e compulsivas.	Já iniciado	4.º semestre de 2012
7.	Plano de promoção da saúde escolar Optimização do serviço de alimentação escolar	Optimização do ambiente e instalações. Apoio às escolas na criação do regime de gestão. Pedido de subsídio de alimentação e concessão de apoio financeiro às escolas. Formação do pessoal.	Já iniciado	2.º semestre de 2011
8.	Plano de promoção da saúde escolar Melhoramento do regime do pessoal de enfermagem escolar	Pôr em prática as disposições do manual do pessoal de enfermagem escolar. Formação do pessoal. Estudo da possibilidade de integração do subsídio de pessoal nas despesas de funcionamento da escola.	Já iniciado	3.º semestre de 2012
9.	Estudar e discutir a criação do centro de informações dos jovens de Macau	Definição de um plano global e projecto de execução. Execução do projecto de preparação. Publicação, propaganda e execução. Aferição de eficiência.	1.º semestre de 2011	4.º semestre de 2013
10.	Plano de reorganização do desenvolvimento integral dos jovens de Macau	Aferição do estudo sobre a situação de execução da "Estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau". Elaboração do texto de sugestões de planeamento das 15 áreas da "Estratégia". Consulta pública. Alteração e conclusão do texto de sugestões para o planeamento da "Estratégia".	Já iniciado	2.º semestre de 2013

3. No domínio de Acção Social

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
1.	Criação de dois complexos de serviço social	Plano de criação e utilização.	1.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2012
2.	Criação ou mudança das instalações de seis creches	<ol style="list-style-type: none"> 1. Chegar a acordo com a entidade gestora sobre o planeamento do serviço. 2. Requerer a aprovação da planta, obras de remodelação, aquisição de equipamentos e tratar dos assuntos relativos ao subsídio. 3. Entrada em funcionamento do equipamento. 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012
3.	Aumento dos serviços dos centros de cuidados especiais para idosos: Centro de cuidados especiais Tung Sin Tong	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obras, planeamento, aquisição de materiais. 2. Entrada em funcionamento do equipamento. 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012
4.	<p>Criação do lar de cuidados especiais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Edifício de Serviço Social do Mosteiro de Pou Tai 2) Trabalhos preparatórios para a criação de um lar de idosos e um centro de cuidados especiais na Habitação Social em Mong-Há, 2.ª fase 3) Lar de idosos e centro de cuidados especiais em Seac Pai Van, Coloane (Habitação Pública) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concurso e adjudicação das obras de construção. 2. Execução da obra, aquisição de bens e pedido de licença, etc. 3. Entrada em funcionamento do equipamento. 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012
		<ol style="list-style-type: none"> 1. Negociação com os respectivos Serviços com vista à elaboração dos projectos dos equipamentos a criar e ao planeamento dos serviços em causa. 2. Após a conclusão das obras de reconstrução de Mong Há, 2.ª fase e da construção da Habitação Pública de Seac Pai Van, ir-se-á proceder ao concurso para a adjudicação das obras de remodelação, à sua execução e à aquisição de bens. 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
5.	Legislação para a protecção dos cidadãos seniores	<p>3. Requerimento da licença, celebração do acordo de cooperação, definição do modelo de financiamento e entrada em funcionamento dos equipamentos em causa.</p> <p>1. Compilação das opiniões recolhidas sobre o ante-projecto, revisão e adopção do mesmo, seguida da submissão à Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior para aprovação.</p> <p>2. Elaboração do texto da proposta de lei.</p> <p>3. Consulta pública.</p> <p>4. Elaboração do texto da proposta de lei e submissão à entidade competente e seguidamente ao Secretário da pasta.</p> <p>5. Planeamento e execução das acções de divulgação sobre a legislação para a protecção dos cidadãos seniores, incluindo sessões de esclarecimento, impressão de folhetos, actividades comunitárias, produção de vídeos de propaganda, etc.</p>	1.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2013
6.	Mong-Há, 2.ª fase / Bairro Social do Fai Chi Kei – Habitação Social (para o desenvolvimento dos serviços de apoio às pessoas com deficiência de grau moderado ou grave, nomeadamente serviços de cuidados durante o dia, serviços de acompanhamento provisório e serviços de apoio aos encarregados de educação)	<p>1. Demolição das construções existentes e execução da respectiva obra de reconstrução (trabalhos a ser acompanhados pelo Instituto de Habitação).</p> <p>2. Planeamento, execução da obra e entrada em funcionamento dos equipamentos em causa (datas previstas sujeitas a alterações de acordo com a evolução dos trabalhos do Instituto de Habitação).</p>	Todo o ano de 2011	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
7.	Instalação do Serviço de Formação para a Reabilitação Profissional, situada na Estrada Marginal do Hipódromo (aumento do número de vagas dos serviços para a reabilitação profissional).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparativos para a execução da obra de remodelação e a aquisição de equipamentos. 2. Entrada em funcionamento. 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
8.	Bloco A da Habitação Social da Ilha Verde (ampliação do serviço de apoio diurno a reabilitados da doença mental).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparativos para a execução da obra de remodelação e a aquisição de equipamentos. 2. Entrada em funcionamento. 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
9.	Residência temporária na Habitação Social HR/HS (aumento de vagas para os reabilitados de doença mental).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparativos para a execução da obra de remodelação e a aquisição de equipamentos. 2. Entrada em funcionamento. 	2.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
10.	Centro Hong Ieng (para o desenvolvimento dos serviços de apoio às pessoas com deficiência de grau moderado ou grave, nomeadamente serviços de cuidados durante o dia, serviços de acompanhamento provisório e serviços de apoio aos encarregados de educação)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obra de remodelação e aquisição de equipamentos. 2. Entrada em funcionamento. 	1.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
11.	Projectos de apoio pecuniário às actividades dos utentes dos serviços das instituições de reabilitação mental / cuidadores / familiares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concepção do conteúdo de projectos. 2. Lançamento de projectos / período para apresentar candidatura. 3. Execução de projectos. 	1.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2012
12.	Projecto do subsídio especial para a divulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concepção do conteúdo do projecto. 2. Lançamento formal do projecto. 3. Período de execução para as instituições 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012
13.	Revisão do Regime de Prevenção de Deficiência, Reabilitação e Reinserção Social dos Deficientes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Encarregar uma consultadoria jurídica de prestar apoio técnico. 2. Procede-se à consulta pública. 3. Organizar as opiniões recolhidas e concluir a consulta com o respectivo relatório. 4. Elaborar o projecto de lei, com as versões chinesa e portuguesa, bem como os respectivos resumos. 5. Definir a minuta a remeter ao Gabinete do Secretário tutelar, após audição da Comissão para os Assuntos de Reabilitação. 6. Remeter a minuta definitiva ao Chefe do Executivo para pedir a respectiva legislação. 	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2012
14.	Projecto de execução do sistema informático relativo aos indicadores do envelhecimento demográfico e à avaliação do desenvolvimento dos serviços	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recolher dados e criar progressivamente o sistema de gestão de dados. 2. Reunir os dados, procedendo-se à sua selecção para efeitos de análise. 	1.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		<p>3. Divulgar periodicamente, por escrito ou da forma julgada mais conveniente, os resultados e os dados relativos à análise, junto dos diversos Serviços Públicos.</p> <p>4. Lançar o sistema para uso dos diversos sectores da sociedade.</p>		

4. No domínio do Turismo

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
1.	A) Revisão legislativa Gestão do sector-(Diploma regulador da actividade de agências de viagens e da profissão de guia turístico)	Submissão da versão definitiva do projecto à aprovação da tutela e pedido para iniciar o procedimento legislativo.	1.º trimestre de 2011 ¹	1.º semestre de 2012 ²
2.	B) Revisão legislativa Gestão do sector-(Diploma regulador da actividade hoteleira e similar)	Auscultação pública, elaboração do projecto do diploma, e pedido para iniciar o procedimento legislativo.	Ano inteiro de 2011	1.º semestre de 2013 ²
3.	Impulsionar o projecto das "Excusões de qualidade a Macau"	Cooperar com os serviços dos principais mercados do Interior da China, reforçar a sensibilização do sector para organizar "Excusões de Qualidade a Macau" e reforçar a publicidade e educação dos turistas.	Todo o ano de 2011	Todo o ano de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
4.	Inquérito sobre as características dos turistas 2011 – Mercados de Taiwan, do Nordeste Asiático e do Sudeste Asiático	Adjudicar empresa profissional para realizar os trabalhos de inquérito e examinar o resultado do inquérito.	Todo o ano de 2011	Todo o ano de 2011
5.	Optimizar as indicações das direções turísticas e sistema para pedestres ³	Situação actual e integração de dados, e adjudicar empresa profissional para realizar os trabalhos de inquérito.	Todo o ano de 2011	Todo o ano de 2011
6.	Desenvolvimento de novos locais para actuações culturais ⁴	Estudo de viabilidade e planeamento, localização e conteúdo da actuação, coordenação e desenvolvimento do plano de operação, procedimentos e directrizes.	Todo o ano de 2011	Todo o ano de 2011
7.	“Programa de parceiros da indústria” – reforço do papel de plataforma de networking nas feiras no exterior	Planeamento de actividades de “networking” nas principais feiras; coordenação, ligação co-exibidores (parceiros da indústria) para participarem nas várias actividades.	Todo o ano de 2011	Todo o ano de 2011
8.	Criação de nova imagem temática de turismo	Concepção de novos temas e slogan promocionais, lançamento de um novo vídeo e spot publicitário, e desenvolvimento e instalação dos websites de turismo de uma forma interactiva.	Todo o ano de 2011	Todo o ano de 2011
9.	Apoio ao desenvolvimento dos estabelecimentos hoteleiros mais económicos	Coordenação e comunicação com os serviços relacionados, análise da reutilização dos pequenos edifícios e terrenos das zonas antigas e análise de medidas de suporte relevantes.	Todo o ano de 2011	Todo o ano de 2011

Nota:

1. De acordo com a data prevista para a “Submissão do projecto final e aprovação da tutela” da versão actualizada do “Mapa do Processo Legislativo dos Actos Normativos e a respectiva Calendarização na Área para os Assuntos Sociais e Cultura – DST”.

2. De acordo com a data prevista para o “Envio do texto final ao GSAJ pelo Gabinete da tutela e submissão do projecto revisto ao conselho Executivo” da versão actualizada do “Mapa do Processo Legislativo dos Actos Normativos e a respectiva Calendarização na Área para os Assuntos Sociais e Cultura – DST”.
3. Acções de cooperação interdepartamentais: Direcção dos Serviços de Turismo (DST), Instituto Cultural de Macau (ICM), Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) e Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM)
4. Acções de cooperação interdepartamentais: Direcção dos Serviços de Turismo (DST), Instituto Cultural de Macau (ICM) e Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM)

5. No domínio da Cultura

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
1.	Edifício envidraçado da Praça do Tap Seac – Centro de Criatividade de do Tap Seac	Obras de remodelação até à inauguração do Centro.	4.º trimestre de 2010	3.º trimestre de 2011
2.	Actividades internacionais de grande dimensão na área das indústrias culturais e criativas	Desfile cultural sino-latino comemorativo da transferência de Macau para a China.	4.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
3.	XXII Festival de Artes de Macau	Evento cultural anual que reúne destacados espectáculos diversificados locais, da China e do estrangeiro.	2.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2011
4.	XXV Festival Internacional de Música de Macau	Evento musical anual que reúne destacados programas musicais locais, da China e do estrangeiro.	3.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
5.	29.º Concurso para Jovens Músicos de Macau	Plataforma de exibição para os jovens locais que aprendem música – a 29.ª edição é dedicada a piano.	2.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
6.	VIII Festival de Teatro Chinês	Actividade de representação que reúne grupos de teatro da China, Taiwan, Hong Kong e Macau. Esta edição será organizada por Macau.	4.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
7.	Património cultural intangível de Macau: exposições, demonstrações, palestras	Macau está a candidatar-se à Lista Nacional do Património Cultural Intangível. Se a candidatura tiver sucesso, serão realizadas exposições e actividades promocionais sobre a mesma.	1.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011
8.	Exposição de grande dimensão, demonstração e apresentação do património cultural intangível da China (em colaboração com o Ministério de Cultura da China)	Uma exposição do património cultural intangível de grande dimensão recomendada e co-organizada pelo Ministério de Cultural da China que fará uma apresentação sobre as manifestações notáveis do património cultural intangível das províncias e cidades de toda a China.	2.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2011
9.	Actividades integrantes do Dia do Património Cultural da China	Tendo o segundo Sábado de Junho sido designado Dia do Património Cultural da China, serão realizadas actividades comemorativas em colaboração com as instituições privadas.	2.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011
10.	Exposição e Concerto comemorativos dos 100 anos da Revolução de 1911	Actividades comemorativas do centenário da Revolução de 1911 através da realização de exposições e concertos.	3.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
11.	Dia Internacional dos Museus – Feira dos Museus	Todos os anos, cerca do dia 18 de Maio, em que se comemora o Dia Internacional dos Museus, os museus da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau realizarão uma feira dos museus. Esta actividade conta com a participação de mais de 20 museus de Macau.	2.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
12.	"Lei de salvaguarda do património cultural"	Elaboração do anteprojecto do diploma legal e os respectivos documentos. Entrada em processo legislativo.	1.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011
13.	Plano de gestão do Centro Histórico de Macau	1.ª fase à 3.ª fase.	1.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011
14.	Orientações normativas para projectos na área do património cultural	1.ª fase a 2.ª fase.	2.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2012
15.	Museu de Zheng Guangying	Abertura de concurso e até à execução de obras.	2.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
16.	Construção do sistema de bibliotecas públicas	Nova Biblioteca de Mong Há.	1.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2011
		Biblioteca do Ouvidor Arriaga.	2.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011
		Biblioteca da Taipa.	3.º trimestre de 2012	1.º trimestre de 2013
		Nova Biblioteca de Coloane.	4.º trimestre de 2012	2.º trimestre de 2013
		Nova Biblioteca Central.	4.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
		Centro de tratamento de livros e armazém de livros.	3.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2012
17.	Desenvolvimento do Programa de leitura online para toda a população local	Promoção da base de dados e livros electrónicos para facilitar a consulta online 24 horas por dia em todas as áreas de Macau.	1º trimestre de 2011	1º trimestre de 2012

6. No domínio do Desporto

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
1.	Alargamento da Rede das Instalações Desportivas Públicas e intensificação da organização das actividades e classes de recreação e manutenção do desporto para todos	Serão estabelecidos contactos com os serviços públicos e entidades privadas, solicitando-lhes a integração na Rede das Instalações Desportivas Públicas e a elaboração de uma estrutura de cooperação. Através da diversificação das actividades do desporto para todos, das classes de recreação e manutenção e das Actividades de Férias, e da implementação da Rede das Instalações Desportivas Públicas e do Plano de Sócio Sport Easy, os cidadãos poderão participar de forma organizada e sistemática nos exercícios físicos, promovendo hábitos de vida saudáveis.	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
2.	Aperfeiçoamento contínuo das medidas de formação de talentos do desporto e de novos atletas, criação do Centro Polivalente de Estágio e estabelecimento das escolas de outras modalidades desportivas para jovens	Serão realizados os trabalhos de instalação de hardware e software do Centro Polivalente de Estágio, nomeadamente, estreitamento da colaboração com os Serviços das Obras Públicas, desenvolvimento progressivo dos trabalhos, para além de se proceder à elaboração dos planos de funcionamento e formação do Centro. Projectar-se-á o estabelecimento das escolas de outras modalidades desportivas e será intensificada a cooperação com as associações a fim de encontrar talentos qualificados para o desenvolvimento sustentado e especializado do desporto de rendimento.	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2014
3.	Projecto de reconstrução do Pavilhão Desportivo de Mong-Há	Será elaborado o projecto da empreitada, lançado o concurso público, iniciada a empreitada, bem como serão elaborados os planos da estratégia do seu desenvolvimento, do seu funcionamento e forma de gestão. No caso de reparação ou substituição dos equipamentos, optar-se-á progressivamente pela utilização de equipamentos economizadores de energia e água, aplicando as directrizes de protecção ambiental e de conservação de energia e será dada continuidade ao melhoramento do ambiente sem barreiras arquitectónicas nas instalações desportivas, a fim de estabelecer espaços desportivos de qualidade.	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2013

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
4.	Acompanhamento da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2010	Através da edição do relatório de avaliação, da elaboração do relatório de investigação, do desenvolvimento dos trabalhos promocionais, em conjunto com as actividades do desporto para todos, artigos informativos, meios electrónicos e acções de sensibilização, será reforçada a promoção da aplicação dos dados científicos à prática desportiva, a fim de levar mais cidadãos a conhecerem o efeito e o significado da aplicação dos referidos dados, motivando a população a prestar mais atenção à saúde e à manutenção da condição física, bem como a elevar o nível de saúde através da prática desportiva.	2.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2013
5.	Elaboração da legislação do desporto para todos e revisão dos diplomas relacionados com o regime do movimento desportivo associativo	Será elaborada, pela primeira vez, legislação relativa ao desporto para todos, que servirá como o instrumento legal para o desenvolvimento do desporto para todos; serão revistos os diplomas relacionados com o regime do movimento desportivo associativo, de acordo com as necessidades do desenvolvimento e devido à desactualização de determinadas disposições, tendo em vista regular adequadamente o desenvolvimento das suas actividades.	Já se iniciou	2.º trimestre de 2011
6.	Realização do estudo de viabilidade da conservação de energia eléctrica e controlo de poluição das instalações desportivas afectas ao Instituto do Desporto	Será incumbida uma consultora especializada da elaboração das medidas viáveis de conservação de energia eléctrica e controlo de poluição das instalações desportivas e do respectivo projecto de execução, nomeadamente, de poupança de energia e de água, de reciclagem de água, do aproveitamento do calor recuperado, entre outros, das 19 instalações desportivas.	1.º trimestre de 2011	2.º Semestre de 2012

Calendário das principais acções governativas da área da Transportes e Obras Públicas para o ano de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Gestão de Solos e Planeamento Urbanístico				
1.	A 2.ª auscultação do Planeamento das novas zonas urbanas	Concluído a 1.ª fase da auscultação pública no 2010, o grupo de trabalho vai preparar o projecto e plano preliminar. No decurso de 2011 vai concluir a 2.ª fase de auscultação.	2011	3.º trimestre do ano 2011
2.	Revisão da Lei de Terras	Finalizar o conteúdo da revisão e lançar à fase final do processo legislativo.	Iniciado	3.º trimestre do ano 2011
3.	Revisão do método de determinação do prémio de concessão	Tornar o valor dos prémios de concessão mais próximo ao do valor do mercado.	2010	1.º trimestre do ano 2011
Urbanização				
4.	"Regime Jurídico da Construção Urbana" e "Normas de Natureza Administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana"	Simplificar e acelerar o processo de apreciação de projectos, de emissão de licença de obras, de fiscalização de obras e de tratamento de infracções administrativas.	2010	Processo legislativo no 2011
5.	Regime jurídico da acreditação, registo, inscrição e qualificação profissional de técnicos no âmbito da edificação e do urbanismo	Sobre o estabelecimento do regime de qualificação profissional de arquitectos, engenheiro de construção civil, engenheiro electromecânico e mecânico, está iniciado desde o ano 2009 a elaboração da respectiva lei e regulamento administrativo.	Iniciado	2.º semestre de 2011
Infra-estruturas de grande envergadura				
6.	A obra de reordenamento do sistema de drenagem da Av. Horta e Costa	Para combater a ameaça de inundação, substituir os tubos de drenagem envelhecidos e saturados, repavimentar a Avenida e reordenar os pavimentos.	Finais de 2010	1.º semestre de 2012

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
7.	Parque de estacionamento para veículos ligeiros sito na Estrada da Flor de Lótus, no COTAI	Situa-se na Estrada da Flor de Lótus, no COTAI, com a capacidade de 467 lugares para automóveis ligeiros e 512 lugares para motociclos.	1.º trimestre de 2010	1.º semestre de 2011
8.	A obra de construção do Parque de estacionamento subterrâneo e Jardim situado junto à Rua de Seng Tou	A obra do Jardim Central junto à Rua de Seng Tou inclui a construção de uma grande parque de estacionamento subterrâneo, e na superfície será implementada piscina, instalações de lazer, biblioteca pública e etc.	3.º trimestre de 2009	1.º trimestre de 2012
9.	O Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha	Após da cerimónia de lançamento em 2009, os trabalhos de execução foram sucessivamente iniciados. Em 2010, a obra já se avançou para outra fase de construção.	2009	2012
10.	Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau - Obras de aterros da Ilha Artificial dos postos fronteiriços de Zhuhai e Macau	A obra de construção da ilha artificial inclui a zona do posto fronteiriço de Macau, de Zhuhai e a zona da Ponte. As obras de aterros foram iniciadas oficialmente no dia 15 de Dezembro de 2009.	4.º trimestre de 2009	Finais de 2012
Habitação Pública				
11.	Construção de Habitação Pública	Habitação pública no lote TN27.	Iniciado	2012
12.		O Bloco A do Complexo de Habitação Social da Ilha Verde.	Iniciado	2011
13.	Centro de Arbitragem de Administração Predial	Visa proporcionar à população um meio de resolução facilitada e mais acessível, da resolução de conflitos na área da administração de edifícios, além de acção judicial.	2011	2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Trânsito				
14.	O texto do "Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau"	Concluir o texto do Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau.	Iniciado	1.º trimestre de 2011
15.	Serviço de autocarros públicos	Proceder para o novo modelo do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros.	Iniciados os trabalhos preliminares	3.º trimestre de 2011
16.	Aperfeiçoar as instalações de exame e de aprendizagem de condução	Mudar as instalações do Centro de Aprendizagem e Exames de Condução e iniciar a 1.ª fase da obra de construção do novo Centro.	1.º trimestre de 2011	3.º trimestre de 2011
17.	Sistema Pedonal	Implementar na Taipa o primeiro percurso do sistema.	Iniciado	2011
Sistema do Metro Ligeiro				
18	Concepção e estudo preliminar das carruagens e sistema do Metro Ligeiro	A adjudicação do fornecimento do sistema e material circulante do sistema de metro ligeiro no 4.º trimestre de 2010. Em 2011, será iniciada a concepção e estudo preliminar das carruagens e sistema do Metro Ligeiro.	2.º trimestre de 2011	2.º trimestre de 2012
19.	Concurso de construção civil da 1ª Fase do Metro Ligeiro – parte de Taipa e de Cotai	Serão iniciadas no 1.º Semestre de 2011 o lançamento de concurso de construção civil da parte da Taipa e do Cotai e irá adoptar medidas em iniciar as obras logo da adjudicação.	1.º semestre de 2011	2.º semestre de 2011
20.	Lançamento do Concurso e abertura de propostas da obra do centro intermodal de transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira	O centro intermodal de transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira é uma empreitada que precisa harmonizar com a implementação da 1.ª fase do Metro Ligeiro. Esforçar em iniciar as obras de construção civil logo após de acabar a fase do concurso.	1.º semestre de 2011	2.º semestre de 2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Assuntos Portuários				
21.	Aperfeiçoar um plano contínuo de abastecimento de água	Em consideração aos acidentes e às situações emergentes possíveis, aperfeiçoar o mecanismo contingente e os planos de reacção.	1.º trimestre de 2011	4.º trimestre de 2011
22.	Estudo sobre o plano de água reciclada em Macau	Em concretização do aproveitamento da água reciclada, referente ao Programa de Poupança de Água de Macau, será planeado o aproveitamento da água reciclada no futuro.	1.º trimestre de 2011	1.º trimestre de 2012
Protecção do Ambiente e Energia				
23.	Planeamento geral e os projectos específicos da protecção do ambiente de Macau	No 2.º trimestre do ano 2011 será concluída a elaboração do relatório do Planeamento geral e os Projectos específicos da protecção do ambiente e a elaboração do texto de plano ambiental. Será lançada à auscultação pública no 3.º trimestre e concluir a alteração, publicação e submissão da última versão dentro daquele ano.	Iniciado	4.º trimestre de 2011
24.	Modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Taipa	Concluir as obras de construção civil no 3.º trimestre de 2010. Concluir a colocação e testes de equipamentos electrónicos no 2011.	Iniciado	1.º semestre de 2011
25.	Concurso público dos serviços de remoção e limpeza dos resíduos sólidos urbanos	Lançar o concurso do novo contrato de prestação de serviços.	4.º trimestre de 2010	2.º semestre de 2011
26.	Cabo de transmissão de electricidade	Construir a 2.ª ligação de cabo eléctrico de 220kV entre Macau e a Ilha da Montanha.	Iniciado	2011

Ordem	Projecto e plano de trabalho	Conteúdo	Data de início	Data de conclusão
Telecomunicações				
27.	Liberalização do mercado – licenciamento das novas redes públicas fixas de telecomunicações	Elaborar o programa de concurso de redes públicas fixas de telecomunicações e iniciar os trabalhos de emissão de licenças.	2010	2011

**Linhas de Acção Governativa
para o ano financeiro de 2011
do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
— Síntese —**

Área da Administração e Justiça

As acções governativas na área da Administração e Justiça para o ano de 2011 irão prosseguir de acordo com o plano de governação traçado pelo Chefe do Executivo. Iremos continuar a concretizar as acções governativas, envidando esforços para dar resposta às expectativas da população e da sociedade civil, dando prioridade à resolução dos problemas relacionados com os assuntos cívicos e a vida da população, com vista a elevar a qualidade de vida dos cidadãos e impulsionar o desenvolvimento sustentável de Macau e a harmonia e estabilidade social.

I. No domínio da Administração Pública

1. Regulamentação das consultas sobre políticas e aumento da eficácia das consultas

Vamos dar continuidade ao aperfeiçoamento e à ordenação dos organismos de consulta actualmente existentes, de modo a alargar a amplitude da recolha de opiniões junto dos cidadãos, associações e profissionais, para além de prestar apoio na definição das estratégias, medidas e políticas de desenvolvimento pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Revela-se, igualmente, ajustado proceder ao aumento da transparência no processo de consulta, impulsionar a adesão da sociedade civil e o diálogo bidireccional e adequar as políticas às necessidades reais da sociedade civil. Vamos implementar de forma plena as Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas junto dos diversos serviços públicos, executando rigorosamente os princípios a observar na consulta sobre políticas e sua coordenação, planeamento e feedback, bem como a publicação do relatório final das consultas dentro do prazo fixado, com vista ao aumento da eficácia das consultas.

Pretendemos reforçar o mecanismo de consulta comunitária, aumentando a integração dos Conselhos Consultivos dos Serviços Comunitários no Centro de Prestação de Serviços ao Público. Os colóquios comunitários, as apresentações temáticas e as iniciativas de destacamento de pessoal para se deslocar aos bairros comunitários serão as formas de consulta que se articulam e complementam entre si para a constituição de um mecanismo de consulta comunitária mais eficiente. Vamos alargar a abrangência dos colóquios comunitários, no sentido de providenciar a participação dos organismos públicos das diversas áreas na apresentação das políticas e a recolha das opiniões dos cidadãos sobre os temas de discussão do seu interesse.

Temos o propósito de impulsionar os estudos sobre a Administração Pública. Em colaboração com o Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e diversos organismos públicos, vamos reforçar a ligação e a cooperação com especialistas e organismos de investigação, com vista a proporcionar os parâmetros científicos e objectivos para definição da linha de orientação do desenvolvimento da reforma administrativa. Vamos definir um plano de estudo sobre o regime geral da função pública e realizar de forma ordeira diversas acções de investigação.

2. Coordenação e gestão centralizada dos funcionários públicos

Será implementado o regime de recrutamento central de trabalhadores, no sentido de uniformizar o tratamento e a regulamentação do recrutamento, distribuir de forma adequada os recursos humanos e tornar as respectivas acções mais transparentes, com o objectivo de alcançar a transparência no Governo. Em simultâneo, vamos definir e proceder à preparação da regulamentação sobre acesso e formação e realizar as respectivas acções de formação, em função do plano de pessoal necessário e de promoção nos diversos organismos.

Serão propostas medidas e políticas concretas relativamente ao mecanismo de mobilidade do pessoal. E vamos dar continuidade ao acompanhamento da execução do novo regime das carreiras já implementado.

Iremos concluir as acções de consulta sobre o “regime de conciliação e disciplinar central” e elaborar os respectivos projectos de lei. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública criará uma unidade funcional especializada, à qual caberá disponibilizar uma plataforma para centralizar o tratamento e a conciliação nas questões de trabalho apresentadas pelo pessoal dos organismos públicos, bem como nas matérias relativas ao ingresso, à promoção, à desligação do serviço, aos litígios, às queixas ou reclamações que envolvam processos disciplinares. Proceder-se-á, de forma activa, ao estudo sobre a criação de um mecanismo independente para assegurar aos funcionários públicos um tratamento justo e imparcial das queixas recebidas.

Concluimos o estudo comparado sobre o actual regime de contratos da Função Pública e a Lei das Relações de Trabalho, tendo-se elaborado o documento de consulta relativo ao regime de contratos para os trabalhadores da Administração Pública e será desenvolvido o processo de consulta e apresentado o projecto de revisão, para se iniciar o respectivo procedimento legislativo.

Vamos instituir o “sistema de gestão integrada de recursos humanos e tomada de decisões”, com vista a proporcionar uma maior sistematização dos dados científicos na articulação recíproca entre gestão dos recursos humanos e tomada de decisões.

3. Melhoramento das funções das estruturas e da coordenação inter-serviços

Propomo-nos proceder ao melhoramento das funções, competências e obrigações, distribuição de funções e articulação recíproca dos vários níveis estruturais do Governo, efectuando de forma ordeira a revisão e o ajustamento das estruturas orgânicas.

A reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, com a entrada em vigor em 2011, permitirá constituir, por um lado, um organismo com as funções de coordenação central dos funcionários públicos, e por outro lado, dotá-lo-á das funções de estudo, coordenação e reforma nos assuntos da Administração Pública, nomeadamente o aperfeiçoamento do atendimento ao público, os estudos sobre a Administração Pública, a avaliação dos resultados e a divulgação das funções do Governo. Além disso, o Fundo de Pensões será integrado na tutela da Secretaria para a Administração e Justiça, com vista a uma melhor gestão dos assuntos dos funcionários públicos.

O Gabinete para a Reforma Jurídica e o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional serão objecto de fusão e reestruturação, a partir da qual se tornará possível o fortalecimento da coordenação central da reforma jurídica, de modo a envidar esforços para impulsionar o planeamento da produção legislativa no Governo da Região Administrativa Especial de Macau, dando prioridade aos projectos de diplomas legais relacionados com os assuntos cívicos e a qualidade de vida dos cidadãos, para além de supervisionar e apoiar os organismos das diversas áreas na produção legislativa de acordo com os prazos fixados, correspondendo, deste modo, às solicitações sociais e da Assembleia Legislativa.

Almejamos efectuar a revisão e o aperfeiçoamento do mecanismo de coordenação inter-serviços nas estruturas do Governo, bem como aumentar a eficácia das respostas e a capacidade de acção governativa em geral.

4. Reforço da responsabilização dos titulares de cargos públicos

Vamos consolidar o forte sentido de responsabilidade e a conduta ética da equipa de administradores, aumentar a credibilidade do Governo, envidar esforços para a edificação de um Governo responsável e salvaguardar os interesses sociais em geral.

Com base no aperfeiçoamento das normas do sistema jurídico existente, vamos aumentar cada vez mais a eficiência da execução e supervisão do regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos e instituir uma cultura de responsabilização saudável. Através da realização de acções de formação específica, vamos proporcionar aos titulares dos diversos cargos públicos os conhecimentos correctos e o rigor no desempenho das suas responsabilidades funcionais, em conformidade com a Lei Básica e demais legislação e normas de conduta, prosseguindo com a “administração segundo a lei” e acolhendo a supervisão.

A Comissão de Ética para a Administração Pública visa coadjuvar o Chefe do Executivo na emissão de recomendações, conselhos e orientações relativas aos critérios de conduta que devem ser cumpridos pelos titulares de cargos públicos e pelos trabalhadores da Administração Pública. Também efectua o acompanhamento e a fiscalização da execução dos princípios e critérios determinantes da autorização para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções por parte dos titulares de cargos públicos (“prazo de inactividade”), para além da análise e emissão de parecer.

Em articulação com a implementação da Lei n.º 22/2009 (Limitações impostas aos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos do Governo após cessação de funções), vamos criar uma comissão e estabelecer os critérios de apreciação dos pedidos de autorização dos ex-titulares dos referidos cargos para o exercício de actividade privada após a cessação de funções, efectuando a respectiva análise e emitindo parecer.

5. Intensificação da promoção da integridade e utilização correcta dos recursos

Vamos assegurar a justiça, a legalidade e a alta eficiência na Administração Pública, instituir uma cultura de servidor público saudável, correcto, diligente e zeloso, salvaguardar os

direitos e interesses legítimos dos cidadãos e edificar um Governo íntegro e respeitador dos compromissos assumidos.

Em articulação com as acções fiscalizadoras do Comissariado Contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria, vamos impulsionar a sistematização na edificação, promover a modernização das estruturas do Governo, clarificar as atribuições dos organismos públicos e melhorar os processos relativos ao sistema e modelo de funcionamento, gestão de pessoal, entre outros. Vamos disponibilizar as informações necessárias, promover a aplicação das informações electrónicas e simplificar os procedimentos administrativos internos e o processo de prestação dos serviços externos, evitando deste modo as formalidades complexas, o que permitirá maior transparência na divulgação dos assuntos públicos e maior acolhimento da supervisão efectuada pelo público e pela sociedade civil.

Procederemos à normalização e sistematização das orientações, sugestões e recomendações do Comissariado Contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria. Damos continuidade ao seu acompanhamento, supervisão, avaliação e revisão, assim como vamos assegurar a legalidade dos actos administrativos, elevando a eficiência na sua execução.

Intensificaremos a divulgação das acções educativas no âmbito da incorruptibilidade junto do corpo de funcionários públicos, exigindo uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos pelos organismos públicos, com o intuito de incrementar os conhecimentos correctos sobre a legislação e a execução das leis.

6. Aumento da eficiência e transparência no tratamento das opiniões

Será implementado o serviço de consulta online sobre o andamento dos processos em resolução, que permitirá aos cidadãos consultar imediatamente a fase de tratamento dos processos concernentes. Em simultâneo, vamos lançar uma nova versão do Sistema Electrónico de Tratamento de Queixas Inter-serviços, para elevar e supervisionar a eficiência na resposta relativamente ao tratamento dos processos. Será concluída a optimização periódica do sistema de tratamento de queixas do Centro de Contacto do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, permitindo, deste modo, incrementar a eficiência no tratamento e acompanhamento das queixas e aumentar a transparência.

7. Aperfeiçoamento da rede de prestação de serviços públicos

Aspiramos incrementar a eficiência do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, realizando a segunda fase de construção desse centro. Pretendemos aumentar de forma gradual o número de organismos aí instalados e respectivos projectos e, simultaneamente, vamos impulsionar a preparação e coordenação das obras da terceira fase de construção, de modo a disponibilizar naquele centro os serviços *One Stop* a prestar por todos os organismos públicos que fornecem serviços externos ligados ao público, nomeadamente as consultas, as petições, levantamento de documentos e licenças, entre outros. Serão criadas estruturas de desenvolvimento, gestão e funcionamento desse centro, conjugando-o com os Centros de Prestação de Serviços ao Público nas diversas zonas, com

vista a elevar o nível e a eficiência da rede de prestação de serviços públicos. Por outro lado, o número de habitantes das Ilhas tem vindo a aumentar ao longo dos anos, pelo que serão instalados nos respectivos bairros postos de atendimento e informação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.

Iremos otimizar os serviços comunitários por zonas. Com a entrada em funcionamento do Centro de Prestação de Serviços ao Público na Baixa da cidade, bem como a construção básica da rede de prestação serviços por zonas, será reforçada a cooperação entre os diversos centros de prestação de serviços, os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários e os organismos interdepartamentais, dando resposta célere e resolvendo as questões relacionadas com os assuntos sociais e a qualidade de vida da população, através do melhoramento da qualidade dos serviços.

Vamos reforçar a avaliação e supervisão dos serviços, definir a orientação do desenvolvimento numa fase posterior, bem como estabelecer novos objectivos de avaliação no âmbito do Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade. Dar-se-á continuidade à realização do inquérito do grau de satisfação dos cidadãos, com vista a efectuar a avaliação e melhoria contínua da qualidade desses serviços. A Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos vai impulsionar amplamente a implementação do Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade, com o objecto de louvar os serviços públicos com desempenho excelente.

8. Promoção dos padrões de certificação internacional para sistemas de gestão

Para que a gestão dos organismos públicos e seus serviços quer na qualidade quer na quantidade atinjam os níveis mais avançados do Mundo, vamos persistir na introdução de modelos de gestão científicos obtendo a certificação na norma internacional ISO para a gestão de qualidade.

A Direcção dos Serviços de Identificação vai prosseguir com a certificação internacional para o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (ISO 27001), partindo-se da certificação dos serviços no âmbito da organização e informática para incluir gradualmente a totalidade dos serviços prestados pelo organismo, estando previsto concluir a certificação de todas as áreas de serviço daquele organismo em 2012. Por outro lado, serão apresentadas propostas para a prestação de serviços com qualidade e para a melhoria dos procedimentos de trabalho, à medida que for realizada a conclusão e revisão dos resultados alcançados na primeira fase do processo de melhoramento.

Em simultâneo, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais vai alargar e otimizar continuamente as acções de certificação internacional para sistemas de gestão, nomeadamente a obtenção da certificação ISO/IEC 17025 para análise laboratorial da qualidade de água, ISO 9001 para sistemas de gestão de qualidade, ISO 14001 para sistemas de gestão ambiental, OHSAS 18001 para sistemas de gestão da segurança e higiene ocupacional, entre outros.

9. Reforço da formação e assistência aos funcionários públicos

Vamos aperfeiçoar os planos de formação, apresentar os “planos de formação dos funcionários públicos a curto, médio e longo prazo”, otimizar a configuração integral dos cursos de formação e criar condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável das acções de formação, em articulação com a entrada em funcionamento do Centro de Formação dos Trabalhadores da Função Pública, o que favorecerá a integração dos recursos de formação, intensificará as funções de coordenação e planeamento e permitirá efectuar uma maior sistematização dos planos de formação de acordo com a evolução da categoria e funções dos funcionários públicos.

Dar-se-á continuidade à realização de cursos temáticos, nomeadamente em colaboração com a Academia de Liderança Executiva de *Pudong em Shanghai* e o *Civil Service College* de Singapura, para além de prosseguir a organização do 3.º Curso de Mestrado em Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau (MPA), ministrado em conjunto pelo Instituto Nacional de Administração e pela Universidade de Pequim.

Concluir-se-á, no próximo ano, o primeiro curso do Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, organizado em colaboração com a União Europeia. Entretanto, realizar-se-á o segundo curso. Tal programa de formação concilia a formação local com a do exterior no intuito de elevar o nível de qualidade do corpo de tradutores.

Serão reforçadas as acções de formação vocacionadas para os trabalhadores recentemente ingressados na Função Pública, com vista a proporcionar-lhes os conhecimentos correctos sobre o regime jurídico da Função Pública e demais legislação concernente, dar-lhes a conhecer de forma profunda os deveres e as obrigações a cumprir, bem assim inculcar-lhes o espírito de servidor público e a consciência do Estado de Direito.

Proceder-se-á à promoção do diálogo e afeição. Vamos implementar o serviço de apoio psicológico aos funcionários públicos, em colaboração com as associações profissionais da sociedade civil e os organismos concernentes, nomeadamente os organismos da área da Saúde e Acção Social.

Continuaremos a providenciar os serviços de exame médico da aptidão física dos trabalhadores da Função Pública, a realizar diversas actividades culturais, a prestar assistência aos funcionários e fortalecer o mecanismo de diálogo da Divisão de Apoio Social à Função Pública da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública com os diversos organismos públicos e as várias associações de funcionários públicos, com vista a prestar apoio atempado e adequado aos funcionários públicos mais carenciados.

Dar-se-á continuidade à organização de cursos vocacionados para o “alívio de *stress*”, bem como à realização de acções de formação e actividades sobre a segurança ocupacional e saúde. Também vamos realizar o Concurso de Comentários Escritos sobre a Leitura de um Texto para os Funcionários Públicos e aprofundar o Plano sobre a Criatividade dos Funcio-

nários Públicos no Trabalho. Iremos aumentar a eficácia do “Website para os Funcionários Públicos” como plataforma de diálogo, disponibilizar de forma oportuna as informações correctas do Governo e difundir os conhecimentos especializados na área do Direito, auscultando e correspondendo activamente às sugestões e opiniões apresentadas.

10. Desenvolvimento dos serviços públicos electrónicos e gestão da segurança da informação

Vamos proceder ao impulso dos serviços públicos electrónicos, lançando mais serviços electrónicos através do *ePass*; alargar a área de aplicação do “serviço *One Stop* de alteração das informações de contacto” e dos “impressos electrónicos” (*eForm*); lançar a nova geração de quiosques informativos electrónicos; continuar a aperfeiçoar o Portal do Governo e lançar a edição portátil desse portal de serviços.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais vai implementar a renovação electrónica de licenças para animais de estimação, promover o serviço de pagamento de multas online e aperfeiçoar as acções electrónicas de declaração alfandegária.

A Imprensa Oficial vai providenciar serviços electrónicos de gestão integrada, nomeadamente para o tratamento dos pedidos e facturação dos seus clientes. Também reforçará a função de assinatura online no sentido de permitir aos interessados o preenchimento do respectivo formulário directamente na página electrónica da Imprensa Oficial efectuando a assinatura do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau pela forma de pagamento por cartão de crédito.

Será, igualmente, impulsionada a gestão da segurança da informação. O Centro de Dados do Governo irá obter, no próximo ano, a certificação internacional ISO 27001 para a segurança da informação, de modo a que a gestão desse centro alcance os níveis internacionais. Irá também proporcionar dados com qualidade e serviços de backup e de recuperação de dados para os organismos públicos e prestar o serviço de supervisão da segurança das redes a funcionar 24 horas. Além disso, vamos divulgar o serviço informático *cloud computing* a nível interno do Governo, o qual permite disponibilizar diversos serviços online na forma virtual, concretizar a partilha de recursos nas redes e reduzir em grande escala as acções administrativas e de gestão bem como as despesas com equipamentos. Por outro lado, a Imprensa Oficial irá criar, no próximo ano, a primeira fase da “plataforma de recuperação de desastres remota” a partir do Centro de Dados do Governo.

Pretendemos uniformizar a gestão dos *websites*, reduzir os recursos investidos pelos diversos organismos públicos e manter um alto nível de segurança nos *websites*. Vamos prosseguir a implementação das acções referentes ao *eSAFP* e promover a automatização e redução do recurso ao papel num maior número de procedimentos administrativos e sistemas de circuitos de trabalho, com o auxílio de instrumentos e técnicas de informática para aumentar a eficiência de trabalho.

II. No domínio da Justiça

1. Reforço da coordenação central das acções de reforma jurídica e maior empenho no impulso do plano legislativo

É nosso objectivo proceder à reestruturação do Gabinete para a Reforma Jurídica e do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional, cuja fusão dará origem a um organismo de coordenação central das acções de reforma jurídica, cabendo-lhe assim impulsionar o plano legislativo nos diversos organismos públicos. E com base em determinadas funções que lhe serão atribuídas, vamos assegurar a implementação e conclusão do plano legislativo nos prazos estabelecidos, através de diversos mecanismos e medidas de regulamentação.

Face à coordenação efectuada pelo referido organismo central da reforma jurídica, os diversos organismos necessitam de obedecer com rigor às normas estabelecidas nas Orientações sobre o Circuito de Produção de Projectos de Diplomas Legais. Além disso, vamos constituir pessoal especializado para informar periodicamente o andamento de determinados diplomas legais através de um sistema de rede específico para acompanhamento, bem assim proceder ao apoio oportuno e à coordenação necessária caso surjam quaisquer problemas ou dificuldades.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau vai efectuar, com base no plano legislativo, os ajustamentos adequados articulando-os para satisfazer as solicitações nas diversas fases de desenvolvimento social. Deste modo, será dada prioridade ao impulso dos diplomas legais relacionados com os assuntos cívicos e a vida da população, nomeadamente no que respeita ao Regime do Fundo de Previdência Central, ao Regime de Propriedade Horizontal (administração de prédios), à actividade de mediação imobiliária, ao Regime de Compra e Venda de Fracções Autónomas de Edifícios em Construção, ao Regime Geral de Apoio Judiciário, à Lei de Terras, ao Regulamento de Segurança contra os Incêndios, entre outros.

Vamos alargar os meios de consulta da opinião pública e impulsionar a participação activa da população em geral, bem assim proceder de forma regulada e ordenada às consultas junto da população consoante as exigências das “Orientações Normativas para a Consulta das Políticas Públicas”, visando criar condições flexíveis sempre que for possível para assegurar a adequação dos diplomas legais aos interesses sociais.

2. Impulso das acções de recensão e adaptação legislativa

No próximo ano, as acções de recensão legislativa vão entrar no segundo ano da sua fase de desenvolvimento, pelo que vamos prosseguir a implementação da recensão geral da situação de vigência das leis e dos decretos-lei promulgados entre 1976 e 1999, proceder à adaptação das leis e dos decretos-lei ainda vigentes e concluir a verificação da versão chinesa dos cinco grandes Códigos e das leis mais importantes.

Confirmada a situação de vigência da legislação previamente vigente pelos diversos organismos funcionais, vamos divulgar o inventário dessa legislação e apresentar, após a auscultação das opiniões dos diversos sectores sociais, a proposta de viabilidade sobre a legislação da adaptação legislativa.

Concluiremos, em finais de 2012, as acções técnicas de adaptação legislativa e as acções de verificação da versão chinesa das leis mais importantes, com vista à preparação da entrada em processo legislativo.

3. Impulso contínuo da produção e revisão de diversos diplomas legais

Concluir-se-ão, no próximo ano, as acções de revisão ou produção dos diplomas legais relativos ao Código Comercial (“contratos de seguros”), ao Código de Processo Penal, à legislação complementar da Lei do Estacionamento de Tropas e ao “regime de contratos de trabalho dos funcionários públicos”, os quais serão submetidos ao Conselho Executivo propondo a sua entrada em processo legislativo.

Com base nos estudos profundos desenvolvidos pelo Conselho Consultivo da Reforma Jurídica, os organismos especializados do Governo irão manter-se em cooperação estreita e apresentar a proposta de alteração do regime jurídico de propriedade horizontal, adequando as experiências colhidas noutras regiões às realidades locais, bem assim proceder à realização da respectiva consulta pública.

As alterações ao Código de Processo Civil envolvem sobretudo a optimização dos processos judiciais, a distribuição adequada dos recursos disponíveis nos tribunais e a desjudicialização, para além do estudo sobre a transferência de competências para a Conservatória do Registo Civil e Cartórios Notariais em matérias que respeitem, respectivamente, aos processos relativos a divórcios e heranças que agora se resolvem pelo tribunal. Nesta base, planeamos efectuar, em 2011, as consultas externas e compilar os respectivos diplomas legais na versão chinesa e portuguesa, respectivo direito comparado e demais informações sobre estudos auxiliares.

Iremos desenvolver a revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária, aperfeiçoar cada vez mais o funcionamento dos órgãos judiciais e aumentar a eficiência judicial e sua qualidade.

Em Outubro de 2010, divulgámos o documento de consulta referente ao sistema geral de apoio judiciário, pelo que, após a auscultação de opiniões dos órgãos judiciais e dos diversos sectores sociais, será apresentada a proposta de revisão em função dos estudos e dos resultados da consulta pública, com o objectivo de alcançar o aumento de eficiência no funcionamento, efectuar uma distribuição mais justa e razoável dos recursos e assegurar o acesso dos residentes ao apoio judiciário atempadamente.

No que toca à Lei de Cooperação Judiciária Regional em Matéria Penal, realizámos um estudo profundo tomando como referência os regimes utilizados nos demais países e regiões, motivo pelo qual serão desenvolvidas as acções de produção do texto do respectivo

projecto de lei, após a solicitação de parecer sobre a definição da forma legislativa a optar e o conteúdo da legislação e critérios da produção legislativa junto dos organismos públicos competentes.

Em relação à revisão do Código do Registo Comercial, estamos a aguardar a organização da entrada em processo legislativo da respectiva proposta de lei.

Concluimos as acções fundamentais de revisão do Código do Registo Civil, pelo que será organizada a entrada em processo legislativo da respectiva proposta de lei após a austerização final das opiniões do Conselho dos Registos e Notariado.

Também concluimos de forma preliminar os projectos de lei relativos à revisão do Código do Notariado e do Código do Registo Predial, motivo pelo qual será efectuada a introdução dos devidos ajustamentos em função da produção dos diplomas legais sobre a regulação do funcionamento do mercado imobiliário.

Além disso, serão concluídas, em 2011, as consultas sobre os “regimes disciplinar e de conciliação dos trabalhadores dos serviços públicos”, bem como as respectivas propostas de lei.

Concluimos a versão preliminar do projecto relativo ao Regime de Compensação dos Titulares do Cargo de Chefe do Executivo e dos Principais Cargos na Aposentação/Desligação do Cargo, que está em fase de aperfeiçoamento mais profundo.

No que respeita ao Regime Jurídico sobre a Regulamentação de Material Pornográfico, bem como ao Regulamento de Controlo de Material Pornográfico, procedemos actualmente ao aperfeiçoamento dos respectivos projectos em consonância com as orientações mais actualizadas de produção legislativa nas regiões vizinhas.

Também foi concluído o estudo de direito comparado relativamente ao Regime de Compensação da Região Administrativa Especial de Macau, bem como o texto do respectivo projecto de lei, pelo que estamos a proceder à recolha das opiniões dos organismos públicos competentes, em função das quais se introduzirão os ajustamentos no referido texto.

4. Divulgação jurídica

Dar-se-á especial relevo ao aprofundamento da divulgação da Lei Básica. Vamos promover a inclusão do conteúdo da Lei Básica nas diferentes actividades de generalização da noção de Direito, bem assim prosseguir a organização de diversos tipos de actividades de grande envergadura, a decorrer nas proximidades do dia 31 de Março do próximo ano, a propósito da data comemorativa do 18.º aniversário da promulgação da Lei Básica, com vista a incutir de forma imperceptível e perpetuada os conhecimentos sobre a Lei Básica. Iniciaremos o estudo de viabilidade da instalação de um pavilhão de exposições relativas à Lei Básica, através do qual se permitirá, por um lado, alargar os efeitos de divulgação, e por outro lado, proceder à sistematização da organização e exposição das informações concernentes.

Vamos promover de forma plena as acções de generalização do Direito junto da camada juvenil. Continuaremos a realizar colóquios sobre a generalização do Direito nas escolas primárias e secundárias, procedendo-se também à sistematização e interligação de um conjunto de cursos de generalização do Direito nos estabelecimentos de ensino. Dar-se-á, ainda, relevo ao aprofundamento da formação de jovens voluntários das “Forças de Divulgação Jurídica”, de modo a formar essencialmente um grupo de jovens conhecedores das leis de Macau e conferir-lhes influência de pares nos seus comportamentos.

Serão desenvolvidas activamente diversas actividades de divulgação jurídica sobre temas específicos. Vamos fortalecer a cooperação entre as associações e os demais organismos públicos para divulgar de forma activa os novos diplomas legais publicados e aqueles estreitamente relacionados com a vida da população. Além disso, continuaremos a recorrer de forma permanente a artigos e colunas nos jornais, aos órgãos de comunicação social e à organização de bazares, exposições, concursos temáticos, colóquios e workshops para transmitir e fazer chegar aos cidadãos as informações jurídicas e para alargar e aprofundar os conhecimentos dos cidadãos sobre as leis.

Será reforçada não só a concepção do actual Portal Jurídico e da página electrónica da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, como também vamos fomentar o recurso a mensagens electrónicas de divulgação e ao uso do *Facebook*, no sentido de promover uma divulgação jurídica mais interactiva.

5. Reforço do diálogo com a Assembleia Legislativa e articulação com as acções a desenvolver pelo órgão legislativo

Estamos determinados a intensificar, cada vez mais, o diálogo com a Assembleia Legislativa, proceder à ampla auscultação de opiniões sobre a organização do plano legislativo e a adaptação das leis pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, bem assim efectuar de forma ordenada a apresentação das propostas de lei, articulando-as com o processo de apreciação na Assembleia Legislativa, para além de divulgar oportunamente o andamento das acções do plano legislativo.

Vamos proceder à apresentação e ao esclarecimento da Assembleia Legislativa a respeito das propostas de lei elaboradas pelo Governo, bem como participar nas sessões plenárias do órgão legislativo e em reuniões das comissões permanentes para esclarecer aos deputados os objectivos que se pretendem atingir com a legislação proposta, dando-lhes a conhecer a postura do Governo e a opção legislativa, para além de auscultar amplamente as opiniões do órgão legislativo, aperfeiçoar a legislação através de discussão interactiva e assegurar a implementação das políticas.

Será efectuada a revisão e o aperfeiçoamento das “orientações sobre o envio de respostas às interpelações escritas dos deputados”, assim como vamos envidar esforços para responder de forma célere às interpelações escritas dos deputados, participar nas sessões de interpelação oral da Assembleia Legislativa, facultar as informações que nos forem solicitadas e acompanhar os processos relativos às petições dos cidadãos.

6. Articulação com a administração judicial nos órgãos judiciais

Com vista à prestação de maior apoio aos órgãos judiciais na implementação gradual dos serviços informáticos e electrónicos, realizaremos, após uma ampla auscultação de opiniões dos tribunais sobre o relatório de estudo relativo à informatização do processo civil, a introdução faseada das aplicações das tecnologias de informática, visando aumentar a eficiência judicial e sua transparência e reduzir os custos processuais envolvidos. O Conselho Consultivo da Reforma Jurídica vai criar um grupo especializado para auxiliar e acelerar a conclusão do estudo sobre a revisão do Código de Processo Civil, Código de Processo Penal e Lei de Bases da Organização Judiciária, com vista à apresentação das respectivas propostas e simplificação dos processos judiciais. Vamos concluir o “Relatório de estudo sobre as Questões relativas ao Impulso do Mecanismo Não-Processual de Resolução de Conflitos na Região Administrativa Especial de Macau”, com o objectivo de investigar e analisar a situação e perspectivas de desenvolvimento do sistema de arbitragem e conciliação em Macau e propor posteriormente a respectiva legislação.

Concluir-se-ão, em meados do próximo ano, as acções de formação do Terceiro Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público. Os actuais nove formandos poderão ingressar na carreira de magistrados após a conclusão com aproveitamento do curso e estágio, de acordo com as necessidades dos tribunais e do Ministério Público. No próximo ano, será organizado o exame de admissão e as acções de formação referentes ao Quarto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, com a duração de dois anos, visando satisfazer as necessidades de recursos humanos dos órgãos judiciais.

Vamos desenvolver, em 2011, um novo ciclo de acções relativas ao concurso de admissão ao curso de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça, a pedido do Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância e do Gabinete do Procurador, para além do desenvolvimento dos cursos de formação vocacionados para o acesso na carreira de oficial de justiça.

7. Prossecução do desenvolvimento da formação jurídica

No próximo ano, daremos continuidade, por um lado, à organização das acções de formação que versam sobre o aumento dos conhecimentos jurídicos do pessoal e sua capacidade de trabalho, e por outro lado, vamos assegurar a execução da lei quer na qualidade quer na quantidade e aumentar o nível dessa execução, nomeadamente através da realização de actividades de formação jurídica nas vertentes de cursos temáticos de estudo e prática da Lei Básica, produção legislativa, linguagem jurídica, novos diplomas publicados, arbitragem e conciliação, entre outros. Além disso, serão organizadas de forma permanente várias acções de formação para ingresso na carreira e acções de formação contínua, nomeadamente sobre os procedimentos administrativos, os contratos administrativos, o regime jurídico dos direitos e deveres na Função Pública, o regime de aquisição de bens e serviços, entre outros.

O “Curso Aprofundado na área do Direito Internacional” vai alargar gradualmente o leque dos seus destinatários ao pessoal de direcção dos organismos públicos, visando proporcionar um maior conhecimento e articulação com os princípios, a tomada de posição e as políticas nacionais no âmbito dos assuntos diplomáticos. Tal curso permite, por um lado, incrementar os conhecimentos dos funcionários públicos sobre as operações práticas referentes ao cumprimento dos acordos internacionais e à composição dos relatórios de execução desses acordos, e por outro lado, impulsionar as relações com o exterior e os assuntos do Direito Internacional de acordo com as realidades de Macau.

8. Aperfeiçoamento dos assuntos do Direito Internacional

Com a autorização e o apoio do Governo Central, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau vai prosseguir, nos termos da Lei Básica, o impulso e desenvolvimento da cooperação jurídica e judiciária, bem como dos assuntos no âmbito do Direito Internacional e Regional, por forma a consolidar e alargar o relacionamento e a cooperação entre a Região Administrativa Especial de Macau e os restantes países e regiões, criando a sua própria imagem internacional, e daí divulgar o sucesso na implementação do conceito “um país, dois sistemas” em Macau.

III. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Resolução com todos os esforços do problema de inundações

A fim de resolver plenamente o problema de inundações que há já muito tempo perturba os cidadãos e as empresas, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá reforçar a cooperação com os respectivos serviços competentes e adoptar medidas no sentido de aliviar eficazmente as situações de inundações verificadas nalgumas zonas antigas. Para tanto, se incluem as seguintes medidas:

- (1) Aperfeiçoamento da rede pública de esgotos: No próximo ano, iremos prioritariamente concluir ou iniciar a construção de várias estações elevatórias de águas pluviais, aperfeiçoar o sistema de contenção de águas pluviais e aumentar o volume de drenagem da rede de esgotos, no sentido de resolver e melhorar, com todos os esforços, as situações de inundações verificadas nas zonas de Horta e Costa e de San Kio, no Porto Interior, na Rua de Cinco de Outubro, na Avenida de Almeida Ribeiro e na zona antiga da Taipa;
- (2) Substituição de bombas de água das estações elevatórias de águas residuais: Serão substituídas por fases as bombas de água das estações elevatórias de águas residuais situadas na Península de Macau e nas Ilhas, com vista a manter os esgotos desimpedidos. Iremos construir, na maior brevidade possível, o sistema de seccionamento e a estação elevatória de águas residuais na Baía Norte de Fai Chi Kei, com a finalidade de resolver os problemas de poluição e de mau cheiro na Baía Norte de Fai Chi Kei;

- (3) Início das obras de substituição das válvulas de maré: Serão substituídas as válvulas de maré inválidas do Porto Interior, da Zona da Ribeira do Patane e de outros sítios para a prevenção da entrada das águas do mar.

Em relação às inundações provocadas pela entrada das águas do mar, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá resolver, de um modo integrado, o problema através de um planeamento urbano geral para diminuir as influências das marés a que estão sujeitas as zonas costeiras.

As referidas obras de construção e de aperfeiçoamento contribuirão para a resolução eficaz das situações preocupantes relativamente às cheias em várias zonas. Paralelamente, com o funcionamento do mecanismo de divulgação de informações relativas a inundações dos serviços competentes, serão reduzidas as influências causadas pelas cheias.

2. Preparação da criação do “Centro de Segurança Alimentar” por fases

No próximo ano, entrará na segunda fase a preparação da criação do “Centro de Segurança Alimentar”. Tendo como alicerce as acções já desenvolvidas, iremos intensificar o respectivo mecanismo de operação conjunta, coordenar as acções relativas à segurança alimentar dos diversos serviços, bem como definir as funções legais assumidas pelo “Centro de Segurança Alimentar”, e com base nas quais iremos promover a avaliação de riscos, nomeadamente relativamente à recolha de informações, propagação de riscos, recolha de amostras no mercado, coordenação do tratamento de incidentes sobre a segurança alimentar, seguimento de incidentes, alertas e divulgação de informações.

Iremos elaborar a página electrónica do “Centro de Segurança Alimentar”, instituir um mecanismo de troca de informações inter-serviços e definir as suas formas de ligação informática, proceder ao estudo sobre o mecanismo inter-serviços para a resposta aos “grandes incidentes de segurança alimentar”, criar uma linha aberta para informações de incidentes visando receber consultas e reclamações do público, reforçar a divulgação e educação, assim como encetar acções de consulta da Lei relativa aos estabelecimentos de géneros alimentícios perecíveis.

A terceira fase de acções compreende o período de 2012 a 2014, a qual consiste principalmente no arranque da elaboração ou revisão de uma série de diplomas, na integração sucessiva do aperfeiçoamento de diplomas na agenda legislativa segundo a sua importância e ordem de urgência, bem como no início de estudos sobre a optimização e aperfeiçoamento dos critérios locais relativos aos géneros alimentícios e dos diplomas complementares sobre a segurança alimentar, com o objectivo de assegurar um funcionamento maduro do “Centro de Segurança Alimentar” e prestar serviços aos cidadãos.

3. Concretização das instalações complementares do parque temático de pandas

Optimizamos as instalações complementares do parque temático de pandas e aumentamos o seu valor apreciativo, informativo e de interesse, a fim de concretizar a missão da Re-

gião Administrativa Especial de Macau em relação à protecção de animais raros do mundo e criar uma atmosfera de alegria em torno dos cidadãos e dos turistas.

Para aperfeiçoar ainda mais as instalações complementares do parque, construiremos um auto-silo no lado oeste fora do parque. Aumentaremos no parque as informações educativas relativas à conservação da Natureza e organizaremos actividades educativas sobre pandas, o que permitirá aos visitantes a percepção, de diferentes pontos de vista, das informações sobre o ambiente ecológico e a sua conservação. Ajustaremos a disposição das plantas à volta do parque, criaremos bosques de bambus e cultivaremos mais flores, para que o parque fique repleto de cores ainda mais diversificadas.

Em articulação com as políticas e os objectivos no âmbito da conservação dos pandas, será criado o Fundo dos Pandas para promover o desenvolvimento nas áreas de prestação de cuidados, criação, estudo e educação dos pandas em Macau. Paralelamente, será elevado o nível de prestação de cuidados do pessoal através de formação profissional.

4. Limpeza dos bairros comunitários e aperfeiçoamento das instalações municipais

Em articulação com a transformação da Região Administrativa Especial de Macau num centro de turismo de lazer a nível mundial e com o objectivo de fornecer aos cidadãos e turistas um ambiente urbano limpo, persistiremos em proceder a acções de limpeza das vias públicas e dos bairros comunitários, desenvolver obras de embelezamento das vias urbanas e de arborização tridimensional, aperfeiçoar os estabelecimentos públicos, nomeadamente os parques, as zonas de lazer e as praças, bem como criar novas zonas de lazer e espaços livres de obstáculos, com vista à manutenção de uma boa imagem como cidade turística, à irradiação dos efeitos de património mundial, à melhoria de uma maneira geral da paisagem urbana de Macau, ao aumento do seu valor turístico e à construção de uma cidade adequada à habitação.

5. Enriquecimento dos tempos livres e aumento da qualidade de vida

A fim de enriquecer os tempos livres dos cidadãos e aumentar a sua qualidade de vida, prosseguiremos a realização de várias actividades recreativas, a introdução de espectáculos culturais e artísticos de alta qualidade e a organização de exposições artísticas ricas e diversificadas.

Os “campos livres” têm sido muito bem acolhidos pela população desde a sua criação, sendo um bom lugar para a prática de actividades recreativas. No próximo ano, iremos prolongar o horário de funcionamento de alguns dos estabelecimentos de actividades e proceder ao estudo sobre a viabilidade do funcionamento de 24 horas.

O Museu de Arte de Macau terá em 2011 como exposições principais, nomeadamente a exposição de património cultural do Palácio Imperial organizada em colaboração com o Museu do Palácio Imperial de Pequim, a exposição de obras de caligrafia e pintura dos Quatro *Wangs* do início da Dinastia *Qing* organizada em colaboração com os organismos

do Interior da China com intervenção na área do património e museologia, a exposição de arquitectura brasileira, a exposição de pinturas dos artistas ocidentais famosos, a exposição de poemas, caligrafias e pinturas dos antigos amigos de Macau e a Exposição Internacional de Arte da Bienal de Veneza. Através dessas exposições, incutirá nos espectadores conhecimentos mais profundos sobre a história e cultura chinesa e ocidental, alargará a sua visão artística e promoverá os respectivos intercâmbios.

O Centro Cultural de Macau continuará a organizar espectáculos culturais e artísticos de alta qualidade. Ao introduzir espectáculos culturais e artísticos chineses e estrangeiros com características, intensificará intercâmbios entre artistas, promoverá activamente a educação e generalização de artes, alargará a visão cultural e artística local, incentivará a criatividade artística local, bem como consolidará o papel de Macau como ponte de encontro cultural entre a China e o Ocidente.

6. Aprofundamento da educação cívica e promoção das relações de boa vizinhança

Com base no estudo de investigação sobre a educação cívica realizado em 2010 e atendendo às características e situações actuais de Macau, iremos ajustar as futuras políticas na área de educação cívica e preparar o seu planeamento geral, com o objectivo de reforçar a eficácia da educação cívica.

Adoptaremos o modelo de trabalho “do parcial para o conjuntural”, promoveremos uma ligação estreita e harmoniosa entre os elementos constituintes da cadeia “Indivíduo – Família – Associação – Bairro Comunitário – Cidade” e o afecto e entajuda entre pessoas, bem como criamos um bom clima social.

Mediante a forma de cooperação inter-serviços, estabelecemos uma rede de serviços funcionais e de educação, no sentido de exercer influências activas respectivamente nos âmbitos de auscultação das opiniões da população, conhecimento de exigências, resolução de contradições, promoção de comunicação, estabelecimento de relações e impulso da participação, entre outros.

Ouviremos amplamente as opiniões das diferentes camadas da sociedade mediante diversas formas, nomeadamente visitas aos bairros comunitários, encontros associativos e palestras. Desenvolveremos actividades específicas com vista à concentração das forças de educação cívica, à sua infiltração profunda em todas as camadas, à elevação da consciência cívica e à construção em conjunto de uma sociedade harmoniosa.

Desenvolveremos acções de boa vizinhança e promoveremos a comunicação e amizade entre cidadãos. Através de diferentes canais, designadamente meios de comunicação social, materiais didácticos e workshops, divulgamos o Regulamento Geral dos Espaços Públicos, os conceitos de civismo, ética, entajuda entre vizinhos, saúde e higiene, protecção ambiental e conservação de animais e plantas.

IV. Outros domínios

1. Assuntos eleitorais

As personalidades dos diversos sectores da sociedade de Macau, incluindo os peritos e estudiosos, têm abordado há muito tempo a questão de desenvolvimento do sistema político e apresentado diversas opiniões e petições. Levando em alta consideração este aspecto, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem procedido às acções de recolha e de tratamento e efectuado estudos aprofundados conjugando as situações concretas de Macau.

Tínhamos iniciado a análise interna, o estudo técnico e a consulta sobre os relatórios finais das actividades eleitorais de 2009 apresentados pela Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo e pela Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa. Prosseguiremos a auscultação de opiniões dos diversos sectores da sociedade, visando a melhor revisão e aperfeiçoamento do regime jurídico das eleições, nomeadamente da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa e da Lei do Recenseamento Eleitoral.

Iremos facilitar ainda mais os cidadãos com capacidade eleitoral no tratamento das formalidades do recenseamento eleitoral nos termos legais. Para além de reforçar o serviço de auto-recenseamento, iremos fazer estudos sobre a introdução dos carros ambulantes para o recenseamento eleitoral, no sentido de ir ao fundo dos diferentes bairros comunitários para prestar serviços visando facilitar a vida da população.

2. Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente e documentos de viagem

Os cartões inteligentes com chip sem contacto são mais convenientes do que os com contacto em termos da sua utilização e têm um menor desgaste. Com base no estudo efectuado sobre a viabilidade da sublimação do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente, isto é, do tipo contacto para o tipo sem contacto, procederemos gradualmente, a partir do próximo ano, à sublimação do sistema de produção do Bilhete de Identidade de Residente. Emitiremos mais ou menos do ano de 2012 a 2013 o Bilhete de Identidade de Residente do tipo sem contacto. Além disso, promoveremos aplicações do Bilhete de Identidade de Residente do tipo cartão inteligente nos quiosques de auto-impressão, nomeadamente no âmbito do levantamento de senhas, do pedido do certificado de registo criminal ou de outros tipos de certificados e da alteração do endereço.

Com a autorização e o apoio do Governo Central, prosseguimos a divulgação ao exterior do passaporte e dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau, mantemos um estreito contacto com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau para a melhor prestação de protecção consular e de serviços consulares, bem como alargamos a cobertura dos países e re-

giões no fornecimento das mensagens, para que um maior número de residentes de Macau possa ter atempadamente acesso àquelas informações nas suas deslocações ao exterior.

3. Acções de reinserção social e do Instituto de Menores

Iremos criar no próximo ano um “grupo de apoio aos reclusos libertados” que lhes prestará um conjunto de serviços gerais. Além disso, a residência temporária para os reclusos libertados mudará de lugar no próximo ano, de maneira a aperfeiçoar os respectivos serviços de alojamento e aumentar os lugares de cama.

Será criado um grupo de promoção para se deslocar às escolas a divulgar junto dos estudantes e encarregados de educação o conceito de “reconciliação judicial” do Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores, de modo a contribuir para a execução eficaz das respectivas medidas.

O Instituto de Menores iniciará no próximo ano a elaboração do Mapa de avaliação do desenvolvimento de aconselhamento, com vista a uma avaliação objectiva e científica das mudanças dos internados verificadas, em termos da sua atitude, emoção, forma de raciocínio e capacidade de resolução de problemas, o que permitirá aos assistentes sociais e aos conselheiros psicológicos um estreito acompanhamento da sua situação e a concessão adequada de apoio de aconselhamento.

Área da Economia e Finanças

Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2010

Em 2010, a economia de Macau apresentou uma tendência de recuperação em ritmo acelerado, prevendo-se poder alcançar um crescimento de dois dígitos para todo o ano em questão.

Promoção da recuperação estável da economia e manutenção da solidez do sistema financeiro. Perante os efeitos subsequentes da crise financeira internacional, foi mantido o investimento público de dimensão apropriada, prestando melhores serviços aos investidores para a captação de investimentos estrangeiros para que os seus planos pudessem ser realizados conforme a data prevista, envidando ainda esforços para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento dos sectores predominantes e das respectivas empresas, no sentido de impulsionar a recuperação estável do tecido económico de Macau. No primeiro semestre do corrente ano, o Produto Interno Bruto local registou um crescimento real de 40,2%, tendo sido constituídas 1 472 novas sociedades, mais 268 unidades em relação ao período idêntico do ano transacto, e dissolvidas 253, pelo que o aumento efectivo de sociedades no referido período foi de 1 219 unidades. Por outro lado, foram reforçadas e aperfeiçoadas a fiscalização e a supervisão financeiras, tendo sido lançadas inúmeras directivas para o efeito. Reforçaram-se ainda as acções de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, procurando, assim, assegurar a estabilidade e a salubridade da situação financeira local. No decurso deste ano, a capacidade do sector financeiro de Macau para a geração de lucros já se encontra em níveis anteriores à ocorrência do “tsunami financeiro”, com tendência continuada de evolução ascendente.

Promoção do emprego dos residentes e manutenção da baixa taxa de desemprego. A taxa de desemprego abrandou para 2,8% no segundo trimestre do corrente ano, menos 0,8 pontos percentuais em comparação com a apurada no mesmo período do ano transacto. As acções realizadas com fins da promoção do emprego abrangem, entre outras, o seguinte: desenvolvimento de acções com vista a exortar as empresas para a contratação preferencial de trabalhadores residentes (TR's) e a sua promoção de categoria, bem como as com elevado número de trabalhadores ao seu serviço para manterem estável a sua equipa de empregados, controlando o nível de eventuais despedimentos; execução de trabalhos de apoio após verificados despedimentos; implementação contínua do “Plano de formação no posto de trabalho e de contratação”, promovendo activamente o serviço de aconselhamento profissional; revisão e aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho sobre a conjugação de emprego, incentivando a auto-conjugação do emprego; apresentação de emprego aos candidatos portadores de deficiência, através do “Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento de Capacidades”; reforço dos trabalhos de apreciação e de fiscalização dos pedidos de importação de mão-de-obra não residente, assegurando a prioridade ao emprego dos residentes locais.

Apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs) mediante a implementação efectiva das diversas medidas promovidas. Os planos de apoio e de

garantia de créditos a PME's têm vindo a ser implementados, e para assegurar a eficiência do "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", o Governo elevou, no decurso deste ano, o respectivo montante máximo de 200 milhões de patacas para 500 milhões de patacas. Foi implementado o Regime de Bonificação de Juros de Créditos para o Financiamento Empresarial, tendo sido aplicadas eficazmente as verbas do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, apoiando os agentes económicos dos sectores industrial e económico, na intensificação do intercâmbio e da cooperação com o exterior, dando ainda assistência às PME's para a promoção dos seus produtos e serviços de marca de qualidade de Macau. Procedeu-se ainda, com a máxima celeridade, ao tratamento e à apreciação dos pedidos de importação de TNRs apresentados pelas PME's locais, envidando todos os esforços para aliviar, atempadamente, as suas dificuldades na matéria de falta de mão-de-obra. Além de encorajar e de apoiar as PME's para o aproveitamento dos benefícios concedidos ao abrigo do CEPA para a conquista do mercado chinês, procurou-se ainda incentivar as mesmas empresas para a introdução de produtos de marca em regime de franquias, e ajudar na reconversão e elevação do nível das suas actividades. Prestou-se apoio às empresas locais na participação em feiras e conferência em Macau e no exterior mediante a concessão de incentivos financeiros e a prestação de serviços de informação. Procedeu-se, de forma contínua, ao melhoramento dos serviços do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do SMEC, reforçando-se os serviços de bolsas de contactos empresariais para as PME's. Com o lançamento efectivo das medidas de incentivo para a promoção do comércio electrónico, foi proporcionado apoio às PME's para o alargamento da sua rede de publicidade através do comércio electrónico. Desenvolveram-se também acções no sentido de encorajar as empresas na obtenção de certificação internacional de gestão, prestando-lhes assistência na elevação das suas capacidades de gestão de negócios e de risco.

Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições, incentivando a diversificação económica adequada

No âmbito da promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições, as medidas promovidas incluem o seguinte: criação da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições, para que sejam congregados todos os esforços dos agentes económicos do sector e de outros sectores sociais envolvidos, no sentido da promoção conjunta do desenvolvimento saudável e sustentável do sector; implementação do "Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau" (CEPA), promovendo a cooperação com os operadores do sector de convenções e exposições do Interior da China; prestação de apoio para a realização em Macau de feiras e exposições, procurando atrair a vinda e a realização em Macau, de eventos estrangeiros; incubação do sector de convenções e exposições de marca de Macau, tendo sido realizadas a Feira Internacional de Macau (MIF), o Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental, a Exposição de Franquia de Macau e a Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e de Macau; implementação do regime de livretes ATA, proporcionando facilidades para a entrada e saída de Macau dos artigos destinados às actividades exhibicionais.

No âmbito de prestação de incentivos para a reconversão das indústrias tradicionais, as acções desenvolvidas consistem em: aproveitamento, em pleno, dos benefícios conferidos pelo CEPA para a captação de planos de investimento que satisfizessem as exigências da diversidade industrial local; apoio à indústria tradicional do vestuário na reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado, através da prestação de apoios técnico e de concepção (design), de serviços informáticos e de formação; apoio às empresas na implementação de sistemas internacionais de gestão; implementação do serviço de envio de produtos industriais ao exterior para teste.

No âmbito da promoção do desenvolvimento do sector logístico, foram efectuados os seguintes trabalhos: reforço da cooperação logística com Guangdong, através do mecanismo de cooperação criado em conjunto com os serviços competentes da Província de Guangdong; apoio ao sector dos transportes locais no desenvolvimento das actividades de transporte tranfronteiriço de carga entre Guangdong e Macau, em horário e local fixos, em Guangdong, prestando-lhes ajuda na conquista do mercado do Interior da China.

Além disso, foram promovidos os produtos e serviços de marca de Macau através da prestação de apoio para a realização das actividades da “Semana Dinâmica de Macau”, tendo sido desenvolvidos trabalhos preparatórios para o estabelecimento de um Centro de Exposição dos Produtos de Macau destinado principalmente à exibição dos produtos fabricados em Macau ou de marca de qualidade de Macau.

Reforço das medidas de ajustamento da dimensão do desenvolvimento e de monitorização do sector do jogo, incentivando o seu adequado e ordenado desenvolvimento. Foi diligenciado para ajustar a dimensão do desenvolvimento do sector do jogo e controlar o crescimento dos números de casinos, de bancas e de máquinas de jogo, tendo sido anunciado, em finais de Março do ano em curso, que o número máximo de bancas seria mantido em 5.500 unidades durante os próximos três anos. Reforçou-se a fiscalização dos casinos, efectuando continuamente o aperfeiçoamento e a promoção do processo de computadorização da fiscalização. Foi criada uma equipa especializada destinada ao acompanhamento do cumprimento dos Requisitos Mínimos de Controlo Interno (RMCI), tendo sido desencadeados, no princípio deste ano, trabalhos auditoriais sobre o cumprimento dos RMCI pelas operadoras de jogo. Definiu-se a regulamentação sobre a fixação do limite máximo de comissão a pagar aos promotores de jogo, tendo o grupo especializado de auditoria dos serviços competentes efectuado, em Junho p.p, a primeira fase de auditoria às concessionárias e aos promotores de jogo, no sentido de assegurar a legalidade do pagamento de comissão e a observância das disposições legais por parte dos mesmos. Procedeu-se à elaboração do regime de certificação dos *croupiers* e do pessoal de gerência dos casinos, com o intuito de intensificar a fiscalização sobre o mesmo pessoal.

Intensificação e melhoria da formação profissional e elevação das qualificações dos recursos humanos. Atento às necessidades de recursos humanos manifestadas em cada um dos sectores de actividade locais, e tendo, particularmente, em conta as decorrentes do desenvolvimento diversificado e adequado da economia, foram organizados cursos

de formação profissional direccionados. Nos primeiros seis meses do corrente ano, foram realizados, no âmbito desta área, cerca de 800 cursos de formação, tendo contado com a participação de aproximadamente 20 mil pessoas (físicas). No decurso deste ano, tem-se empenhado no desenvolvimento de novas modalidades de formação através da cooperação com empresas na área da formação; desenvolveram-se trabalhos sobre o sistema de teste de qualificação técnica para *croupiers*, na sequência da implementação do “Regime de posse de cartão para o desempenho de funções” para o cargo de *croupier*; foram prestados serviços de exames profissionais ao público interessado, promovendo a cooperação e desenvolvimento da avaliação de técnicas profissionais com o Interior da China, tomando a qualificação profissional sobre arranjos florais como uma experiência pioneira no âmbito da avaliação de técnicas segundo o modelo “1 teste 2 certificados” a implementar por Guangdong e Macau, dando, assim, o primeiro passo para a concretização do reconhecimento mútuo de qualificações profissionais entre as duas partes, a par do prosseguimento do plano de saídas profissionais.

Expansão da cooperação económica com o exterior e intensificação da construção da plataforma de serviços

- 1) Consolidação do CEPA. Nos primeiros nove meses do corrente ano, tanto o valor total das mercadorias exportadas para o Interior da China com isenção de tarifas aduaneiras, como o montante de impostos poupados aumentaram, respectivamente, 73% e 83%, em termos homólogos. O número das empresas de prestação de serviços que se instalaram no Interior da China para a exploração das suas actividades continuou a subir. A assinatura do Suplemento VII ao CEPA permitiu o enriquecimento e o aperfeiçoamento de conteúdo do CEPA, promovendo não só uma maior liberalização nos requisitos de entrada no mercado chinês dos 11 sectores de serviços já entretanto liberalizados, mas também a introdução de 2 novos sectores adicionais, perfazendo assim um total de 43 sectores de serviços liberalizados. Assim, as medidas de liberalização implementadas no Interior da China a favor do território totalizavam 261 itens, sobressaindo as integradas nos âmbitos de serviços médicos, sociais e de turismo pelo seu maior grau de liberalização verificada dentre todas as medidas que foram introduzidas no corrente ano. Em relação à facilitação do comércio e investimento, foi introduzido, pelo Interior da China e Macau, um novo item relativo à cooperação na área da educação, aumentando para 10 os itens componentes da área de cooperação nessa área. E, no âmbito da cooperação industrial, foi aditada a cooperação nas áreas da indústria cultural, de protecção ambiental e das tecnologias criativas, perfazendo assim um total de 5 itens de cooperação liberalizados. Além disso, as duas partes concordaram ainda em reforçar a cooperação na área das convenções e exposições, no intuito de promover o seu desenvolvimento.
- 2) Participação na promoção conjunta das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, essencialmente

na promoção da cooperação nas áreas de interligação de infra-estruturas de grande envergadura, do reforço da cooperação do sector dos serviços, do desenvolvimento da nova zona da Ilha da Montanha e da criação conjunta de uma zona urbana com qualidade de vida, entre outras.

- 3) Construção da plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Neste sentido, tem vindo a empenhar-se na prestação de apoio, com dinamismo, ao Secretariado Permanente do Fórum de Macau na concretização das suas diversas acções do Programa de Actividades, dando prioridade aos trabalhos de acompanhamento das 1.^a e 2.^a Conferências Ministeriais, ajudando o Secretariado Permanente do Fórum de Macau e as Autoridades do Governo Central na preparação da 3.^a Conferência Ministerial. Paralelamente, tem vindo a desencadear-se acções, de forma contínua, para estreitamento dos contactos com os Países de Língua Portuguesa, dando apoio no desenvolvimento de actividades de promoção do comércio e do investimento, com vista a promover o intercâmbio e a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.
- 4) Promoção do comércio e investimento. Deu-se continuidade aos trabalhos de melhoramento do serviço de apoio “One Stop” a investidores, dando acompanhamento e assistência para a concretização dos projectos de investimentos. Foram realizadas actividades promocionais e de intercâmbio na área económica e comercial, além de se ter organizado ou ajudado as empresas para a participação nas actividades de intercâmbio económico e comercial no exterior.
- 5) Promoção da cooperação económica e comercial entre Guangdong e Macau. Além de terem realizado, em conjunto, actividades promocionais e de intercâmbio na área económica e comercial, particularmente as acções de prospecção de oportunidades de negócios nos mercados lusófonos, Guangdong e Macau promoveram a organização conjunta de delegações empresariais das duas partes para se deslocarem ao Porto, Portugal e a Madrid, Espanha para a realização de seminários sobre a cooperação económica e comercial e de sessões de apresentação sobre o sector de serviços das duas localidades. Foi realizada ainda, em conjunto, a “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e de Macau”, com vista a promover os produtos de marca dos dois territórios. O Ponto de Contacto e Informação para Comércio e Investimento dos Serviços do Comércio e Cooperação Económica com o Exterior do Município de Jiangmen, sediado em Macau, entrou em funcionamento no 1.^o semestre do corrente ano.
- 6) Participação activa nas actividades económicas e comerciais no âmbito da Cooperação da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, designadamente a “6a Feira Comercial e Fórum para a Cooperação e o Desenvolvimento da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas”, realizada na Cidade de Fuzhou em Agosto p.p., desempenhando o papel da plataforma de serviços para a cooperação e o intercâmbio

económicos entre a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e o exterior. Deu-se continuidade aos trabalhos visados no estreitamento das relações de cooperação económica e comercial entre Macau e várias províncias e municípios do Interior da China, incluindo Fujian, Zhejiang, Chongqing e Hunan.

- 7) Expansão da cooperação e intercâmbio com Hong Kong, Taiwan e União Europeia nos domínios económico e comercial; participação nas actividades económicas e comerciais organizadas por organizações internacionais e regionais, nomeadamente pela Organização Mundial do Comércio, tendo sido inaugurado ainda, com sucesso, o Pavilhão de Macau na Exposição Mundial de Xangai.

Aperfeiçoamento do regime da segurança social e melhoria eficaz da qualidade de vida dos cidadãos. Implementação gradual do sistema de segurança social de dois níveis, os trabalhos desencadeados foram o seguinte: conclusão dos trabalhos de elaboração da proposta de lei sobre a revisão do regime de segurança social (1º nível de protecção consagrado nesse sistema), pretendendo passar a abranger, no novo regime, todos os cidadãos maiores, empregados ou não do território; promoção da criação do Fundo de Previdência Central (2º nível de protecção), empenhando-se na execução das Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central, na abertura de contas e na injeção nas mesmas de fundos iniciais, a fim de serem criadas as condições básicas favoráveis à constituição do Regime de Previdência Central, cuja apresentação da proposta da lei-quadro respectiva para efeitos de apreciação da Assembleia Legislativa, está prevista para o corrente ano.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas. Foram elaborados os diplomas legais complementares do regulamento administrativo sobre o regime de administração financeira pública, tendo sido ainda concluído o projecto de lei sobre o Regime de Reserva Financeira, e lançados os trabalhos preparatórios relacionados. O respectivo processo de produção legislativa será desencadeado no 4º trimestre do corrente ano.

Reforço da protecção dos direitos e interesses dos consumidores. Foram tratados atempadamente as queixas, pedidos de informação e sugestões relacionadas com o consumo, tendo ainda sido envidados esforços na divulgação, alargamento e reforço de fiscalização das “Lojas Aderentes” e “Lojas Certificadas”. Em cumprimento do Regime Geral da Segurança dos Produtos, foram reforçadas as acções de recolha e de inspecção de produtos alimentícios seleccionados aleatoriamente, comercializados no mercado. Através do mecanismo criado com o Departamento de Administração Geral de Qualidade, Supervisão, Inspecção e Quarentena do Interior da China, foram notificados os produtos do Interior da China que não satisfaziam as normas vigentes, para efeitos de tratamento devido no local da sua proveniência. Procedeu-se ao melhoramento da base de dados sobre preços, realizando acções de sensibilização e de educação junto dos consumidores, a fim de reforçar o espírito e a capacidade de autodefesa dos mesmos para que sejam assegurados os seus legítimos direitos.

Melhoramento do Sistema de Indicadores Estatísticos. Foram lançados o Inquérito Piloto dos Censos 2011 e os respectivos trabalhos preparatórios, procedendo ao estudo de avaliação para o alargamento da cobertura das estatísticas do Sector de Convenções e Exposições, bem como ao melhoramento dos indicadores estatísticos, nomeadamente da Conta Satélite do Turismo. Concluiu-se a revisão principal do Produto Interno Bruto (PIB) local, divulgando, a partir do terceiro trimestre do corrente ano, as estimativas do PIB segundo a metodologia de cálculo dos dados encadeados em volume, dando ainda início à divulgação dos resultados do Rendimento Nacional Bruto da população de Macau.

Linhas de Acção Governativa para o ano de 2011

Em 2011, prevê-se que a economia de Macau, com base nos resultados de recuperação registados no corrente ano, deverá manter a sua tendência de reanimação. Caso não surjam ocorrências de maior gravidade ou factores desfavoráveis, a economia em geral poderá continuar a crescer positivamente. **As linhas gerais da governação definidas para o domínio da economia e finanças consistem em:** tomada de medidas adequadas para responder aos efeitos subsequentes da crise financeira internacional; manutenção da solidez do sistema económico e financeiro; manutenção da tendência de recuperação económica; prosseguimento dos trabalhos para o aperfeiçoamento das oportunidades de emprego dos residentes e o melhoramento eficaz da qualidade da sua vida; apoio eficaz ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas; empenho na promoção da diversificação adequada da economia; aprofundamento da cooperação económica regional; aperfeiçoamento incessante das condições de exploração comercial; elevação da competitividade geral, transformação gradual de Macau num centro internacional de turismo de lazer e na plataforma regional de serviços comerciais, com vista à concretização das metas definidas em termos do desenvolvimento estável da economia, da melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos e da criação de um ambiente harmonioso e próspero na sociedade de Macau. **Os objectivos delineados são:** crescimento estável da economia em geral; manutenção do baixo nível da taxa de desemprego; manutenção da solidez do sistema financeiro e monetário; aperfeiçoamento gradual da estrutura sectorial; aperfeiçoamento das condições de exploração de negócios e melhoramento da qualidade da vida dos cidadãos.

Manutenção da tendência de recuperação. Serão prestados melhores serviços aos investidores para atrair investimentos estrangeiros; adoptadas medidas activas para estimular e incentivar o investimento privado; aperfeiçoado e reforçado o serviço de “One-stop” aos investidores para a realização dos seus projectos de investimento. Irá empenhar-se na manutenção do investimento público de dimensão apropriada, envidando esforços para assegurar a estabilidade económica; para o acompanhamento e manutenção da estabilidade e do desenvolvimento dos sectores predominantes e das empresas relacionadas; e para a promoção efectiva do desenvolvimento de novos sectores para cultivar novos pontos de crescimento económico.

Promoção da diversificação adequada da economia

Linha orientadora: Transformação de Macau num centro internacional de turismo de lazer e numa plataforma regional de serviços comerciais

- 1) Será promovido o turismo integrado, impulsionando a diversificação adequada da indústria do jogo e turismo, introduzindo novos elementos turísticos, incentivando o desenvolvimento do turismo de lazer que integra as actividades de jogo, de entretenimento, de lazer, de visitas turísticas, de compras, de culinária, de desporto e de experiência cultural;
- 2) Será promovida a diversificação adequada das actividades de serviços conexas, consolidando e melhorando as funções da plataforma de serviços.

Estratégias:

- 1) Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições. Empenhar-se-á na valorização do papel da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições; na criação, junto da Direcção dos Serviços de Economia, de um departamento para os assuntos das convenções e exposições, no sentido de reforçar os serviços de apoio e de encaminhamento proporcionados em prol do desenvolvimento do referido sector; na prestação de apoio e incentivos às feiras e exposições realizadas em Macau, aperfeiçoando as actuais medidas de apoio e incentivos proporcionadas; e na prestação de apoio na organização de cursos teóricos e práticos de formação na área de convenções e exposições, com vista à formação de profissionais qualificados necessários para o desenvolvimento desse sector. Irá ainda fomentar o intercâmbio regional no âmbito das convenções e exposições, intensificando a cooperação entre os operadores locais e as instituições e empresas congéneres do exterior, proporcionando apoio às entidades organizadoras de diferentes regiões na realização em Macau, de actividades de exposição e de venda de produtos de marca; esforçando-se pela incubação e criação de uma indústria de convenções e exposições de marca de Macau, com atenção focada essencialmente na realização, com sucesso, da MIF, do Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental, da Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e de Macau, da Exposição Internacional de Franquia em Macau, etc.; promovendo negociações com os respectivos serviços competentes do Interior da China, para efeitos da vinda e realização de feiras e exposições chinesas, de certa dimensão e com influência na área em questão, no território de Macau; e implementando, com eficácia, o regime de livretes ATA.
- 2) Promoção do desenvolvimento industrial adequado a Macau. Será incentivado o sector empresarial para o aproveitamento do benefício da isenção de direitos aduaneiros consagrado no CEPA, investindo na manufactura dos produtos adequados à realidade de Macau. Irá implementar, com eficácia, o plano de desenvolvimento do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, continuando com a introdução de

projectos que favoreçam a qualificação e a diversificação das indústrias de Macau. Empenhar-se-á na prestação de assistência às empresas locais no seu desenvolvimento dos mercados nacionais e estrangeiros, ajudando-as na adopção de métodos adequados de design, da produção, da tecnologia e de gestão logística, para alcançar o objectivo de resposta rápida. Serão disponibilizados cursos e assistência a favor de empresas no sentido de elevar os seus conhecimentos sobre a gestão da cadeia de fornecimento e de marcas de qualidade, assim como o ambiente de negócios no Interior da China e no ultramar, prestando ao sector empresarial serviços de envio de produtos industriais para teste no exterior, procedendo ainda ao estudo de viabilidade sobre a criação de um sistema local de teste e qualificação, ajudando as empresas na criação do mecanismo de gestão de riscos, com vista a uma melhor utilização dos diferentes instrumentos de gestão de riscos existentes no mercado.

- 3) Políticas de suporte para a diversificação adequada da economia.
- Políticas de incentivos financeiros: Pleno aproveitamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização para apoiar o desenvolvimento de novas indústrias, promovendo a diversificação adequada da economia; implementação efectiva das políticas dos planos de “Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial” e de “Incentivos Fiscais no Âmbito da Política Industrial”, para incentivar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e o desenvolvimento adequado das indústrias;
 - Políticas de suporte no âmbito de recursos humanos. Será prestado prioritariamente apoio adequado no âmbito da formação e importação de recursos humanos, a favor dos sectores considerados relevantes em termos de necessidade de apoio especial e de desenvolvimento;
 - Políticas de apoio à criação e promoção das marcas de qualidade de Macau e do “M in M”: Reforço das medidas de apoio à criação de produtos e serviços de marca de qualidade de Macau; valorização do papel do Centro de Exposição dos Produtos de Macau na divulgação dos produtos e serviços produzidos em Macau e de marca de qualidade de Macau, com vista à conquista de oportunidades de expansão no Interior da China e no exterior; prosseguimento das medidas de apoio para a organização das actividades da “Semana Dinâmica de Macau” no Interior da China e em outros locais do mundo, para efeitos de promoção e divulgação dos produtos de qualidade e de serviços de marca de Macau.
 - Política para a introdução de franquias: Empenho na atração de franquidores e empresas de marca para investirem em Macau e cooperarem com empresas locais, com o intuito de criar oportunidades de negócios a favor das PME locais no desenvolvimento de actividades de franquias e agenciamento de marcas; realização de acções em sintonia com a promoção do desenvolvimento do sector logístico e das indústrias culturais e criativas.

Reforço da monitorização do sector do jogo. As tarefas a realizar consistem em: ajustamento e controlo da dimensão e do ritmo de desenvolvimento do sector do jogo, promovendo o seu adequado desenvolvimento; controlo rigoroso do aumento dos números de casinos, de bancas e de máquinas de jogo (slot machines), tendo em conta a política anunciada, no ano de 2010, pelo Governo em manter o número de bancas em 5.500 unidades nos próximos três anos; reforço da monitorização dos casinos, continuando a intensificar a auditoria dos registos contabilísticos das concessionárias, dando ainda prosseguimento aos trabalhos tendentes à promoção de computadorização e regulamentação da gestão de casinos; intensificação da fiscalização sobre o cumprimento contratual pelas operadoras de jogo; reforço da inspecção dos promotores de jogo, devendo a base de dados dos mesmos e seus colaboradores ser concluída no primeiro semestre de 2011, facilitando, por conseguinte, os procedimentos de registo e fiscalização dos respectivos profissionais; prosseguimento da auditoria prevista nos Requisitos Mínimos de Controlo Interno (RMCI), assegurando que os procedimentos de controlo interno adoptados pelas operadoras de jogo reúnam as condições mínimas consagradas nesses RMCJ; intensificação das acções de formação de pessoal de inspecção de modo a elevar o seu nível profissional; promoção do jogo responsável, continuando o estudo para a elaboração das respectivas orientações.

Prestação de apoio às pequenas e médias empresas (PMEs). Neste sentido, irão ser desenvolvidas as seguintes acções: implementação dos planos de apoio e de garantia de créditos a PMEs, com vista à atenuação das suas dificuldades na obtenção de créditos, promovendo o melhoramento do modelo de exploração dos negócios, e a reconversão e valorização das suas actividades; aceleração dos procedimentos de tratamento e apreciação dos pedidos de importação de TNRs apresentados pelas PMEs, apoiando o desenvolvimento dos seus negócios; prestação de apoio às PMEs locais na criação e no desenvolvimento de marcas de qualidade próprias, exibindo os produtos de marca de Macau e dos “M in M” aos empresários e visitantes do exterior, através do Centro de Exposição de Produtos de Macau; incentivo às PMEs para o desenvolvimento de actividades do tipo de franquias, lojas em cadeia e agenciamento de marcas; reforço dos serviços de apoio ao comércio electrónico, pondo em prática, com maior eficácia, as medidas de incentivo para a promoção do comércio electrónico e o plano de serviços de marketing para PMEs, proporcionando-lhes uma melhor utilização dos recursos de *internet* para a exploração de mercados; prestação de apoio às PMEs na exploração de mercados do Interior da China através do aproveitamento dos benefícios conferidos pelo CEPA, organizando delegações empresariais locais para a realização de visitas de estudo e de intercâmbio, e a participação em feiras e conferências nas diversas províncias e municípios do Interior da China; prestação de assistência às empresas na obtenção de certificação de sistemas internacionais de gestão, facultando-lhes cursos de formação, ajudando-as na elevação do seu nível técnico e do de gestão empresarial; concessão de incentivos financeiros, prestando apoio às PMEs na promoção dos seus produtos e serviços através da participação em feiras e conferências, explorando, assim, novos mercados; valorização do papel do MBSC e do SMEC, aperfeiçoando os serviços relacionados; reforço e aperfeiçoamento dos serviços das bolsas de contacto, impulsionando a cooperação

empresarial; apoio às associações relacionadas na organização de actividades favoráveis à elevação da competitividade das PMEs.

Concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos

- 1) Promoção do emprego, mantendo uma baixa taxa de desemprego: exortar as empresas à contratação preferencial de TR's e sua promoção de categoria, adoptando todos os meios para manter estável a equipa de TR's; optimizar o serviço de colocação profissional, elevando a eficácia e os resultados do serviço de colocação profissional; apoiar os indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade na procura de emprego, dando continuidade ao "Plano de formação no posto de trabalho e de contratação"; alargar a "Base de dados de recursos humanos do sector de exposições e convenções", com empenhamento no fornecimento de uma plataforma interactiva de informações sobre o emprego que cubra diferentes níveis e tipos de trabalho; continuar com o "Plano de estágio no Interior da China para os graduados em instituições de ensino superior"; prestar o serviço de aconselhamento no planeamento da carreira profissional dos jovens; e incentivar as entidades empregadoras a contratarem trabalhadores portadores de deficiências.
- 2) Conciliação das relações laborais. Serão intensificadas a comunicação e a colaboração entre as partes laboral e patronal, no sentido de promover activamente a concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos; implementadas efectivamente a "Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais", a "Lei da contratação de trabalhadores não residentes" e os respectivos regulamentos administrativos, assegurando, nos termos da lei, o emprego aos residentes locais, e procedendo à análise da situação de aplicação dos dois diplomas supramencionados. Irá empenhar-se na obtenção do consenso entre as partes patronal e laboral quanto à definição do salário mínimo, tendo em conta a situação do desenvolvimento da sociedade local, lançando os respectivos trabalhos preparatórios de produção legislativa.
- 3) Ajustamento atempado da quantidade de TNRs em função da situação da procura e oferta de emprego no mercado de trabalho. Atentas às necessidades decorrentes do desenvolvimento sócio-económico e à situação de oferta e procura de recursos humanos nos diversos sectores económicos, proceder-se-á, de forma adequada, ao ajustamento do número dos TNRs importados, aumentando a transparência do processo de importação dos trabalhadores não residentes, aperfeiçoando os procedimentos relacionados com os pedidos, simplificando as formalidades administrativas e reduzindo o tempo de apreciação dos processos, a fim de alcançar uma maior eficiência e rapidez na apreciação dos pedidos.
- 4) Reforço da formação profissional e elevação das qualificações dos recursos humanos. As acções a realizar abrangem o seguinte: organizar estrategicamente cursos de formação profissional, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento de cada sector; implementar oportunamente cursos específicos destinados a atenuar

as dificuldades de trabalhadores e elevar as suas técnicas profissionais; dar continuidade às “Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional”, realizando mais cursos de formação de diversos tipos de trabalho para os sectores com potencialidades de desenvolvimento; desenvolver testes de técnicas profissionais com diferentes níveis para diversos tipos de trabalho, consoante o grau de necessidade, tendo em conta a implementação do diploma legal sobre o regime de certificação da qualificação profissional, promovendo outros sectores para a criação gradual do regime de avaliação de técnicas profissionais; continuar a promover testes profissionais; criar a “Base de dados de técnicas profissionais” de toda a RAEM, fornecendo informações sobre recursos humanos favoráveis ao desenvolvimento sustentável da economia; acelerar, através do mecanismo de cooperação entre Macau e Guangdong, a colaboração na área de avaliação de técnicas profissionais de diferentes tipos de trabalho, aumentando o conteúdo da cooperação segundo o modelo “1 teste 2 certificados”; dar continuidade ao “Plano de formação de apoio ao emprego destinado a indivíduos de meia-idade”, facultando uma série de acções de formação em prol desses indivíduos, a fim de apoiar um maior número de indivíduos daquele grupo no acesso ao emprego; melhorar os mecanismos de incentivo ao aperfeiçoamento contínuo, como o “Programa de Formação para a Valorização de Recursos Humanos”, estimulando as empresas a darem importância à formação dos recursos humanos; continuar a organizar, em colaboração com empresas, cursos de formação para técnicos estagiários; continuar a acompanhar a situação de emprego das classes mais desfavorecidas, organizando cursos de formação consoante as suas necessidades, promovendo, de forma contínua, o planeamento de carreiras profissionais com vista à elevação da capacidade de resposta dos trabalhadores activos.

Estreitamento da cooperação regional

- 1) Consolidação do CEPA, com vista a promover o estabelecimento de uma relação mais estreita com o Interior da China nas vertentes económica e comercial. Neste sentido, irá providenciar apoio aos sectores no pleno aproveitamento dos benefícios conferidos pelo CEPA para explorarem eventuais oportunidades surgidas no mercado chinês, procedendo à análise e ao balanço dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da implementação do CEPA, procurando torná-lo mais eficiente e útil.
- 2) Implementação dos acordos de cooperação entre Guangdong e Macau para promoção do pleno desenvolvimento bilateral nas áreas económica e comercial, com prioridade focada no fomento da cooperação nas matérias das convenções e exposições, de serviços financeiros, do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai/Macau, da promoção do comércio e do investimento, do desenvolvimento da Ilha da Montanha e da cooperação económica e comercial Zhuhai-Macau. Intensificação e expansão das ligações e do intercâmbio económicos e comerciais com as cidades da Região Oeste de Guangdong. Intensificação, com Guangdong, das acções conjuntas de exploração dos mercados dos países lusófonos.

- 3) Implementação, em conjunto com Guangdong e Hong Kong, das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas” (Linhas Gerais), fomentando a cooperação regional tripartida, acelerando o processo de integração das suas infra-estruturas, distribuição industrial e serviços sociais.
- 4) Participação activa nas actividades de cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas, organizando delegações locais para a participação em actividades de promoção comercial nas províncias e regiões do Grande Delta, desempenhando efectivamente o papel da plataforma que Macau tem vindo a desempenhar para apoiar essas províncias e regiões no estreitamento da cooperação e do intercâmbio com o exterior, nas vertentes económica e comercial.
- 5) Fortalecimento da cooperação com outras regiões do Interior da China. Será desempenhado, com eficácia, o papel dos Gabinetes de Ligação do IPIM nos municípios de Hangzhou e Chengdu, com vista à promoção de parceria comercial com esses territórios. Aprofundamento das relações de cooperação económica e comercial com as 3 províncias do Nordeste da China, através do Gabinete de Ligação do IPIM no Município de Shenyang a criar no primeiro semestre de 2011. Fortalecimento das relações económica e comercial com as províncias e municípios do Interior da China, nomeadamente com Fujian e Chongqing.
- 6) Consolidação e aprofundamento da construção da plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Neste sentido, será apoiado o Secretariado Permanente na implementação das diversas acções programadas, dando prioridade à concretização dos trabalhos de acompanhamento da implementação dos Planos de Acção para a Cooperação Económica e Comercial, assinados nas 1ª, 2ª e 3ª Conferências Ministeriais, desempenhando, em pleno, o papel de Macau como plataforma de serviços e cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, organizando delegações de empresas de Macau e do Interior da China para efectuarem visitas aos Países de Língua Portuguesa e participarem nas bolsas de contactos para a cooperação empresarial, com fins de promoção de cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.
- 7) Expansão da cooperação económica e comercial entre Taiwan e Macau. Promover-se-ão visitas de cortesia e de estudo, participação mútua e/ou organização conjunta de feiras entre os sectores empresariais das duas partes, esforçando-se por mobilizar ou apoiar as organizações associativas civis na organização de actividades de intercâmbio económico e comercial, diligenciando para captar investimentos de Taiwan para Macau e apoiar na aplicação de capitais locais em Taiwan, envidando ainda empenho na realização da Feira dos Produtos de Marca de Taiwan e de Macau.
- 8) Intensificação dos contactos com as associações comerciais regionais da União Europeia e instituições envolvidas em assuntos relacionados com a União Europeia

acreditadas em Macau, bem como com os corpos diplomáticos da União Europeia sediados em Hong Kong e respectivas câmaras comerciais locais, a fim de impulsionar uma cooperação empresarial mais ampla com a União Europeia. Através do Fórum e Exposição Internacional de Cooperação na Área do Ambiente (MIECF), valorizar-se-á o papel de plataforma que Macau tem vindo a desempenhar entre a China e a União Europeia, no contexto da indústria de protecção ambiental.

- 9) Estreitamento das relações económicas e comerciais com os países e regiões membros da "Association of Southeast Asian Nations – ASEAN", estando planeada a organização de uma comitiva empresarial local para os países membros da ASEAN a fim de efectuar visitas de estudo e participar nas feiras e exposições ali realizadas.
- 10) Participação nas actividades das organizações económicas e comerciais a nível internacional e regional e cumprimento dos deveres decorrentes das respectivas organizações das quais Macau é membro.

Melhoria das condições do ambiente de negócios. Em articulação com o ritmo de andamento do processo da reforma do ordenamento jurídico global da RAEM, irá proceder, de forma adequada e segundo a ordem de prioridade previamente definida, à revisão e alteração dos diplomas e regulamentos legais da área da economia e finanças, conforme os princípios entretanto delineados, nomeadamente em prol da população, maior eficácia, elevado grau de liberdade e com visão estratégica. Neste sentido, serão prosseguidos os trabalhos de revisão, alteração ou elaboração de vários diplomas e regulamentos legais relacionados com as seguintes áreas: comércio externo, indústria, investimento, propriedade intelectual, actividades financeiras, finanças públicas, tributação, sistema contabilístico, trabalho, recursos humanos, segurança social, protecção dos direitos e interesses dos consumidores, entre outras, com vista a proporcionar um ambiente jurídico mais aperfeiçoado, capaz de assegurar o desenvolvimento da economia local. De entre os diplomas e regulamentos legais de maior importância que foram revistos ou elaborados, destacam-se o seguinte: Lei do Comércio Externo, Regime Jurídico do Licenciamento Industrial, Regime Jurídico da Propriedade Industrial, Regime Jurídico dos Direitos de Autor e Direitos Conexos, Código Tributário, Regime Jurídico do Sistema Financeiro, Regime Jurídico para o Exercício da Actividade Seguradora de Macau, Regime Jurídico da Mediação de Seguros, Regime Jurídico do Condicionamento de Acesso aos Casinos, Regime Jurídico das Máquinas de Jogo, Diploma Legal relativo à Utilização, Frequência e Funcionamento dos Casinos, Regime do Registo e Certificação dos *Croupiers* e dos Principais Empregados dos Casinos, Lei da Protecção dos Consumidores. No âmbito do melhoramento e optimização dos serviços administrativos, irão ser elevada a transparência da acção governativa; aperfeiçoados os serviços administrativos prestados para efeitos de elevação da sua eficiência; promovidas a electrificação dos serviços públicos e a modernização administrativa, bem como melhorados os serviços "One-stop" e da "Carta de Qualidade" proporcionados, a fim de criar condições para a prestação de serviços administrativos numa forma justa, imparcial e incorrupta.

Melhoria eficaz da qualidade da vida da população. Irá ser prestado um maior acompanhamento dos efeitos da inflação sobre a população, lançando oportunamente

medidas relevantes para minimizarem os supracitados efeitos, procurando, desta forma, garantir a estabilidade da vida da população em geral. Prestar-se-á atenção à evolução dos preços e à situação da procura e oferta dos bens essenciais da população, procurando assegurar a estabilidade do seu abastecimento no mercado. Dar-se-á continuidade às políticas de subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, bem como às medidas do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos. No âmbito da implementação do sistema de segurança social de dois níveis, serão prosseguidos, nos termos das “Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central”, os trabalhos da abertura das contas individuais a favor dos participantes qualificados; implementando, de forma ampla, o Regime de Segurança Social recentemente revisto; executando, de melhor forma, todos os trabalhos conexos, incluindo o acompanhamento das tarefas relacionadas com a adesão ao novo regime de novos participantes e o pagamento de contribuições retroactivas. Ademais, irão ser reduzidas as taxas fiscais aplicadas sobre as habitações, continuando a implementar as diversas medidas de redução e de isenção de impostos e taxas.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas. Promover-se-á a criação do Regime de Reserva Financeira, regulamentando, de forma eficaz, a aplicação dos saldos orçamentais, assegurando a sustentabilidade e a solidez das finanças públicas. Dar-se-á continuidade aos trabalhos destinados à revisão e ao melhoramento da Lei de Enquadramento Orçamental, bem como ao aperfeiçoamento do Regime de Administração Financeira Pública, alargando o âmbito do serviço electrónico na área fiscal, introduzindo os instrumentos avançados de cobrança e gestão de impostos, bem como o sistema de administração; concluindo o trabalho legislativo sobre a revisão do Estatuto dos Auditores de Contas e do Estatuto dos Contabilistas Registados.

Reforço da supervisão financeira. Irão ser redobrados os esforços no acompanhamento da evolução do ambiente internacional e do mercado financeiro, elevando e regulando a fiscalização e a supervisão financeiras, intensificando ainda os trabalhos de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, assegurando a segurança e a estabilidade do sistema financeiro local. Além de se por em execução o regime de garantia de depósitos em Macau a partir de 1 de Janeiro de 2011, empenhar-se-á ainda na concretização e supervisão do cumprimento efectivo das novas directivas e requisitos de supervisão por parte das instituições autorizadas; no aperfeiçoamento do manual de inspecção “on-site”, no estudo da sistematização de procedimentos de tratamento em relação aos bancos com problemas e na revisão do mecanismo de apresentação periódica de relatórios pelas instituições financeiras autorizadas.

Defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Desenvolver-se-ão acções no sentido de assegurar e elevar a imagem de referência das “Lojas Certificadas”, criando um mecanismo de avaliação permanente em todo o ano; estudando o estabelecimento de um regime de prémio e penalização, de modo a garantir a qualidade das lojas detentoras do logotipo de “loja certificada”. Será empenhado na aplicação do Regime Geral da Seguran-

ça dos Produtos, procedendo às inspecções, por amostragem, dos produtos de primeira necessidade vendidos no mercado. Irá ser acompanhada e revista a Lei da Rotulagem dos Produtos Alimentares, assegurando que sejam proporcionadas ao público informações suficientes e precisas sobre produtos alimentares. Irá ser criada também uma base de dados sobre os preços dos produtos comercializados no mercado, com disponibilização atempada do seu conteúdo para conhecimento dos cidadãos. Será ainda empenhado na promoção do consumo verde e no reforço das acções de educação junto dos consumidores sobre a defesa dos seus direitos e interesses.

Aperfeiçoamento do Sistema de Indicadores Estatísticos. Serão disponibilizados dados estatísticos actuais, de interesse e de elevada qualidade, reflectindo a situação de desenvolvimento e evolução sócio-económica do território para satisfazer as necessidades do Governo da RAEM e dos diferentes sectores da sociedade local, na obtenção atempada de informações actualizadas de desenvolvimento e de mudanças sócio-económicas de Macau, servindo-se de bases de referência contribuintes para o respectivo desenvolvimento sustentado e diversificado de forma adequada. E em resposta à rápida evolução sócio-económica do território, será alargada a cobertura estatística, esforçando-se na disponibilização de dados estatísticos mais abrangentes e úteis, e melhorando o conteúdo das publicações estatísticas editadas. Irão ser iniciados os trabalhos dos Censos 2011, cujos resultados preliminares serão divulgados no mês de Dezembro do próximo ano. Participar-se-á no Programa de Comparação Internacional 2011, concluindo os trabalhos de revisão da “Classificação das Actividades Económicas de Macau, Rev. 2”, recolhendo os dados mais pormenorizados da população empregada em termos de ocupação profissional e de ramos de actividade económica para efeitos de estudo e de análise da situação do mercado laboral de Macau. Irá ser concluída a revisão da “Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau/Sistema Harmonizado, Rev. 5”, consolidando ainda o conteúdo das estatísticas do Sector das Convenções e Exposições.

Área da Segurança

Balanço das Linhas de Acção Governativa relativas ao ano de 2010 na área da Segurança Interna

Foram envidados esforços no sentido de consolidar a estrutura de segurança interna da RAEM, com o aumento do dispositivo e capacidade técnico-operacional das forças e serviços de segurança, a optimização e racionalização dos meios disponíveis no combate aos fenómenos de criminalidade e a aposta nas novas tecnologias, melhorando a qualidade dos serviços de segurança e protecção junto dos cidadãos, mormente ao reforçar a capacidade de resposta pública às potenciais ameaças à segurança e ordem públicas.

As autoridades da segurança são obrigadas a rever constantemente a sua estratégia de política de segurança e de política criminal, a avaliar as vulnerabilidades e os riscos por forma a adoptar as medidas mais eficazes destinadas à prevenção, supressão e combate à criminalidade, criando um sentimento de segurança e paz pública.

O balanço da execução das linhas de acção governativa na área de Segurança é, em nosso entender, positivo em virtude de terem sido cumpridos os objectivos estipulados, em particular a consolidação da segurança interna, a protecção da vida, da integridade física e dos bens das pessoas e a qualidade dos serviços prestados nas diversas vertentes da área da Segurança. Destacamos de entre as principais acções/medidas adoptadas as que se seguem.

1. Criminalidade violenta, grave e organizada

A fim de aproveitar os recursos humanos e técnicos existentes e por forma a dar uma resposta eficaz à prevenção e ao combate a este tipo de crimes, houve que definir prioridades. Deu-se, nestes termos, primazia ao combate ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao narcotráfico, ao rapto, ao roubo, aos crimes contra a vida ou integridade física das pessoas, à falsificação de notas e ao branqueamento de capitais.

Adoptou-se uma estratégia inter-departamental e concertada para combater a criminalidade grave, violenta e altamente organizada, sobretudo aquela que tradicionalmente se usa imputar às associações criminosas - vulgo seitas - através da criação e consolidação de um sistema de informações ('intelligence') que permite planear e conduzir eficazmente as acções de prevenção, fiscalização e combate.

De salientar, no combate ao tráfico de pessoas, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas. Esta comissão multidisciplinar, que conta com o apoio e empenho de todos os departamentos envolvidos tem como um dos seus objectivos primordiais o combate ao tráfico de pessoas associado ao auxílio à imigração ilegal. Jovens estrangeiros são aliciados para trabalhar em Macau com promessas de emprego, em particular, para a indústria do turismo, sendo posteriormente forçados a prostituírem-se.

A cooperação estreita e eficaz com as regiões vizinhas, em particular com a Província de Guangdong e Hong Kong, onde se destacam as operações conjuntas, permitiram travar este tipo de crime de natureza transnacional e importante fonte de fundos para a prática de outras actividades criminosas.

2. Criminalidade financeira-económica e cybercrime

Foram efectuadas várias acções de prevenção, designadamente através de campanhas de sensibilização junto dos cidadãos, alertando-os para este tipo de criminalidade (ex: crime de abuso de confiança, emissão de cheques sem provisão, fraude, moeda falsa, extorsão, falsificação de documentos, fraude de cartão de crédito), aumentando-se as técnicas e a capacidade de investigação e de cooperação interdepartamental.

Ainda neste âmbito, a Polícia Judiciária tem envidado esforços na prevenção e combate ao crime informático através de uma monitorização sistemática e recurso às técnicas de investigação mais avançadas neste domínio. Entretanto, a PJ resolveu uma série de casos graves de ameaças, extorsão, difamação e insultos através de um fórum na internet.

3. Racionalização e optimização dos recursos humanos

Apostou-se numa maior racionalização e optimização dos recursos humanos existentes através da dignificação das carreiras, na melhoria das condições de trabalho, na formação profissional, no planeamento e gestão de prioridades, no reforço da cadeia de comando e de coordenação das FSM. Esta política destina-se a motivar e a dotar o contingente da Segurança dos meios técnico-operacionais e financeiros adequados para executarem de modo eficaz a sua missão de prevenir, suprir e combater a criminalidade e suas novas tendências, garantindo a segurança das pessoas e seus bens, prestando, assim, à comunidade um serviço íntegro, transparente e de qualidade.

A qualificação e capacitação profissionais, bem como a formação contínua dos nossos agentes são prioridades fundamentais e constantes do Executivo, pois só assim podemos aumentar a eficácia da sua missão. Neste sentido, foram organizados vários cursos de formação e seminários com a presença de especialistas e académicos, quer locais quer estrangeiros, onde foram abordados temas relevantes no contexto da realidade securitária de Macau, mormente os fenómenos de criminalidade, a sua evolução e tendências e a experiência das regiões vizinhas na sua prevenção e combate.

No contexto dos mecanismos de fiscalização da conduta dos nossos agentes, saliente-se o importante papel desempenhado pela Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, enquanto entidade de supervisão externa. O mecanismo de supervisão interna é assegurado com a instrução do respectivo processo disciplinar. Ainda neste domínio de destacar a colaboração estreita com o Comissariado contra a Corrupção ao ministrar cursos de integridade aos nossos agentes. Pretendemos com estas medidas sensibilizar a auto-disciplina e integridade dos nossos agentes, bem como melhorar a qualidade, credibilidade e imagem das FSM.

4. Restruturação dos estabelecimentos e modernização e dos equipamentos técnicos

Para elevar os padrões de resposta das FSM, garantindo ao mesmo tempo a segurança dos nossos agentes, há que dotá-las dos equipamentos e meios técnicos adequados ao desempenho das suas funções, designadamente, o recurso aos métodos e meios científicos e tecnológicos mais avançados e o acesso às melhores práticas e técnicas de investigação, introduzimos novos sistemas informações e de comunicação, procedemos à modernização de alguns equipamentos e meios - em especial aos agentes da linha de frente, tais como equipamentos de comunicação, viaturas e motos.

Uma das novidades foi a instalação dos sistemas de auto-passagem nos postos fronteiriços ao aumentar a funcionalidade, agilidade e eficácia do sistema de identificação, viabilizando a sua verificação, autenticação e controlo.

Em termos de infraestruturas e de modernização do equipamento social, concluíram-se as obras de ampliação do edifício das Portas do Cerco e do Terminal Marítimo do Porto Exterior em Macau, bem como as obras do edifício novo dos Serviços de Migração no Pac-On, na Taipa. Neste último, está actualmente a decorrer a tarefa de decoração de interiores e de montagem de equipamentos. Deu-se ainda início à construção do novo Terminal Marítimo Permanente do Pac-On, na Taipa.

5. Polícia de Proximidade

Uma das prioridades foi o aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária na luta contra a pequena criminalidade que afecta a vida, a propriedade e segurança da população e turistas, tais como furtos, roubos, fraude, falsificação de documentos. Houve, neste sentido, um reforço no policiamento de proximidade não só em zonas urbanas com maior afluxo populacional, designadamente em determinados períodos do dia ou em zonas com maior incidência de ilícitos penais, mas também em todas as zonas residenciais através da mobilização de mais efectivos e/ou patrulhas, da criação de parcerias com os moradores locais e comerciantes e de acções de sensibilização, dando assim maior visibilidade à acção policial, factor fulcral de estabilidade social e de segurança em termos de prevenção e dissuasão da prática de actos e actividades ilícitos.

A cooperação entre as forças policiais e a população (incluindo residentes, associações de moradores, associações cívicas, associações de gestão de propriedade/condomínio e comerciantes) veio permitir uma melhor articulação entre a acção das forças policiais, designadamente a definição de prioridades, a gestão de recursos e um comando de operações mais eficaz de acordo com as necessidades e realidade locais. Essa parceria concretizou-se através de diversas vias, uma delas a realização de reuniões regulares em zonas residenciais com as associações de moradores sobre a prevenção e combate à criminalidade, em especial, fraude, furto, roubo, narcotráfico, crime organizado e fogo posto. Outra via utilizada, foi

a realização de campanhas de sensibilização e de prevenção da criminalidade (ex: distribuição de cartazes nas lojas e edifícios) junto da população em geral e dos comerciantes em especial. Estas campanhas visaram a divulgação de métodos anti-roubo e anti-fraude.

6. Cooperação internacional e regional

O 13.º Encontro de Trabalho para a Cooperação entre as Autoridades Policiais da Província Guangdong e Macau realizou-se, em Janeiro, em Cantão na Província de Guangdong com o objectivo de estreitar a cooperação no combate à criminalidade transfronteiriça. Esta cooperação estreita, desenvolvida ao longo destes 10 anos, tem dado os seus frutos em termos de segurança e estabilidade para a RAEM.

O 14.º Encontro de Trabalho para a Cooperação entre as Autoridades Policiais dos SSP/iRPC e as FSSM realizou-se, em Fevereiro, em Macau, tendo-se negociado os meios de reforçar a cooperação ao nível operacional, mormente de segurança, de investigação criminal, de acções de prevenção e de combate ao terrorismo, de formação do pessoal e de prestação de socorros. Realizaram-se ainda outros encontros: o 6.º Encontro de Oficiais de Ligação Tripartida - Província Guangdong, Hong Kong e Macau, o 4.º Encontro de Intercâmbio Anual de Polícias Tripartidas Anti-Terrorismo - Província Guangdong, Hong Kong e Macau e a Plataforma de colaboração online entre a Polícias da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau e o 8.º Encontro de Trabalho da Cooperação Policial entre Shanghai e Macau.

7. Protecção civil

Na área da protecção civil reforçou-se o sistema de protecção e socorro, designadamente a capacidade técnica e operacional, e aperfeiçou-se o planeamento de emergência para situações de acidentes graves ou catástrofes. Foram efectuados exercícios conjuntos de protecção civil contra tufões e de busca marítima entre os serviços da Província Guangdong, Hong Kong e Macau.

O Corpo de Bombeiros presta um serviço essencial à população de Macau, adaptando os seus métodos e técnicas de intervenção às novas exigências e condicionamentos sociais com o mesmo espírito de missão que é a protecção da vida, da integridade física das pessoas e seus bens.

Na área da prevenção de incêndios e salvamentos de emergência, entendemos que a educação é uma componente fulcral, razão pela qual o CB continua a organizar uma série de palestras sobre a prevenção de incêndios ensinando como actuar em caso de incêndio, nomeadamente junto das associações de gestão de propriedades/condomínio e da indústria hoteleira (onde tem obtido bons resultados) e bairros. Continuaremos, pois, a envidar esforços no que respeita à prevenção e combate aos incêndios, reforçando o espírito de equipa das patrulhas, promovendo campanhas de prevenção e consolidando os dispositivos de resposta operacional de socorro e de investigação.

8. Segurança Rodoviária

O combate à sinistralidade rodoviária depende de uma boa política de gestão de tráfego que visa a prevenção e segurança rodoviária e o combate à condução ilegal e perigosa. Esta política tem por lema “Educação e prevenção rodoviária, punição a última via”. O reforço das inspecções e da fiscalização de segurança rodoviária e o uso de novos equipamentos e tecnologias de informação têm permitido que estes objectivos sejam executados de forma mais eficiente e cabal.

No âmbito das suas acções de prevenção e de fiscalização rodoviária, o Departamento de Trânsito procede a operações periódicas (operações STOP) para controlar e combater a condução sobre o efeito do álcool, a condução sem cinto de segurança ou a condução perigosa ou em excesso de velocidade. Para o efeito, são destacadas patrulhas ou unidades de efectivos em determinados pontos chave ou onde existe maior afluência de tráfego de modo a evitar acidentes graves. Exemplo do mencionado foram as operações policiais de fiscalização rodoviária realizadas durante o período do Campeonato Mundial de Futebol.

Foram ainda instaladas máquinas electrónicas de leitura de dados que permitem reter a informação da transgressão com rigor e eficácia reduzindo a margem de erro. Foi utilizado o actual sistema de exame de velocidade fixo ou móvel para avaliar o excesso de velocidade e sancionar as condutas ilícitas que desrespeitam a segurança dos transeuntes ou dos outros condutores. Cabe, por outro lado, à equipa especializada em acidentes de trânsito investigar e produzir as provas resultantes de algum sinistro.

Em Agosto, foi introduzido o serviço de notificação das infracções rodoviárias por SMS aos cidadãos que tenham solicitado este serviço através do preenchimento de um formulário ou através da internet.

9. Imigração

Reforçamos o policiamento em zonas de grande afluxo populacional (ex: nas fronteiras, ao pé dos casinos, nas zonas de grande comércio). Os agentes da PSP realizaram, nestes locais, inspecções, interceptaram pessoas suspeitas e procederam a revistas sempre que necessário. Nestas acções encontraram-se pessoas em situação irregular ou ilegal na RAEM, tendo sido repatriadas em conformidade com a lei.

Com o objectivo de melhorar a qualidade, rigor, segurança e eficiência dos serviços, os Serviços de Migração definiram um conjunto de medidas que permitem a simplificação e actualização dos seus procedimentos. Em termos de documentos de migração, de residência e permanência, modernizou-se o sistema com as técnicas e medidas electrónicas mais recentes de verificação da identidade e autenticidade dos documentos.

Foram introduzidos os sistemas de auto-passagem e sendo actualizadas as suas funções. Os sistemas de auto-passagem instalados no edifício do posto fronteiriço do Cotai e no Terminal Marítimo da Taipa já estão plenamente instalados e em funcionamento. Em 10 de Dezembro do ano passado, foram introduzidos os sistemas de auto-passagem, inicial-

mente só utilizáveis pelos residentes permanentes de Hong Kong para entrarem e saírem de Macau. A partir de 3 de Junho, os portadores do Título Especial de Permanência, após registo prévio, começaram a utilizar os sistemas de auto-passagem, e em inícios de Julho, este procedimento passou a estar disponível aos trabalhadores não-residentes. Os sistemas de auto-passagem instalados no edifício do posto fronteiriço do Cotai e no Terminal Marítimo da Taipa já estão plenamente operacionais.

O posto fronteiriço das Portas do Cerco é o mais movimentado de Macau, por isso, decidimos ampliar o actual edifício da Migração, aumentando as suas instalações para permitir a circulação de passageiros de forma fluída e tranquila. A partir de 1 de Setembro deste ano, foi aberto um acesso destinado à passagem pelo posto fronteiriço pela população escolar no sentido de evitar a demora para as aulas.

Para combater e reprimir os actos ilegais resultantes de permanência na RAEM por período superior ao autorizado, com a entrada em funcionamento do Centro de Detenção Provisória instalado no Comissariado Policial n.º2, bem como o aumento de sanções para a permanência por período superior ao autorizado pelo Regulamento Administrativo n.º 23/2009, o número de permanência por período superior ao autorizado foi reduzido consideravelmente, o número de pessoas multadas pela permanência fora do prazo legalmente autorizado foram reduzidas de 479 pessoas por dia para 77 pessoas por dia.

10. Alfândega

Os Serviços de Alfândega continuam a desenvolver esforços para prevenir, suprir e combater a fraude aduaneira e o tráfico ilícito, através de uma gestão racional dos seus recursos humanos, do reforço das infra-estruturas e da introdução de dispositivos modernos com recurso às novas tecnologias (ex: equipamentos e tecnologia de ponta). Estas medidas permitiram às autoridades alfandegárias actualizar os seus métodos de actuação sendo mais eficazes ao nível tático-operacional.

Refira-se, neste contexto, que os SA cumpriram rigorosamente a sua missão de patrulhar a parte costeira e alto mar da RAEM (as águas territoriais de Macau). Note-se que o Departamento de Fiscalização Alfandegária dos Postos Fronteiriços detectou e apreendeu diversos carregamentos de droga, lidou com vários casos de colisão de navios de passageiros marítimos com barcos de pescas, enviando os necessários barcos de patrulha e equipas de mergulho para as buscas.

Os SA, em conjunto com outros departamentos e associações comerciais, analisaram as medidas legislativas e administrativas a adoptar para dar cumprimento à Convenção Alfandegária relativa à Simplificação de Formalidades quanto à Importação de Bens para Feiras ou Utilização em Exposições, Feiras ou Encontros Similares.

Os SA reforçaram ainda a cooperação com os Serviços Gerais de Alfândega da China Continental ao introduzirem novas medidas desalfandegárias, entre elas, o “Selo Verde de Alfândega”, que é um mecanismo de reconhecimento mútuo resultante da inspecção adua-

neira efectuada por uma das partes. Este mecanismo vem simplificar e agilizar o processo de desalfandegamento.

11. Visita de Altas Individualidades e segurança em eventos de massa

A fim de manter a ordem pública e proteger a segurança de pessoas e bens, o CPSP e o CB, no âmbito das suas competências, planearam e patrulharam eventos de grande envergadura e momentos de grande afluxo populacional, tais como feriados e festividades, de modo a garantir a segurança dos cidadãos e turistas. Também foi garantida a segurança de altos dirigentes nacionais aquando das suas visitas a Macau.

12. Estabelecimento Prisional e Reinserção social

O Estabelecimento Prisional de Macau deu execução às metas estabelecidas nas Linhas de Acção Governativa. O EPM melhorou o existente sistema informático, o que contribuiu significativamente para uma optimização da gestão prisional, desde a simplificação e agilização dos procedimentos administrativos à revisão rigorosa dos requisitos das medidas de segurança, bem como à gestão e manutenção dos bens patrimoniais. Continuamos igualmente a apostar na formação dos nossos guardas prisionais e na troca de experiência profissional com as regiões vizinhas, em especial no que respeita aos vários modelos de técnicas de intervenção.

A fim de dar melhores condições aos reclusos, aceleraram-se as obras de ampliação das celas e está em curso o projecto de construção de uma nova cadeia.

Ao nível das medidas de segurança, o EPM introduziu, com vista a reforçar as medidas de segurança e a aumentar a capacidade de protecção e escolta, o uso de equipamentos de choque eléctrico.

Os guardas prisionais têm participado em diversas actividades com vista ao intercâmbio de experiências, incluindo as desportivas. Neste âmbito, participaram na competição “Tipos de desafios e de respostas para as perturbações das prisões da Ásia”, onde ficaram colocados em 2º lugar.

A reinserção social do recluso constitui uma tarefa fundamental do EPM. Neste sentido, o EPM tem vindo a reforçar as acções de aconselhamento, a organizar diversas actividades e a promover a educação e a formação profissional dos reclusos. Daqui destacamos o programa “Apoiar a comunidade” que visa a participação activa dos reclusos em acções de interesse comunitário.

Em jeito de balanço, podemos afirmar que a área da Segurança prosseguiu e concretizou os objectivos políticos traçados nas Linhas de Acção Governativa, onde a manutenção da segurança e ordem públicas da RAEM, com pleno respeito pela Lei e pelos direitos humanos, são uma prioridade constante.

Com forte espírito de liderança continuaremos a envidar esforços para aumentar a qualidade e eficácia dos seus serviços a fim de aumentar o sentimento de segurança e de

tranquilidade junto da população local e dos turistas, criando uma base sólida e condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável da RAEM.

Linhas de Acção Governativa para 2011

No limiar da ocasião do ano 2011, as autoridades de segurança dimensionam a situação, fazendo uma análise cuidadosa, e se esforçam para definir linhas de acção governativa do novo ano que satisfazem necessidades concretas dos cidadãos. Portanto, realizaremos uma avaliação pormenorizada da situação do ambiente social e da ordem pública com antecedência, revendo as actuais medidas policiais e actualizando, ajustando, suplementando as com base nas políticas estabelecidas viáveis, o seu objectivo é manter a segurança interna, para oferecer melhores serviços de segurança aos residentes de Macau e visitantes e proteger o ambiente seguro e habitável de lazer e turismo em Macau.

Face a novas situações e novos problemas, apenas a cooperação mútua entre a polícia e os cidadãos pode efectivamente manter a ordem pública. Portanto, continuamos a investir recursos para o policiamento comunitário, esforçando-se para resolver os problemas sociais e os riscos de Macau. Em resposta à crescente atenção pública à situação de segurança, as autoridades da segurança dedicam-se a proporcionar ao público um serviço de qualidade em diferentes níveis sociais, através de realização de operações de segurança por suas diferentes unidades e departamentos, no sentido da prevenção da criminalidade e manutenção da ordem social, esses trabalhos incidem-se sobre a a segurança de todos bairros comunitários, do transporte rodoviário e marítimo.

Nos últimos anos, ocorreu o evento súbito na região vizinha, de modo que não podemos ficar contente com a situação actual, mas mais devem aprender uma lição e estar preparado e tomar medidas preventivas. Para o efeito, reforçar a capacidade de resposta de emergência é um trabalho mais importante no ano que vem. Através da formação específica e aquisição de avançados equipamentos, de aumento do exercício, de ampliação das trocas exteriores, reforçaremos a capacidade e técnica da polícia, nomeadamente do Grupo de Operações Especiais do CPSP e do Grupo de Negociações da PJ.

1. Consolidação da segurança interna da RAEM, prevenção e luta contra o crime

O bom ambiente de ordem pública é o requisito básico da vida das pessoas, mas também uma condição necessária para o desenvolvimento social. Para reforçar a segurança interna, vamos continuar a melhoria do policiamento comunitário e o modelo de patrulhas, a fim de superar as dificuldades encontradas na vida quotidiana dos cidadãos e para fornecer serviços prestados de qualidade, aproveitando materiais e equipamentos adequados e avançados para reforçar os tráficos de drogas e de armas e de pessoas, a inspecção, detecção e investigação de dos trabalhadores ilegais e de imigrantes ilegais, executando, em colaboração com outros órgãos, as medidas da protecção das instalações críticas e de segurança da Região Administrativa Especial de Macau, ao mesmo tempo, criar novos programas para actualizar e melhorar as operações principais, os planos de emergência e de contingência.

Perante o aparecimento constante dos vários tipos de crime, as actividades criminais passando cada vez mais escondidas, as quais são naturalmente cada vez mais inteligentes na execução. A ampliação regional conduz ao aumento de grau de dificuldade de detecção que Macau não é excepção. Como uma cidade internacional em franco e rápido desenvolvimento de Macau, o ambiente social muda. Nos últimos anos, estamos sempre preocupados com a evolução da criminalidade, no sentido de responder mais rápida e investigar mais eficazmente, as artimanhas dos criminosos para garantir o bom funcionamento da Administração da RAEM, o que constitui pré-requisito importante para que as pessoas vivam e trabalhem, é importante, o planeamento detalhado das investigações criminais. A fim de otimizar e melhorar a qualidade da investigação criminal, reforçar o trabalho de recolha de informações, aumentando, se necessário a dotação de pessoal para recolher e tratar das informações de segurança regional, avaliando os riscos de segurança regional, aplicando o princípio de que as informações conduzem ao trabalho de investigação, para controlo e prevenção dos vários factores de desestabilização.

Portanto, continuaremos a intensificar a partilha de informação e coordenação entre Macau e regiões vizinhas no âmbito alfandegário, a fim de combater os crimes de associação criminosa, do tráfico de drogas, de branqueamento de capitais e luta contra o terrorismo, alargando a rede de informações, participando activamente nas operações conjuntas transfronteiriças, assistindo às reuniões internacionais e cursos de formação no âmbito de cooperação internacional, a Polícia Judiciária irá actualizar o banco de dados e incrementando a secção de estudo de prática de crime, a fim de definir estratégias mais eficientes para combater diversos tipos de crime.

Consoante a situação de segurança em diversos locais, desenvolver estratégias de resposta rápida, enviando os agentes para fiscalizar os pontos de alta ocorrência de crime, lutando contra o roubo da casa, furtos, incêndio e outros crimes, detendo os criminosos para assegurar a ordem pública mais estável.

Para o aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária, manteremos estreitamente a ligação, contacto e encontro com as escolas, associações cívicas e serviços públicos, negociando com essas entidades as estratégias de resolução de casos que influenciam a vida quotidiana e a segurança dos cidadãos, ou estudando as medidas de prevenção, no sentido de criar uma boa relação de parceria e aumentar a confiança mútua. Isto contribui para otimizar a interacção entre a população e a polícia e o trabalho de policiamento comunitário.

2. Melhoria da gestão interna e optimização administrativa

As corporações e organismos das FSM constituem uma parte relevante do Governo da RAEM, deve continuar a implementar medidas de optimização interna, a implementação da gestão científica tem por objectivo articular-se com a evolução do tempo. Portanto, no próximo ano vamos continuar a tomar como trabalho principal a melhoria da gestão interna e optimização dos procedimentos administrativos. Continuaremos a seguir compromisso de

serviço “Integridade e eficiente, elite profissional”, em resposta às necessidades das pessoas e nas áreas de serviço relevante, a implementação da filosofia administrativa dos serviços regionais de “one-stop”, executando e aumentando o item de “compromisso de serviço”. Em articulação com a política do governo transparente e a ideia de integridade, continuar a participar nos diversos programas do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado de Auditoria. Através de mecanismo de controlo interno e externo, elevar a sensibilização para a auto-disciplina e integridade, reforçando a credibilidade externa e melhorando a imagem externa.

Para a consolição de gestão disciplinar, iremos articular-nos activamente com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau para satisfazer as expectativas dos diversos sectores sociais. Por outro lado, além de formação profissional regular, as corporações e organismos investem na educação cívica, organizando os novos elementos admitidos para receber formação sobre a Lei Básica e direitos humanos, a fim de elevar o nível de execução de lei e garantir os direitos fundamentais e melhorar a imagem das corporações e organismos das FSM.

Vamos tomar em consideração o estudo dos recursos humanos a curto, médio e longo prazo das corporações e organismos das FSM para garantir a disposição suficiente do pessoal a colocar na área de comando, de direcção, e nos organismos policiais. O ramo de estudo envolverá o recrutamento e selecção, formação, planeamento e gestão pessoal, a avaliação, os salários, sistemas de informação. Ao mesmo tempo, tomamos as medidas de otimizar a gestão dos recursos humanos, em particular, articulando-se com as novas carreiras e o regime de classificação de trabalho dos militarizados e do pessoal civil. E a PJ e entre outros serviços, através de reestruturação orgânica, actualizaram razoavelmente os recursos humanos para desempenhar melhor as atribuições, ao mesmo tempo, acelerando o processo de recrutamento para aliviar a pressão resultante dos recursos humanos.

Reforçará a gestão por objectivos, estabelecendo os valores da do núcleo de forças policiais, inculcando o espírito de equipa e reforçando a auto-identidade de todo o pessoal e elevando a moral, ampliando a cooperação e coordenação do desenvolvimento externo. Iremos o possível facultar aos diversos departamentos e organismos os recursos humanos, recursos materiais e financeiros adequados para responder a necessidade imediata e enfrentar os desafios futuros.

3. Reforçar a capacidade táctico-operacional das FSM com recurso às novas tecnologias

Com as mudanças tecnológicas, o modus operandi dos criminosos também mudam. Para articular-se mais eficazmente com a investigação criminal, temos de comprar equipamentos eletrónicos de alta tecnologia que ajudam a investigação, equipamentos policiais e actualizando a função de hardware e software do computador para melhorar a capacidade a detecção de crime. A fim de aperfeiçoar os ficheiros criminais e policiais, vamos continuar a acelerar a gestão informática, incluindo o reforço do sistema de informação criminal sob a

coordenação dos SPU, partilhando os recursos com outros serviços criminais para se tornar o trabalho de investigação mais eficiente. Fortalecer e actualizar os equipamentos do Departamento de Ciências Forenses da PJ, que é extremamente importante para o desenvolvimento da investigação criminal.

Por isso, vamos reforçar as capacidades de suporte técnico e especialista nas seguintes áreas de departamento de investigação criminal: identificação de armas e munições, identificação de documentos falsos e falsificados, através do sistema experimental analisar tecnicamente os objectos utilizados na criminalidade para recolha de impressões digitais, em cena do crime para o adequado de digitalização óptica de vestígios; analisar profissionalmente a prática de crime gravada no sistema de vigilância por vídeo, identificação de psicologia forense das imagens, escrita, expressão e, técnicas de análise forense informática.

No comando e controle em vários tipos de acções policiais, reforçar a utilização das novas tecnologias de comunicação, tais como referem-se ao equipamento de vigilância com dados geográficos (CCTV) e os dados do terminal. Mas também assegurar a organização de necessários cursos de formação técnica para os agentes, em especial, as seguintes quatro áreas principais: crime relacionado com o jogo, informações / crime electrónico, o crime económico e tráfico de seres humanos.

4. Optimização dos serviços de socorro e emergência e de combate a incêndios

Durante o ano de 2010, Macau tem vindo a recuperar gradualmente do tsunami financeiro que abalou o mundo. Com a recuperação da economia, estão a desenvolver-se projetos de infraestruturas que terão um profundo impacto no desenvolvimento de Macau, em especial o sistema de metro ligeiro e os novos aterros de grande escala. Porém, a sustentabilidade de um ambiente favorável a esse desenvolvimento passa igualmente por prevenir a ocorrência de acidentes graves, sejam de origem social, natural ou tecnológica, e anular ou limitar os seus efeitos danosos, o que coloca sérios desafios ao Corpo de Bombeiros.

O ano de 2011 é o segundo ano do terceiro governo da RAEM, os projectos de grande escala, como a construção da sede da Universidade de Macau em Hengqin, a construção da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, a construção do sistema de metro ligeiro e os aterros serão concluídos em poucos anos seguintes. Com a grande mudança de cidade o desenvolvimento rápido do mundo, uma variedade de materiais de prevenção do fogo, com os acontecimentos imprevistos e o fenómeno da mudança do clima e geografia, é previsível a pressão maior dos trabalhos de prestação de socorros e de emergências.

Perante este importante período de desenvolvimento de Macau, em conformidade com os objectivos políticos do Governo, continuar a o princípio “servir melhor o cidadão”, implementando o governo transparente, o Corpo de Bombeiros continuará a otimizar formação de pessoal quanto aos métodos de salvamento e a dotar-se de veículos e equipamentos, tecnologia de segurança contra incêndio, planos de emergência, procedimentos administrativos, elevando a capacidade profissional que será inovada e revista em tempo adequado, completar passo a passo a organização do trabalho, ajustar o que necessita de acordo com

o desenvolvimento da sociedade, para prestar um melhor serviço de qualidade aos cidadãos, no sentido de garantir a protecção cabal as vidas e bens de residentes de Macau.

O CB continua a reforçar a formação profissional do pessoal da ambulância para otimizar a tecnologia de atendimento de emergência, implementando a certificação profissional da ambulância.

5. Promover o comércio e o desenvolvimento dos serviços aduaneiros, combater a criminalidade

Os Serviços de Alfândega de Macau estão empenhado na modernização dos serviços de qualidade, com a responsabilidade profissional para servir a comunidade. Continuamente prevenir, combater e erradicar a fraude aduaneira, o tráfico ilícito; realizar a supervisão de atividades de comércio externo e contribuindo para o desenvolvimento de atividades de comércio externo, a fim de proteger a reputação internacional da RAEM. Proteger a propriedade intelectual nos termos da lei; empenhando-se no cumprimento do âmbito das obrigações aduaneiras internacionais da RAEM, esforçando-se para proteger a segurança da vida e de bens, executando bem a política de segurança interna da RAEM; participar nos trabalhos de protecção civil da RAEM e nas operações destinadas às situações de emergência.

Os SA continuarão a exercer as suas funções, prestando, com a integridade e eficiência, os serviços convenientes ao público, protegendo a propriedade intelectual, e direitos dos consumidores, para facilitar as actividades industriais e comerciais e manter a credibilidade do comércio de Macau, prevenir e fiscalizar o contrabando e o tráfico de drogas. Manter a estreita colaboração com os serviços alfandegários estrangeiros e serviços aplicadores da lei para trabalhar em criar uma organização alfandegária de alta qualidade com tecnologia avançada e progressista, contribuindo para a estabilidade e prosperidade da comunidade.

6. Prestar serviços de qualidade e com maior eficácia na área da Migração

Temos de prestar serviços eficientes, a atitude acolhedor, fazendo com que os cidadãos e visitantes entrem e saem de Macau rápida, conveniente e seguramente. Nos planos de trabalho para o novo ano, o Serviço de Migração define uma série de indicadores de desempenho, actualizando o compromisso de serviço. Não só melhorar e actualizar o hardware de infra-estruturas e equipamentos dos postos fronteiriços, mas reforçar também a formação de pessoal, gestão e supervisão. Em matéria de migração e nos documentos de residência, de permanência, serão aplicadas uma série de medidas electrónicas, e científicas.

Para garantir uma gestão eficaz de entrada e saída, a luta contra a imigração ilegal, mantendo a estabilidade da ordem social, o Governo irá rever e actualizar em tempo útil a política de imigração. Quanto ao tratamento dos imigrantes ilegais e a questão da permanência fora do prazo legal, a polícia atribuiu grande importância, continuando a tomar medidas activas, recolhendo as informações e fazendo a sua análise, combatendo e reprimindo essas práticas ilegais nas operações. Para aqueles em situação irregular apreendidos, aceleramos o repatriamento de acordo com os procedimentos estabelecidos, por um lado,

de acordo com as instruções do Tribunal, detém aqueles que não cumprem o dever de apresentação periódica nos centros de detenção, a saber, no “centro de detenção temporária” instalado no Comissariado Policial n.º2 e no centro de detenção de imigrantes ilegais a entrar em funcionamento, sito no edifício do Serviço de Migração de Pac On na Taipa.

7. Melhoria da gestão prisional e prevalência da reinserção social

O desenvolvimento estável do EPM, para além de dar a atenção para a gestão, equipamentos adequados, aceleração do processo de eletrónicos, o mais importante é que o EPM tem uma equipa profissional com um sentido de missão. Por causa dos recursos humanos como o bem mais valioso, o EPM continuará a dedicar mais recursos. Com a formação constante para elevar a qualidade global do pessoal e continuar a promover cooperação do espírito de equipa, a fim de conseguir uma parceria mais profunda para servir o público.

A finalidade de execução de pena de prisão de privação de liberdade do EPM para além de reparação social por causa dos seus crimes cometidos na comunidade, é, através do EPM, a reabilitação de reinserção, na comunidade, que ajuda a reduzir a taxa de reincidência, a protecção da sociedade e prevenção da criminalidade. Para este efeito, o EPM vai reforçar a reintegração social, para além de dar orientação e formação ao mesmo tempo, também terá uma abordagem mais activa para dar publicidade à comunidade, a fim de deixar os reclusos receberem mais apoio e oportunidade de contribuir para a comunidade.

8. Prevenção, segurança e gestão rodoviária

As condições de tráfego de Macau sempre têm sido um tema de interesse público. A polícia é responsável pelo monitoramento e manutenção da segurança e da ordem do tráfego rodoviário. Perante esta realidade da situação, por isso teremos em conta muitos fatores no estabelecimento dos objectivos da política de transportes, a fim de definir medidas equilibrador com base nos interesses públicos. No próximo ano, vamos intensificar as inspecções e fiscalização da segurança do tráfego rodoviário por de forma a fortalecer a supervisão policial e reduzir o comportamento ilegal e condução perigosa, usando mais eficiente tecnologia e ferramentas informáticas nas operações.

Nós estaremos, no âmbito da segurança rodoviária: em cooperação com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, aumentar a consciência das pessoas sobre a segurança rodoviária e reduzir os acidentes de trânsito, com a coordenação com entidades relevantes, estabelecer objectivos claros. Para a protecção da segurança rodoviária, as medidas incluem o reforço de interceptação de veículos, combate à condução alcoólica e excesso de velocidade, coordenar o estudo para melhorar a infra-estrutura rodoviária, especialmente o sistema de sinais de trânsito, para eliminar pontos negros do tráfego; inseguro para focar nos factores principais na estrada, e concentrar-se no projecto de metro ligeiro, recorrer aos grupos profissionais na investigação de acidentes de trânsito graves.

Para conter a “condução após o consumo de droga”, e em especial a prevenção de grave acidente causado pela condução perigosa sob o abuso de drogas, a polícia irá fazer, em conjunto com outros serviços, uma avaliação específica, recolhendo informações e dados em termos de fiscalização rodoviária, de repressão de infracções de trânsito e inquérito de acidentes, ou de investigação e combate de crime de drogas, a fim de serem enviados aos serviços competentes para estudar.

Em relação às infracções de trânsito, vamos otimizar os procedimentos da acusação de violações de tráfego rodoviário e de autos, desenvolver o novo sistema para gerir os autos e multas. Na área de monitoramento, que irá promover e supervisionar o cumprimento da legislação rodoviária por parte do público em geral.

9. Formação e melhoria da qualidade profissional do pessoal

No próximo ano, vamos continuar a recrutar o pessoal para frequentar o Curso de Formação de Instruendos e Curso de Formação de Oficiais para as reservas dos recursos humanos suficientes da polícia para satisfazer as tarefas, e através de treinamento específico para reforçar o profissionalismo.

No ensino da polícia, através da Escola Superior das Forças de Segurança e as escolas do CPSP e da PJ, realizar a formação da polícia, recrutamento e avaliação. A formação e o treinamento policial e devem ser continuamente actualizados, porque os cursos de formação devem adaptar-se à mudança social, jurídica e tecnológica, e a nível de governo, a formação profissional é também uma ferramenta importante para melhorar o trabalho organizacional. Analisará o estudo de viabilidade das escolas de polícias, de modo que a formação policial é conduzida para o programa.

Reforçar as capacidades técnico-profissionais dos agentes policiais é o foco dos cursos de formação no próximo ano. O foco da formação policial é técnicas de investigação criminal, trânsito, tecnologia de operações policiais, os cursos especialmente concebidos para a Unidade Tática de Intervenção da Polícia, o controlo das fronteiras. Ao mesmo tempo, também planeia o investimento de recursos nos cursos de formação de tutor, os meios de comunicação social (porta-voz) e gestão do stress.

Para o pessoal implementar com a eficácia diversos tipos de tarefa, manter boa forma física, ter uma riqueza de conhecimento e compreender as técnicas de aplicação da lei são vertentes não só importantes como absolutamente necessárias. Ao mesmo tempo, em resposta às rápidas mudanças que ocorrem nessa região, a formação de pessoal também devem acompanhar os tempos, e definir programas de formação de longo prazo pelos que devemos conjugar os trabalhos de gestão das forças de segurança e organismos, melhorando a execução do trabalho.

10. Infra-estruturas em larga escala e equipamentos

Quanto aos equipamentos e material, no próximo ano continuará a reforçar a ligação e coordenação de vários departamentos, a fim de obter mais informações sobre as caracte-

rísticas de artigos relacionados com o equipamento, para garantir que os equipamentos e produtos são mais completos e atendíveis de forma melhor às medidas necessárias.

Nos controles de materiais, continuará a reforçar a percepção da importância do acompanhamento da controle dos materiais por vários departamentos, fazendo o procedimento de registo de materiais adquiridos, verificando regularmente para garantir que os materiais obtem uma melhor gestão e controle.

Tendo em conta a situação, os SPU estudam com o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas a viabilidade da construção do edifício de comando integrado. No próximo ano, acompanharemos a entrada em funcionamento da sede do novo edifício do Serviço de Migração em Pac On e o trabalho de colocação das necessárias instalações ao seu funcionamento. Continuará a supervisionar e coordenar a construção de nova prisão. Continuar a acompanhar o andamento de programação do novo edifício dos SA na Taipa.

Face ao exposto, a fim de assegurar a harmonia, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável de Macau, nas tarefas de planeamento policial e na execução de lei, iremos privilegiar o interesse geral da RAEM e dos seus cidadãos, as missões legais serão assumidas como seu principal dever. Estamos igualmente convictos de que o Governo da RAEM prestará também um elevado grau de atenção e apoio aos trabalhos de segurança e à preponderância da sua articulação e cooperação com os órgãos legislativo, judiciais e administrativos, contando ainda com a percepção e apoio da população, bem como com o labor dos funcionários públicos e a intervenção dos media. Temos a capacidade para realizar os trabalho a que nos propomos com eficiência, levando por diante a concretização prática das linhas de acção governativas, tão importantes elas são para a estabilidade e prosperidade de Macau.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

Desde o início do mandato do terceiro Governo da RAEM, que está prestes a completar um ano de exercício, o desenvolvimento de acções na área dos Assuntos Sociais e Cultura tem-se pautado pelo princípio orientador “Melhor servir a população”, pelo empenho na promoção de um governo transparente e pela adopção de atitudes e métodos científicos na fundamentação das decisões. Partindo dos profundos alicerces lançados no passado e actuando sempre em consonância com o espírito humanista, procurou-se concretizar as metas definidas para os diversos domínios, em prol da melhoria da qualidade geral de vida da população.

No domínio da Saúde

Com base na estrutura do sistema de saúde estabelecida, o terceiro governo da Região de Administração Especial de Macau continuou a promover com empenho o seu desenvolvimento e o melhoramento de estruturas e equipamentos destinados a cuidados de saúde, através do investimento em recursos e do seu provimento, no sentido de garantir o desenvolvimento e progresso sustentável do sistema de saúde de Macau. Na sequência do desenvolvimento social, o governo da RAEM elaborou o projecto de aperfeiçoamento da estruturação do sistema de saúde, tendo determinado em definitivo a construção dum complexo de cuidados de saúde nas Ilhas. Para além disso, no intuito de conciliar a oferta de cuidados com a migração comunitária da população, procedeu à planificação da rede de cuidados de saúde primários, tendo sido determinado em definitivo que o novo Centro de Saúde de São Lourenço será construído no terreno onde ficava o antigo mercado provisório de São Lourenço e continuou a acompanhar uma série de obras, como as de ampliação do Edifício do Serviço de Urgência e do Edifício da Clínica da Especialidade do CHCSJ. Foi reforçada a capacidade de prestação de cuidados de diferentes níveis, tendo sido introduzidos os padrões de acreditação internacionais relativamente ao serviço de cuidados de saúde e planeada a iniciação do serviço de urgência e do serviço hospitalar de reabilitação nas Ilhas. Por outro lado, foi intensificada a cooperação com as instituições médicas não governamentais através do “Programa de participação nos cuidados de saúde”, de forma a consolidar os serviços prestados nas diferentes fases destes cuidados, concretamente, nas fases de prevenção, tratamento e reabilitação. Foi reforçada a capacidade de prevenção e controlo no âmbito da saúde pública para conter a propagação de doenças transmissíveis. Em estrita conformidade com as orientações da Organização Mundial de Saúde, combateu-se eficazmente a ameaça da gripe H1N1. Os Serviços de Saúde e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade e Inspeção e Quarentena do Estado assinaram um acordo de cooperação relativo à quarentena sanitária para a entrada e saída fronteiriças, tendo sido estabelecidos e reforçados os sistemas de notificação e intercâmbio de informações relativas à situação epidémica das doenças transmissíveis e emergências de saúde pública. Em cumprimento do plano de implementação da inspecção sanitária nos postos fronteiriços e do Regulamento de Saúde Internacional (2005), foi reforçado o estabelecimento do sistema de saúde pública. As doenças crónicas já se tornaram causa principal de morte da população de Macau e, por causa disso, o governo da RAEM criou a Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Cróni-

cas, que se esforça por reduzir a incidência dessas doenças. Continuou a divulgar o conceito de cidade saudável e a promover estilos de vida saudável, intensificando a propaganda e a educação em prol do controle do tabaco e sustentando o desenvolvimento dos programas promotores dos estabelecimentos de restauração sem tabaco, locais de trabalho sem tabagismo e escola sem tabaco, entre outros. Depois da carreira de enfermagem, o governo concluiu mais seis propostas de lei destinadas à revisão das carreiras especiais da área de saúde, tendo planificado o desenvolvimento das diversas áreas profissionais no âmbito da saúde e definido a relação entre estas carreiras, por forma a beneficiar o estabelecimento do pessoal médico a longo prazo. Para além disso, foram avaliados e revistos as leis e os regulamentos da indústria de medicina tradicional chinesa, a fim de melhor promover a aplicação e o desenvolvimento desta ciência.

Face ao rápido desenvolvimento da economia e da sociedade, o governo da Região Administrativa Especial de Macau ajustará as políticas e recolocar os recursos da área de saúde atempadamente, aperfeiçoará os mecanismos de gestão, funcionamento e supervisão dos cuidados de saúde de diferentes níveis, acelerará o estabelecimento das infra-estruturas, com prioridade para a construção do Hospital de Urgência nas Ilhas. Continuará a promover-se a construção do Edifício do Serviço de Urgência e o Edifício da Clínica de Especialidade do CHCSJ, o Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane, o dormitório para o pessoal de saúde da primeira linha do CHCSJ, o Hospital de Reabilitação em Ká-Ho, entre outros. Em simultâneo, estabelecer-se-á o plano de desenvolvimento dos cuidados de saúde primários e, no próximo ano, os Serviços de Saúde concentrar-se-ão na reconstrução do Centro de Saúde de São Lourenço. Introduzir-se-ão sustentadamente novos serviços e técnicas médicas, abrir-se-á a especialidade de geriatria, reforçar-se-ão os cuidados de saúde para os idosos, adoptar-se-ão os mecanismos de padronização do serviço de cuidados de saúde e de gestão de qualidade internacionalmente acreditados, aprofundar-se-á o desenvolvimento da informatização dos serviços médicos, preparar-se-á a criação de um banco de dados central e reforçar-se-ão o estabelecimento e a formação profissional do pessoal. Com base no mecanismo antiepidémico existente, consolidar-se-á o mecanismo de contingência para a prevenção das doenças transmissíveis em grande escala, concretizar-se-ão sustentadamente as medidas inerentes ao Regulamento de Saúde Internacional, rever-se-ão as estratégias de prevenção e tratamento das doenças transmissíveis graves, planear-se-ão o reforço da vigilância do sarampo e a vacinação de populações específicas, por forma a alcançar a meta de eliminação do sarampo em 2012, estabelecida pela OMS na Região do Pacífico Ocidental e proceder-se-á ao estudo de viabilidade de fornecer a vacina contra o cancro cervical à população feminina. A Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas já entrou em funcionamento e, em conjugação com os projectos integrados do Programa Cidade Saudável, encorajará e mobilizará os cidadãos para intervir ou baixarem a incidência das doenças a partir da prevenção. O segundo "Programa de participação nos cuidados de saúde" já começou e o Governo da RAEM avaliará a eficácia das duas fases em tempo oportuno. Concomitantemente, continuará a aprofundar a cooperação com as instituições médicas sem fins lucrativos e com as instituições médicas privadas, por forma a desenvolver plenamente os recursos comunitários de cuidados de

saúde. Os Serviços de Saúde vão continuar a acompanhar a revisão das leis e regulamentos relacionados com os assuntos farmacêuticos e reforçarão as tarefas de controlo de medicamentos. Em colaboração com as “Linhas gerais do planeamento para a reforma e desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, promover-se-á a cooperação regional na indústria de medicina tradicional chinesa. Acompanhar-se-ão os estudos para a criação do Conselho para os Assuntos Médicos e prosseguirá a revisão das leis e regulamentos relativos ao licenciamento das actividades médicas privadas, no intuito de promover o desenvolvimento saudável do mercado de medicina privada. Em simultâneo, mantendo uma ligação estreita com a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde e as regiões vizinhas e colhendo ensinamentos de sistemas de saúde avançados de outras regiões bem como da sua experiência sobre desenvolvimento de saúde, promover-se-á o avanço sustentável do sistema e do serviço de cuidados de saúde de Macau.

No domínio da Educação

Em 2010, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau continua a promover o desenvolvimento estável no âmbito de ensino superior. Actualmente, nas 10 instituições de ensino superior, regista-se o número de 32.000 estudantes matriculados que frequentam os cursos de ensino superior sobre mais de 200 das áreas de especialidade, tendo ainda mais de 2.000 docentes. O Governo da RAEM efectua o acompanhamento dos trabalhos relativos à revisão de legislação do ensino superior e ao processo legislativo, a elaboração dos respectivos diplomas legais. Na nova lei de ensino superior, introduzir-se-ão alguns regimes académicos mais flexíveis, implementar-se-á o Regime de Avaliação de Ensino Superior, reforçando a autonomia de funcionamento e elevando a qualidade geral das instituições de ensino superior. As instituições de ensino superior procedem à alteração e criação dos diversos cursos, para corresponder à necessidade social e ao seu papel e tipo de ensino que ministram. A par disso, as instituições de ensino superior realizaram as reformas dos cursos, melhoraram a configuração curricular, reforçando a educação geral, no sentido de promover o desenvolvimento dos jovens das novas gerações. A Universidade de Macau continua a desenvolver as obras de construção do novo campus na Ilha da Montanha. O Governo da RAEM coopera intensificamente com o Governo da Província de Guangdong para promover as respectivas acções. Outras instituições de ensino superior procedem à ampliação dos campus e ao melhoramento dos equipamentos didácticos, no sentido de proporcionar aos estudantes melhores ambientes escolares e condições de aprendizagem. Para elevar a qualificação dos docentes, as instituições de ensino superior adoptam as medidas e definam as políticas, procuram atrair docentes de diversas partes do mundo para leccionarem nas suas instituições, aumentando a proporção de docentes doutorados. Por outro lado, as instituições de ensino superior procuram reforçar os seus recursos para desenvolver os projectos de investigação científica e criar unidades laboratoriais colaboradas com os departamentos nacionais. Com vista a apoiar os estudantes de Macau que pretendem prosseguir os seus estudos, o Governo da RAEM continua a aprofundar os serviços de orientação sobre o prosseguimento de estudos e aumentar o número da atribuição de bolsas de mérito para

estudos pós-graduados. Além disso, foi criado o sistema de “Base de dados para o ensino superior” para proporcionar mais informações da área de ensino superior aos cidadãos.

Em 2011, o Governo da RAEM irá corresponder às necessidades económicas e ao desenvolvimento social, com vista à prestação de apoio na formação dos quadros de Macau. Continuar-se-á a acompanhar os trabalhos legislativos relativos à legislação sobre o ensino superior e aos respectivos diplomas legais. Após a aprovação da nova lei do ensino superior, o Governo da REAM promoverá a implantação do “Regime de Avaliação do Ensino Superior” e o aumento da quantidade e qualidade pedagógica, bem como o auto-aperfeiçoamento das instituições de ensino superior. O Governo da REAM irá impulsar as cooperações entre as instituições de ensino superior locais e estrangeiras, os intercâmbios de professores e estudantes, a organização colaborada dos cursos, as cooperações de investigação científica. Além disso, irá reforçar o apoio a cooperação regional no domínio de ensino superior, nomeadamente, as cooperações entre Cantão, Hong Kong, Macau e Taiwan, China e, entre as cidades da Região Alargada do Delta do Rio das Pérolas. Será intensificada a colaboração com os demais departamentos do Interior da China e promovido o desenvolvimento dos projectos dos campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, com vista a ampliar o espaço do desenvolvimento sustentável. Continuará a reforçar os serviços de orientação para o prosseguimento dos estudos, aperfeiçoar a plataforma de “Base de dados para o ensino superior” via Internet, proporcionar informações diversificadas relativas à área de ensino superior, acompanhar a criação do “Fundo do Ensino Superior”, apoiar o prosseguimento dos estudos dos estudantes, incentivar a formação contínua dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento de ensino superior. Simultaneamente, irá apoiar as instituições de ensino superior, conforma os seus projectos de desenvolvimento, na iniciação das várias acções, reforçar a qualificação do corpo docente, fomentar a investigação científica, otimizar a gestão pedagógica e os procedimentos de gestão administrativa, de modo a contribuir para elevar o estado e o nível do ensino superior de Macau.

No ensino não superior, em 2010, cresceu, de forma contínua, o investimento na educação, aumentando-se os subsídios de propinas e da escolaridade gratuita para todos os níveis de ensino, crescendo estes últimos de 5% a 5,88%; foi gradualmente desenvolvido o regime de turmas reduzidas; o limite de 25-35 alunos por turma alargou-se ao 3º ano do ensino primário; continuou a desenvolver-se, nas suas políticas, o papel orientador do Fundo de Desenvolvimento Educativo, fiscalizando, de forma eficaz, a aplicação dos investimentos feitos nesta área. Foram elaborados, em conjunto com todos os sectores sociais, os “Projectos de desenvolvimento educativo do ensino não superior para os próximos 10 anos”, fixando os objectivos e o rumo do desenvolvimento da educação de Macau. Impulsionou-se a reforma curricular e pedagógica. Concluíram-se as auscultações sobre o “Quadro da organização curricular da educação regular”, desenvolveram-se, progressivamente, os trabalhos de definição das “exigências das competências académicas básicas” de algumas disciplinas do ensino secundário geral; deram-se apoios às escolas para impulsionar o ensino em turmas reduzidas, reforçaram-se os trabalhos de prática pedagógica e os estudos educativos em grupo, para aumentar a qualidade da educação. Fortaleceram-se a divulgação e a educação

sobre a Lei Básica, ajudaram-se as escolas a integrarem, sistematicamente, os seus conteúdos nos currículos escolares e nas actividades pedagógicas. Reforçou-se a garantia da qualidade educativa, continuando a realizar-se, de forma sistemática, a avaliação global escolar e a avaliação específica para as escolas. Impulsionou-se a criação do regime profissional do pessoal docente, concluiu-se e foi promulgada a lei sobre o “Regime das carreiras dos docentes e auxiliares de ensino das escolas oficiais do ensino não superior”, prosseguindo os trabalhos legislativos sobre o “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares”. Continuou-se a afirmar a igualdade no âmbito da educação e a proporcionar apoios eficazes aos alunos com dificuldades económicas; lançou-se o “Subsídio para a alimentação” e houve preocupação com os alunos com necessidades educativas especiais, estimulando-se, nas escolas oficiais e particulares, a aplicação da medida “Colocação dos alunos do mesmo nível na mesma turma”; desenvolveu-se, de forma sólida, a educação permanente, aumentaram-se os subsídios do ensino recorrente e acompanharam-se as necessidades da aprendizagem contínua dos cidadãos, dando-lhes oportunidades diversificadas para essa aprendizagem. Foram estudados o rumo e pontos essenciais da cooperação entre Guangdong e Macau na área do ensino não superior, aprofundando-se também a cooperação educativa com as outras regiões do Interior da China e os países lusófonos.

No âmbito da Juventude, no ano de 2010, prosseguiu a optimização do sistema de trabalhos juvenis, iniciou-se a estratégia do “Projecto dos serviços juvenis na área do jogo”, concluindo-se a definição do “Projecto dos serviços juvenis na área dos comportamentos desviantes”; foi acompanhada a revisão do diploma legal sobre a composição, estrutura e modo de funcionamento do Conselho de Juventude e desenvolveu-se a recolha dos dados e informações sobre os indicadores da juventude e as investigações sociais; teve lugar a conferência sobre “Participação dos jovens, criar em conjunto o futuro” e lançou-se a página electrónica sobre o “Estudo dos jovens de Macau”, estabelecendo-se uma plataforma de intercâmbio para as instituições que se dedicam a esse estudo e para os investigadores. Foram desenvolvidos espaços de participação dos jovens e foi aumentada a comunicação entre estes e o Governo da RAEM, realizando-se várias sessões do “Colóquio sobre a atenção dada à sociedade pelos jovens de Macau”, a fim de recolher as suas opiniões sobre o desenvolvimento da RAEM, opiniões que servirão como referência na elaboração das respectivas políticas e também através do Cineteatro Social *Photovoice*, entre outras, criando oportunidades para se exprimirem opiniões e participarem na sociedade. Pôs-se em prática o plano de financiamento “Cuidar do crescimento dos jovens” sob o lema “Vida positiva”; realizou-se uma série de jornadas educativas, com natureza específica. Reforçaram-se o conceito de estado e a consciência de amor à Pátria. Criaram-se oportunidades de aprendizagem para levar os jovens a abrirem novos horizontes, organizou-se uma série de actividades sobre a visita à Exposição Mundial de Xangai, estimulando-se, especialmente, os pais a levarem os filhos para, juntos, sentirem as diferentes culturas do mundo. Respondeu-se, com entusiasmo, às necessidades sociais, desenvolveram-se serviços nocturnos e, nas férias de Verão, abriram-se, numa experiência-piloto, as instalações das escolas oficiais para uso das instituições e associações de Macau. Concluiu-se o “Plano de generalização da educação artística para alunos do ensino secundário”, que abrangeu desde o 1º ano do ensino

secundário geral ao 3º ano do ensino secundário complementar. Realizou-se o “Festival Juvenil Internacional de Danças” que proporcionou aos jovens vindos de diversos países e regiões do mundo, apaixonados pela dança, um espaço diversificado de culturas através desta modalidade.

No âmbito do ensino não superior, em 2011, o governo da RAEM, de acordo com o planeamento global do futuro desenvolvimento, aumentará, efectivamente, o investimento nos diversos recursos educativos e acelerará a implementação do regime das turmas reduzidas. Serão maximizadas as funções do Fundo de Desenvolvimento Educativo na prestação de apoios pertinentes às escolas, na realização de planos e actividades com características de desenvolvimento. Serão postas em prática, de forma ordenada, as normas legais do regime do pessoal docente, revendo e actualizando o actual regime do subsídio do pessoal docente, criando condições eficazes de investigação pedagógica e reforçando a constituição do corpo docente. Será definido o quadro da organização curricular da educação regular, realizada a auscultação sobre o quadro da organização curricular do ensino recorrente e dado início ao plano piloto dos currículos do ensino infantil. Serão plenamente desenvolvidas as funções dos especialistas em educação e ensino, oriundos do Interior da China, na área da promoção da investigação pedagógica e melhoria da cultura pedagógica. A promoção da diversificação do sistema das escolas materializar-se-á na criação, em instalações já existentes, de uma escola oficial da forma de *through train*, i. é, a mesma escola leccionará do ensino infantil ao ensino secundário complementar, com novos conceitos, modelo de gestão e sistema curricular. Os resultados e sugestões dos testes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) 2009, serão objecto de acompanhamento, sendo aumentadas, especificamente, as qualidades educativas das escolas e as diversas literacias dos alunos. O reforço da qualidade educativa passará pela criação de um novo modelo de avaliação geral que assentará na combinação da autoavaliação com a avaliação externa das escolas. Serão impulsionados a igualdade na educação e o crescimento saudável dos alunos, bem como promovida a educação sobre saúde nas escolas. O diploma legal, revisto, da escolaridade obrigatória, será posto em prática, impulsionando o desenvolvimento do ensino técnico-profissional e do ensino dos sobredotados. Serão criados cursos extensivos do ensino secundário geral para turmas pequenas do ensino especial, bem como se disponibilizará, aos alunos com necessidade de aconselhamento ou possibilidade de abandono escolar, educação de curto prazo e serviços de aconselhamento. Procurar-se-á aumentar as competências do pessoal do “Grupo de trabalho de educação moral” das escolas e reforçar a educação moral e cívica, através do enriquecimento dos recursos pedagógicos, da formação dos docentes e da comunicação social, entre outros meios. Fomentar-se-á o desenvolvimento da educação contínua, estando planeado o investimento de quinhentos milhões de patacas para financiar o arranque do “Plano de desenvolvimento de reciclagem contínua”, para apoiar, de forma eficaz, a formação contínua dos cidadãos de Macau, maiores de 15 anos. Ao mesmo tempo, continuar-se-á a aumentar o subsídio do ensino recorrente, que será ministrado de forma flexível, e será implementado o plano piloto da comunidade de aprendizagem. Serão concretizados, de forma ordenada, diversos trabalhos sobre educação definidos no “Protocolo do quadro geral da cooperação entre Cantão e Macau”, aprofun-

dando a cooperação e o intercâmbio educacional com a província de Guangdong e outras regiões do Interior da China, Região Administrativa Especial de Hong Kong e Taiwan, bem como com os países de língua portuguesa.

No domínio da juventude, será alterado o diploma legal sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Juventude, enriquecida a “Rede de informação do Conselho de Juventude” e ajustado o planeamento global do desenvolvimento integral dos jovens em Macau, apoiando e impulsionando as associações juvenis e as instituições envolvidas para o desenvolvimento de projectos e serviços para os jovens, no sentido de aperfeiçoar o sistema das acções dirigidas à comunidade juvenil. Através da mobilização da cooperação interdepartamental, do apoio dos diversos sectores sociais e da adesão dos jovens, esforçar-nos-emos por criar condições para que estes possam servir a sociedade. Motivar-se-á a participação dos jovens, realizando, de forma contínua, os colóquios sobre a atenção que devem prestar à sociedade e alargando os canais para se exprimirem. Reforçar-se-á a série de actividades Cineteatro Social *Photovoice*, permitindo que os jovens possam, através de filmes, expressar o seu sentir e sugestões sobre a sociedade. Promover-se-á o plano de financiamento das actividades juvenis “Tenho talento natural” para potencializarem os seus talentos. Será gradualmente implementado um sistema de estudo dos jovens de Macau, fomentando o desenvolvimento dos trabalhos sobre esta temática. Promover-se-á a utilização das instalações do Ginásio *Wellness Centre* e a forma de treino; continuarão a ser-lhes disponibilizadas mais oportunidades de participação em actividades artísticas, recreativas, desportivas, de convívio, de educação em grupo e de prestação de serviços, alargando, deste modo, os seus horizontes internacionais. Reforçar-se-ão a construção de instalações para jovens e o apoio ao seu crescimento, sendo objecto de estudo a criação de um centro de informação juvenil. Desenvolver-se-ão serviços nocturnos para jovens, optimizando os espaços para actividades juvenis. Serão realizados, gradualmente, os trabalhos sob o lema “É um professor e também um amigo”, criando boas relações de parceria entre os jovens e as pessoas com experiências ricas de vida e com sentido de responsabilidade, proporcionando-lhes uma orientação positiva em relação à atitude a tomar no tratamento de diversos assuntos, filosofia de valores e crescimento individual, para que possam crescer saudavelmente na companhia de bons parceiros. Através de realização de várias actividades de educação cívica, apoiando a criação de uma correcta filosofia de valores, cultivando o seu amor pela Pátria e por Macau, para que sejam cidadãos responsáveis, empreendedores e com espírito cívico.

No domínio da Acção Social

Em 2010, a economia de Macau está totalmente recuperada e, em simultâneo, devido às inundações ocorridas no Interior da China, registou-se a subida constante da taxa de inflação. Perante esta situação, o IAS apostou mais recursos no sentido de atenuar o impacto da inflação na vida dos indivíduos e famílias mais carenciados. Para o efeito, atribuiu subsídios extra aos beneficiários do apoio financeiro do IAS e prolongou a concessão de apoio alimentar às pessoas com baixo rendimento. Em relação à prevenção e tratamento do jogo

problemático, foram realizadas várias palestras sobre a gestão financeira saudável, a fim de levar a população a ter uma percepção correcta acerca da gestão financeira. A propósito do Campeonato Mundial de Futebol deste ano, foi promovida uma série de actividades preventivas do jogo problemático, a fim de levar a população a assistir àquele evento de forma sadia. Com vista a satisfazer a procura dos serviços das creches, este ano, o número de lugares nas creches teve um aumento de mais de 300. Em relação ao trabalho comunitário dos jovens, criou-se nas ilhas, uma equipa de intervenção comunitária para jovens, com vista a aumentar esse tipo de serviços nas ilhas. A fim de reforçar os serviços de apoio à população sénior, deu-se continuidade ao programa de rede de apoio aos cidadãos seniores isolados. Para incrementar os serviços de cuidados e de alojamento para pessoas da terceira idade, foi criada mais uma equipa de cuidados domiciliários e de apoio comunitário. No que se refere ao desenvolvimento sustentável dos serviços de apoio a pessoas com deficiência, deu-se seguimento aos trabalhos relacionados com o Regime de Prevenção de Deficiência, Reabilitação e Reinserção Social dos Deficientes, o Regime de Classificação do Tipo e Grau da Deficiência, Seu Registo e Emissão de Cartão, bem como o Regime de Subsídio de Invalidez. A respeito da prevenção da toxicod dependência, foi lançado um novo curso destinado aos encarregados de educação e reforçada de modo contínuo a rede de prevenção dirigida aos alunos, escolas e encarregados de educação. Considerando que o número de jovens toxicod dependentes tem vindo a aumentar, o IAS organizou acções de formação para mais de uma centena de profissionais de saúde da linha de frente, por forma a que estes pudessem detectar precocemente, no sistema médico primário, os jovens toxicod dependentes, prestando-lhes tratamento e serviço de aconselhamento adequados. A fim de incentivar o sector do serviço social a organizar mais actividades formativas para os seus profissionais, deu-se continuidade ao Projecto de Desenvolvimento Profissional para os Trabalhadores do Serviço Social e procedeu-se ainda à sua optimização. Em relação ao Plano de Participação do Seguro de Saúde das Instituições Particulares de Solidariedade Social Subsidiadas, criado com o objectivo de melhorar os benefícios sociais dos trabalhadores do serviço social, a iniciativa tem sido amplamente reconhecida e apoiada desde a sua implementação e terá continuidade no próximo ano. A fim de aumentar a oferta dos serviços sociais em resposta às necessidades da sociedade, foram encetados e concluídos vários projectos de criação de equipamentos sociais, entre os quais se destacaram o equipamento intitulado "Família Afectuosa e Solidária", destinado a prestar serviços de tratamento da problemática do jogo e de aconselhamento familiar, promovendo a educação familiar e comunitária junto da população; o lar de idosos de grande dimensão "Brilho do Sol"; e 4 equipamentos de reabilitação. Entretanto, no seio de diversas comissões, foram-se criando sucessivamente grupos de trabalho especializados, nomeadamente o Grupo de Trabalho da Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior para acompanhamento da produção legislativa para a protecção da população sénior, a Comissão Especializada do Conselho de Acção Social para acompanhamento da implementação do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais de Macau, bem como o Grupo de Trabalho da Comissão para os Assuntos de Reabilitação para acompanhamento da promoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

2011 será um ano importante para o desenvolvimento dos serviços sociais. O IAS apostará forte na criação dos novos serviços e aumentará gradualmente nos próximos anos a oferta dos equipamentos sociais, dando resposta às necessidades da sociedade. A fim de apetrechar de forma racional os diferentes serviços, ir-se-á proceder à reestruturação do IAS. Simultaneamente, manter-se-á como trabalho prioritário envidar todos os esforços no sentido de aperfeiçoar as diversas medidas sociais, para elevar a qualidade de vida da população e atender às necessidades dos grupos sociais mais carenciados. No que se refere aos serviços de apoio à família, dar-se-á início à promoção da educação pré-nupcial, por forma a ajudar os noivos a estabelecerem entre eles uma boa comunicação, procurando-se evitar assim o aparecimento dos problemas familiares. Atendendo ao desenvolvimento da indústria do jogo, ir-se-á promover o jogo responsável, minimizar ainda mais o impacto do jogo problemático na vida da população, bem como levar os jovens a melhorarem os seus conhecimentos do jogo problemático. A fim de aumentar a capacidade dos cidadãos para fazer face às adversidades, ir-se-á promover de forma contínua a educação para a vida através das várias actividades. Devido à procura intensa dos serviços das creches, ir-se-á criar um total de seis creches na península de Macau e nas ilhas que terão uma capacidade total para cerca de 800 crianças. Relativamente à intervenção comunitária para jovens, está planeado implementar serviços para os “jovens anónimos”, com a introdução de um modelo de gestão dos processos que terá em conta as características dos jovens, dando assim resposta às necessidades desse grupo social. Ir-se-á ainda elaborar planos de desenvolvimento dos serviços em causa, com base na experiência adquirida em anos anteriores. No que se refere aos serviços de apoio aos cidadãos seniores, ir-se-á impulsionar o programa da rede comunitária, o qual consiste em contactar de forma activa os cidadãos seniores isolados, débeis e anónimos. Através da educação a nível comunitário, estabelecer-se-á um sistema de formação para cuidadores de cidadãos seniores, com vista a promover o envolvimento de toda a população na prestação de cuidados aos cidadãos seniores. Do mesmo modo, ir-se-á criar um sistema informático relativo aos indicadores do envelhecimento demográfico e à avaliação do desenvolvimento dos serviços, por forma a aperfeiçoar as políticas e otimizar os dados relativos aos serviços. Com a sucessiva conclusão da construção de habitações públicas, ir-se-á criar mais equipamentos e serviços de alojamento para a população sénior. Com vista à protecção dos direitos dos cidadãos seniores, ir-se-á envidar todos os esforços para a elaboração da proposta de lei que lhes diz respeito. No que se refere aos serviços de apoio às pessoas com deficiência, ir-se-á dar continuidade aos projectos de implementação do Sistema de Avaliação da Deficiência e do Regime do Subsídio de Invalidez. Em simultâneo, iniciar-se-á de forma activa a organização dos trabalhos relativos à criação de equipamentos sociais destinados às pessoas com médio ou alto grau de deficiência mental. Além disso, serão criados um centro de reabilitação ocupacional de grande dimensão e uma residência temporária. Relativamente aos serviços de prevenção e tratamento da toxicod dependência, ir-se-ão fazer esforços no sentido de apoiar e motivar as escolas, associações e famílias para participarem de modo contínuo nas acções de sensibilização. Ir-se-ão criar grupos de assistentes voluntários para o combate ao flagelo da droga. A respeito da reabilitação da toxicod dependência, ir-se-á melhorar a qualidade e a eficiência da assistência

médica e dos serviços de apoio relativos à desintoxicação. Entretanto, ir-se-á planear a favor dos jovens a criação de um centro de apoio à desintoxicação que será gerido por uma instituição particular.

No domínio do Turismo

Em 2010, com a estabilidade da economia mundial, a indústria do turismo da RAEM progrediu significativamente, com vários mercados a registarem aumentos contínuos de turistas, em especial, os da Grande China, do Sudeste Asiático, da América, da Europa, entre outros. Ao mesmo tempo os novos mercados têm tido também comportamentos satisfatórios.

Para acompanhar a política da continuidade do desenvolvimento da indústria turística e do progresso sustentável da economia local, através dos sectores relacionados com o Turismo, foram realizados trabalhos de comunicação e coordenação interdepartamental com vista a impulsionar, em conjunto, o desenvolvimento da cultura e do turismo de Macau, e a aperfeiçoar os nossos produtos e equipamentos turísticos; simultaneamente, aproveitando os nossos excelentes recursos turísticos e culturais, promoveu-se o turismo de lazer como modelo de desenvolvimento do sector, no sentido de se consolidar os monumentos do nosso Património Mundial como marca de turismo internacional.

Por seu turno, a promoção focou principalmente a divulgação da abertura da Casa do Mandarim e o recém-concluído Centro de Ciência de Macau e, paralelamente, tem continuado a dedicar-se aos novos mercados, como o do Médio Oriente e da Rússia e ao desenvolvimento do mercado da Índia. Por outro lado, para promover a imagem do Turismo Cultural de Macau no estrangeiro, tem-se vindo não só a participar nas principais feiras no exterior e na organização de actividades de grande dimensão, como na colocação de publicidade nos principais jornais.

Para se conhecerem melhor as diferentes necessidades e interesses dos turistas, solicitou-se a colaboração de instituições locais para fazerem um inquérito às suas características; e, para melhorar a plataforma de informação turística, a página electrónica da DST passou também a estar disponível nas línguas russa, espanhola e árabe. A fim de manter o bom desenvolvimento da indústria de Congressos, Exposições e Incentivos, o sector turístico resolveu participar em feiras de turismo de negócios no exterior e, através do "Programa de parcerias", reforçar a sua rede de comunicações. Ao mesmo tempo, prolongou-se o "Plano de estímulo ao turismo de negócios" a fim de colaborar com o sector turístico na organização das actividades de MICE. Além disso, produziram-se dois vídeos promocionais de MICE para divulgar o ambiente e as instalações existentes em Macau.

Para fomentar a cooperação turística regional e internacional e no sentido de se aplicar as "Linhas gerais do planeamento para a reforma e desenvolvimento da região do Delta do Rio das Pérolas" e consolidar Macau como plataforma mundial para o turismo de lazer, impulsionou-se o reforço da cooperação regional com vista a aproveitar a complementaridade

dos recursos; teve lugar um trabalho promocional conjunto entre Guangdong/Hong Kong/Macau e Zhongshan/Zhuhai/Macau, a fim de promover os itinerários turísticos multi-destinos no exterior. Com o sucesso que constituiu a organização da “PATA Travel Mart 2010”, foi confirmada a nossa aptidão como destino turístico. No que diz respeito à gestão do sector, para acompanhar a entrada em vigor da lei de “Proibição de prestação ilegal de alojamento” realizaram-se acções e preparativos para garantir a sua aplicação. Ao mesmo tempo, deu-se início à revisão dos diplomas relacionados com o turismo, estando já concluída a fase de auscultação pública da legislação sobre as agências de viagens e os guias turísticos. Além disso, irá continuar a aperfeiçoar-se e a fiscalizar-se os locais turísticos, bem como a publicidade dos direitos dos turistas, para se impulsionar a regulação e gestão do mercado.

Em 2011, os nossos objectivos prioritários incidirão, especialmente, no impulso à construção de uma cidade turística de qualidade e na melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos para acompanharem a estratégia do desenvolvimento da RAEM como centro do Turismo de Lazer. Correspondendo à melhoria geral do mercado turístico, daremos, por um lado, continuidade à revisão da respectiva legislação e, tentaremos, no primeiro semestre de 2011, concluir a revisão e a actualização do diploma regulador da actividade das agências de viagem e da profissão de guia turístico, bem como executaremos o estudo prévio conducente à revisão do diploma regulador das actividades hoteleiras e similares. Por outro, tentamos avaliar e desenvolver periodicamente os procedimentos relativos à execução da lei de “Proibição de prestação ilegal de alojamento” bem como os mecanismos de comunicação e cooperação com os serviços envolvidos. Trocaremos ideias com os serviços interessados sobre o desenvolvimento de estabelecimentos hoteleiros mais económicos, analisando a possibilidade da reutilização de edifícios de pequena dimensão e terrenos em zonas antigas, estudando medidas de apoio.

Será revisto e aperfeiçoado o projecto das “Excursões de qualidade a Macau” e reforçar-se-á a colaboração entre Hong Kong, Macau e entidades do Interior da China para se promover a educação e a sensibilização dos turistas e fomentar a fiscalização e auto-disciplina dos operadores. Para acompanhar o desenvolvimento da modernização do sector turístico, procurar-se-á ajustar a sua estrutura e otimizar o funcionamento dos procedimentos internos, reforçando a aplicação das tecnologias informáticas, tanto no sector do turismo, como na gestão administrativa, a fim de oferecer ao público serviços cómodos e rápidos.

Como o turismo cultural tem vindo a ser o principal elemento da indústria do turismo, participaremos em acções de cooperação interdepartamental destinadas a analisar a integração dos benefícios do uso dos recursos do Património Mundial a fim de fomentar o desenvolvimento do turismo e promover a sua criatividade; simultaneamente, ter-se-á em atenção o desenvolvimento urbanístico em geral e o da indústria turística, com vista a integrar componentes turísticos no desenvolvimento dos novos campos desta indústria e otimizar as instalações e ambiente turístico existentes.

Ir-se-á fortalecer especialmente a cooperação e o intercâmbio com as instituições académicas, aperfeiçoando os dados estatísticos sobre o turismo e outros elementos de estu-

do. Para corresponder às características dos turistas e ao actual desenvolvimento do sector, será concebido um novo tema e mais um *slogan* para as nossas actividades promocionais, e lançar-se-ão um novo vídeo e um *spot* publicitário sobre o turismo de Macau; irá, ainda, desenvolver-se um plano para renovação dos *websites* do turismo, para uma forma mais interactiva, com o intuito de potenciar os efeitos das nossas promoções. De acordo com as características dos mercados, lançar-se-ão mais itinerários e produtos como “turismo cultural, compras e lazer”, “turismo ecológico”, etc., a fim de contribuir para a diversificação e consolidar os mercados-fonte de Macau, assim como continuaremos a organizar diversos eventos e festas relacionadas com o Património e o ambiente.

No próximo ano, o desenvolvimento da indústria de MICE concentrará os seus esforços nos mercados de reuniões empresariais e de associações e incentivos e desenvolverá permanentemente a nossa capacidade para, como plataforma do “Programa de parceiros da indústria”, incentivar a indústria local a desenvolver e elevar o padrão profissional dos agentes do sector e reforçar a cooperação regional com vista ao desenvolvimento bilateral de negócios. Além disso, continuará o reforço dos laços de cooperação com a Administração Nacional de Turismo da R.P. da China (CNTA), com as administrações de turismo de várias cidades e regiões e associações internacionais de turismo, no sentido de se aumentar e fomentar a cooperação regional multi-direccional.

No domínio da Cultura

Em 2010, o trabalho da área cultural foi planeado tendo como objectivo a “continuidade e inovação, para criar harmonia social” e tendo por base a situação e no desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau.

Foi reforçado o apoio ao associativismo cultural para a realização de variadas actividades, optimizando, desta forma, o ambiente cultural e enriquecendo culturalmente a vida dos cidadãos.

Tanto a divulgação da educação artística como a preparação dos quadros profissionais locais obtiveram resultados bastantes evidentes.

As duas orquestras (Orquestra de Macau e Orquestra Chinesa de Macau) e os dois festivais (Festival de Artes de Macau e Festival Internacional de Música de Macau) insistiram nas reformas estruturais e no princípio de orientar a apreciação estética, elevando o nível artístico e o serviço prestado ao público.

No sentido do fomento das indústrias culturais e criativas, foram criados o Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas, na estrutura orgânica do Instituto Cultural, e o Conselho para as Indústrias Culturais, com grande representatividade, para auscultar os diferentes sectores sociais e formular sugestões para a definição do rumo de desenvolvimento das referidas indústrias.

No domínio da salvaguarda do património cultural, além dos trabalhos correntes de manutenção dos imóveis classificados, requalificação paisagística, promoção e sensibilização do público foi, ainda, concluída a revisão do projecto da “Lei de salvaguarda do património cultural”, estabelecendo assim a base deste processo legislativo.

Foram também iniciados os trabalhos relativos à investigação sobre o Centro Histórico de Macau, à elaboração da lista dos imóveis classificados, à criação de processos e base de dados sobre o património cultural.

Foram criados e entraram em funcionamento o Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas e o Conselho para as Indústrias Culturais.

Em 2011, com base nos trabalhos correntes, a área cultural concentrará os seus esforços em trabalhos e projectos prioritários, no sentido de promover e impulsionar o desenvolvimento cultural em geral.

Para acompanhar o processo legislativo da “Lei de salvaguarda do património cultural”, irão levar-se a cabo diversas formas de promoção e divulgação para sensibilizar a população.

Será promovida uma estratégia de qualidade, no sentido de elevar o nível das duas orquestras e dos dois festivais com criações e programas artísticos de qualidade elevada.

Continuará o empenho nos trabalhos do Conservatório de Macau e na realização do “Concurso para jovens músicos de Macau”, com vista a detectar e a preparar mais talentos locais.

Paralelamente à promoção de um desenvolvimento cultural sustentável, aproveitar-se-ão ao máximo o papel funcional do Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e o papel consultivo do Conselho para as Indústrias Culturais para dar impulso, através de diversas formas e vias, ao desenvolvimento das indústrias culturais.

Através da preparação da exposição “Rota marítima da porcelana”, será implementado um acordo de cooperação cultural entre Guangdong, Hong Kong e Macau, consolidando e desenvolvendo os resultados da cooperação cultural regional.

No domínio da museologia, serão melhoradas as instalações culturais e as formas de prestação de serviços, bem como a sua gestão, com vista a prestar serviços nesta área de forma eficiente e com qualidade.

No domínio do Desporto

O Instituto do Desporto empenhou-se no desenvolvimento do desporto local e na concretização de diversos trabalhos, agindo estritamente em conformidade com as orientações da acção governativa. No âmbito do desporto de rendimento, com o intuito de criar condi-

ções excelentes para a formação de novos talentos desportivos, estão a ser desenvolvidos os preparativos da construção do Centro Polivalente de Estágio e os estudos para a introdução de medidas complementares, a fim de prestar assistência à formação especializada dos atletas. Foi ainda dada continuidade à contratação de treinadores especializados e experientes do exterior, ao aprofundamento do plano de talentos do desporto e à formação dos jovens atletas, para além de se proceder à formação de agentes desportivos. Através da organização e atribuição de subsídios aos agentes desportivos, para a participação nas reuniões e acções de formação, foram concedidos apoios concretos para um correcto funcionamento e desenvolvimento das associações desportivas.

Por outro lado, foram plenamente desenvolvidos os trabalhos de generalização do desporto para todos. As actividades recreativas e desportivas desta área passaram a ser uma iniciativa mensal nas diversas zonas, tendo-se registado ainda o aumento do número das turmas e das vagas das classes de recreação e manutenção; a organização de grandes eventos e de actividades desportivas diversificadas e a implementação geral da “Rede das instalações desportivas públicas” e do Plano de sócio *Sport Easy* proporcionaram à população mais oportunidades e espaços significativos para a participação e prática de desporto, tendo-se registado um acréscimo tanto no número de participantes como no número de utentes. Para melhor conhecer a condição física dos cidadãos, concluiu-se a “Avaliação da condição física da população de Macau 2010”, tendo sido recolhidas mais de 10 mil amostras, estando em fase de elaboração o respectivo relatório.

No âmbito da disponibilidade, gestão e manutenção das instalações desportivas, através do aumento do seu número, procedeu-se ao melhoramento da “Rede das instalações desportivas públicas”, à substituição de equipamentos dessas instalações, à implementação do regime de certificação, à formação dos trabalhadores, ao plano experimental de melhoramento de instalações no que toca às barreiras arquitectónicas, à utilização dos equipamentos economizadores de energia, tendo em vista proporcionar espaços desportivos seguros e confortáveis. No início do corrente ano, registou-se um acréscimo de novas instalações desportivas, nomeadamente, 11 campos de badminton, 5 campos de basquetebol de três ao ar livre e instalações desportivas e lúdicas temporárias do Mercado Temporário de S. Lourenço.

Por outro lado, organizaram-se vários eventos desportivos de nível internacional, bem como a participação em competições e intercâmbio realizados fora de Macau, consolidando as relações e os contactos com instituições congêneres do exterior e promovendo a imagem de Macau como cidade saudável.

Na área do desporto, em 2011, prosseguir-se-ão as linhas de orientação traçadas para o desenvolvimento conjunto do desporto para todos e do desporto de rendimento. Através do alargamento dos destinatários da cooperação e do reajustamento dos espaços desportivos existentes, serão proporcionadas mais oportunidades e espaços para a prática desportiva, com vista a acelerar a generalização do desporto para todos. Serão intensificados os preparativos de instalação de *hardware* e *software* do Centro Polivalente de Estágio, a fim de criar condições para o desenvolvimento especializado do desporto de rendimento.

No âmbito da generalização do desporto para todos, prevista para o próximo ano, para além da implementação contínua de actividades diversificadas desse desporto, da “Rede das instalações desportivas públicas” e do Plano de sócio *Sport Easy*, procurar-se-á o estabelecimento de cooperação com mais entidades da sociedade civil, a fim de aproveitar os seus recursos para o desenvolvimento conjunto de mais actividades desse âmbito. Por outro lado, proceder-se-á à rentabilização dos recursos desportivos existentes e à procura de novos espaços das instalações para que, através do reajustamento funcional e do aumento das instalações desportivas, sejam ampliados os serviços prestados pela “Rede das instalações desportivas públicas”, e melhorada a sua gestão com a divulgação e aplicação das medidas de formação e ambientais, a fim de proporcionar mais actividades e espaços desportivos aos cidadãos.

No próximo ano, com a conclusão do projecto de concepção do Centro Polivalente de Estágio, será acelerada a adjudicação da empreitada deste Centro, procurando-se iniciar o mais cedo possível a sua construção. Por outro lado, será iniciada a elaboração dos seus plano de funcionamento e programa de formação. Projecta-se ainda o estabelecimento das escolas de formação desportiva de bowling e de badminton para jovens a fim de formar peritos da área do desporto. Para assegurar o desenvolvimento sustentável do desporto de rendimento, será dada continuidade à acção governativa relativa ao reforço do apoio às associações desportivas, ao plano de talentos do desporto, à formação dos agentes desportivos e à contratação de treinadores especializados do exterior.

O “Relatório da avaliação da condição física da população de Macau 2010” proporcionará dados científicos para a generalização do desporto para todos, pelo que, no próximo ano, proceder-se-á à elaboração do relatório e ao desenvolvimento das actividades promocionais, com vista ao reforço da aplicação dos dados científicos à prática desportiva e à intensificação da manutenção da saúde da população. Através de um melhor aproveitamento dos espaços proporcionados pela “Rede das instalações desportivas” e da integração das instalações desportivas da sociedade civil, serão alargados os serviços prestados pela Rede e melhorada a gestão das instalações através da formação, bem como da divulgação e aplicação das medidas de protecção ambiental.

Finalmente, com a organização de eventos desportivos de nível internacional e a participação em actividades desportivas internacionais, serão consolidadas as relações desportivas internacionais e promovida a imagem de Macau como cidade saudável.

Área de Transportes e Obras Públicas

Balanço da execução das Linhas de Acção Governativa de 2010

A tutela dos Transportes e Obras Públicas continuou, no decurso do corrente ano, a concretizar, com um espírito prático e firme, a acção governativa com base nas tradições e nas ideias inovadoras, de modo a executar de forma dinâmica as tarefas consagradas.

Fazendo um balanço do corrente ano, os principais trabalhos desenvolvidos nesta área foram:

I. Cooperação Regional

A estreita cooperação com as regiões vizinhas proporcionou a Macau um maior espaço de desenvolvimento. O sucesso do “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade” e do “Plano Específico referente à Cooperação Regional das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau”, bem como a submissão do resultado das linhas gerais do “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas” nos finais no ano, vai se clarificar os requisitos gerais e o objectivo de desenvolvimento para os planos e acções de cada região.

Verificou-se a obtenção de bons progressos na construção de infra-estruturas de grande envergadura quer de serviços transfronteiriços quer de trânsito. Relativamente à implementação do novo campus da Universidade de Macau, terão início no 4.º trimestre do corrente ano as obras de edificação desta construção simbólica, estando as outras edificações já em fase de concepção. Foi dado início ao estudo aprofundado sobre a concepção preliminar do posto fronteiriço de Macau na ilha artificial e realizado de forma dinâmica com o Governo de Zhuhai o estudo sobre a questão da ligação da inspecção alfandegária entre ambos os territórios.

No corrente ano foi criada uma comissão conjunta de trabalho, composta por representantes dos Governos das três regiões, a quem compete os assuntos administrativos, tais como a decisão, articulação e outros trabalhos sobre os assuntos relevantes pertinentes à implementação da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau.

Em articulação com o desenvolvimento regional dos empreendimentos de transporte ferroviário, os trabalhos em diversos aspectos do Sistema de Metro Ligeiro de Macau têm sido desenvolvidos em conjunto de modo a aproveitar o transporte ferroviário para estender o espaço de vida.

II. Planeamento Urbanístico

Em coordenação com a elaboração do planeamento urbanístico geral, o Governo da RAEM encarregou o Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Urbano da Província de Guangdong e a Academia de Planeamento Urbano e Concepção da China de efectuar, respectivamente, o estudo do sistema de elaboração de planeamento urbanístico de Macau e

o plano geral urbano de Macau, tendo sido concluída, neste ano, a 1.ª fase da auscultação pública sobre o planeamento urbano dos novos aterros.

No que respeita ao planeamento, foi realizada a recolha de opiniões públicas sobre o planeamento das Zonas C e D do Lago de Nam Van, no sentido de despertar a atenção e promover a participação da população. O Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos (CCRBAM) discutiu os três regulamentos administrativos que complementam o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos. Por outro lado, já entrou em funcionamento a delegação provisória no Bairro Iao Hon do CCRBAM e foi realizado um levantamento da situação actual dos moradores da zona da Praça de Ponte e Horta e da Zona da Barra, com vista a obter os respectivos dados sobre os bairros antigos.

III. Gestão de Solos

Iniciámos os trabalhos de análise e revisão da “Lei de Terras” e dos respectivos diplomas legais complementares. O Grupo Consultivo de Especialistas apresentou em Junho a versão revista do referido projecto de lei, sendo que, iremos tentar concluir a última versão do projecto de lei dentro do corrente ano para posteriormente ser realizada uma consulta pública no sentido de aperfeiçoar o conteúdo do mesmo.

Iniciámos também, no princípio deste ano, o tratamento de cerca de 30 casos de terrenos desaproveitados. A fim de forçar os respectivos concessionários a procederem ao aproveitamento dos terrenos dentro dos prazos estabelecidos, foi aprovado o mecanismo de indexação do valor da multa ao valor do prémio.

Em simultâneo, desde o início do ano passado, foram realizadas as actividades conjuntas de reversão de terrenos, tendo sido conseguida a reversão para a Administração de um total de 16 terrenos com uma área aproximada de 75 mil metros quadrados.

IV. Urbanização

Continuámos, este ano, a envidar todos os esforços na promoção das construções relacionadas com a vida da população e dos projectos de construção de habitação pública. Além disso, serão lançados, de forma contínua e programada, os concursos públicos relativos a obras públicas intimamente relacionadas com a vida da população.

No intuito de otimizar o mecanismo de procedimento de consulta das empreitadas de obras públicas, implementámos o “Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas” e procedemos à simplificação dos trâmites de apreciação dos projectos privados.

No âmbito das obras ilegais, foram introduzidas diversas medidas e meios para combate das mesmas, criando ainda um mecanismo de avaliação e tratar gradualmente os problemas das obras ilegais segundo a sua classificação por classes e por grupos. No corrente ano foi criado o Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e De-

socupação de Obras Ilegais, em que já promoveu dezenas de acções de demolição de obras ilegais assim como resolveu, dentro de seis meses, mais de uma centena de obras ilegais.

Para além disso, concluímos, neste ano, o texto de auscultação do Regime Jurídico da Construção Urbana e das Normas de Natureza Administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana, que foram concluídas a 2.ª consulta pública. Em simultâneo, foram iniciados os trabalhos de elaboração dos outros regulamentos complementares.

V. Habitação

Continuámos a envidar todos os esforços para concretizar de forma faseada, o objectivo de construção de 19 000 fracções de habitação pública até 2012.

O “Conselho para os Assuntos de Habitação Pública”, criado no final de Abril do corrente ano, formou uma plataforma para discussão pela população. Por outro lado, criou o Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário, destinado para elaborar medidas sobre o mercado imobiliário e visa garantir o desenvolvimento saudável do sector, em que foi desenvolvido os 6 principais sentidos e as 10 medidas concretas.

Foi prorrogado o prazo de atribuição do abono provisório de residência para atenuar os encargos suportados com as rendas das habitações por parte dos agregados familiares incluídos na lista de candidatos a habitação social, tendo sido elevada a abrangência do plano e elevado o montante do abono, por forma a serem abrangidos os novos agregados incluídos na lista. Além disso, o “Regime de Bonificação de Juros de Crédito Concedido para Aquisição de Habitação Própria” e o “Plano de Garantia de Créditos para Aquisição de Habitação Própria” caducaram no final de Junho do corrente ano. Após análise e estudo, já foi decidido que aqueles planos não vão ser renovados.

Encontram-se em processo legislativo a “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária” e o “Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro”. Simultaneamente, foi elaborado o projecto do “Regulamento do Centro de Arbitragem de Administração Predial”, estando prevista a sua publicação no decurso do corrente ano.

VI. Transportes

Encontra-se finalizada a 1.ª fase da auscultação sobre o “Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, estando o texto em fase final para comentários, e será realizada nova auscultação de modo a obter consenso geral.

Para reforçar a política da “primazia dos transportes públicos”, foi lançada, a título experimental, a medida do “corredor exclusivo para transportes públicos” na Avenida de Almeida Ribeiro, e o sistema de informação de localização dos autocarros. Em simultâneo, iremos reformar os serviços de transportes públicos. O Governo da RAEM adoptou medidas de ajuste directo dos serviços, como forma de acautelar o emprego dos actuais trabalhadores

de uma das actuais operadoras. Por outro lado, celebrou um aditamento ao contrato de concessão com as actuais operadoras, prorrogando os presentes contratos até 31 de Julho de 2011.

No âmbito da implementação do Metro Ligeiro, iremos, proceder e concretizar, sucessivamente, os trabalhos preparatórios da fase preliminar de construção do metro ligeiro, tendo sido lançado o Concurso Público Internacional para o “Fornecimento do Sistema e Material Circulante da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau” e iniciado o estudo sobre o planeamento dos centros intermodais de transportes da Barra e da Estrada Governador Albano de Oliveira, na Taipa.

Continuou-se a incentivar e a apoiar as companhias aéreas locais a operarem novas rotas, tendo sido iniciados os trabalhos de Estudo do Mercado da Aviação Civil de Macau e o Relatório de Consulta de Estratégias da Aviação Civil. No aspecto da articulação dos transportes aéreo e marítimo, foram promovidos os serviços “Express Link”, estendendo-os para Jiangmen, Hong Kong e Shekou.

No transporte marítimo criaram-se mais 11 itinerários, permitindo alargar os locais de origem dos passageiros por via marítima e a rede de transporte marítimo da região do Delta do Rio das Pérolas.

No âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau sobre a busca e salvamento no mar foi celebrado o “Acordo de Cooperação no Âmbito de Busca e Salvamento entre Guangdong e Macau”, promoveu-se a organização de exercícios transfronteiriços não peridódicos e reforçou-se a troca de informação e comunicações.

VII. Protecção do ambiente e Energia

Tendo como base o conceito “Partir do planeamento, gerir as fontes”, foi lançado, no corrente ano o Quadro Geral do Planeamento Conceptual da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020), e iniciou-se a segunda fase referente ao estudo sobre o planeamento geral e os projectos específicos da protecção do ambiente de Macau.

Além disso, foi assinada com o Ministério das Ciências e da Tecnologia uma “Carta de Intenção sobre o Estudo e Cooperação Tecno-científica no domínio da Conservação Energética e Protecção Ambiental, entre o Interior da China e Macau”, e realizaram-se os estudos de “Demonstração de prevenção da emissão de gases poluentes por veículos motorizados” e de “Demonstração sobre prevenção da poluição, gestão e tratamento de resíduos electrónicos”. Mediante o mecanismo de prevenção conjunta criado no âmbito da cooperação Zhuhai – Macau, será estudado o plano de tratamento do problema da poluição hídrica no Canal dos Patos.

Para que sejam cumpridos as obrigações relativas à aplicação da Convenção Internacional, foi efectuada a recolha preliminar de dados sobre as emissões de carbono em Macau e foi promovido eficazmente o projecto de “Estudo, Avaliação e Inquérito sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes de Macau”.

Após a conclusão da fase de auscultação de opiniões, já entrou em processo legislativo o projecto de diploma legal sobre a “Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental”, tendo em vista a revogação do diploma actualmente em vigor.

Com o lançamento dos programas “Eco-Escolas” e “Empresas Verdes”, continuamos a aprofundar os trabalhos de divulgação do conceito de protecção ambiental. Quanto ao Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, está prevista a sua criação e entrada em funcionamento ainda dentro do corrente ano, o qual terá 100 milhões de patacas como capital inicial. Ao mesmo tempo, serão lançadas, neste ano, medidas de incentivos tributários para utilização de eco-veículos ligeiros.

No intuito de construir uma sociedade economizadora de água, foi promovido o “Programa de Poupança de Água de Macau”, onde se definiu o rumo a ser seguido nos próximos 15 anos. Ao mesmo tempo, foram concluídas a elaboração e auscultação sobre o “Mecanismo regulador de tarifas de água canalizada”. Para incentivar a poupança de água, em Julho foi eliminada a tarifa mínima do serviço de abastecimento de água, beneficiando de imediato 40 mil utentes.

No âmbito do fornecimento de energia eléctrica, foi iniciado a negociação, com a CEM, do novo contrato de concessão de electricidade, e foi celebrado em seguida o contrato de prorrogação da concessão, em Novembro do corrente ano. Iniciou-se o estudo sobre o enquadramento das redes de fornecimento de gás natural e continuaram os estudos sobre a utilização das energias renováveis, tendo sido publicado o “Manual sobre o aquecimento de água através da energia solar em Macau” para referência do Governo e do sector privado.

Em articulação com o plano de desenvolvimento da Ilha Verde, irá mudar-se a localização do armazém provisório da Ilha Verde para local mais afastado dos moradores, reunindo os cinco depósitos dispersos, para maior controlo central.

VIII. Telecomunicações, Correios e Tecnologias

Com a assinatura da “Revisão intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”, foi claramente definida uma maior liberalização do mercado de telecomunicações e respectivo calendário. Reduziu-se, a partir de Junho, a tarifa da maior parte dos serviços de circuitos alugados, locais e internacionais. Iniciou-se a liberalização do mercado da rede pública de telecomunicações fixa. Continuamos com uma intervenção activa na gestão do conflito entre a TV Cabo Macau e as companhias de antena comum.

O sistema de banda larga sem fios (WiFi Go), cuja operação foi lançada formalmente em Setembro deste ano, é financiado pelo Governo para que os residentes e turistas possam utilizar livremente o respectivo serviço. No âmbito postal, envidar-se-ão esforços para a diversificação dos serviços prestados e elevação da sua eficácia. Para de elevar a qualidade dos serviços, optimizam-se os circuitos de trabalho e o aperfeiçoando da rede do serviço postal.

Na vertente do desenvolvimento científico e tecnológico, o Grupo de Trabalho de Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia iniciou o “Inquérito sobre a situação actual do desenvolvimento científico e tecnológico em Macau”. Além disso, após a respectiva avaliação, procede à concessão de apoios financeiros a projectos de investigação científica, nos termos do “Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro”. No âmbito do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnológica entre o Interior da China e Macau”, foi solicitada, ao Ministério da Ciência e Tecnologia da China, a realização de uma parceria entre duas unidades laboratoriais de Macau e os principais laboratórios nacionais, bem como promover a instalação dos laboratórios principais a nível nacional e do centro de inspecção e controlo dos medicamentos da medicina tradicional chinesa em Macau.

Linhas de Acção Governativa para 2011

I. Introdução

No limiar do ano 2011, a RAEM, tendo como pano de fundo a rápida integração regional, pautará a sua actuação de modo a posicionar-se como Centro Internacional de Turismo e de Lazer, tal como consagrado nas “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008–2020)”, adiante designadas por “Linhas Gerais”.

A equipa da Área dos Transportes e Obras Públicas continua a concretizar o espírito da acção governativa com base nas tradições e nas ideias inovadoras tendo sempre em consideração o princípio de “melhor servir a população”. Ao mesmo tempo, focar-nos-emos no bem estar da população, tomando decisões científicas. Por outro lado, será implementado o planeamento urbano dos novos aterros, com um sentido de complementaridade entre as novas zonas e os bairros antigos.

Além disso, continuamos a manter uma estreita relação de parceria com as cidades e províncias vizinhas, investindo na promoção de uma série de importantes infra-estruturas, instalações e medidas de trânsito transfronteiriço, com vista a constituir uma rede de infra-estruturas ferroviárias interligadas com as regiões vizinhas.

Iremos reunir todos os esforços para concretizar a facilitação das formalidades alfandegárias, otimizar as infra-estruturas urbanas, o trânsito e a implementação de metro ligeiro, a acompanhar a construção de habitação pública, reordenar os bairros antigos, embelezar as ruas, criar um ambiente pedonal agradável e concluir os vários equipamentos sociais ligados ao bem-estar da população, criando um ambiente urbano confortável.

II. Cooperação Regional

Em 2011, iremos continuar a colaborar no estudo do planeamento urbanístico regional, participando nos assuntos relativos à cooperação e intercâmbio no domínio regional.

Em concretização das “Linhas Gerais”, iremos acompanhar estritamente os trabalhos relacionados com o “Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade”, o “Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas” e o “Plano Específico referente à Cooperação Regional das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau”, materializando os requisitos gerais e o objectivo de desenvolvimento para a cooperação na construção de infra-estruturas regionais.

Em articulação com o “Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha (Hengqin)”, iremos promover a estreita relação de cooperação Guangdong – Macau. Tendo por base o “Protocolo Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau”, vão ser concretizados os trabalhos relativos ao estudo, em conjunto com Zhuhai, do “Planeamento de Desenvolvimento Sinérgico de Macau e Zhuhai”, reforçando prioritariamente a promoção do desenvolvimento da Ilha da Montanha e a construção da zona cosmopolita internacional que abranje Macau e Zhuhai.

Continuamos a reforçar a comunicação e cooperação com a Província de Guangdong e Hong Kong no planeamento do trânsito e transportes, intensificando a troca de informações na área do trânsito entre os três territórios, empenhar-nos-emos em promover a construção e a articulação das infra-estruturas de transportes transfronteiriços dos três territórios. Pelo que, iremos estudar a viabilidade da articulação directa entre o sistema de metro ligeiro de Macau e o metro interurbano Cantão-Zhuhai, bem como proceder ao planeamento geral da articulação do transporte ferroviário, estabelecendo o transporte ferroviário como o principal “meio de transporte verde” de mobilidade nas regiões no futuro, criando uma unidade de infra-estrutura de transporte ferroviário entre as regiões de Guangdong e Macau.

Relativamente à implementação progressiva do novo campus da Universidade de Macau, as obras de edificação desta construção simbólica terão início no 4.º trimestre do corrente ano. As obras de ensecadeiras para construção do segmento subaquático do túnel de acesso estão prestes a arrancar.

Em 2011, será promovido com todo o esforço o avanço da obra em harmonia como o objectivo da sua conclusão em três anos.

A obra da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau está a cumprir o seu calendário sob apoio dos Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau, em que já passou a fase preparatória para a fase de concretização. A obra de construção dos aterros para a ilha artificial prevista de localização do posto fronteiriço Zhuhai – Macau, iniciado nos finais do ano passado, está prevista em acabar nos finais de 2012. Ainda no Julho do ano corrente, encontra-se lançado o concurso para adjudicação da concepção e execução das obras de construção de ilhas e túnel, bem como iniciados sucessivamente os trabalhos de concepção para a parte dos postos fronteiriços.

III. Planeamento Urbanístico

No intuito de acelerar a elaboração do Plano Director, em cooperação com o Instituto de Planeamento Urbano da China, foi concluído em 2010 o preliminar plano director urba-

nístico de Macau. Estão em pleno desenvolvimento os trabalhos do planeamento urbano dos novos aterros, estando concluída a 1.ª fase de auscultação. Na sequência da assinatura do Acordo de Cooperação do Estudo do Planeamento Geral das Novas zonas urbanas de Macau, com o Instituto de Planeamento Urbano da China e a Academia de Planeamento Urbano e Concepção da China, envidaremos esforços para ser apresentado o projecto preliminar em meados do ano 2011, para possibilitar o planeamento da zona A e E1 com vista a aperfeiçoar os trabalhos de planeamento preliminar da ligação dos transportes transfronteiriços.

Em simultâneo, iniciar-se-á a elaboração do projecto da Lei de Bases do Planeamento Urbanístico e dos diplomas complementares, diploma este que permitirá um adequado controlo jurídico do planeamento urbanístico geral de Macau. Será estudada a criação de uma comissão de planeamento urbanístico e a introdução de modelos de participação pública.

No âmbito do Reordenamento dos Bairros Antigos, iremos continuar a realizar os trabalhos de auscultação de “ponto a ponto e frente a frente” por vários meios, canais e formas de auscultação, recolher as opiniões e sugestões dos moradores acerca do reordenamento dos bairros antigos, bem como promover a cooperação com as organizações dos moradores e as associações profissionais, para eles desempenharem o papel de urbanistas comunitários. Serão incentivados os moradores a participarem no planeamento da própria comunidade e nas construções relacionadas com a vida quotidiana da população, desenvolvendo em geral os trabalhos de reordenamento a partir do método de “ponto – linha – plano” (*nota: reordenar a partir de prédio singular, constituindo em rua e ao fim do cabo formar uma zona toda reordenada*). Tendo em consideração que o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos já entrou em processo legislativo, os projectos dos três regulamentos administrativos complementares serão ajustados e aperfeiçoados. Além disso, está a ser estudada a revitalização dos bairros antigos através do planeamento. Nesta primeira fase, será estudado o reordenamento e optimização dos bairros da zona das Ruínas de São Paulo e da Barra.

IV. Gestão de Solos

Continuando a cumprir rigorosamente o princípio de aproveitamento racional dos terrenos, através de um conjunto de diplomas legais completos poderá ser melhorada a gestão sistemática dos solos da RAEM. Assim, tentaremos concluir com celeridade a revisão da Lei de Terras de modo a entrar em processo legislativo no 3.º trimestre de 2011. No que se refere ao novo método de determinação e cálculo do montante do prémio de concessão de terrenos, procederemos à sua publicação no 1.º trimestre de 2011.

Além disso, iremos reforçar o tratamento a dar aos terrenos desaproveitados, utilizando mecanismos sancionatórios de modo a impulsionar os concessionários a procederem ao aproveitamento dos terrenos dentro dos prazos estabelecidos. Continuaremos a proceder ao estudo de aperfeiçoamento das cláusulas dos contratos de concessão para reforçar a supervisão do cumprimento das suas disposições. Continuaremos a combater os actos de

ocupação ilegal dos terrenos, por forma a que estes sejam desocupados e aproveitados conforme o planeamento urbanismo.

V. As Infra-estruturas Urbanas

Para o ano 2011, envidaremos todos os esforços para promoção das construções relacionadas com o bem-estar da população. Em resposta ao desenvolvimento da sociedade e às solicitações da população, iremos promover, oportunamente, vários tipos de empreitadas públicas. Para articulação com o rápido desenvolvimento da zona do COTAI e tendo em vista a intensificação da rede viária da respectiva zona, será lançado o concurso para construção do túnel que ligará a Estrada da Barragem de Ká Hó e a Estrada de Nossa Senhora de Ká Hó e será lançado o concurso para construção da obra de acesso subterrâneo da Rotunda do Istmo. Está planeada a abertura do túnel da Taipa Grande de forma a estabelecer um acesso rápido entre a Península de Macau e a ilha da Taipa diminuindo a intensidade de tráfego sentida naquela zona. Serão promovidas a obras de ampliação do Terminal Marítimo da Taipa, do Parque Central da Taipa, do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, e do reordenamento da rede de drenagem na Avenida de Horta e Costa, bem como de estabilização dos taludes, etc.

Iremos continuar a aperfeiçoar o “Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas”. O Regime Jurídico da Construção Urbana e as Normas de Natureza Administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana serão lançadas ao processo legislativo, em 2011. Continuamos em elevar a eficiência de apreciação dos projectos privados e estudar sobre o fornecimento de dados relativos à apreciação dos diversos tipos de obras. Além disso, promovemos a criação do Regime Jurídico da Acreditação, Registo, Inscrição e Qualificação Profissional de técnicos no âmbito da edificação e do urbanismo, e esforçamos em concluir a proposta e submetê-la ao processo legislativo no 2.º semestre do ano 2011.

No âmbito das obras ilegais, foram introduzidas diversas medidas e meios para combater as mesmas. Através da simplificação de trâmites e procedimentos administrativos, poderá ser reforçada a intensidade da fiscalização e a punição.

VI. Habitação

Prosseguindo o objectivo principal de “Obter uma habitação e assegurar o bem-estar” e o bom aproveitamento dos recursos públicos envidaremos esforços para atingir o objectivo de construção faseada de 19 000 fracções de habitação pública até 2012. Iremos instituir um bom sistema de apoio financeiro para ajudar as famílias mais carenciadas.

Através da concessão de terrenos por hasta pública, da requalificação dos edifícios industriais e de outras medidas, promoveremos a construção de fracções habitacionais de pequena dimensão e o aumento da sua oferta no mercado. Simultaneamente, o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública continuará a ser um órgão de elaboração das políticas de habitação que mereçam a aceitação da população. O “Grupo de Trabalho para a Promoção

do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário” vai monitorizar a evolução do mercado, a rever e aperfeiçoar as medidas implementadas com o objectivo de criação de um mercado imobiliário mais saudável

Está em fase de processo legislativo a revisão dos diplomas reguladores da habitação económica, tendo sido inseridas disposições regulamentares sobre os requisitos de aquisição, visando a diminuição da actividade especulativa com a alienação das fracções. Serão tratados os casos dos agregados familiares já existentes em lista de espera segundo o princípio básico de “liberalizar a aquisição mas restringir a venda” e adoptadas medidas transitórias.

Quanto à elevação da qualidade da administração de condomínios, iremos investir mais recursos no âmbito do apoio à população na administração e conservação dos edifícios. Com o “Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro”, desejamos regular o funcionamento da actividade das empresas de administração de edifícios. A implementação do “Centro de Arbitragem de Administração Predial”, visa promover a resolução de conflitos na área da administração de edifícios, proporcionando à população um meio de resolução fácil e mais acessível.

Esforçar-nos-emos para que a “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária” entre em vigor no ano de 2011, a qual regulará as actividades de mediação imobiliária e será criada uma base de dados imobiliários, com vista a disponibilizar informação mais detalhada e clara sobre o mercado imobiliário.

VII. Trânsito e Transportes

Depois da conclusão dos trabalhos do “Quadro Geral da Política de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)”, em 2011 iremos densificar o respectivo conteúdo, estudar medidas concretas e executá-las segundo calendário a estabelecer.

Reforçaremos a aposta na estratégia da “primazia dos transportes públicos”, alargaremos o âmbito de cobertura dos serviços de transportes públicos e criaremos condições para o estabelecimento de mais “corredores exclusivos para transportes públicos”. Iremos aproveitar para preparar a entrada em funcionamento do novo modelo de adjudicação dos serviços de transportes públicos. Além disso, melhoraremos a administração dos táxis, aperfeiçoaremos as infra-estruturas pedonais, implementaremos mais condições de circulação sem barreiras, recorreremos ao desenvolvimento e aplicação do sistema inteligente de gestão do trânsito, aceleraremos a instalação do Centro de Informação de Tráfego e procuraremos criar mais lugares de estacionamento para colmatar as actuais necessidades. Em resposta às solicitações da população, iremos mudar o Centro de Aprendizagem e Exames de Condução para Leste da Avenida do Aeroporto, prevendo-se a conclusão da 1.ª fase da obra no 3.º trimestre do ano 2011.

Promoveremos a optimização das instalações de tráfego, acelerando os trabalhos de implementação do sistema de Metro Ligeiro, definindo estratégias adequadas de execução

da obra, criando activamente condições suficientes e adequadas para as empresas e os trabalhadores locais poderem participar nos trabalhos de construção. Em simultâneo, manteremos o desenvolvimento e comunicação mais estreita com as regiões vizinhas, por forma a constituir uma rede de infra-estruturas ferroviárias interligadas e a desenvolver a cooperação no planeamento do tráfego.

Em articulação com o conceito de “Centro Internacional de Turismo e de Lazer” e a diversificação da origem dos turistas, aceleraremos a ligação do aeroporto com o terminal marítimo do Pac On, promovendo a conexão entre o transporte aéreo e o transporte marítimo e considerar 2030 como o ano da concretização “Plano de Desenvolvimento Global do Aeroporto Internacional de Macau”, transformando-o num aeroporto multi-funcional de pequena e média dimensão.

No âmbito dos transportes marítimos, reforçar-se-ão os meios para socorrer a acidentes no mar, fortalecer a comunicação e cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, no âmbito da busca e salvamento, melhorar a organização das rotas marítimas, promovendo a integração regional e a ligação entre as respectivas infra-estruturas marítimas. A par disso, iremos redobrar a fiscalização sobre as operadoras, aperfeiçoar as infra-estruturas marítimas complementares e a administração portuária com o objectivo de impulsionar o serviço de transporte marítimo e aéreo de Macau e da Região do Delta do Rio das Pérolas.

VIII. Protecção do ambiente e Energia

No ano de 2011, continuaremos a observar as três vias de, “Planeamento Geral e Cooperação Regional”, “Controlo de Poluição” e “Sensibilização e Educação”, realizando as acções de protecção ambiental, com o objectivo de prevenir e controlar os diversos problemas. Tendo em consideração a emissão de carbono em Macau, será acelerada a aplicação das políticas de conservação energética e de redução das emissões, para que sejam cumpridos o objectivo nacional de reduzir, até 2020, entre 40-45%, a intensidade das emissões de carbono, em relação ao nível de 2005. Através de incentivos fiscais, promoveremos o uso de eco-veículos. Além disso, será estabelecido o Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética com vista a conceder apoio financeiro às pequenas e médias empresas e associações comunitárias.

Continuaremos a colaboração com o Instituto das Ciências Ambientais do Sul da China do Ministério de Protecção do Ambiente, para proceder ao planeamento ambiental geral. Será concluída a redacção do primeiro texto do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau que servirá de referência no planeamento da qualidade do ambiente de Macau. Ao mesmo tempo, serão estudadas medidas de monitorização sobre a poluição atmosférica, o ruído, a qualidade da água e a poluição luminosa, e promovidas as respectivas medidas de controlo das emissões de gases poluentes de veículos e da poluição por gases e cheiros provenientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas. A par disso, será elaborado o inventário das fontes fixas de poluição em Macau, e proceder-se-á ao estudo sobre as estratégias do controlo da poluição luminosa e de ruído e será aperfeiçoada a rede de moni-

torização da qualidade das águas. Em simultâneo com o aperfeiçoamento das infra-estruturas ambientais, iremos elevar a consciência da população sobre a importância da protecção do ambiente combinando com os trabalhos de divulgação e de sensibilização.

Tendo como base o conceito “Partir do planeamento, gerir as fontes”, vai ser elaborado o programa de reciclagem dos resíduos urbanos, de reutilização de materiais de construção inertes e não nocivos e de prevenção da poluição e tratamento de resíduos electrónicos.

Para garantir o abastecimento de água a Macau, continuaremos a cooperação com os competentes organismos do Interior da China para diluir a salinidade da água, e elaborar um plano de resposta a incidentes que abranja o sistema de fornecimento de água a Macau. Por outro lado, estamos a estudar a criação de uma nova ligação do abastecimento de água a Macau e a viabilidade de instalar uma nova rede de abastecimento de água que, através da Ilha de Montanha, forneça directamente água à zona de Cotai. Por outro lado, procuraremos participar nos estudos sobre um sistema uniformizado de abastecimento de água a Macau, com as cidades de Zhuhai, Zhongshan, Jiangmen. E envidaremos esforços para que seja aprovado, mais cedo possível, o projecto de construção da barragem de Datengxia, que dará maior garantia no abastecimento de água a Macau.

Concretizar-se-á gradualmente o “Programa de Poupança de Água de Macau”, que inclui o aprofundamento da educação e divulgação, a generalização da utilização de dispositivos de poupança de água, a implementação de um novo mecanismo regulador de tarifas de água, etc. A partir de 2011, implementar-se-á em geral um novo mecanismo de regulação das tarifas de água, introduzindo o sistema de tarifas por categoria e progressivas, promovendo a poupança de água. Gradualmente instituir-se-á o sistema de aproveitamento da água reciclada e iniciar-se-ão as obras de ampliação de capacidade de armazenamento dos reservatórios locais.

Por outro lado, promoveremos os diversos trabalhos da área de energia, com o objectivo de assegurar um fornecimento estável, reforçando a construção das infra-estruturas energéticas e as interligações regionais. A conclusão da segunda interligação de 220 kV, que ligará Macau e a Ilha da Montanha, está prevista para 2011.

Aproveitando negociação do novo contrato de concessão de electricidade, concretizou-se a liberalização parcial do mercado de electricidade. O novo contrato de concessão terá um prazo de 15 anos e permitirá uma diminuição da taxa de retorno do investimento para um único dígito. No contrato foram introduzidos mecanismos de fiscalização e de promoção das energias renováveis. Em articulação com a liberalização no segmento de transmissão e de produção de electricidade, serão realizados estudos e trabalhos complementares, incluindo a elaboração dos regimes legais básicos. Além disso, dar-se-á início à reestruturação e actualização das tarifas energéticas mediante consulta pública, a realizar ainda no corrente ano.

No âmbito de gás de cidade, continua a instalação da rede de distribuição e será iniciado o estudo sobre o regime de preços do gás natural e a revisão e aperfeiçoamento dos

regulamentos relacionados com os combustíveis e funcionamento de mercado. Ao mesmo tempo, continuaremos os estudos sobre a exploração e utilização das energias renováveis e os projectos de testes dos produtos de poupança de energia, para intensificar o programa de conservação de energia nos serviços públicos.

Continuaremos a exercer um rigoroso controlo sobre o processo da instalação do armazém provisório da Ilha Verde, bem como pela introdução de mecanismos de fiscalização pela população, e esforçar-nos-emos para que entre em funcionamento no 1.º trimestre de 2011. Com os novos aterros, esperamos alcançar consenso social no sentido de melhorar a questão respeitante ao depósito de distribuição de combustível na Ilha Verde.

IX. Telecomunicações, Correios, e Ciência e Tecnologia

Na sequência da definição do calendário para a liberalização do mercado de telecomunicações, iniciaremos, em 2011, os licenciamentos e os trabalhos de instalação de novas redes para introdução de serviços diversificados de melhor qualidade, a tarifas razoáveis. Em simultâneo, com a elaboração da regulamentação sobre a concorrência no sector das telecomunicações, promover-se-á a concorrência justa e leal entre os operadores. Na sequência da revisão da actual legislação sobre telecomunicações, realizar-se-ão os estudos relativos ao enquadramento de regulação, ao mecanismo do licenciamento e à eventual integração das licenças.

Além disso, será ampliada a cobertura da rede de banda larga sem fios, para que os residentes e turistas possam usar de um serviço mais conveniente. Aproveitando da oportunidade do estabelecimento do novo Centro de Informação da Internet de Macau em 2010, iremos comparar os respectivos modelos de gestão e regulamentação de registo de domínios com as práticas internacionais, promovendo as necessárias reformas, para responder às exigências do desenvolvimento do mercado da Rede (Internet).

Após liberalização do mercado das telecomunicações, procuraremos resolver os problemas de teledifusão. Sob o princípio de assegurar o direito da população ao acesso aos sinais televisivos e do respeito pelo passado, procuraremos, com pragmatismo, resolver o caso das companhias de antena comum.

Os Serviços de Correios têm vindo a expandir as principais áreas de negócio, com respeito pelo princípio de “dar primazia ao cliente”, nomeadamente os Serviços Postais, Caixa Económica Postal, Serviços de Certificação, etc., prestando serviços diversificados, fidedignos e de qualidade. Será alargada a utilização da Plataforma Electrónica de Pagamento nos serviços públicos, para desenvolvimento do Governo Electrónico.

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, incentivar um ambiente de inovação e aprofundar as iniciativas de divulgação da ciência e tecnologia são tarefas fulcrais do próximo ano, nesta área. Sendo assim, iremos ouvir as opiniões das comunidades científicas, continuar a aperfeiçoar os serviços prestados, desenvolver as actividades de divulgação científica e dar mais apoio aos residentes, no campo da ciência e tecnologia. Além disso,

continuamos a promover a educação científica, bem como a melhorar o ambiente de investigação, inovação e divulgação da ciência e da tecnologia, bem como a criação de um programa de prémios pela investigação científica e tecnológica.

X. Conclusão

No ano de 2011, vários planos e grandes empreitadas públicas estarão numa fase crucial.

Em consonância com o conceito de “Centro Internacional de Turismo e de Lazer”, atribuído pelas “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma do Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, a tutela da Área dos Transportes e Obras Públicas vai continuar com o rumo estabelecido e executar os planos concebidos, nomeadamente com elevação da capacidade de resposta às novas circunstâncias, acelerando a integração e a cooperação regional, aprofundando a cooperação na área de planeamento regional, concretizando a ligação das infra-estruturas transfronteiriças e definindo as estratégias de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo no âmbito do tráfego, protecção do ambiente e habitação.

Além disso, promoveremos o desenvolvimento complementar das novas urbes e dos bairros antigos, de modo a elevar a competitividade geral de Macau

Com um espírito de decisão com base científica e de auscultação da população, iremos aproveitar os novos aterros, autorizados pelo Governo Central, para, gradual e pragmaticamente, intensificar a cooperação regional e, conjuntamente com a população de Macau, planearemos o futuro desenvolvimento da cidade, com o objectivo de construir um habitat com alta qualidade de vida.

Comissariado contra a Corrupção

I – Introdução

Com base na governação do ano de 2010 e sem descurar a obra dos seus predecesores, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) irá, no ano de 2011, envidar esforços no sentido de abrir novos caminhos, aprofundar os trabalhos no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela lei, aperfeiçoar o seu funcionamento, elevar o nível da eficiência na execução das leis, reforçar o seu papel e funções de fiscalização e empenhar-se na implementação e concretização das linhas de acção governativa e demais políticas públicas.

II – No âmbito do combate à corrupção

1. Continuar a combater com severidade a corrupção e reorganizar os recursos humanos, bem como os procedimentos da Direcção dos Serviços contra a Corrupção na execução da lei;

2. Criar grupos de trabalho especializado para combater actos de corrupção nos sectores público e privado e formar equipas profissionais de investigação;

3. Realizar acções de formação intensiva destinadas ao pessoal do CCAC (especialmente em matéria jurídica) e elevar o nível da execução da lei, bem como a capacidade de investigação;

4. Actualizar os equipamentos de investigação e promover a optimização do desempenho;

5. Promover a reestruturação dos Departamentos de Investigação e da Divisão de Informação; melhorar o sistema de recolha de informações; e aumentar a respectiva capacidade de análise.

III – No âmbito da Provedoria de Justiça

1. Reorganizar os recursos humanos e melhorar o funcionamento da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça;

2. Criar grupos de trabalho especializado, procedendo à especialização e profissionalização das áreas da Provedoria de Justiça;

3. Alargar o âmbito de intervenção da Provedoria de Justiça e reforçar o seu papel;

4. Reforçar as funções de “fiscalização da execução das leis” e de “fiscalização da eficiência” para promover a modernização e a ordenação científica do sistema administrativo no seu todo.

IV – No âmbito da sensibilização

1. Tendo em conta o desenvolvimento social, ajustar as estratégias de divulgação junto dos diversos sectores e aproveitar todos os meios disponíveis para uma divulgação e sensibilização para os valores de integridade mais eficaz;

2. Tendo em vista aprofundar o conhecimento dos cidadãos da Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, o CCAC continuará a desenvolver os trabalhos de sensibilização através de todos os meios disponíveis, nomeadamente: realização de acções promocionais através dos diferentes meios de comunicação social; realização de palestras e sessões de intercâmbio destinadas a diversos sectores profissionais; e reuniões com os sectores industrial e comercial, bem como com as associações, para a realização de palestras com temas específicos e actividades de intercâmbio, visando um esforço conjunto na promoção dos usos e práticas íntegras nos respectivos sectores;

3. Com base nos trabalhos de generalização e sensibilização desenvolvidos pelo CCAC, relativamente ao funcionalismo público, e atendendo às especificidades das suas funções, serão organizadas diferentes palestras para reforçar a sensibilização para uma conduta íntegra junto dos trabalhadores da Administração Pública;

4. A educação para a honestidade da juventude é também uma das prioridades do CCAC na área da sensibilização, pelo que o CCAC cooperará continuamente com as escolas e as respectivas associações divulgando e inculcando, desta forma, os conceitos de honestidade e de cumprimento da lei junto dos jovens.

V – No âmbito do intercâmbio com o exterior

1. Reforçar a cooperação com o Interior da China e com os países e regiões vizinhas, especialmente no que diz respeito à troca de informações e às acções de formação e intercâmbios, com vista a aperfeiçoar o próprio funcionamento do CCAC através da aprendizagem da experiência destas regiões;

2. Reforçar a cooperação com o Interior da China e com o exterior no âmbito da formação, convidando especialistas para Macau, ou enviando pessoal do CCAC, com vista a organizar cursos de formação a curto prazo, para o intercâmbio de experiências, destinados ao pessoal do Comissariado;

3. Participar em reuniões internacionais e regionais, e reforçar a cooperação e intercâmbio entre o CCAC e as organizações homólogas.

VI – No âmbito do aperfeiçoamento dos diplomas legais e da emissão de sugestões legislativas

1. Finalizar o trabalho legislativo da revisão do actual Regime da *“Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais”* (introduzindo especialmente um mecanismo de publicitação adequada dos dados patrimoniais dos titulares de cargos públicos);

2. Formular sugestões ao Chefe do Executivo para a revisão dos diplomas legais desactualizados que afectem a vida quotidiana da população;

3. Propôr ao Chefe do Executivo sugestões para a adopção de medidas eficazes com vista a aumentar a eficiência administrativa e a aperfeiçoar o regime de funcionamento.

VII - Conclusão

O CCAC continuará a desenvolver os seus trabalhos, direccionados para a “fiscalização da integridade”, a “fiscalização da execução das leis” e a “fiscalização da eficiência”; empenhar-se-á na execução das leis; envidará todos os esforços na construção dum sistema administrativo público íntegro e transparente e na repressão e eliminação dos factores que originam a corrupção; e esforçar-se-á por promover a legalidade, a eficiência e a transparência dos processos da decisão administrativa.

Comissariado da Auditoria

Primeira Parte

Execução das Linhas de Acção para 2010

No decurso do ano de 2010, o Comissariado da Auditoria, em consonância com o sistema político e administrativo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e em função dos recursos disponíveis, prosseguiu a sua actividade de auditoria de forma imparcial e rigorosa, procurando apoiar-se sempre em critérios de auditoria objectivos e científicos na execução do seu plano anual de actividades.

No ano de 2010, o Comissariado da Auditoria empenhou-se em melhorar as rotinas de procedimentos dos trabalhos de auditoria, em aperfeiçoar as metodologias e técnicas de auditoria, em ampliar o âmbito das auditorias e em reduzir os respectivos custos. Ao mesmo tempo, promoveu-se o intercâmbio e a troca de experiências e saberes com as entidades superiores de auditoria das regiões vizinhas com o objectivo de criar as bases e definir a estratégia, fundada na realidade específica de Macau, para a implementação de auditorias concomitantes aos grandes empreendimentos.

A auditoria financeira à Conta Geral da RAEM assume especial relevância no plano anual de actividades e constitui uma das atribuições fundamentais do Comissariado da Auditoria. Relativamente à auditoria às contas de 2009, a documentação da Conta Geral da RAEM e demais elementos de informação contabilística foram entregues atempadamente, pelo que foi possível ao Comissariado da Auditoria concluir o processo de auditoria nos prazos legalmente previstos, repondo assim a normalidade do calendário determinado na lei e assegurando a exactidão e a regularidade das finanças e das contas públicas.

Na realização de auditorias, o Comissariado aplicou as metodologias de auditoria baseada no risco e realizou auditorias de sistema a todos os serviços públicos que dispõem de mecanismos de controlo interno. Ao mesmo tempo, em relação aos serviços que ainda não dispõem de sistemas de controlo interno, o Comissariado da Auditoria continuou a acompanhar/incentivar a criação dos seus próprios sistemas. Por outro lado, e tendo em vista, ainda, a execução da auditoria às contas de 2009, o Comissariado da Auditoria reuniu-se com a Direcção dos Serviços de Finanças para analisar e/ou clarificar as situações emergentes da aplicação conjugada, naquele ano, das normas que regem a administração financeira pública.

No decurso dos trabalhos de auditoria acima referidos, o Comissariado da Auditoria procurou incentivar os serviços públicos a introduzirem, gradualmente, sistemas de controlo interno de modo a, por um lado, facilitar os trabalhos de auditoria financeira às contas anuais e, por outro lado, a habilitar os mesmos de um sistema eficiente de gestão financeira. Esta acção fiscalizadora do Comissariado da Auditoria insere-se numa linha de rumo dirigida a uma boa gestão do erário público.

Fruto de uma experiência própria adquirida ao longo dos anos e seguindo o padrão das normas internacionais emitidas pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), ambas reflectidas no recente “Manual de Auditoria de Resultados”, o Comissariado da Auditoria realizou e publicou no presente ano relatórios de auditoria de resultados que acrescentam valor e proporcionam um renovado contributo para uma melhoria do desempenho público. As sugestões ou recomendações neles formuladas visam, nomeadamente, ultrapassar as insuficiências e aperfeiçoar as práticas de gestão pública.

Tendo em vista a preservação ou elevação da qualidade dos trabalhos específicos e da actividade global de auditoria, no decorrer do ano em curso, foram, ainda, melhoradas as práticas de controlo interno.

O Comissariado da Auditoria fixou a divulgação da cultura da auditoria como uma das suas actividades principais para 2010. Mediante o reforço na divulgação e na formação, o Comissariado da Auditoria procurou disseminar, sistematicamente, a cultura da auditoria e a noção de gestão de recursos públicos segundo os critérios de eficácia, economia e eficiência junto dos serviços públicos, associações e escolas. Foram elaborados folhetos, em termos claros e simples, com vista a divulgar os objectivos da actividade do Comissariado da Auditoria e a promover e generalizar a cultura de auditoria.

O Comissariado da Auditoria realizou “encontros de cultura de auditoria” em vários serviços públicos, destinados, especialmente, a dirigentes e chefias.

Continuaram a ser realizados seminários subordinados aos temas “Conhecer a cultura da auditoria” e “Breve abordagem à auditoria do Governo” dirigidos, respectivamente, a trabalhadores recém-admitidos dos serviços públicos e aos alunos da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, bem como “Sessões de apresentação sobre a auditoria do Governo” destinadas a associações e escolas. O Comissariado da Auditoria tem concedido particular atenção à divulgação da actividade de auditoria por considerar ser importante o impacto da promoção da cultura de auditoria nos serviços e organismos públicos no que respeita à gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos, e, por outro lado, à intensificação do relacionamento com as associações e escolas, em cujas sessões são transmitidas as noções básicas de auditoria com o objectivo, também, de incentivar o seu envolvimento no âmbito das linhas de acção governativa. O Comissariado da Auditoria tem vindo a protagonizar, assim, um papel activo na promoção de um governo transparente.

No domínio da formação de pessoal, foi reforçada a cooperação entre o Gabinete de Auditoria Nacional e o Comissariado da Auditoria, tendo sido realizados dois cursos ministrados por formadores de Pequim, subordinados ao temas “Programa Informático de Auditoria” e “Normas de Auditoria e Métodos de Controlo de Qualidade de Auditoria do Gabinete de Auditoria Nacional”.

Por sua vez, quadros da área da auditoria participaram, em Pequim, nos cursos “Auditoria informática – nível intermédio” e “Curso de actualização de conhecimentos e competências no âmbito da auditoria” organizados pelo Gabinete de Auditoria Nacional. Os novos conhe-

cimentos e competências adquiridos nesses cursos trouxeram mais valias significativas aos trabalhos em curso e, simultaneamente, servirão de base para a implementação de novos tipos de auditorias e aperfeiçoamento de outros.

Ainda, no campo da formação de pessoal, o Comissariado da Auditoria estreitou as relações com o pólo de formação da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia (ASOSAI) com vista à realização de acções de formação regulares no âmbito das auditorias financeira e de resultados, destinados a elevar o nível de desempenho profissional do pessoal de auditoria e a aprofundar os seus conhecimentos sobre metodologias de auditoria praticadas a nível internacional e nas regiões vizinhas.

Em 2010, o Comissariado da Auditoria continuou a promover a cooperação, nomeadamente, com a INTOSAI, a ASOSAI e a Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP). Através da participação em eventos internacionais e regionais, o Comissariado da Auditoria tem vindo, também, a consolidar relações institucionais e/ou de amizade com organizações internacionais e com países e regiões mais avançados em auditorias no sector público, com o objectivo de trocar experiências e informação actualizada.

Nesta perspectiva, o Comissário da Auditoria, a convite do Gabinete de Auditoria Nacional, integrou a delegação da China para a XX Assembleia Geral da INTOSAI, que decorreu na África do Sul, e participou, como observador, na VI Assembleia Geral da OISC/CPLP, realizada em S.Tomé e Príncipe. Ao mesmo tempo, o Comissariado da Auditoria participou no “Seminário sobre Teorias e Práticas de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau”, realizado em Nanjing.

Ainda na perspectiva de intercâmbio, quadros do Comissariado da Auditoria participaram em Portugal em dois seminários promovidos pelo Institute for International Research – iIR Portugal sobre “Auditoria Interna” e “Forensic Accounting” bem como em Hong Kong num seminário sobre “Updates to IFRS 9 Financial Instruments” organizado pelo Hong Kong Institute of Certified Public Accountants e numa conferência sobre “Fraude Risk Management” organizada pela Association of Certified Fraud Examiners – Hong Kong Chapter.

Para corresponder ao desenvolvimento sustentado da sociedade e ao arranque de grandes empreendimentos públicos, o Comissariado da Auditoria reorganizou a sua gestão interna, melhorou procedimentos administrativos, estabeleceu medidas de gestão mais eficazes e sistémicas, procurando assim atingir uma maior eficiência no desempenho das suas actividades. Para o efeito, foram, também, tomadas medidas ao nível do reforço dos recursos humanos com vista a responder com qualidade e eficiência aos desafios colocados ao Comissariado, melhorar as rotinas de procedimentos, bem como de constituir uma equipa de auditoria com elevado nível de competências. Para proporcionar, também, melhores condições de ambiente de trabalho, procedeu-se à readaptação das instalações e modernização de equipamentos.

Segunda Parte

Linhas de Acção para 2011

Num contexto de franco crescimento económico e de rápidas mutações societais na RAEM a actividade de auditoria no próximo ano de 2011 será provavelmente confrontada com novos desafios e exigências acrescidas de desempenho.

Para responder a esses novos desafios e melhor cumprir as suas responsabilidades e de acordo com as orientações definidas nas linhas de acção governativa, o Comissariado da Auditoria vai adoptar uma postura mais inovadora, proactiva e abrangente com o intuito de exercer uma fiscalização mais eficiente dos recursos públicos e contribuir para uma governação cada vez mais transparente e financeiramente exemplar.

As novas instalações do Comissariado da Auditoria, que vão entrar em funcionamento em 2011, irão proporcionar melhores condições de trabalho e facilitar o cumprimento do plano de actividades e dos objectivos traçados. De entre estes, o Comissariado da Auditoria propõe-se nomeadamente: (i) aprofundar a revisão e o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e de gestão corrente; (ii) melhorar a eficiência e eficácia das auditorias de natureza financeira, específica e de resultados; (iii) implementar, gradualmente, projectos experimentais de auditoria concomitante; (iv) realizar estudos no âmbito das mais avançadas tecnologias de informação para melhor apoiar a execução dos trabalhos de auditoria e desenvolver aplicações da informação automática nas práticas de auditoria; (v) elevar a qualidade e a eficiência das auditorias e outras actividades do CA com vista a contribuir para uma administração eficiente e eficaz dos recursos públicos por parte do Governo da RAEM.

Na concretização dos objectivos acima referidos, alguns deles de considerável complexidade, o Comissariado da Auditoria continuará a observar os princípios de cientificidade, integridade, profissionalismo, independência, responsabilidade, objectividade, compromisso e inovação subjacentes à actividade de auditoria e irá reforçar o diálogo com serviços e entidades sujeitas a auditoria com o fim de proporcionar condições mais favoráveis a uma gestão corrente ou de projectos segundo os critérios de economia, eficiência e eficácia.

A relevância dos trabalhos de auditoria à Conta Geral da RAEM, nomeadamente pela mobilização de recursos humanos qualificados e multiplicidade de tarefas subjacentes ao processo de desenvolvimento da auditoria e elaboração do respectivo relatório, exige uma atenção especial do Comissariado da Auditoria, particularmente, tendo em vista o reforço da qualidade e eficácia deste controlo financeiro. Este controlo abrange a actividade financeira da estrutura orgânica governativa e das entidades integradoras do universo do sector público administrativo, inclusive das entidades que dispõem de autonomia financeira.

No ano de 2011, o Comissariado da Auditoria vai continuar a aplicar metodologias da auditoria baseada no risco, a qual tem em vista a identificação das matérias ou áreas de risco detectadas aquando da auditoria financeira às contas anuais dos serviços, zonas de risco

essas que podem resultar de uma ausência ou de um ineficiente sistema de controlo interno que importa ultrapassar a fim de evitar a ocorrência de erros frequentes de gestão.

O Comissariado da Auditoria vai apostar na realização de auditorias de resultados e específicas tendo em conta a sua importância na promoção de uma governação mais transparente e criteriosa dos recursos públicos.

O Comissariado da Auditoria planeia implementar no ano de 2011 auditorias de longa e curta duração e reforçar as medidas de gestão eficiente do tempo de realização das auditorias de resultados e específicas.

Para promover uma cultura da auditoria e ampliar o número de serviços públicos que valorizem uma correcta aplicação dos recursos públicos, o Comissariado da Auditoria vai intensificar e diversificar acções de divulgação de conhecimentos de auditoria junto dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, será sensibilizada a população para as vantagens da auditoria na promoção da generalização de boas práticas de gestão de dinheiros e outros recursos públicos.

O Comissariado da Auditoria está convicto que a generalização da cultura de auditoria no seio da sociedade vai incentivar um maior número de serviços públicos para a necessidade de definirem princípios de gestão, condizentes com os critérios de auditoria, que confirmam maior importância à eficácia e eficiência no exercício das funções e que adoptem a relação qualidade/resultado como valor central dos serviços prestados à população.

A formação de pessoal é factor importante no esforço do Comissariado da Auditoria para elevar o nível da sua actividade. Em 2011, o Comissariado da Auditoria afectará mais recursos para a realização de acções de formação específicas destinadas ao pessoal de auditoria.

Com a colaboração do Gabinete de Auditoria Nacional, o Comissariado da Auditoria vai continuar a convidar especialistas e académicos do *Interior* para a realização de acções de formação dirigidas ao pessoal de auditoria, nomeadamente, orientadas para a aquisição de bases sólidas com vista à realização de auditorias concomitantes e de auditorias apoiadas no uso de sistemas de tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, o Comissariado da Auditoria vai continuar a solicitar a cooperação do pólo de formação da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia para a realização de cursos regulares de formação, com vista a proporcionar formação específica ao seu pessoal de auditoria recém-admitido, assegurando, assim, que todo o pessoal que exerça funções de auditoria tenha acesso a conhecimentos técnico-profissionais de qualidade.

O Comissariado da Auditoria está ciente de que faz parte da deontologia profissional do pessoal de auditoria o empenho na auto-valorização contínua, adquirida quer pela via do aprofundamento e actualização dos conhecimentos teóricos quer pela experiência prática. Por esse motivo, o Comissariado da Auditoria tem vindo a participar em reuniões internacionais e actividades de intercâmbio de auditoria e a estimular o seu pessoal na aquisição de

técnicas avançadas de auditoria e novos saberes no domínio das normas e práticas internacionalmente reconhecidas, com o propósito de incorporarem os novos conhecimentos no trabalho quotidiano.

No ano de 2011, o Comissariado da Auditoria vai continuar a estreitar o relacionamento com o Gabinete de Auditoria Nacional, a Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia, a Sociedade de Auditoria da China, a Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e outras organizações congéneres, a fim de manter/intensificar o intercâmbio com o exterior e participar em eventos internacionais e regionais no âmbito da temática da auditoria.

O Comissariado da Auditoria perante os novos desafios que se lhe colocam no actual quadro de desenvolvimento da RAEM, vai, em suma, empenhar-se no aprofundamento e aperfeiçoamento das metodologias de auditoria, no controlo da qualidade dos trabalhos desenvolvidos, na intensificação e divulgação da cultura da auditoria, no reforço de competências dos auditores, na execução do plano de actividades e na definição de linhas de orientação estratégicas, com o objectivo de corresponder, com elevado sentido de responsabilidade social e excelência no desempenho profissional, às expectativas que a população residente deposita nesta Instituição no que respeita à promoção de uma governação transparente e gestão criteriosa das finanças públicas de RAEM.

**Projecto de Orçamento
das Receitas e Despesas da
Região Administrativa Especial
de Macau para o ano de 2011
— Síntese —**

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2011
- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2011 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2011 Proposta
Receita Ordinária Integrada do Governo		Despesa Ordinária Integrada do Governo	
RECEITAS CORRENTES			
01 - Impostos directos	71,091,857,000.00	01-01 Governo da RAEM	13,129,000.00
02 - Impostos indirectos	62,533,050,800.00	01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	222,972,000.00
03 - Taxas, multas e outras penalidades	1,701,015,000.00	01-03 Conselho Executivo	20,011,300.00
04 - Rendimentos da propriedade	1,164,662,300.00	01-06 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	30,881,100.00
05 - Transferências	1,401,092,900.00	01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	36,196,200.00
06 - Venda de bens duradouros	3,367,434,900.00	01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança	24,318,300.00
07 - Venda de serviços e bens não duradouros	626,200.00	01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	175,539,500.00
08 - Outras receitas correntes	749,214,100.00	01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	52,147,500.00
09 - Venda de bens de investimento	1,64,760,800.00	01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	16,865,000.00
10 - Transferências	2,808,131,100.00	01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	5,855,000.00
11 - Activos financeiros	20,864,800.00	01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	21,251,700.00
13 - Outras receitas de capital	1,000.00	01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	11,063,900.00
14 - Reposições não abitadas nos pagamentos	198,855,000.00	01-18 Gabinete para a Reforma Jurídica	24,798,000.00
	2,572,637,600.00	01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	25,518,600.00
	15,772,700.00	01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	76,392,700.00
	73,889,988,100.00	01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	28,629,000.00
Receita Ordinária Integrada do Governo	2,808,131,100.00	01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	50,157,700.00
Receita Integrada dos Organismos Especiais		01-23 Gabinete de Informação Financeira	17,252,100.00
11-00 Receitas legais e transferências do OR	3,023,257,300.00	01-24 Gabinete para os Recursos Humanos	37,906,600.00
12-00 Réditos de vendas e de prestações de serviços	149,700,400.00	01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	49,315,200.00
13-00 Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	2,601,864,900.00	01-26 Gabinete Preparatório do Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau	15,808,000.00
14-00 Outros rendimentos	56,795,400.00	01-27 Gabinete Preparatório do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa	33,339,600.00
	5,831,618,000.00	03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	385,889,600.00
Receita Integrada dos Organismos Especiais	79,721,606,100.00	05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	2,662,203,000.00
Ajustamento	(110,403,500.00)	07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	186,471,800.00
Receta Global	79,611,202,600.00	08-00 Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações	147,191,400.00
		11-00 Pensões e Reformas	309,407,300.00
		12-00 Despesas Comuns	6,618,500.00
		13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	11,030,709,600.00
		14-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	43,589,200.00
		18-00 Direcção dos Serviços de Identificação	689,617,800.00
		19-00 Direcção dos Serviços de Economia	179,997,700.00
		20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	151,247,100.00
		21-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	304,818,900.00
		22-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	394,955,600.00
		23-00 Direcção dos Serviços de Turismo	58,063,200.00
		24-00 Gabinete de Comunicação Social	189,154,000.00
		25-00 Serviços de Polícia Unitários	97,607,900.00
		26-00 Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	29,997,000.00
		27-00 Capitania dos Portos	182,604,000.00
		28-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	314,528,700.00
		29-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	2,398,865,000.00
		30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	341,980,200.00
		31-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	620,000.00
		32-00 Polícia Judiciária	59,623,100.00
		33-00 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	638,442,700.00
		34-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	111,792,600.00
		35-00 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	219,659,500.00
		37-00 Instituto do Desporto	283,630,200.00
		38-00 Instituto Cultural	198,441,200.00
		40-00 Investimentos do Plano	11,370,000,000.00
		50-00 Contas de Ordem - Consignações, Participações e Transferências Orçamentais	60,960,500.00
		50-03 Fundo de Acção Social Escolar	257,806,000.00
		A transportar.....	34,406,826,300.00

PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2011
- SÍNTESE -

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2011 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2011 Proposta
Transporte.....	79,611,202,600,00	Transporte.....	34,406,826,300,00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	41,497,600,00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	571,465,100,00
		50-06 Fundo de Turismo	576,664,100,00
		50-07 Instituto de Acção Social	1,625,407,200,00
		50-10 Outra Social da Polícia Judiciária	5,863,000,00
		50-11 Outra Social da Polícia de Segurança Pública	189,000,000,00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	29,634,600,00
		50-17 Imprensa Oficial	63,102,000,00
		50-20 Fundo de Segurança Social	4,382,792,200,00
		50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	5,578,200,00
		50-23 Instituto de Habitação	361,693,000,00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	51,352,900,00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	255,610,000,00
		50-27 Comissariado Contra a Corrupção	213,938,000,00
		50-28 Serviços de Saúde	3,964,142,000,00
		50-29 Universidade de Macau	973,012,400,00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	540,070,500,00
		50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	517,464,600,00
		50-33 Fundo de Cultura	262,289,900,00
		50-35 Conselho de Consumidores	26,235,400,00
		50-36 Instituto de Formação Turística	200,285,400,00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	23,427,200,00
		50-39 Outra Social do Corpo de Bombeiros	4,757,000,00
		50-41 Comissariado da Auditoria	135,131,000,00
		50-42 Gabinete do Procurador	254,861,800,00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	295,383,000,00
		50-44 Assembleia Legislativa	98,800,000,00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	1,683,769,100,00
		50-47 Outra Social dos Serviços de Alfândega	2,435,500,00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	179,371,700,00
		50-49 Outra Social da Capitania dos Portos	2,450,000,00
		50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	50,000,000,00
		50-51 Fundo de Reparação Predial	274,131,000,00
		50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	525,000,000,00
		Despesa Ordinária Integrada do Governo	52,993,441,700,00
		Despesa Integrada dos Organismos Especiais	
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios	220,837,000,00
		50-15 Caixa Económica Postal	39,459,600,00
		50-18 Fundo de Pensões	660,724,100,00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	1,784,458,400,00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	4,811,100,00
		50-45 Fundação Macau	1,877,142,100,00
		Despesa Integrada dos Organismos Especiais	4,587,432,300,00
		Total	57,580,874,000,00
		Ajustamento	(110,403,500,00)
		Despesa Global	57,470,470,500,00
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	
		Saldo Orçamental dos Serv. Integrados e Serv. com Autonomia Administrativa	20,896,546,400,00
		Saldo Orçamental dos Organismos Autónomos	1,244,185,700,00
		Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	-
		Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	22,140,732,100,00
Receita Global	79,611,202,600,00	Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício	79,611,202,600,00